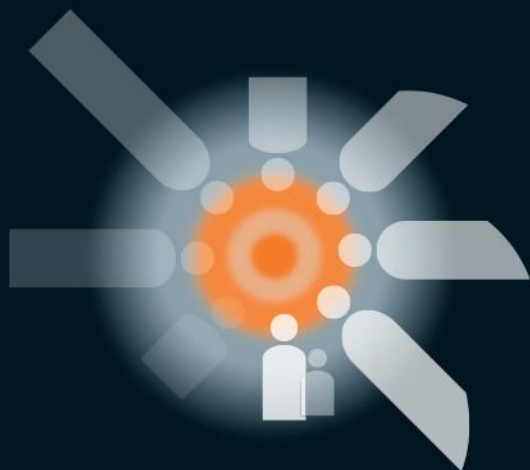


# DIAGNÓSTICO DA POPULAÇÃO IMIGRANTE EM PORTUGAL

*Desafios  
e Potencialidades*



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS



Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.





# DIAGNÓSTICO DA POPULAÇÃO IMIGRANTE EM PORTUGAL

## *Desafios e Potencialidades*

Biblioteca Nacional de Portugal · Catalogação na Publicação

Diagnóstico da população imigrante em Portugal:  
Desafios e Potencialidades  
Jorge Macaísta Malheiros  
ISBN 978-989-685-050-0  
I – MALHEIROS, Jorge  
CDU 314  
316

Promotor

**ALTO COMISSARIADO PARA A IMIGRAÇÃO E DIÁLOGO INTERCULTURAL (ACIDI, I.P.)**

Coordenador Científico da Coleção

**JORGE MACAÍSTA MALHEIROS**

Coordenação do Estudo

**JORGE MACAÍSTA MALHEIROS  
ALINA ESTEVES**

Equipa de Investigação do Estudo:

**FREDERICA RODRIGUES  
MAFALDA ESTÊVÃO  
JOSÉ MAPRIL  
CARLA AFONSO**

Edição

**ALTO COMISSARIADO PARA A IMIGRAÇÃO  
E DIÁLOGO INTERCULTURAL (ACIDI, I.P.)  
RUA ÁLVARO COUTINHO, 14 – 1150 - 025 LISBOA  
TELEPHONE: (00351) 218106100 - FAX: (00351) 21810 6117  
E-MAIL: ACIDI@ACIDI.GOV.PT**

Design

**JORGE VICENTE  
B FACTORY**

Revisão e Maquetização

**PROS – PROMOÇÕES E SERVIÇOS PUBLICITÁRIOS, LDA.**

ISBN

**978-989-685-050-0**

Depósito Legal

**361 018 / 13**

**LISBOA, JUNHO 2013**

As opiniões expressas no presente estudo são do(s) autor(es),  
elas não reflectem necessariamente as do ACIDI, I.P.

O presente estudo é uma ferramenta essencial no aprofundamento do conhecimento sobre a situação imigratória em Portugal, quer do ponto de vista das características sociodemográficas dos imigrantes não comunitários, quer da sua situação em termos de trajetórias, integração e discriminação.

Numa altura em que os fluxos imigratórios têm vindo a decrescer, o desafio para o ACIDI, seus parceiros e demais entidades com competências na área da imigração, não reduziu. Antes pelo contrário, são as exigências decorrentes de processos de integração que fazem dos imigrantes em Portugal cidadãos de pleno direito em matéria de direitos e deveres, que nos obrigam a conhecer, com maior acuidade, o tecido no qual se inscreve a nossa atuação.

É esta aposta crucial na boa integração de quem escolheu Portugal para construir uma vida melhor, que volta a confirmar Portugal em segundo lugar, entre os países com as melhores políticas de integração de imigrantes, na edição do *Index de Políticas de Integração de Migrantes* (MIPEX III - 2011), relatório que se configura como um barómetro das políticas públicas que têm vindo a ser desenvolvidas na área da integração de imigrantes, em 31 países da Europa e da América do Norte.

Este estudo traduz uma estratégia que visa continuar a investir nas políticas de integração dos cidadãos imigrantes em Portugal, tendo por base os contributos e desafios que se colocam à nossa sociedade. Trata-se de conferir informação credível às entidades com responsabilidades ao nível do acolhimento e integração dos imigrantes, através da disponibilização de dados científicos sobre a realidade imigratória, tendo em vista a implementação de políticas e medidas ainda mais ajustadas às necessidades. Neste sentido, será também disponibilizada uma Base de Dados que integra toda a informação recolhida no âmbito dos estudos locais e que será de grande utilidade nomeadamente por parte da academia, para outras investigações.

Por último, uma palavra de agradecimento a quem colaborou na conceção deste estudo. Antes de mais a todas as entidades parceiras – autarquias e entidades da sociedade civil – cujos estudos contribuíram para a amostra que serviu de base ao presente estudo, mas também ao gabinete técnico da rede CLAI, pela sua dedicação ao longo do estudo e ao Professor Doutor Jorge Macaísta Malheiros do Centro de Estudos Geográficos do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, por aliar o seu saber e experiência ao ambicioso objetivo de publicarmos um estudo de abrangência nacional sobre a população imigrante em Portugal.

*Rosário Farmhouse*

Alta Comissária para a Imigração e Diálogo Intercultural

**N**o quadro do fenómeno migratório recente, muito tem sido dito sobre o *boom* de imigração que se verificou, sobretudo, na década de 90 e no princípio desta década, com um amplo debate sobre as mudanças que introduziu na sociedade portuguesa, ao nível da cultura, demografia, economia, cidadania e políticas do Estado.

Portugal foi sempre um país de emigração, o que nos deu, enquanto nação, uma especial sensibilidade para acolher os imigrantes que chegam ao nosso país. Assim, as políticas de integração foram implementadas muito rapidamente, tornando Portugal num país de vanguarda no pensamento e na criação de uma verdadeira política de integração. O exemplo português é seguido na Europa e no Mundo como um *case study* de boas práticas em matéria de integração de imigrantes.

A crise económica que estamos neste momento a atravessar, veio alterar o fluxo migratório, com Portugal a diminuir significativamente o número de imigrantes que recebe por ano. Contudo, o objetivo da integração continua, ainda que com novos contornos.

O envelhecimento das populações imigrantes, a consolidação social de estrangeiros que obtiveram a nacionalidade portuguesa e o reagrupamento familiar, são alguns exemplos dos desafios atuais que se colocam às políticas de integração.

Jorge Malheiros e Alina Esteves coordenaram este trabalho notável do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, que traça um diagnóstico claro e atual sobre a situação dos imigrantes em Portugal. Desde logo, clarifica-se a evolução sociodemográfica portuguesa, as alterações das rotas migratórias – altamente influenciadas pelo mercado de trabalho – e as dificuldades na integração e de desenvolvimento de redes relacionais dos imigrantes em Portugal.

O diagnóstico feito neste estudo é fundamental para percebermos os

principais problemas com que se debatem os imigrantes e para compreendermos os seus contributos para os processos de desenvolvimento do país e das regiões e locais onde se encontram.

Este trabalho contribui para que Portugal se mantenha na linha da frente no aperfeiçoamento de uma política de integração informada. Estas políticas estão, tal como a sociedade e a par da sociedade, em permanente mudança. Temos que saber adaptá-las e melhorá-las constantemente. É nossa missão continuar a trabalhar para conseguir dar sempre as melhores respostas às necessidades de integração dos imigrantes em Portugal.

*Pedro Lomba*

Secretário de Estado adjunto do Ministro adjunto e do Desenvolvimento Regional



# ÍNDICE

<b>ÍNDICE DE TABELAS</b>	11
<b>ÍNDICE DE FIGURAS</b>	19
<b>1. INTRODUÇÃO</b>	23
<b>2. METODOLOGIA</b>	27
<b>3. ANÁLISE DIACRÓNICA DA IMIGRAÇÃO EM PORTUGAL: NOTA INTRODUTÓRIA</b>	30
3.1 O processo de migração contemporânea – Uma síntese	30
3.2 Caracterização sumária da população imigrante	36
<b>4. CARATERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA E SOCIAL DAS FAMÍLIAS IMIGRANTES</b>	48
4.1. Caracterização demográfica das famílias dos imigrantes	48
4.1.1. Distribuição geográfica dos inquiridos	48
4.1.2 Composição dos agregados familiares segundo a idade, género e estado civil	50
4.1.3 Dimensão dos agregados familiares	58
4.1.4 Origem geográfica dos agregados familiares: naturalidade e nacionalidade	61
4.1.5 Ano de chegada a Portugal e primeiro local de residência	70
4.1.6 Coabitação com outras pessoas não pertencentes à família	76
4.1.7 Grau de instrução, principal meio de vida e profissão	79
4.2 As trajetórias migratórias	85
<b>5. OS IMIGRANTES E O MERCADO DE TRABALHO</b>	99

5.1. Condição perante a atividade económica	100
5.2. Situação na profissão	109
5.3. Regime de trabalho e vínculo contratual dos imigrantes empregados	117
5.4. Ocupação profissional	125
5.5. Mobilidade profissional	134
<b>6. HABITAÇÃO E CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE</b>	138
6.1 Introdução	138
6.2. Caracterização dos alojamentos e condições de habitabilidade	140
<b>7. UMA INTRODUÇÃO ÀS PRÁTICAS CULTURAIS</b>	160
7.1 Diversidade religiosa e linguística – expressões culturais associadas à presença imigrante	161
7.2 Práticas culturais – entre a preservação da identidade e o cosmopolitismo	170
<b>8. DIFICULDADES, FATORES E NÍVEIS DE INTEGRAÇÃO DOS IMIGRANTES EM PORTUGAL</b>	179
8.1 Enquadramento teórico sumário e metodologia	179
8.2 Análise dos resultados apurados a partir dos inquéritos	181
<b>9. PERCEÇÃO SOBRE SITUAÇÕES DE DISCRIMINAÇÃO EM PORTUGAL</b>	198
<b>10. REDES DE SOLIDARIEDADE E APOIO: INSTITUCIONAIS E INFORMAIS</b>	215
10.1 Sociabilidades informais	216
10.2 Associativismo e direitos de cidadania	225
10.3 Relações com serviços: uma perspetiva sobre a participação em redes formais inclusivas	234
10.4 Redes de sociabilidade: uma breve nota conclusiva	237
<b>11. PRÁTICAS TRANSNACIONAIS - RELAÇÕES COM O PAÍS DE ORIGEM E INTENÇÕES MIGRATÓRIAS</b>	239
11.1 Remessas financeiras dos imigrantes	240

11.2 Família nos locais de origem e reagrupamento familiar: algumas notas	247
11.3 Concluir ou prolongar o ciclo migratório: retorno e remigração	251
<b>12. NOTA CONCLUSIVA</b>	255
12.1 Síntese de resultados	255
12.2 Implicações nas políticas	265
12.3 Implicações no domínio da investigação	267
<b>ANEXOS</b>	269
Anexo 1 – Tabelas complementares	269
Anexo 2 – Elementos relativos aos estudos locais	277
Anexo 3 – Formulário do questionário	281
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	301



# ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 3.1 – População estrangeira segundo as principais nacionalidades, 2011	35
Tabela 3.2 – Nascimentos em Portugal segundo a nacionalidade da mãe, 2000-2010 (Nº e %)	37
Tabela 3.3 – Evolução dos casamentos em Portugal envolvendo cidadãos portugueses e estrangeiros, 2005-2010 (Nº e %)	38
Tabela 3.4 – Distribuição regional dos cidadãos estrangeiros com situação regularizada em Portugal, 2005-2011 (Nº e %)	40
Tabela 3.5 – Stock de trabalhadores estrangeiros por ramos de atividade, 2009 (%)	42
Tabela 3.6 – Alunos inscritos de nacionalidade estrangeira em estabelecimentos de Ensino Superior em Portugal, por país/continente de origem, 2000/2001 a 2010/2011 (%)	45
Tabela 3.7 – Diplomados de nacionalidade estrangeira em estabelecimentos de Ensino Superior em Portugal, por país/continente de origem, 2000/2001 a 2009/2010 (%)	47
Tabela 4.1 – Número de respondentes e membros do agregado familiar co-residentes, por regiões de residência (%)	50
Tabela 4.2 – Número de respondentes e membros do agregado familiar co-residentes, por regiões de residência, segundo o <i>sex-ratio</i> (%)	51
Tabela 4.3 – Respondentes e membros do agregado familiar co-residentes por regiões / países de naturalidade, segundo o <i>sex ratio</i> (%)	52

Tabela 4.4 – Grupos etários dos respondentes e membros do agregado familiar co-residentes (%)	53
Tabela 4.5 – Grupos etários dos respondentes e membros do agregado familiar co-residentes, segundo a região / país de naturalidade (%)	54
Tabela 4.6 – Estado civil dos respondentes e membros do agregado familiar co-residentes (%)	56
Tabela 4.7 – Estado civil dos respondentes e membros do agregado familiar co-residentes, segundo a região / país de naturalidade (%)	57
Tabela 4.8 – Número de agregados familiares segundo a dimensão (%)	59
Tabela 4.9 – Ano de chegada a Portugal dos respondentes dos agregados familiares constituídos por apenas uma pessoa segundo o grupo etário (%)	60
Tabela 4.10 – Estado civil dos respondentes dos agregados familiares constituídos por apenas 1 pessoa (%)	61
Tabela 4.11 – Naturalidade dos respondentes e membros do agregado familiar co-residentes (%)	62
Tabela 4.12 – Nacionalidade dos respondentes e membros do agregado familiar co-residentes (%)	65
Tabela 4.13 – Naturalidade segundo a nacionalidade dos respondentes e membros do agregado familiar co-residentes (%)	67
Tabela 4.14 – Naturalidade dos respondentes e membros do agregado familiar co-residentes, segundo as regiões de residência (%)	69
Tabela 4.15 – Ano de chegada a Portugal dos respondentes e dos membros do agregado familiar co-residentes (%)	71
Tabela 4.16 – Ano de chegada a Portugal dos respondentes e dos membros do agregado familiar co-residentes, segundo a naturalidade (%)	72
Tabela 4.17 – Primeira região de residência dos respondentes e dos membros do agregado familiar co-residentes, após a chegada a Portugal segundo a região de residência atual (%)	74

Tabela 4.18 – Primeira região de residência após a chegada a Portugal dos respondentes e dos membros do agregado familiar co-residentes, segundo o ano de chegada (%)	75
Tabela 4.19 – Respondentes que residem sem família e em coabitação com outros indivíduos com quem não têm laços de parentesco, segundo a naturalidade (Nº e %)	77
Tabela 4.20 – Número de pessoas sem laços de parentesco com o respondente (que vive sem outros elementos da família) e que com ele coabitam (Nº e %)	78
Tabela 4.21 – Pessoas sem laços de parentesco com o respondente (que vive sem a família), oriundas do seu país de origem e que com ele coabitam (Nº e %)	78
Tabela 4.22 – Respondentes e membros do agregado familiar co-residentes com idade >= 10 anos segundo o nível de ensino mais elevado que completaram e a naturalidade (%)	80
Tabela 4.23 – Principal meio de vida dos respondentes e dos membros do agregado familiar co-residentes, segundo a naturalidade (%)	81
Tabela 4.24 – Profissão dos respondentes e dos membros do agregado familiar co-residentes, segundo a naturalidade (%)	83
Tabela 4.25 – Principal razão de escolha de Portugal como país de residência segundo a naturalidade dos respondentes (%)	86
Tabela 4.26 – Forma de imigração utilizada para chegar a Portugal segundo a naturalidade dos respondentes (%)	87
Tabela 4.27 – Pagamento a alguém ou a alguma organização para “ajudar” a vir para Portugal segundo a naturalidade (%)	88
Tabela 4.28 – Residência noutro país diferente do país de origem antes de se instalar em Portugal, segundo a naturalidade (%)	89
Tabela 4.29 – Residência noutro país diferente do país de origem antes de se instalar em Portugal, segundo a naturalidade dos respondentes (%)	90
Tabela 4.30 – Motivo pelo qual deixou o seu país de origem segundo a naturalidade dos respondentes (%)	91

Tabela 4.31 – Documentos com que os respondentes entraram em Portugal segundo a naturalidade (%)	93
Tabela 4.32 – Situação documental dos respondentes em Portugal segundo a naturalidade (%)	94
Tabela 4.33 – Intenção de obter a nacionalidade portuguesa segundo a naturalidade dos respondentes (%)	95
Tabela 4.34 – Principais motivos na origem da opção pelo concelho de atual residência segundo as grandes regiões onde foram aplicados os questionários (% de respondentes de cada região que optou por cada um dos motivos)	96
Tabela 4.35 – Principais motivos na origem da opção pelo concelho de atual residência segundo a naturalidade (% de respondentes de cada região que optou por cada um dos motivos)	97
Tabela 5.1 – Condição perante a atividade económica dos respondentes e seus familiares co-residentes, segundo o sexo (Nº e %)	102
Tabela 5.2 – Condição perante a atividade económica dos respondentes e seus familiares co-residentes, por região de residência (%)	104
Tabela 5.3 – Condição perante a atividade económica dos respondentes e seus familiares co-residentes, por posse da nacionalidade portuguesa (Nº e %)	105
Tabela 5.4 – Condição perante a atividade económica dos respondentes e seus familiares co-residentes, por nacionalidade (%)	107
Tabela 5.5 – Condição perante a atividade económica dos respondentes e seus familiares co-residentes, por ano de chegada a Portugal (%)	108
Tabela 5.6 – Situação na profissão dos respondentes e seus familiares co-residentes, segundo o sexo (Nº e %)	110
Tabela 5.7 – Situação na profissão dos respondentes e seus familiares co-residentes, por nacionalidade e sexo (%)	111
Tabela 5.8 – Respondentes e seus familiares co-residentes que são trabalhadores por conta própria, por nacionalidade e sexo (%)	112



Tabela 5.9 – Regime de trabalho dos respondentes e seus familiares co-residentes, por ano de chegada a Portugal (%)	118
Tabela 5.10 – Emprego a tempo inteiro e parcial dos respondentes e seus familiares co-residentes, por nacionalidade e sexo, em 2009 (%)	120
Tabela 5.11 – Vínculo contratual dos respondentes e seus familiares co-residentes empregados, por nível de escolaridade (%)	122
Tabela 5.12 – Vínculo contratual dos respondentes e seus familiares co-residentes empregados, por ano de chegada a Portugal (%)	122
Tabela 5.13 – Vínculo contratual dos respondentes e seus familiares co-residentes empregados, por região de residência (%)	123
Tabela 5.14 – Vínculo contratual dos respondentes e seus familiares co-residentes empregados, por nacionalidade (%)	124
Tabela 5.15 – Ocupação profissional dos respondentes e seus familiares co-residentes empregados, por sexo (Nº e %)	126
Tabela 5.16 – Ocupação profissional dos respondentes e seus familiares empregados, por nacionalidade e sexo (%)	131
Tabela 5.16 – Ocupação profissional dos respondentes e seus familiares empregados, por nacionalidade e sexo (%) (cont.)	132
Tabela 5.17 – Distribuição dos respondentes por Grupos de Profissões antes do projeto migratório, à chegada a Portugal e no momento da inquirição (Nº e %)	136
Tabela 5.18 – Meio de obtenção do emprego dos respondentes, à chegada a Portugal e no momento da inquirição (%)	137
Tabela 6.1 – Tipo de alojamento onde residem os respondentes e os seus familiares (Nº e %)	142
Tabela 6.2 – Respondentes residentes segundo o tipo de alojamento e o ano de chegada a Portugal (Nº)	149
Tabela 6.3 – Respondentes segundo o regime de ocupação dos alojamentos e o ano de chegada a Portugal (%)	154
Tabela 6.4 – Alojamentos segundo o número de divisões (Nº e %)	158

Tabela 6.5 – Instalações existentes nos alojamentos (Nº)	158
Tabela 7.1 – Língua utilizada como primeiro veículo de comunicação no espaço doméstico (principais grupos de imigrantes)	166
Tabela 7.2 – Situação relativa à frequência de cursos de língua portuguesa segundo a nacionalidade dos respondentes (%)	169
Tabela 7.3 – Respondentes que efetuam cada uma das práticas todas as semanas ou mais frequentemente segundo as principais nacionalidades (%)	175
Tabela 7.3 – Respondentes que efetuam cada uma das práticas todas as semanas ou mais frequentemente segundo as principais nacionalidades (%) (cont.)	176
Tabela 7.4 – Respondentes que efetuam cada uma das práticas todas as semanas ou mais frequentemente segundo o grupo etário (%)	178
Tabela 8.1 – Grau de dificuldade na integração em Portugal à chegada ao país e no momento de inquirição, segundo vários domínios	181
Tabela 8.2 – Grau de dificuldade no processo de integração em Portugal segundo vários domínios - fase de inquirição (%)	183
Tabela 8.3 – Grau de dificuldade no processo de integração em Portugal na fase de inquirição (nada difícil) por grupo etário dos respondentes (%)	186
Tabela 8.4 – Grau de dificuldade no processo de integração em Portugal na fase de inquirição (muito difícil) por grupo etário dos respondentes (%)	187
Tabela 8.5 – Grau de importância de situações/condições que favorecem o processo de integração segundo os respondentes (%)	190
Tabela 8.6 – Grau de importância de situações/condições que favorecem o processo de integração (muito importante) segundo o nível de instrução dos respondentes (%)	195
Tabela 8.7 – Avaliação do nível de integração dos respondentes (%)	195
Tabela 8.8 – Avaliação do nível de integração segundo a situação legal dos respondentes (%)	196
Tabela 9.1 – Perceção sobre a existência de discriminação para com os imigrantes, por sexo dos respondentes (Nº e %)	199

Tabela 9.2 – Percepção sobre a existência de discriminação para com os imigrantes, por nível escolaridade dos respondentes (Nº e %)	200
Tabela 9.3 – Experiência de discriminação dos respondentes por motivos raciais ou étnicos, por sexo (Nº e %)	202
Tabela 9.4 – Experiência de discriminação dos respondentes por motivos raciais ou étnicos, por nível de escolaridade (Nº e %)	202
Tabela 9.5 – Experiência de discriminação dos respondentes por motivos raciais ou étnicos, por região de residência (Nº e %)	204
Tabela 9.6 – Incidência da discriminação por domínio e nacionalidade (%)	212
Tabela 10.1 – Níveis gerais de associativismo segundo a região de residência dos respondentes (Nº e %)	227
Tabela 10.2 – Níveis gerais de associativismo segundo o período de chegada dos respondentes (Nº e %)	229
Tabela 10.3 – Utilização das associações de imigrantes segundo a região de residência dos respondentes (Nº e %)	231
Tabela 10.4 – Avaliação do trabalho das associações de imigrantes segundo o sexo dos respondentes (Nº e %)	232
Tabela 10.5 – Avaliação do trabalho das associações de imigrantes segundo a situação perante a nacionalidade do respondente (Nº e %)	232
Tabela 10.6 – Voto nas eleições locais em Portugal segundo a situação perante a nacionalidade dos respondentes (Nº e %)	233
Tabela 10.7 – Voto nas eleições locais em Portugal segundo o nível de instrução dos respondentes (Nº e %)	234
Tabela 10.8 – Relação dos respondentes com diversos serviços e sua avaliação (%)	236
Tabela 11.1 – Volume mensal de remessas segundo os períodos de chegada dos respondentes (%)	243
Tabela 11.2 – Volume mensal de remessas segundo o nível de instrução dos respondentes (euros)	246

Tabela complementar 5.1 – Taxa de emprego de nacionais e estrangeiros, em Portugal e na UE27 (2000-2010)	271
Tabela complementar 5.2 – Taxa de emprego de nacionais e estrangeiros, por sexo (2000-2010)	271
Tabela complementar 5.3 – Taxa de desemprego de nacionais e estrangeiros, em Portugal e na UE27 (2000-2010)	272
Tabela complementar 5.4 – Taxa de desemprego de nacionais e estrangeiros, por sexo (2000-2010)	272
Tabela complementar 5.5 – Distribuição dos trabalhadores por conta de outrem segundo os sectores de atividade, por nacionalidade e sexo em 2009 (%)	273
Tabela complementar 5.6 – Número de empregos em Portugal dos respondentes	274
Tabela complementar 5.7 – Número de empregos em Portugal, por tempo de residência (ano de chegada) dos respondentes	274
Tabela complementar 9.1 – Perceção da frequência da discriminação sobre os imigrantes, por nível de escolaridade dos respondentes	275

# ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 3.1 – Cidadãos estrangeiros em situação regular em Portugal, por continentes de origem, 1974-2012	31
Figura 3.2 – Evolução do número de alunos inscritos de nacionalidade estrangeira em estabelecimentos de Ensino Superior em Portugal, 2000/2001 a 2010/2011	43
Figura 3.3 – Evolução do número de diplomados de nacionalidade estrangeira em estabelecimentos de Ensino Superior em Portugal, 2000/2001 a 2009/2010	46
Figura 4.1 – Estrutura etária dos respondentes e membros do agregado familiar co-residentes, segundo a região / país de nacionalidade	55
Figura 4.2 – Respondentes e membros do agregado familiar co-residentes com a nacionalidade portuguesa segundo a região / país de nacionalidade	68
Figura 5.1 – Respondentes e seus familiares co-residentes que são trabalhadores por conta própria, por região de residência (%)	116
Figura 5.2 – Regime de trabalho dos respondentes e seus familiares co-residentes, por nacionalidade (%)	119
Figura 5.3 – Vínculo contratual dos respondentes e seus familiares co-residentes empregados, por sexo (%)	121
Figura 6.1 – Tipo de alojamento onde residem os respondentes segundo a nacionalidade (%)	143
Figura 6.2 – Respondentes segundo o tipo de alojamento em que residem por sexo (Nº e %)	144
Figura 6.3 – Respondentes residentes nos vários tipos de alojamento segundo o grupo etário (Nº e %)	145

Figura 6.4 – Respondentes residentes nos vários tipos de alojamento segundo o estado civil (Nº e %)	146
Figura 6.5 – Respondentes residentes nos vários tipos de alojamento segundo a condição perante a atividade económica (%)	147
Figura 6.6 – Respondentes residentes em alojamentos segundo o regime de ocupação (Nº)	150
Figura 6.7 – Respondentes segundo o regime de ocupação dos alojamentos, por principais países de origem (%)	152
Figura 6.8 – Regime de ocupação dos alojamentos segundo a condição perante a atividade económica (%)	155
Figura 6.9 – Tencionar comprar casa em Portugal segundo as regiões de acolhimento (%)	157
Figura 6.10 – Indicadores de equipamentos disponíveis pela família coabitante (Nº)	159
Figura 7.1 – Religião segundo a naturalidade dos respondentes (%)	163
Figura 7.2 – Religião segundo o sexo dos respondentes (%)	164
Figura 8.1 – Grau de dificuldade no processo de integração em Portugal na fase de inquirição (nada difícil) por sexo dos respondentes (Nº e %)	184
Figura 8.2 – Grau de dificuldade no processo de integração em Portugal na fase de inquirição (muito difícil) por sexo dos respondentes (Nº e %)	185
Figura 8.3 – Grau de dificuldade no processo de integração em Portugal (nada difícil) por nacionalidade dos respondentes (Nº e %)	188
Figura 8.4 – Grau de dificuldade no processo de integração em Portugal (muito difícil) por nacionalidade dos respondentes (Nº e %)	189
Figura 8.5 – Grau de importância de situações/condições que favorecem o processo de integração (muito importante) segundo o sexo dos respondentes (Nº e %)	192
Figura 8.6 – Grau de importância de situações/condições que favorecem o processo de integração (nada importante) segundo o grupo etário dos respondentes (Nº e %)	193

Figura 8.7 – Grau de importância de situações/condições que favorecem o processo de integração (muito importante) segundo o grupo etário dos respondentes (Nº e %)	194
Figura 8.8 – Avaliação do nível de integração segundo o ano de chegada (%)	197
Figura 9.1 – Perceção sobre a existência de discriminação para com os imigrantes, por nacionalidade dos respondentes (%)	201
Figura 9.2 – Experiência de discriminação dos respondentes, por origem geográfica (%)	205
Figura 9.3 – Perceção dos respondentes de terem sido discriminados por motivos raciais ou étnicos, por nacionalidade (%)	207
Figura 9.4 – Ocorrência de situações de discriminação/Incidência da discriminação por domínio (%)	209
Figura 10.1. – Estrutura global das redes de amizade dos respondentes – número de respondentes que mencionou cada grupo	217
Figura 10.2 – Estrutura das redes de amizade segundo a situação perante a nacionalidade dos respondentes (%)	218
Figura 10.3 – Estrutura das redes de amizade dos respondentes segundo as principais nacionalidades (%)	220
Figura 10.4 – Amigos “da mesma nacionalidade” do respondente, segundo os períodos de chegada (%)	221
Figura 10.5 – A quem recorreria se necessitasse de ajuda de emergência (Nº)	222
Figura 10.6 – A quem recorreria se necessitasse de ajuda de emergência, segundo o sexo dos respondentes (%)	223
Figura 10.7 – A quem recorreria se necessitasse de ajuda de emergência, segundo o grupo etário dos respondentes (%)	224
Figura 10.8 – Níveis gerais de associativismo segundo o género dos respondentes (%)	228
Figura 10.9 – Respondentes pertencentes a associações segundo o tipo de associação (%)	230
Figura 11.1 – Respondentes que “costumam” enviar remessas para o país de origem, segundo as principais nacionalidades (%)	241

Figura 11.2 – Respondentes que “costumam” enviar remessas segundo o período de chegada a Portugal (%)	242
Figura 11.3 – Estimativa dos valores médios mensais remetidos pelos respondentes que efetuam esta prática, segundo os principais países de origem (euros)	245
Figura 11.4 – Respondentes que declaram não enviar remessas segundo o nível de instrução (%)	246
Figura 11.5 – Respondentes com familiares dependentes no país de origem segundo a situação perante a nacionalidade (%)	248
Figura 11.6 – Respondentes que tencionam trazer familiares para Portugal segundo a situação perante a nacionalidade (%)	249
Figura 11.7 – Respondentes que tencionam trazer familiares para Portugal segundo as principais nacionalidades (%)	250
Figura 11.8 – Desejo de residir noutro país segundo a situação perante a nacionalidade dos respondentes (%)	252
Figura 11.9 – Desejo de residir noutro país segundo o grupo etário dos respondentes (%)	253
Figura 11.10 – Desejo de residir noutro país segundo o nível de instrução dos respondentes (%)	254



O presente estudo tem como objetivo sintetizar, para o conjunto do país, os resultados do processo de caracterização da população imigrante de origem não comunitária (exterior à UE27), que se baseia numa série de recolhas uniformizadas de informação e de análises implementadas em 20 áreas do território nacional, incluindo-se, aqui, municípios isolados, conjuntos de municípios e mesmo agrupamentos de freguesias, distribuídos por todas as regiões do continente e dos arquipélagos insulares autónomos. Este processo, que implicou a aplicação de uma matriz de questionário comum e a utilização de um método uniforme, foi coordenado em termos científicos e técnicos pelo Centro de Estudos Geográficos e implementado por 20 equipas locais, na maioria dos casos enquadradas por entidades gestoras do CLAII (autarquias, IPSS e outras organizações da sociedade civil), que frequentemente se associaram a Centros de Investigação da área das ciências sociais. Todas estas equipas – mesmo aquelas em que as entidades gestoras internalizaram o processo de recolha e análise de informação – tiveram uma coordenação científica idónea e competente, que, em conjunto com inquiridores, técnicos e investigadores, realizaram trabalhos notáveis que, de resto, deram origem ao conjunto de Relatórios Locais de Diagnóstico publicados pelo ACIDI na Coleção *Portugal Imigrante*. Na verdade, sendo este estudo fortemente tributário dos esforços destas entidades autárquicas, académicas e da sociedade civil, queríamos aqui deixar o nosso sincero agradecimento pelo *input*, em termos de informação e também da reflexão efetuada nos diversos estudos locais, que deram para este trabalho. Sem estas contribuições, este estudo não teria sido realizado<sup>1</sup>.

Num momento em que os fluxos migratórios direcionados para Portugal entraram numa fase de decréscimo e que o stock de imigrantes tende a estabilizar, sobretudo se contabilizarmos estrangeiros e cidadãos que obtiveram a nacionalidade portuguesa, o desafio da integração continua a colocar-se, ainda que se

1

A lista destas entidades e dos coordenadores dos diversos estudos locais, pode ser consultada no Anexo 2. Frise-se, contudo, que as ideias expressas neste Relatório Global de Diagnóstico são da exclusiva responsabilidade da equipa que o elaborou, assim como todos os problemas e deficiências que nele forem detetados.

apresente, agora, de modo diferente, não só porque se assiste a um processo de consolidação da presença social de muitas famílias, mas sobretudo porque tal ocorre num momento marcado por uma prolongada e significativa recessão económica que, para além de trazer a marca do empobrecimento, aparece associada às maiores taxas de desemprego, desde que este fenómeno é registado. E estas atingiram significativamente os imigrantes, população particularmente vulnerável neste domínio, não obstante o ano de 2010 já tenha revelado uma forte capacidade de ajuste por parte destes (por via do retorno, da remigração, do recurso à informalização da atividade com saída do registo formal de desemprego, etc.), uma vez que a variação global das taxas de desemprego registado já foi inferior à do conjunto da população.

Perante este quadro, que anuncia a transição para uma fase distinta em matéria de imigração e o retorno, de certa forma infeliz e em larga medida por falta de alternativas internas, ao velho “Portugal, país de emigração”, torna-se fundamental traçar um diagnóstico completo e atualizado da situação dos imigrantes instalados nas várias áreas geográficas em análise, em termos sociodemográficos, de trajetórias laborais e migratórias, das experiências de discriminação e integração de proximidade e do desenvolvimento de redes relacionais, com o objetivo de repensar as políticas de integração, que têm sempre um cunho marcadamente local. Perante o novo contexto, é obrigatório ajustar estas políticas, tanto ao novo quadro migratório (consolidação das presenças com reagrupamento familiar, provável envelhecimento das populações imigrantes, substituição limitada dos imigrantes laborais, tendência para o decréscimo ou, eventualmente, para a estabilização do efetivo imigrante), como às atuais condições económicas, marcadas pela recessão prolongada e pela forte redução dos fundos públicos. Atendendo a que Portugal soube desenvolver, ao longo dos anos de forte pressão migratória, políticas públicas de integração de qualidade capazes de garantir boas respostas para as necessidades específicas dos estrangeiros, um quadro generalizado de igualdade de direitos entre estes e os nacionais, e um nível relativamente reduzido das expressões xenófobas e racistas, pelo menos em termos explícitos, torna-se agora necessário, para continuar a agir bem com menos recursos e num novo contexto, efetuar uma análise que permita estabelecer, com rigor, o ponto de partida para a “nova ação”. O presente estudo possui, precisamente esta motivação – contribuir para o desenvolvimento de uma política pública informada em matéria de integração dos imigrantes –, que, de algum modo, pode ser desdobrada em três propósitos base:

- Obter um conjunto significativo de informação que contribua para o desenvolvimento de políticas informadas de integração, na esteira do que tem vindo a caracterizar a ação internacionalmente reconhecida dos órgãos governamentais portugueses, com destaque para o ACIDI, ao mesmo tempo que disponibiliza um leque muito vasto de dados que pode ser explorado

de modos muito diversos pela comunidade científica, inclusive através da manipulação das bases estatísticas associadas ao estudo e, também, da leitura conjugada com os Relatórios Locais de Caracterização atrás mencionados;

- Identificar os principais problemas com que se debatem estes imigrantes;
- Perceber os contributos destes imigrantes para os processos de desenvolvimento do país e das regiões e lugares onde se instalam.

Refira-se que a realização dos Censos de 2011 (e a posterior publicação dos resultados) apenas um ano depois da realização do processo de inquirição associado a este trabalho pode, de algum modo, dar a ideia de que uma parte da informação recolhida é menos útil, porque se sobrepõe aos dados censitários, que têm a vantagem de ser recolhidos para toda a população e não apenas para uma amostra. Não é esta a nossa opinião. Efetivamente, pensamos que este estudo e os dados que lhe servem de suporte são complementares à informação contida nos Censos, não só porque num contexto de forte recessão e incerteza as mudanças tendem a ter algum significado – ou pelo menos a indiciar tendências –, mas também porque uma parte substancial da informação recolhida está direcionada para aspetos que os Censos não cobrem, sendo exemplo as questões da discriminação e da integração, do papel das redes sociais, da análise e avaliação da relação com serviços ou das referências às práticas transnacionais. Portanto, complementaridade e não sobreposição, deve ser o elemento norteador da utilização dos dados dos Censos e da informação associada a este trabalho.

Em termos de estrutura, este estudo comporta, para além da introdução, um capítulo que explica a estratégia metodológica prosseguida, incluindo-se aqui o método de amostragem adotado, a dimensão da amostra e as limitações associadas ao processo de recolha. A componente analítica é desenvolvida nos nove capítulos subsequentes, tendo o primeiro destes, o objetivo de enquadrar o estudo a partir de dados provenientes de fontes secundárias, com destaque para aqueles que são recolhidos pelo SEF. Esta informação inicial, visa fornecer uma panorâmica da população imigrante, dando alguma atenção às tendências correntes de evolução, mais difíceis de obter a partir da informação recolhida nos questionários aplicados, uma vez que estes correspondem a uma única fotografia efetuada no momento de inquirição, não obstante algumas questões sobre processos passados, como o emprego, a data de chegada a Portugal ou os tipos de alojamento anteriores e, também, sobre intenções futuras, como a remigração, o regresso ao país de origem ou as intenções relativas a trazer familiares para Portugal.

Entre o quarto e o 11º capítulo é efetuado o diagnóstico da população imigrante nas suas várias dimensões, tomando-se como ponto de partida uma caracterização sociográfica dos elementos dos agregados familiares, a que se sucedem capítulos específicos sobre as várias

temáticas abordadas: emprego, alojamento, práticas culturais, integração, discriminação, envolvimento em redes sociais e relações com o exterior. Como se supõe, o estudo encerra com uma síntese conclusiva que complementa e sublinha muitas das sínteses de resultados que acompanham os diversos capítulos anteriores, para além de incluir também algumas recomendações para a intervenção.

Por último, é da mais elementar justiça fechar esta introdução com um agradecimento ao ACIDI e aos seus técnicos e responsáveis, por acreditarem no valor deste trabalho, terem paciência para as suas vicissitudes e fornecerem os estímulos necessários à sua conclusão. Assim, a Rosário Farmhouse, Alta-Comissária para a Imigração e o Diálogo Intercultural, Bernardo Sousa, Johnson Marques e, sobretudo, Paula Moura, um grande e sincero, “muito obrigado”.

Em termos metodológicos, o presente estudo tem uma natureza eminentemente quantitativa, estando assente num processo de recolha de informação por questionário, aplicado a uma amostra significativa da população imigrante não comunitária (cidadãos maiores de 16 anos, naturais de países não-membros da UE27, com exceção dos descendentes da população retornada, que nasceram nas ex-colónias portuguesas de África a residir em Portugal.

A seleção de uma amostra representativa da população imigrante apresenta diversos problemas, que foram, por exemplo, discutidos de modo bastante amplo, por Lages e colaboradores (2006), numa sondagem anterior efetuada à população imigrante. Os problemas então destacados, correspondem à existência de uma parcela desconhecida da população (os imigrantes irregulares<sup>2</sup>) e à sua maior mobilidade geográfica interna, que torna difícil a aplicação de questionários em áreas de pretensa residência. Decorre, daqui, a necessidade de se encontrar uma metodologia que permita encontrar representatividade numa população que se enquadra no âmbito das “populações raras, sensíveis ou ocultas, por serem pouco numerosas e dispersas no território e não se lhes conhecer a dimensão ou a distribuição exata” (Lages *et al.*, 2006: 51).

Perante isto, e na esteira de outros autores, optou-se por recorrer a um método de amostragem focalizado multi-etápico<sup>3</sup>, no caso concreto, bietápico, que pudesse tirar partido da informação prévia disponível sobre a distribuição dos imigrantes (Censos de 2001, dados do SEF por distrito e concelho, ainda que estes últimos apenas tenham ficado disponíveis sem restrições já no decurso do processo de trabalho) e, também, das possibilidades de

2

Malheiros (2008) estimou este valor para Portugal em cerca de 90.000 pessoas (2004). Contudo, utilizando como referência as detenções de estrangeiros em situação irregular apresentadas nos Relatórios do SEF de 2009 e 2010, admite-se, a priori, que tal número possa ter-se reduzido a cerca de dois terços ou mesmo metade. Mais recentemente, a crise económica e as suas consequências ao nível do aumento do desemprego de estrangeiros podem ter levado alguns destes a não conseguir renovar as suas autorizações de residência por serem incapazes de cumprir a exigência relativa à posse de um contrato de trabalho.

3

Ver a este propósito, Reis *et al.*, 2008.

aplicação local dos questionários (municípios com CLAI complementados com algumas inquirições em locais complementares de modo a ter uma cobertura de todas as regiões portuguesas).

Em termos concretos, procedeu-se à divisão do território em grandes regiões (Norte Interior, Norte Litoral, Centro Interior, Centro Litoral, Grande Lisboa, Península de Setúbal, Alentejo, Algarve, R. A. Açores e R. A. Madeira), selecionando posteriormente municípios dentro destas regiões onde foram aplicados os questionários. Dentro de cada município, a seleção dos locais específicos de aplicação dos inquéritos e dos indivíduos e famílias inquiridas foi efetuada de um modo aleatório, se bem que no último caso isto fosse associado a uma estratificação em função das naturalidades, procurando-se que as proporções de inquiridos correspondessem, na medida do possível, às percentagens dos grandes grupos de estrangeiros não comunitários registados pelo SEF. A amostra foi, portanto, recolhida em locais de 20 concelhos de todas as regiões do país (pelo menos dois municípios por região, com exceção dos Açores), no âmbito de um procedimento idêntico aos que se utilizam em sondagens eleitorais ou barómetros de opinião que são aplicados de forma direta e não por via telefónica.

Neste processo de inquirição utilizam-se dois tipos de unidades amostrais: as *famílias* e o *respondente*, que é o indivíduo que efetivamente responde ao questionário. Note-se que as famílias foram selecionadas aleatoriamente e, dentro destas, o respondente também<sup>4</sup>. Tal como acontece noutros estudos, o recurso a dois tipos de unidades amostrais com base na aplicação de um único questionário tem como objetivo permitir uma caracterização mais abrangente e completa das famílias e de todos os membros dos agregados familiares para os domínios básicos de caracterização sociodemográfica e geográfica (Bloco A). Adicionalmente, o questionário permite também obter, embora exclusivamente para o respondente, elementos acerca da situação e dinâmica residencial (Bloco B), da trajetória socioprofissional e geográfica (Bloco C), do processo de integração residencial e social, incluindo a relação com as instituições (Bloco D), da sensibilidade face à discriminação e ao racismo (Bloco E) e das estratégias de interação com o país de origem (Bloco F).

No total, foram aplicados e validados 5.669 questionários a imigrantes não comunitários que permitiram caracterizar também as suas famílias e respetivos membros, num total de 13.520 pessoas. Para um nível de confiança de 95%, esta amostra possui um grau de confiança de mais ou menos 1,7%, embora se deva assumir alguma distorção devido ao não respeito absoluto pelas condições de aleatoriedade, como acabámos de referir.

.....

4

Excetuam-se, naturalmente, os agregados familiares compostos por um único indivíduo, em que este coincide com a família.

Como mencionado na *Introdução*, a aplicação dos questionários foi coordenada localmente por investigadores altamente qualificados, que se responsabilizaram pela construção das bases de dados parciais iniciais<sup>5</sup> e pela elaboração dos Relatórios Locais de Diagnóstico que serviram de apoio à elaboração deste estudo final-síntese. Em cada local, equipas de inquiridores nacionais e estrangeiros aplicaram diretamente os questionários entre outubro de 2009 e março de 2010, tendo sido efetuada formação ao nível local para o efeito, de modo a assegurar uniformidade de procedimentos.

Embora esteja assegurada a representatividade dos questionários para o conjunto da população, tal não está garantido para subgrupos, tanto ao nível das regiões de residência dos inquiridos, como das nacionalidades destes, uma vez que nestes casos o erro amostral aumenta.

A informação recolhida ao nível local foi agregada em duas bases de dados Excel, uma com a caracterização de todos os membros dos agregados familiares, incluído o respondente e outra apenas com dados relativos ao inquirido, que incluíam, para além da caracterização sociográfica, toda a panóplia adicional de informação atrás mencionada. Estas bases de dados foram tratadas e validadas, tendo a informação sido posteriormente sujeita, com recurso ao mesmo programa, a tratamento estatístico de tipo descritivo, que inclui a realização de quadros de frequência, cruzamento de variáveis e cálculo de medidas estatísticas básicas, para além da elaboração de diversos gráficos ilustrativos.

.....

5

A matriz base essencial do questionário, que pode ser consultada no Anexo 3, foi igual nos questionários utilizados nos 20 locais. Contudo, os investigadores responsáveis por cada um destes estudos, tinham a liberdade de introduzir blocos adicionais de questões que considerassem relevantes, quer para o caso específico do seu concelho ou freguesia, quer para dar suporte a alguma análise orientada que pretendessem executar (e.g. reforço da dimensão género, análise de serviços específicos de caráter local ou regional, etc.).

### 3. ANÁLISE DIACRÓNICA DA IMIGRAÇÃO EM PORTUGAL: NOTA INTRODUTÓRIA

#### 3.1 O PROCESSO DE MIGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA – UMA SÍNTESE

#### 3.1 O PROCESSO DE MIGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA – UMA SÍNTESE

As últimas três décadas têm sido marcadas por importantes alterações na posição de Portugal no contexto das migrações internacionais. O país participou nos grandes fluxos migratórios que marcaram o século XX, com uma intensa emigração transatlântica com destino ao Brasil e à Venezuela, numa primeira fase, e mais tarde para a América do Norte. Nos anos 50 e 70, a Europa Ocidental constituiu o principal foco de atração da mão-de-obra portuguesa que procurava em França e na Alemanha um futuro mais promissor (Rocha-Trindade, 1995). A partir de meados do século transato, a participação de Portugal na mobilidade internacional de trabalhadores envolvia também cidadãos dos territórios ultramarinos que numa lógica de império colonial, circulavam entre a metrópole e os seus territórios de origem<sup>6</sup>. A presença de cidadãos estrangeiros em Portugal era, no início da década de 60, consideravelmente diminuta (próximo de 30 mil indivíduos), destacando-se os nacionais de Espanha, Reino Unido, França, Alemanha e América do Norte que exerciam funções ligadas ao investimento estrangeiro no país<sup>7</sup>, e ainda os cidadãos brasileiros, num claro movimento de contracorrente das migrações do início do século (Fonseca *et al.*, 2005, 2002).

As profundas transformações do regime político ocorridas em Portugal em meados da década de 70, associadas ao processo de independência das colónias africanas, envolveram a vinda para a metrópole de aproximadamente meio milhão de pessoas (Pires *et al.*, 2010). Este facto, conjugado com a mudança da lei da nacionalidade, aumentou muitíssimo a presença numérica de

6

Os investimentos em obras públicas do Estado Novo, nomeadamente a construção da rede de Metropolitano em Lisboa, a Ponte 25 de Abril, viadutos e rodovias várias, assim como a expansão das áreas metropolitanas, criaram uma enorme necessidade de trabalhadores. Data dos anos 50 a vinda dos primeiros cabo-verdianos que lançariam as bases territoriais de apoio para os posteriores fluxos de conterrâneos que se viriam a fixar na área metropolitana de Lisboa.

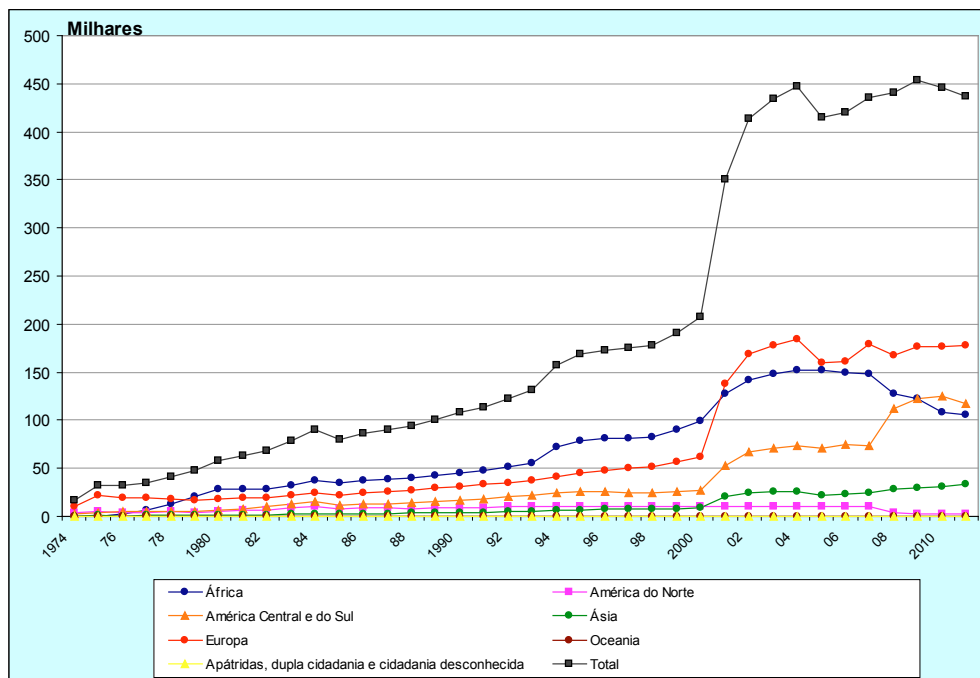
7

A adesão à EFTA em 1959 conduziu Portugal a um período de crescimento económico na década seguinte, baseado no reforço da industrialização associada ao aumento do investimento estrangeiro no país.



cidadãos africanos no país<sup>8</sup>. Assim, entre 1975 e 1979, o contingente de nacionais de África passou de meio milhar para cerca de 20 mil pessoas. Durante a primeira metade dos anos 80, registou-se um crescimento lento e gradual da população não-nacional em Portugal, de quase 60 mil cidadãos no início da década, para 80 mil em 1985, com uma preponderância dos africanos, nomeadamente dos cabo-verdianos que representavam nestes anos mais de 40% do total de estrangeiros em situação regular no país (Figura 3.1). Após a descolonização dos territórios africanos, vieram igualmente para Portugal cidadãos de Moçambique, mas essencialmente de origem ancestral indiana (Malheiros, 1996).

**Figura 3.1 – Cidadãos estrangeiros em situação regular em Portugal, por continentes de origem, 1974-2012**



Fonte: Estatísticas Demográficas, INE.

8

Ao abrigo da nova lei da nacionalidade (Lei nº37/81 de 3 de Outubro), os cidadãos vindos dos territórios ultramarinos portugueses tinham de confirmar a sua vontade em permanecer portugueses, pois caso não o fizessem passariam a ser considerados estrangeiros em Portugal.

Este ritmo de crescimento tornou-se mais rápido na segunda metade da década de 80, após a adesão de Portugal à Comunidade Europeia em 1986, devido ao crescimento económico estimulado, em grande medida, pela disponibilidade de avultados fundos estruturais que financiaram inúmeras obras públicas<sup>9</sup> e ao aumento do investimento direto estrangeiro com confiança reforçada devido ao período de consolidação da estabilidade política que o país viveu entre 1987 e 1995 (Esteves, 1991).

Liderado por um ciclo de prosperidade económica e de convergência real com a Europa comunitária<sup>10</sup>, o mercado de trabalho expandiu-se e as necessidades de mão-de-obra aumentaram para além da capacidade de resposta da força de trabalho residente em Portugal. No início dos anos 90, o saldo migratório tornou-se claramente positivo, com um número superior de pessoas a entrar no país comparativamente às que emigravam<sup>11</sup>, apesar de Portugal não ter deixado de ser um país emissor (Malheiros e Fonseca, 2011). A presença no país de imigrantes indocumentados, principalmente dos PALOP, conduziu as autoridades portuguesas à realização de dois processos extraordinários de regularização, o primeiro em 1992/93, em que regularizaram a sua situação 39 mil pessoas, dois terços dos quais nacionais de Angola e de Cabo Verde, e o segundo em 1996 que permitiu a regularização de 30 mil indivíduos com grande predominância das nacionalidades africanas lusófonas (SEF, 2008). Assim, em 1997, e segundo dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, residiam em Portugal mais de 175 mil pessoas, na sua maioria originárias dos continentes africano (46,6%), europeu (28,4%) e sul-americano (14,3%) – Figura 3.1.

A desaceleração do crescimento económico português na primeira metade de década de 90, devido ao abrandamento da economia europeia e a processos de reajustamento económico e setorial resultantes da adesão à Comunidade Europeia, deu lugar a um novo ciclo de crescimento, apresentando contudo, um ritmo mais brando comparativamente à segunda metade dos anos 80. Esta conjuntura foi favorável aos setores da construção civil e obras públicas<sup>12</sup>, comércio, área financeira e distribuição, o que criou oportunidades de trabalho não preenchidas pela oferta interna, até porque a mão-de-obra portuguesa, principalmente mais jovem, se tornava cada vez mais qualificada e com expectativas de inserção profissional

9

A melhoria das acessibilidades ferro e rodoviárias e a construção de edifícios para a administração central e local absorveram um considerável volume das transferências da UE para Portugal.

10

O PIB cresceu em média 5,6% ao ano entre 1986 e 1990 (Fonseca e Malheiros, 2003).

11

A taxa de saldo migratório em 1989 era 0,9‰ e de 1,5‰ para 1993.

12

Datam destes anos obras como a construção da Ponte Vasco da Gama, a EXPO98, a barragem do Alqueva e o metropolitano do Porto.

em segmentos mais qualificados. A partir de 1998/99, Portugal entra numa nova fase migratória com a chegada de cidadãos oriundos do Leste da Europa, nomeadamente ucranianos, moldavos, russos e romenos, países com poucas afinidades históricas, culturais ou linguísticas com Portugal, mas que rapidamente engrossaram o contingente de estrangeiros no país. É também neste momento que a segunda vaga de imigrantes brasileiros, menos qualificados e com maior presença feminina comparativamente aos chegados entre meados dos anos 80 e meados dos anos 90, começa a ser notória nas estatísticas portuguesas.

Com efeito, os dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (Figura 3.1) revelam um aumento muito significativo de cidadãos não-nacionais em situação regular em Portugal em 2001 devido em grande medida à entrada em vigor do DL 4/2001 de 10 de Janeiro que permitiu a regularização, até Novembro do mesmo ano, dos indivíduos que apresentassem um contrato de trabalho válido. A nova figura jurídica criada com este Decreto-Lei – autorização de permanência – permitiu a regularização de quase 184 mil estrangeiros entre 2001 e 2004<sup>13</sup>, a maioria provindos do Leste da Europa, mas também cidadãos brasileiros e de origem africana e asiática<sup>14</sup>. Este dispositivo trouxe à luz do dia milhares de estrangeiros que já se encontravam a trabalhar em Portugal, mas em situação irregular (Figura 3.1). Entre 1998 e 2005, a taxa de variação da população estrangeira documentada foi de 54,9%, tendo o crescimento em alguns anos alcançado mais de 8%. Em 2005, as maiores comunidades de cidadãos estrangeiros em situação regular em Portugal eram a brasileira<sup>15</sup>, seguida pela ucraniana e pela cabo-verdiana, apesar de em termos continentais a Europa ter ultrapassado os valores do continente africano desde 2001<sup>16</sup>. Digno de nota, é o crescimento lento, mas contínuo, dos cidadãos da Ásia que, representando menos de 4% em 1990 (cerca de 4 mil pessoas), tinham chegado aos 5,3% em 2005 (quase 22 mil pessoas), sendo as principais origens geográficas a Índia, a China, o Paquistão e o Bangladesh.

A partir de 2002/03, a tendência de convergência da economia portuguesa com a média europeia inverteu-se, o que se refletiu na capacidade do mercado de trabalho atrair mão-de-obra estrangeira (Fonseca e Malheiros, 2003; SEF, 2008). Consequentemente, o ritmo

---

**13**

Fonte: RIFA 2006. Disponível em: [http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa\\_2006.pdf](http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2006.pdf).

**14**

Segundo o RIFA 2004, das 183.833 autorizações de permanência (AP) concedidas entre 2001 e 2004, 35,2% foram solicitadas por cidadãos ucranianos, 20,6% por cidadãos brasileiros, 6,9% por nacionais da Moldávia, 6,0% da Roménia e 3,8% da Federação Russa. Estas cinco nacionalidades congregam 72,5% do número total de concessões.

**15**

Em 2003, foi assinado entre os governos português e brasileiro o então denominado “acordo Lula” que agilizou a regularização dos cidadãos brasileiros que se encontrassem em Portugal em situação irregular. Em 2004, o chamado “Processo dos CTT” estendeu a possibilidade de regularização a todas as nacionalidades.

**16**

Estão a ser consideradas todas situações de permanência documentada no país.

de crescimento do número de cidadãos em situação regular abrandou atingindo-se o valor máximo absoluto de 454.191 indivíduos em 2009. Os processos de reagrupamento familiar ganharam relevância nestes anos, comparativamente aos migrantes económicos. Os anos de 2010 e 2011 evidenciam já uma diminuição da população estrangeira em Portugal<sup>17</sup>, fruto da contração da economia portuguesa desde 2008/09, mas também da aquisição da nacionalidade por um número crescente de cidadãos que preenchem os requisitos necessários exigidos na Lei Orgânica nº2/2006 de 17 de Abril (SEF, 2012). Segundo o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, em 2011 foram emitidas mais de 27.200 certidões de aquisição de nacionalidade sendo 21,2% de cidadãos brasileiros, 15,6% de cabo-verdianos, 12,8% de ucranianos, 11,7% de angolanos e 7,6% de guineenses. Estas cinco origens geográficas são responsáveis por quase 70% das certidões emitidas<sup>18</sup>.

Neste mesmo ano, o Brasil era o país com a maior comunidade residente em Portugal com mais de 111.000 indivíduos, seguido pela Ucrânia com perto de 48.000 pessoas e por Cabo Verde com um valor próximo dos 43.500 cidadãos (Tabela 3.1). Em termos de continentes, a partir do ano 2001 a Europa adquiriu primazia nos contingentes de estrangeiros com presença documentada em Portugal (40,7% do total) muito devido à presença dos cidadãos dos países de Leste, com particular destaque para a Ucrânia, ultrapassando a África (24,1% do total), que durante várias décadas permaneceu como a origem geográfica mais relevante devido aos cidadãos dos PALOP.

A observação dos últimos três anos indica uma redução ligeira dos contingentes dos nacionais da Ucrânia, Moldávia e Rússia, que poderá dever-se à diminuição das entradas, regresso ao país de origem por ausência de oportunidades de trabalho ou ainda pela aquisição da nacionalidade portuguesa. Por oposição, os nacionais da Roménia, Estado-membro da UE27, têm vindo a registar um aumento digno de nota. A América Latina representa quase 27% do número total de indivíduos não-nacionais documentados em Portugal, registando o Brasil uma diminuição de perto de 8 mil efetivos entre 2010 e 2011. As possibilidades de trabalho no país de origem, em franco crescimento económico, conjugadas com a obtenção da nacionalidade portuguesa, permitirão compreender esta diminuição, um pouco mais tardia, comparativamente a outros grupos. De entre as nacionalidades asiáticas, são de destacar os chineses e os indianos que, apesar de numericamente não serem muito expressivos, têm tido um crescimento sustentado ao longo dos anos.

---

**17**

A taxa de variação entre 2009 e 2010 foi de -1,97% e entre 2010 e 2011 foi de -1,90% (Fonte: RIFA 2011).

**18**

Fonte: RIFA 2011.

**Tabela 3.1 – População estrangeira segundo as principais nacionalidades, 2011**

Continentes e países	Residentes Permanentes	Vistos de Longa Duração renovados	Total
<b>Europa - total</b>	<b>177.528</b>	<b>80</b>	<b>177.608</b>
UE (25)	60.047	*	60.047
Reino Unido	17.675	*	17.675
Espanha	9.310	*	9.310
Alemanha	9.054	*	9.054
França	5.293	*	5.293
Holanda	4.862	*	4.862
Itália	5.338	*	5.338
Europa de Leste	115.563	411	115.236
Ucrânia	48.010	12	48.022
Moldávia	13.586	0	13.586
Roménia	39.312	*	39.312
Rússia	4.854	24	4.878
Bulgária	8.606	*	8.606
Bielorrússia	817	6	823
<b>África - total</b>	<b>103.993</b>	<b>1.347</b>	<b>105.340</b>
PALOP	96.204	1.312	97.516
Angola	21.329	234	21.563
Cabo Verde	43.475	445	43.920
Guiné-Bissau	18.131	356	18.487
Moçambique	2.995	33	3.028
São Tomé e Príncipe	10.274	244	10.518
República da Guiné	1.549	0	1.549
Marrocos	1.790	6	1.796
Senegal	1.623	3	1.626
<b>América Latina - total</b>	<b>117.129</b>	<b>234</b>	<b>117.363</b>
Brasil	111.295	150	111.445
Venezuela	1.994	5	1.999
<b>América do Norte - total</b>	<b>3.043</b>	<b>11</b>	<b>3.054</b>
Canadá	719	4	723
EUA	2.324	7	2.331
<b>Ásia - total</b>	<b>32.700</b>	<b>441</b>	<b>33.141</b>
China	16.595	190	16.785
Índia	5.316	68	5.384
Paquistão	2.470	4	2.474
Bangladesh	1.149	0	1.149
<b>Oceânia - total</b>	<b>262</b>	<b>1</b>	<b>263</b>
<b>Apátridas e Duplos Nacionais</b>	<b>53</b>	<b>0</b>	<b>53</b>
<b>Total</b>	<b>434.708</b>	<b>2.114</b>	<b>436.822</b>

\* Não aplicável

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF).

Nota: Vistos de longa duração incluem vistos de trabalho, de estudante e de estadia temporária.

### 3.2 CARATERIZAÇÃO SUMÁRIA DA POPULAÇÃO IMIGRANTE

#### ASPETOS DEMOGRÁFICOS

Portugal apresenta uma taxa de natalidade decrescente (11,7‰ em 2000, 10,4‰ em 2005 e 9,5‰ em 2010), tendência que se tem vindo a sentir há várias décadas, apenas interrompida com alguns anos em que registou uma ligeiríssima subida. Neste contexto, o nascimento de filhos de progenitores estrangeiros pode ajudar a mitigar o declínio da taxa de natalidade, apesar de não ser a solução para a inversão desta longa tendência temporal (Valente Rosa, Seabra e Santos, 2004). A proporção de nascimentos de mães não-portuguesas tem vindo a aumentar a um ritmo considerável, mais do que duplicando em 10 anos, passando de 4,9% no ano 2000 para 10,7% em 2010 (Tabela 3.2). Este valor percentual é muito superior aos 4,1% que a população estrangeira documentada representa no total da população residente no país. Tratam-se de populações jovens, em idade de procriar, apresentando algumas nacionalidades taxas de natalidade ainda elevadas (ex: brasileiros, chineses).

De entre os quase 11 mil nascimentos de estrangeiros registados em 2010, quase 4% são de mães com nacionalidade brasileira, valor que tem vindo claramente a aumentar, pois em 2000 eram uns escassos 0,4% do total de nascimentos. Com uma evolução contrária, os nascimentos de mães com a nacionalidade de um dos cinco países africanos lusófonos têm vindo a diminuir. Os fatores explicativos que concorrem para justificar esta evolução relacionam-se por um lado com a permanência mais longa destas comunidades em Portugal e consequente adoção dos comportamentos demográficos da sociedade de acolhimento e, por outro, com o envelhecimento das próprias comunidades e com a aquisição da nacionalidade portuguesa por parte das cidadãs que preenchem os requisitos exigidos pela lei. No que concerne os nascimentos de filhos de mães oriundas de países europeus, o grupo é muito heterogéneo, incluindo quer países da UE15, quer

os 12 novos Estados-membros, quer ainda os nacionais de países de Leste extra-comunitários como a Ucrânia ou a Moldávia.

**Tabela 3.2 – Nascimentos em Portugal segundo a nacionalidade da mãe, 2000-2010 (Nº e %)**

Anos	Total	Nacionalidade da mãe						
		Portugal	Total de nacionalidades estrangeiras	Europa	PALOP	Brasil	Outras	Desconhecida
2000	120.071	114.188	5.872	957	3.807	470	638	11
2001	112.825	106.880	5.939	1.084	3.541	711	603	6
2002	114.456	106.704	7.742	1.940	3.759	1.313	730	10
2003	112.589	104.510	8.077	2.340	3.334	1.570	833	2
2004	109.356	100.863	8.490	2.469	3.220	1.909	892	3
2005	109.457	100.320	9.134	2.645	3.195	2.367	927	3
2006	105.514	95.925	9.585	2.725	2.767	2.968	1.125	4
2007	102.567	92.632	9.933	2.722	2.548	3.364	1.299	2
2008	104.675	94.383	10.287	2.681	2.514	3.776	1.316	5
2009	99.576	89.164	10.403	2.707	2.695	3.790	1.211	9
2010	101.507	90.671	10.836	2.828	2.510	3.940	1.558	0
2000	100,0	95,1	4,9	0,8	3,2	0,4	0,5	0,0
2001	100,0	94,7	5,3	1,0	3,1	0,6	0,5	0,0
2002	100,0	93,2	6,8	1,7	3,3	1,1	0,6	0,0
2003	100,0	92,8	7,2	2,1	3,0	1,4	0,7	0,0
2004	100,0	92,2	7,8	2,3	2,9	1,7	0,8	0,0
2005	100,0	91,7	8,3	2,4	2,9	2,2	0,8	0,0
2006	100,0	90,9	9,1	2,6	2,6	2,8	1,1	0,0
2007	100,0	90,3	9,7	2,7	2,5	3,3	1,3	0,0
2008	100,0	90,2	9,8	2,6	2,4	3,6	1,3	0,0
2009	100,0	89,5	10,4	2,7	2,7	3,8	1,2	0,0
2010	100,0	89,3	10,7	2,8	2,5	3,9	1,5	0,0

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas.

Note-se que após algumas oscilações a meio da década, a proporção de nascimentos entre mães europeias chegou aos 2,8% do número total de nascimentos em 2010, o que poderá ser o resultado de processos de reunificação familiar de cidadãos do Leste europeu (OCDE, 2012). O valor absoluto e relativo dos nascimentos de mães de outras nacionalidades regista igualmente uma evolução positiva o que não se pode dissociar do aumento da diversidade de origens geográficas dos imigrantes que residem em Portugal (asiáticos, africanos não-lusófonos) e do crescimento de algumas comunidades, como a chinesa, onde o *sex-ratio* é bastante equilibrado e se pode, eventualmente, verificar uma estratégia de compensação destinada a ultrapassar o “princípio do filho único” imposto no país de origem, a República Popular da China.

Quanto ao número de casamentos, Portugal tem registado um valor decrescente, resultado do aumento das uniões consensuais enquanto forma de constituir família. Segundo dados do INE, a taxa de nupcialidade era, no ano 2000, de 6,2‰, em 2005 tinha descido para 4,6‰ e em 2010 cifrava-se nos 3,8‰. Os matrimónios entre cidadãos estrangeiros registaram uma evolução distinta, pois nos casamentos em que ambos os cônjuges são cidadãos estrangeiros, ocorreu um aumento desde 1997 até 2008, sendo os anos seguintes marcados por uma diminuição (Tabela 3.3). Contudo, se considerarmos os casamentos em que há pelo menos um cônjuge estrangeiro envolvido, eles representam ligeiramente mais de 15% do total de matrimónios celebrados em Portugal em 2008.

**Tabela 3.3 – Evolução dos casamentos em Portugal envolvendo cidadãos portugueses e estrangeiros, 2005-2010 (Nº e %)**

	Número de casamentos						Taxas (%)					
Total de casamentos	Ambos os cônjuges estrangeiros	Casamentos mistos					Casamentos mistos - PT com outro	Total de casamentos envolvendo estrangeiros	% de casamentos mistos envolvendo maridos estrangeiros	% de casamentos mistos de PT com brasileiros		
		Português com outro (total)	Dos quais com marido estrangeiro	Do quais com esposa estrangeira	Cônjuges portugueses e brasileiros	Casamentos de estrangeiros						
2005	48.671	483	3.849	1.346	2.503	1.986	1,0	7,9	8,9	35,0	51,6	
2006	47.857	753	4.943	1.549	3.394	2.917	1,6	10,3	11,9	31,3	59,0	
2007	46.329	1003	5.678	1.773	3.905	3.584	2,2	12,3	14,5	31,2	63,1	
2008	43.228	1020	5.603	1.967	3.636	3.231	2,4	13,0	15,4	35,1	57,7	
2009	40.391	930	4.634	1.819*	2.815*	2.725	2,3	11,5	13,8	39,3	58,8	
2010	39.993	876	4.321	1.281	3.040	2.260	2,2	10,8	13,0	29,6	52,3	

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas.  
 \* Estimativa



As uniões formais mistas em Portugal, são mais frequentes com esposas estrangeiras do que com maridos estrangeiros, representando os matrimónios entre portugueses e brasileiros uma proporção muito substancial do total de casamentos mistos (63,1% em 2007), mas com tendência para a redução da sua importância relativa (52,3% em 2010). A evolução do número de casamentos entre cônjuges estrangeiros ou entre cidadãos portugueses e estrangeiros reflete o crescimento das comunidades imigradas em Portugal até 2009 que para além de incrementarem os seus efetivos com imigrantes pioneiros, registaram posteriormente processos de reunificação familiar e recomposições das relações afetivas com co-étnicos em fases de maior maturidade do fluxo migratório. Por outro lado, a aquisição da nacionalidade portuguesa por parte de milhares de cidadãos estrangeiros nos anos mais recentes, como já foi referido, pode ajudar a compreender a redução do número de matrimónios mistos nos dois últimos anos (2009 e 2010). O casamento com um cidadão português permite igualmente o acesso, 3 anos após a celebração do matrimónio, à nacionalidade portuguesa.

## **DISTRIBUIÇÃO REGIONAL**

A elevada concentração da população estrangeira, na sua grande maioria nacional dos PALOP, nas duas maiores áreas metropolitanas do país e no Algarve constituiu o padrão territorial dominante nos anos 80 e 90 do século XX. A imigração oriunda do Leste europeu e do Brasil reconfigurou a distribuição da população estrangeira em território nacional.

A região de Lisboa concentrava 58% desta população em 2005, mas foi perdendo importância em favor de outras regiões, iniciando contudo uma estabilização em 2010-2011 que importa confirmar nos próximos anos (Tabela 3.4). Apesar das ligeiras oscilações mantém-se como a principal área de acolhimento da população imigrante.

Por seu lado, a região do Litoral Centro tem reforçado a sua importância na partilha do *stock* de cidadãos estrangeiros em Portugal chegando aos 13,1% em 2011, em contraste com o Algarve que viu aumentar o total de residentes estrangeiros até 2007 (17,1%), mas que tem tido uma perda relativa (15,8% em 2011), o que não pode ser dissociado da forte contração do mercado laboral após esta data, nomeadamente ao nível da construção civil e obras públicas. Contudo, a relevância do setor do turismo e dos serviços nesta região ainda justifica a contratação de trabalhadores imigrantes para atividades, formais ou informais, marcadas pela sazonalidade (OCDE, 2012). O Litoral Norte, incluindo a Área Metropolitana do Porto, tem registado ligeiras alterações percentuais, mas mantém-se em torno dos 9% do *stock* nacional. Num contexto de diminuição do número total de estrangeiros documentados em Portugal, algumas regiões apresentam uma sobre-representação de imigrantes comparativamente ao peso da população total que congregam, como é o caso de Lisboa, com mais de metade dos estrangeiros,

mas menos de 30% da população total residente (29,4%)<sup>19</sup>, ou do Algarve onde vivem 4,3% dos indivíduos e quase 16% dos estrangeiros, ou ainda o Litoral Norte que congrega 27,6% da população total e apenas 8,8% dos cidadãos não-nacionais. Regiões como o Norte Interior, os Açores ou a Madeira não constituem áreas atrativas para a população imigrante.

**Tabela 3.4 – Distribuição regional dos cidadãos estrangeiros com situação regularizada em Portugal, 2005-2011 (Nº e %)**

Regiões	Anos						
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Norte Interior	2.822	3.149	3.552	3.658	3.909	4.373	4.532
Centro Interior	7.979	8.658	9.611	9.321	9.625	9.861	9.907
Alentejo	9.345	9.945	10.848	11.596	12.402	13.392	14.121
Açores	4.208	4.508	4.830	3.513	3.534	3.461	3.402
Madeira	6.231	6.736	7.222	7.165	7.105	6.765	6.774
Algarve	57.983	62.276	74.335	72.218	73.277	71.818	68.953
Litoral Centro	51.148	51.789	53.062	55.059	57.215	57.623	57.274
Área Metropolitana de Lisboa (Lisboa+Setúbal)	241.118	234.421	232.337	239.208	246.107	237.155	233.417
Litoral Norte, incluindo a Área Metropolitana do Porto	35.100	38.707	39.939	38.539	41.017	40.814	38.442
Total	415.934	420.189	435.736	440.277	454.191	445.262	436.822

Regiões	Anos						
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Norte Interior	0,7	0,7	0,8	0,8	0,9	1,0	1,0
Centro Interior	1,9	2,1	2,2	2,1	2,1	2,2	2,3
Alentejo	2,2	2,4	2,5	2,6	2,7	3,0	3,2
Açores	1,0	1,1	1,1	0,8	0,8	0,8	0,8
Madeira	1,5	1,6	1,7	1,6	1,6	1,5	1,6
Algarve	13,9	14,8	17,1	16,4	16,1	16,1	15,8
Litoral Centro	12,3	12,3	12,2	12,5	12,6	12,9	13,1
Área Metropolitana de Lisboa (Lisboa+Setúbal)	58,0	55,8	53,3	54,3	54,2	53,3	53,4
Litoral Norte, incluindo a Área Metropolitana do Porto	8,4	9,2	9,2	8,8	9,0	9,2	8,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Nota: Para os anos de 2005-2007, consideram-se as Autorizações de Residência e as Autorizações de Permanência emitidas em cada ano, e os Vistos de Longa Duração renovados (excetuando os vistos de residência); para os anos de 2008-2010 consideram-se as Autorizações de Residência e os Vistos de Longa Duração renovados anualmente.

## MERCADO DE TRABALHO E ENSINO SUPERIOR

De acordo com os Quadros de Pessoal do Ministério do Trabalho e da Segurança Social (MTSS), em 2009, estavam registados 163 302 cidadãos estrangeiros como trabalhadores por conta de outrem<sup>20</sup> (Tabela 3.5), o que mostra um ligeiro recuo comparativamente ao ano anterior (163.0302), devido à contração do mercado de trabalho e ao aumento do desemprego em setores onde a presença de imigrantes é muito importante (construção civil, por exemplo) – OECD, 2012. Ainda em 2009, os trabalhadores estrangeiros representavam 5,3% do total de trabalhadores por conta de outrem constantes nesta fonte estatística (3 110 150), notando-se uma relevância dos brasileiros (27,9% do total), seguidos pelos cidadãos dos PALOP (24,2%) e pelos nacionais da UE27 (15,7%). De entre as nacionalidades europeias não-agrupadas, os ucranianos assumem um peso considerável no total (12,1%). Comparativamente ao ano anterior, notou-se o incremento de alguns grupos de asiáticos como os chineses e os tailandeses, e de africanos não-lusófonos como os guineenses da República da Guiné. Convém salientar que no mercado de trabalho, tal como noutras esferas da vida dos cidadãos estrangeiros, a aquisição da nacionalidade portuguesa pode explicar em parte a diminuição dos efetivos registados, pois passam a ser considerados trabalhadores portugueses.

A repartição dos trabalhadores estrangeiros por conta de outrem pelos vários ramos de atividade é muito desigual (Tabela 3.5). No caso dos cidadãos brasileiros, há uma grande presença nos setores da hotelaria e restauração (25,57%) e do comércio por grosso e a retalho (14,15%), onde o domínio da língua portuguesa é muito importante para poder comunicar com os clientes, mas também nos denominados trabalhos 3D (*dangerous, dirty e demanding*), isto é, na construção civil (16,5%) e nos serviços de apoio, onde se inclui a limpeza (13,85%). Os trabalhadores dos PALOP evidenciam uma maior concentração em dois ramos de atividade: os serviços de apoio (39,15%) e a construção civil (20,68%). A elevada presença em poucos ramos é também notória entre os trabalhadores do continente asiático<sup>21</sup>, nomeadamente no comércio a retalho e por grosso (38,69%), em que as comunidades chinesa, indiana, paquistanesa e bangladeshi se especializaram, e na hotelaria e restauração (29,27%). Para além de uma assinalável presença no ramo da construção, os nacionais da Ucrânia, Moldávia e Rússia apresentam elevadas proporções na indústria transformadora e extração mineral, distinguindo-se assim dos restantes grupos que tradicionalmente não procuravam

20

Esta fonte de informação considera apenas os trabalhadores dos setores privado e público, deixando de fora os trabalhadores que exercem funções públicas, assim como os trabalhadores dos serviços domésticos e os trabalhadores por conta própria.

21

Os trabalhadores da Oceânia são em número residual.

este ramo de atividade. A dispersão geográfica pelo território nacional, com implantação em algumas regiões mais industrializadas, poderá ajudar a explicar este facto, assim como a experiência laboral no setor manufactureiro que alguns imigrantes traziam dos seus países de origem. Os cidadãos da UE27 constituem o grupo com maior repartição percentual pelos vários ramos de atividade, indicando quão heterogéneo é este conjunto que inclui profissionais altamente qualificados do Reino Unido, França, Espanha ou Alemanha, mas também trabalhadores que apresentam menos qualificações formais, como os romenos ou os búlgaros, cuja presença na agricultura é particularmente notória. Os nacionais do continente Norte-americano constituem um grupo numericamente muito diminuto, mas com alguma presença na finança e consultoria (11,56%) e na saúde (11,88%).

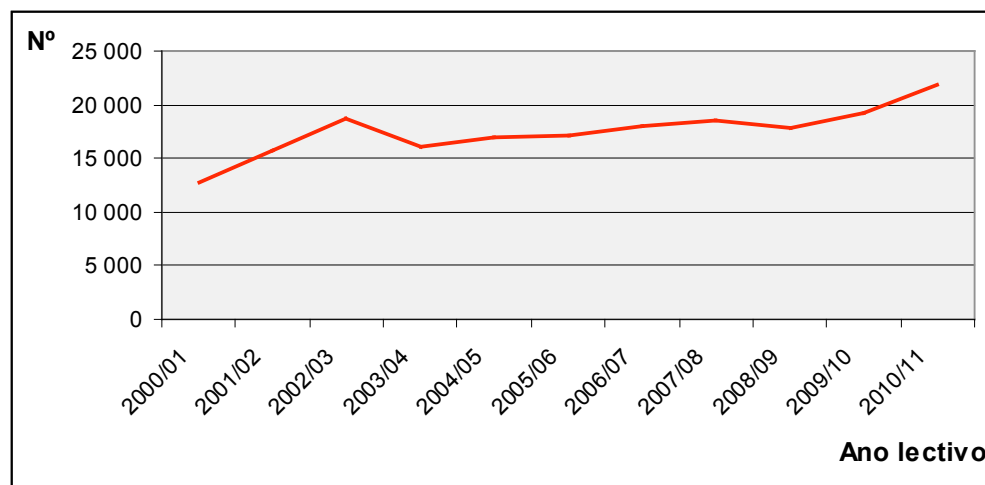
**Tabela 3.5 – Stock de trabalhadores estrangeiros por ramos de atividade, 2009 (%)**

Regiões / Países	Ramos de atividade												Total (abs.)	%
	Agricult. & similar	Ind. Transf. & extrac. mineral	Fornec. água & electricid.	Construç.	Comer. retalho e por grosso	Transpor.	HORECA	Finança & Consult.	Serviços de apoio (limpeza & similar)	Saúde	Educação	Outros Serviços		
Total da Europa	5,61	15,49	1,03	20,27	10,80	9,78	12,38	4,49	10,07	1,87	3,69	4,52	62.413	38,2
UE(27)	6,33	11,67	0,47	14,37	11,60	13,10	13,08	7,09	9,00	3,30	3,78	6,21	25.680	15,7
Ucrânia	5,11	19,96	1,87	25,02	9,30	8,06	11,81	2,10	12,17	0,35	1,89	2,36	19.707	12,1
Moldávia	6,05	11,57	0,96	36,14	7,72	8,64	10,23	1,94	11,40	0,36	2,02	2,99	6.699	4,1
Rússia	2,94	14,30	1,91	14,64	12,24	6,02	17,19	4,36	14,30	2,50	3,48	6,12	2.042	1,3
Total de África	0,60	4,99	0,72	21,23	8,10	1,44	14,39	2,62	38,48	0,75	3,50	3,19	42.400	26,0
PALOP	0,36	4,90	0,71	20,68	8,03	1,46	14,76	2,55	39,15	0,71	3,56	3,14	39.475	24,2
Total da Ame. Latina	2,29	8,98	0,47	16,16	14,42	3,75	25,31	3,78	13,55	0,59	4,44	6,25	47.383	29,0
Brasil	2,35	8,59	0,47	16,54	14,15	3,79	25,57	3,65	13,85	0,54	4,35	6,14	45.532	27,9
Total da Ame. Norte	1,09	12,81	0,31	6,25	17,50	2,66	10,00	11,56	5,47	11,88	6,41	14,06	640	0,4
Total da Ásia + Oceânia	3,75	3,08	0,65	9,93	38,69	1,19	29,27	1,08	9,56	0,50	0,66	1,65	9.576	5,9
Apátridas e desconhe.	1,57	9,78	0,34	1,69	12,58	52,47	3,15	2,36	12,47	0,00	0,45	3,15	890	0,5
Total	3,20	10,10	0,80	18,60	12,80	5,60	17,60	3,60	18,40	1,20	3,70	4,50	163.302	100,0
TOTAL (absoluto)	5.219	16.498	1.241	30.314	2.0938	9.088	28.717	5.903	30.083	1.890	5.996	74.15	163.302	

Fonte: MTSS, Quadros de Pessoal, 2009.

Um outro tipo de imigrantes, corresponde aos alunos estrangeiros inscritos em instituições de ensino superior que, no caso de Portugal, têm evidenciado uma tendência crescente desde o início da década de 2000, quando existiam 12.717 alunos inscritos, e o ano letivo 2010/11, com quase 22 mil alunos (21.824) – Figura 3.2. Os anos letivos 2003/04 e 2008/09 constituíram exceções a esta evolução positiva, e podem estar associados, no primeiro caso, à redução drástica do número de alunos de nacionalidade desconhecida, e no segundo à introdução de um novo instrumento de recolha (inquérito RAIDES) que poderá ter alterado a forma de apuramento dos valores (Tabela 3.6).

**Figura 3.2 – Evolução do número de alunos inscritos de nacionalidade estrangeira em estabelecimentos de Ensino Superior em Portugal, 2000/2001 a 2010/2011**



Fonte: Inquérito ao Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior, MEC (<http://gpeari.mctes.pt/es>).

Este crescimento do número de alunos estrangeiros inscritos em instituições de Ensino Superior em Portugal, ocorre num contexto de competição a nível mundial por indivíduos com formação elevada, onde a UE27 pretende fazer face à atração que os EUA constituem para os recursos humanos mais qualificados. Em Portugal quase não há políticas ativas para atrair estudantes estrangeiros podendo, contudo, afirmar-se que o país tem transposto para a lei nacional as diretivas comunitárias na matéria e participa nos programas de mobilidade Erasmus e Erasmus Mundus. Adicionalmente, deteta-se um esforço notório das universidades portuguesas para se internacionalizarem, tanto na área do ensino como no campo da investigação (Fonseca e Hortas, 2011), procurando, em muitos casos, atrair alunos e investigadores estrangeiros.

Quanto às nacionalidades mais frequentes entre os alunos estrangeiros nos estabelecimentos de Ensino Superior em Portugal, o grupo dos alunos lusófonos é o mais numeroso, congregando no ano letivo 2010/11 ligeiramente mais de 63% do total de inscritos (Tabela 3.6). De entre estes alunos, os nacionais dos PALOP apresentam uma tendência de diminuição percentual ao longo da década, após um pico em 2006/07 quando representavam 62,5% do total de estudantes, ao passo que o peso relativo dos brasileiros mais do que duplicou em dez anos, passando de 10,8% em 2000/01 para 24,4% no último ano letivo com dados disponíveis. O crescimento do número de universidades e de outras instituições de Ensino Superior em países africanos lusófonos pode justificar, em parte, a redução do número de alunos dos PALOP que procuram Portugal para realizar os seus estudos (OCDE, 2012). Por outro lado, também a mais recente Lei da Nacionalidade<sup>22</sup>, facilitando a aquisição da cidadania portuguesa aos indivíduos estrangeiros residentes em Portugal, pode ter influenciado a redução dos cidadãos africanos nas universidades portuguesas. Relativamente aos alunos oriundos do Brasil, que representavam quase um quarto do total de alunos estrangeiros no ano letivo 2010/11, o crescimento e o bom desempenho da economia brasileira conjugados com a atribuição de um avultado número de bolsas de estudo, principalmente no âmbito de mestrados e doutoramentos, tem facilitado a chegada a Portugal destes alunos, para quem a proximidade linguística pode ser igualmente um fator relevante<sup>23</sup>.

A proporção de alunos de países da União Europeia nas universidades portuguesas tem registado oscilações, mas apresenta um crescimento contínuo nos anos letivos mais recentes. As principais origens geográficas são Espanha, Itália, França e Alemanha, tendo ocorrido um crescimento muito considerável dos alunos polacos e romenos após 2006/07. Esta evolução positiva é também notória entre os alunos com nacionalidade ucraniana, moldava e russa, descendentes dos imigrantes do Leste europeu que chegaram a Portugal no final dos anos 90 e início do novo século e que entretanto já realizaram processos de reunificação familiar.

Os alunos norte-americanos, estão em franco decréscimo, ao passo que os asiáticos têm tido um aumento digno de nota, nomeadamente os chineses que procuram na língua portuguesa o domínio de um instrumento de comunicação com povos de outros continentes como o africano. Os alunos vindos da Oceânia são em número muito reduzido, não apenas pela ausência de laços históricos, culturais ou linguísticos, mas também pela distância geográfica deste continente a Portugal.

---

**22**

Lei Orgânica nº2/2006 de 17 de Abril.

**23**

Programa Ciência Sem Fronteiras promovido pelo governo brasileiro.

Quanto aos alunos de nacionalidade desconhecida, a sua redução drástica a partir do ano letivo 2003/04 pode dever-se à melhoria do sistema de recolha de informação junto das instituições de ensino superior.

**Tabela 3.6 – Alunos inscritos de nacionalidade estrangeira em estabelecimentos de Ensino Superior em Portugal, por país/continente de origem, 2000/2001 a 2010/2011 (%)**

País de origem	Ano lectivo										
	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07 (2)	2007/08	2008/09 (3)	2009/10	2010/11
Europa	18,5	17,6	14,8	17,5	17,6	18,4	16,4	17,4	19,4	23,7	27,0
UE15 (5)	17,2	16,2	13,2	15,3	14,8	14,8	12,4	12,5	12,9	15,6	17,6
UE27 (5)	18,0	17,0	14,2	16,6	16,5	17,0	14,6	14,7	15,6	18,9	21,5
Outros da Europa	0,5	0,6	0,6	0,9	1,1	1,4	1,8	2,7	3,8	4,8	5,5
África	52,9	50,8	46,8	59,3	63,4	62,8	64,5	58,7	52,1	45,6	39,9
PALOP	49,8	48,1	44,2	56,9	61,0	60,6	62,5	56,2	50,7	44,3	38,7
Outros de África	3,0	2,7	2,6	2,4	2,4	2,2	2,0	2,6	1,4	1,2	1,2
América Latina	14,8	14,0	13,0	15,4	14,1	14,6	15,5	19,2	23,5	25,0	26,6
Brasil	10,8	9,7	9,4	11,4	10,6	11,2	12,3	15,7	21,3	23,0	24,4
Outros da América Latina	3,9	4,3	3,6	4,0	3,5	3,4	3,2	3,5	2,2	2,0	2,1
América do Norte	4,2	3,2	3,7	2,4	1,9	1,6	1,2	1,4	1,4	1,4	1,4
Ásia	1,9	1,5	2,0	1,7	1,6	1,6	1,4	1,8	2,1	2,9	3,7
Oceânia	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
CPLP+Macau (5)	62,0	58,9	54,9	69,3	72,4	72,5	75,3	72,4	72,5	68,1	63,9
Outros países	1,2	2,4	3,6	3,1	1,3	0,9	0,9	1,4	1,4	1,3	1,3
Desconhecido	6,3	10,3	16,0	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Número absoluto	12.717	15.692	18.760	16.155	17.010	17.077	17.950	18.584	17.900	19.223	21.824

Fonte: Inquérito ao Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior, MEC (<http://gpeari.mctes.pt/es>).

1) Estão excluídos os cursos de especialização técnica (CET).

2) Início do Processo de Bolonha.

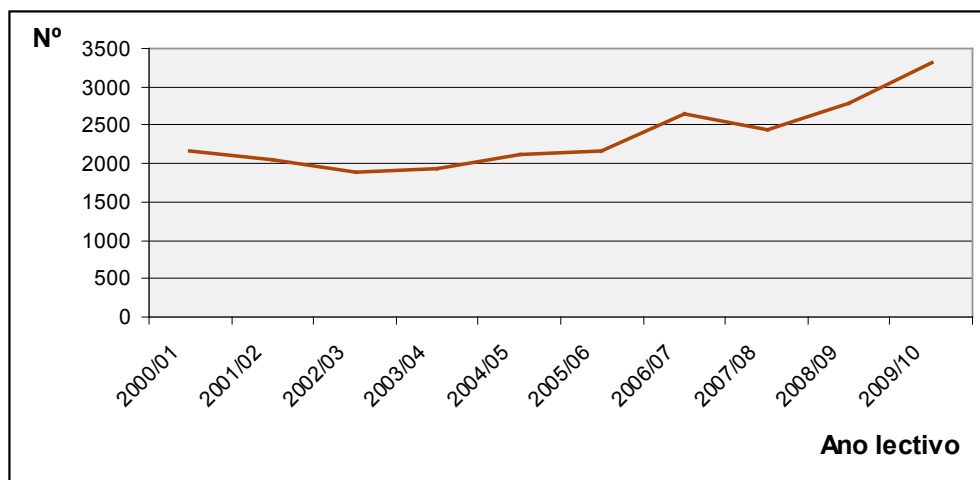
3) Início da recolha RAIDES.

4) “Outros Países” agrupa todos os países com menos de dez inscritos em 2010/2011.

5) Exceto Portugal.

Apesar de em número bastante inferior ao dos alunos inscritos, os diplomados de nacionalidade estrangeira têm tido um crescimento relevante desde o início da década de 2000 até ao último ano para o qual existem dados disponíveis, ultrapassando os 3.300 indivíduos (Figura 3.3).

**Figura 3.3 – Evolução do número de diplomados de nacionalidade estrangeira em estabelecimentos de Ensino Superior em Portugal, 2000/2001 a 2009/2010**



Fonte: Inquérito ao Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior, MEC (<http://gpearl.mctes.pt/es>).

Como seria de esperar, as principais origens dos diplomados não diferem muito das dos alunos inscritos e os nacionais dos PALOP, principalmente de Cabo Verde e Angola, são os mais numerosos congregando 40,8% do total em 2009/10 (Tabela 3.7). Tal como entre os alunos inscritos, também os diplomados dos PALOP apresentam uma tendência para o decréscimo da sua importância relativa, após um valor máximo de 52,3% no ano lectivo 2003/04 e de terem representado mais de 50% em vários anos da década em análise. O Brasil mostra uma evolução crescente entre 2000/01, quando representava apenas 8,6% dos diplomados, e 2009/10, com um registo de quase 30% do total. As proporções para a União Europeia, quer com 15 como com 27 países, estão bastante abaixo dos valores apresentados para os alunos inscritos, o que nos poderá levar a pensar que estes alunos frequentam aulas em Portugal ao longo da sua formação, mas completam os estudos noutros países, nomeadamente no seu país de origem. As principais nacionalidades coincidem com as dos alunos inscritos (França, Espanha, Alemanha e Itália). Há também um crescimento muito considerável dos



diplomados de nacionalidade ucraniana, moldava e russa<sup>24</sup> que muito provavelmente serão jovens residentes em Portugal enquadrados em famílias que chegaram ao país entre 1998/99 e 2004/05.

A América do Norte e a Oceânia são responsáveis por valores muito diminutos, em decréscimo ou estagnados, ao passo que a Ásia tem visto crescer lentamente a proporção de diplomados, com particular destaque para a China e Timor-Leste.

**Tabela 3.7 – Diplomados de nacionalidade estrangeira em estabelecimentos de Ensino Superior em Portugal, por país/continente de origem, 2000/2001 a 2009/2010 (%)**

País de origem	Ano letivo									
	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07 (2)	2007/08	2008/09 (3)	2009/10
Europa	18,5	19,3	20,4	20,5	20,8	22,0	21,9	18,0	20,4	18,6
UE15 (5)	17,7	18,3	18,9	19,1	18,8	19,7	18,7	14,4	15,9	13,5
UE27 (5)	18,1	18,9	19,6	19,9	20,0	20,8	20,1	15,9	17,3	14,8
Outros da Europa	0,3	0,4	0,8	0,6	0,8	1,2	1,9	2,1	3,2	3,9
África	33,6	38,1	51,4	54,5	49,4	52,2	50,0	53,5	46,0	41,8
PALOP	31,9	36,0	49,3	52,3	46,8	50,1	47,5	52,0	44,7	40,8
Outros de África	1,7	2,1	2,1	2,1	2,7	2,1	2,5	1,4	1,3	1,0
América Latina	13,1	15,5	18,3	19,1	17,4	19,9	21,2	21,1	26,9	32,4
Brasil	8,6	11,0	13,6	14,3	13,3	14,9	17,1	18,0	24,7	29,7
Outros da América Latina	4,5	4,5	4,7	4,8	4,2	5,0	4,1	3,1	2,2	2,7
América do Norte	3,5	3,2	4,0	2,7	2,5	2,1	2,1	1,7	1,7	1,5
Ásia	0,9	0,6	0,9	0,9	1,3	1,4	2,2	2,4	2,1	2,4
Oceânia	0,2	0,1	0,2	0,2	0,2	0,0	0,3	0,1	0,2	0,2
CPLP+Macau (5)	40,8	47,4	63,3	66,9	60,6	65,6	65,5	70,9	69,9	71,3
Outros países	1,7	2,0	2,7	1,8	8,4	2,2	2,3	3,2	2,7	3,1
Desconhecido	28,6	21,1	2,1	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Número absoluto	2.166	2.056	1.899	1.928	2.113	2.157	2.653	2.431	2.785	3.305

Fonte: Inquérito ao Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior, MEC (<http://gpearl.mctes.pt/es>).

1) Estão excluídos os cursos de especialização técnica (CET).

2) Início do Processo de Bolonha.

3) Início da recolha RAIDES.

4) Foram incluídos em “Outros” os países com 3 ou menos diplomados em 2009/2010.

5) Exceto Portugal.

## **4. CARATERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA E SOCIAL DAS FAMÍLIAS IMIGRANTES**

### **4.1. CARATERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA DAS FAMÍLIAS DOS IMIGRANTES**

#### **4.1.1. DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS INQUIRIDOS**

O inquérito aplicado aos 5.669 cidadãos não-comunitários de origem estrangeira com 16 e mais anos residentes em 18 concelhos e 2 conjuntos de municípios de Portugal apresenta uma grande riqueza de informação sobre os imigrantes a viver em Portugal. Recorrendo a algumas questões da Parte A do questionário, que inclui 17 perguntas sobre o indivíduo respondente e os respetivos membros do agregado familiar e não-familiar que com ele partilham a habitação, este ponto do relatório é dedicado à caracterização demográfica e social dos agregados. A análise compreende a informação sobre o género, estrutura etária, grau de parentesco que une o respondente e os outros membros da família, estado civil, naturalidade, nacionalidade, para além do ano de chegada e do primeiro local de residência no país. O nível de ensino concluído, assim como o principal meio de vida, as trajetórias migratórias, situação documental, intenção de obter a nacionalidade portuguesa e os principais motivos na origem da opção pelo concelho de residência, permitem completar o retrato demográfico e social dos 13.520 indivíduos abrangidos pelo questionário.

#### **4.1. CARATERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA DAS FAMÍLIAS DOS IMIGRANTES**

##### **4.1.1. DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS INQUIRIDOS**

Os inquéritos realizados, apresentam uma distribuição regional muito diferenciada que está diretamente relacionada com a repartição geográfica dos concelhos onde foi desenvolvido o estudo de caracterização dos cidadãos estrangeiros não comunitários, mas também do número de questionários aplicados. Este valor, por seu turno, é muito variável entre os diversos municípios, na medida em que depende do número de residentes estrangeiros e também dos recursos investidos pelas diversas equipas. As unidades geográficas utilizadas como referência, correspondem às NUTs II, habitualmente usadas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) na informação que divulga, tendo-se procedido à agregação dos inquéritos realizados nos municípios localizados em cada uma destas regiões. Assim, dos 5.669 inquéritos aplicados e validados,

ligeiramente mais de um quarto foram realizados na Área Metropolitana de Lisboa Sul, perto de 21% na mesma área metropolitana, mas na margem Norte, 14% na região Norte e quase 12% na região Centro. Com menos de 10% dos inquéritos aplicados encontramos o Algarve, as duas regiões autónomas e o Alentejo (Tabela 4.1). Como a Parte A do inquérito incluía um conjunto de variáveis sobre os restantes membros do agregado familiar residentes no domicílio do respondente, é possível conhecer o número total de inquiridos indiretos segundo as regiões portuguesas. A distribuição dos 7.851 indivíduos, segue de muito perto a repartição dos sujeitos respondentes, mas com um claro reforço do peso percentual da Área Metropolitana de Lisboa (AML) – de 45,9% para 57,4% – encontrando-se o valor apresentado pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras para os cidadãos estrangeiros com presença regularizada em Portugal em 2009, num ponto intermédio destes valores (51,1%)<sup>25</sup>. À exceção do Algarve e da AML, todas as restantes regiões perdem importância relativa, revelando a existência de agregados familiares de menores dimensões entre os entrevistados, o que aponta, por exemplo, para uma maior presença de trabalhadores isolados e de estudantes.

.....

**25**

A repartição regional dos valores percentuais do inquérito e do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) não são exatamente comparáveis, na medida em que os membros do agregado familiar do respondente podem ter nacionalidade portuguesa (por nascimento ou por naturalização), enquanto os dados do SEF contemplam apenas cidadãos não-nacionais. Adicionalmente, o total de estrangeiros contabilizado pelo SEF e aqui considerado, inclui também cidadãos comunitários que, como foi referido, não integram a amostra recolhida no âmbito deste trabalho.

**Tabela 4.1 – Número de respondentes e membros do agregado familiar co-residentes, por regiões de residência (%)**

Regiões	Inquiridos		Membros do agregado familiar		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Norte	791	14,0	1.007	12,8	1.798	13,3
Centro	670	11,8	750	9,6	1.420	10,5
AML Norte	1.175	20,7	1.765	22,5	2.940	21,7
AML Sul	1.428	25,2	2.741	34,9	4.169	30,8
Alentejo	190	3,4	166	2,1	356	2,6
Algarve	518	9,1	736	9,4	1254	9,3
R.A. Madeira	447	7,9	383	4,9	830	6,1
R.A. Açores	450	7,9	303	3,9	753	5,6
Total	5.669	100,0	7851	100,0	13.520	100,0

Fonte: CLAIH/ACIDI (2009/2010) – *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal.*

#### 4.1.2 COMPOSIÇÃO DOS AGREGADOS FAMILIARES SEGUNDO A IDADE, GÊNERO E ESTADO CIVIL

Quanto à repartição dos inquiridos segundo o género, foram entrevistados mais homens do que mulheres (52,1% e 47,9%, respetivamente), aspeto que se repete entre os elementos do agregado familiar que coabitam com o respondente (50,5% e 48,7%, respetivamente<sup>26</sup>). O *sex ratio* da totalidade de imigrantes e suas famílias (13.520 indivíduos), é particularmente assimétrico a favor dos homens na Região Autónoma dos Açores, no Alentejo e no Centro, o que pode estar relacionado com a nacionalidade da população entrevistada e o tempo de permanência no país, como veremos mais adiante. A única região portuguesa onde o número de homens por cada 100 mulheres é mais favorável às mulheres é a AML Norte com um *sex ratio* de 96,8 (Tabela 4.2).

**Tabela 4.2 – Número de respondentes e membros do agregado familiar co-residentes, por regiões de residência, segundo o *sex-ratio* (%)**

Regiões	Feminino	Masculino	Não responde	Total	<i>Sex ratio</i>
Norte	894	898	6	1.798	100,4
Centro	652	768	0	1.420	117,8
AML Norte	1.493	1.445	2	2.940	96,8
AML Sul	2.029	2.096	44	4.169	103,3
Alentejo	162	191	3	356	117,9
Algarve	600	651	3	1.254	108,5
R.A. Madeira	396	432	2	830	109,1
R.A. Açores	316	437	0	753	138,3
Total	6.542	6.918	60	13.520	105,7

Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) – *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

Os valores do *sex ratio* por naturalidade são muito distintos e refletem não apenas características culturais e religiosas dos vários grupos, mas também a maior ou menor antiguidade da sua presença em Portugal, ou seja o tempo de residência no país e a oportunidade para um eventual reagrupamento familiar (Tabela 4.3). De entre os grupos com maior volume de inquiridos, a relação do número de homens por cada 100 mulheres é superior a 100 nos PALOP (106,6), onde todos os países, com exceção de Moçambique, apresentam uma relação de masculinidade favorável aos indivíduos do sexo masculino. Este “desequilíbrio” entre os sexos é particularmente acentuado entre os guineenses (119,8), onde, por questões religiosas, é habitual encontrarmos uma emigração predominantemente masculina (Fonseca *et al.*, 2005). Tratando-se da presença africana mais antiga em Portugal, seria expectável encontrar um maior peso das mulheres entre os naturais de Cabo Verde, tal como no estudo de Fonseca *et al.* (2005), mas tal não acontece (104,2). Este predomínio dos elementos do sexo masculino repete-se entre os cidadãos nascidos noutros países africanos (201,5), entre os quais há a destacar pela sua importância numérica, os senegaleses (182,4) e marroquinos (168,2).

**Tabela 4.3 – Respondentes e membros do agregado familiar co-residentes por regiões / países de naturalidade, segundo o *sex ratio* (%)**

Região / país de naturalidade	Feminino	Masculino	Não responde	Total	<i>Sex ratio</i>
Portugal	1.317	1.460	20	2.797	110,9
Brasil	1.509	1.361	5	2.875	90,2
Outros países da América Latina e Caraíbas	133	108	0	241	81,2
América do Norte	13	18	0	31	138,5
China	129	128	0	257	99,2
Sub-contidente indiano (Índia, Paquistão e Bangladesh)	79	175	0	254	221,5
Outros países da Ásia e Oceânia	47	57	0	104	121,3
U.E. (exceto Portugal)	25	32	0	57	128,0
Europa de Leste (Ucrânia, Moldávia, Rússia, Bielorrússia e ex-Jugoslávia com exceção da Eslovénia)	845	916	2	1763	108,4
Outros países da Europa	2	5	0	7	250,0
PALOP (Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe)	2291	2443	12	4746	106,6
Outros países de África	65	131	0	196	201,5
Não sabe / Não responde	87	84	21	192	96,6
Total	6.542	6.918	60	13.520	105,7

Fonte: CLAIH/ACIDI (2009/2010) – *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

Também entre os naturais do subcontinente indiano, principalmente entre os imigrantes mais recentes vindos do Bangladesh e do Paquistão, existe um claro predomínio dos homens, que resulta da conjugação de estratégias migratórias de tipo mais tradicional (saída inicial do homem, eventual reagrupamento familiar *a posteriori*), com a inexistência do tempo necessário e das possibilidades económicas para trazer a esposa para Portugal. Esta realidade repete-se entre os europeus de Leste, com particular destaque para os ucranianos (111,8) e moldavos (108,2). Tal como Fonseca *et al.* (2005) referem em relação à segunda vaga de brasileiros e aos Europeus de Leste, também estes imigrantes estão numa fase de pré-reunificação familiar. Há, contudo, uma diferença no *sex ratio* dos naturais do Brasil, entre o estudo de Fonseca *et al.*, realizado por amostragem no território nacional, e o presente

trabalho que traduz a inversão de *sex ratio* ocorrida nos nacionais do Brasil de 2002 para 2003 em Portugal<sup>27</sup>. Entre os quase 2.900 cidadãos naturais do Brasil, sobre os quais possuímos um conjunto de dados básicos, o balanço entre os géneros é claramente favorável às mulheres (90,2), e esta maior autonomia feminina é igualmente notória entre as cidadãs dos outros países da América Latina e Caraíbas. Entre os naturais da China, o equilíbrio entre os dois géneros é muito elevado (99,2).

Em termos de idade, inúmeros autores salientaram que uma das principais caraterísticas da população imigrante é o seu carácter jovem com elevada concentração nas idades ativas (SEF, 2012; Fonseca *et al.*, 2005; Baganha, Marques e Góis, 2010; Malheiros, 2007a), onde há forte incorporação no mercado de trabalho. Efetivamente, 45% da população direta ou indiretamente inquirida tem idades compreendidas entre 20 e 39 anos, 26,6% têm até 19 anos e 24,4% estão nos escalões etários 40/50 anos (Tabela 4.4).

**Tabela 4.4 – Grupos etários dos respondentes e membros do agregado familiar co-residentes (%)**

Grupos etários	Nº	%
0-9	1.634	12,1
10-19	1.954	14,5
20-29	3.075	22,7
30-39	3.003	22,2
40-49	2.228	16,5
50-59	1.067	7,9
60-69	261	1,9
>=70	181	1,3
Não responde	117	0,9
Total	13.520	100,0

Fonte: CLAIH/ACIDI (2009/2010) – *Questionário de caraterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

<sup>27</sup> Usando os dados disponibilizados nos relatórios estatísticos anuais do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras referentes aos cidadãos nacionais do Brasil segundo o género, o sex ratio foi favorável aos homens até 2002 (102,1) passando no ano seguinte, a sê-lo em relação às mulheres (96,9). A partir de 2003 e até 2011, ano do relatório mais recente, o número de cidadãs brasileiras é sempre superior aos dos seus compatriotas do sexo masculino.

Quando cruzamos a estrutura etária com a naturalidade dos indivíduos, é possível notar diferenças substanciais entre as diversas comunidades (Tabela 4.5). Os nascidos em Portugal, muito deles descendentes dos respondentes, têm uma presença muito acentuada nos escalões de idade mais jovem (mais de 42% têm até 9 anos de idade e 21% entre 10 e 19 anos), situação que se observa também entre os naturais dos estados da União Europeia, onde 45,6% têm até 19 anos de idade. Apesar da concentração de indivíduos nas idades ativas jovens (20/30/40 anos), as comunidades do subcontinente indiano (Bangladesh, Índia e Paquistão), da China e da Europa de Leste apresentam uma razoável proporção de pessoas entre os 30 e os 49 anos (mais de 50%), indicando uma imigração para Portugal numa fase mais madura da vida, por vezes já com famílias formadas no país de origem. No caso dos europeus de Leste, uma presença recente em Portugal, quase 13% têm entre 50 e 59 anos.

**Tabela 4.5 – Grupos etários dos respondentes e membros do agregado familiar co-residentes, segundo a região / país de naturalidade (%)**

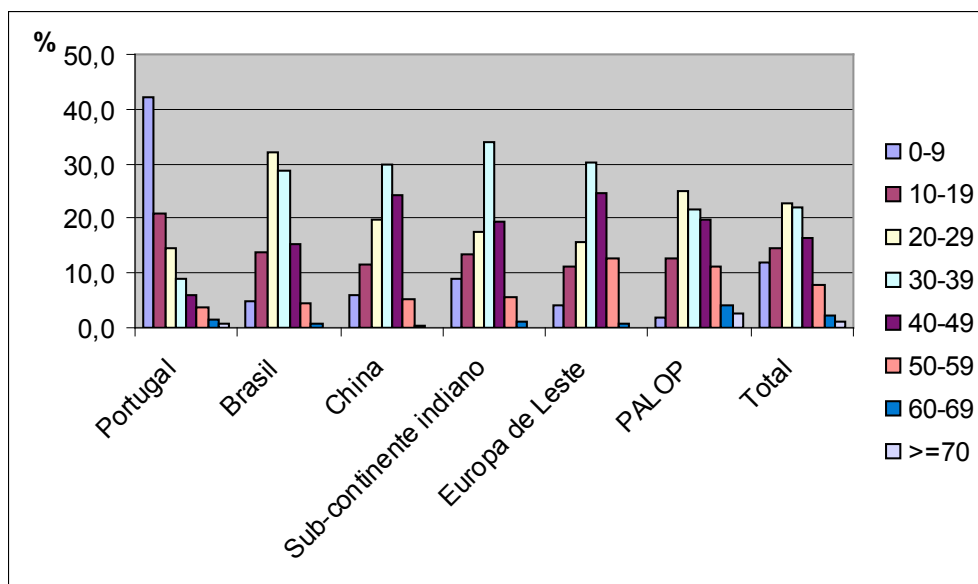
<b>Região / país de naturalidade</b>	<b>0-9</b>	<b>10-19</b>	<b>20-29</b>	<b>30-39</b>	<b>40-49</b>	<b>50-59</b>	<b>60-69</b>	<b>&gt;=70</b>	<b>NS/NR</b>	<b>Total</b>
Portugal	42,2	21,0	14,6	9,0	5,8	3,6	1,4	0,6	1,8	100,0
Brasil	4,7	13,6	32,0	28,9	15,5	4,4	0,7	0,0	0,2	100,0
Outros países da América Latina e Caraíbas	2,9	13,7	26,1	26,1	20,3	6,2	4,1	0,4	0,0	100,0
América do Norte	6,5	12,9	35,5	25,8	0,0	6,5	3,2	9,7	0,0	100,0
China	5,8	11,7	19,8	30,0	24,1	5,1	0,4	0,0	3,1	100,0
Sub-continente indiano	9,1	13,4	17,7	33,9	19,3	5,5	1,2	0,0	0,0	100,0
Outros países da Ásia e Oceânia	2,9	7,7	22,1	26,9	19,2	19,2	1,0	1,0	0,0	100,0
U.E. (exceto Portugal)	28,1	17,5	17,5	14,0	14,0	5,3	3,5	0,0	0,0	100,0
Europa de Leste	4,2	11,1	15,6	30,1	24,6	12,8	0,9	0,1	0,6	100,0
Outros países da Europa	0,0	0,0	71,4	0,0	28,6	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
PALOP	2,0	12,8	25,0	21,7	19,8	11,0	4,0	2,7	0,8	100,0
Outros países de África	4,6	10,7	24,0	32,1	19,9	7,7	1,0	0,0	0,0	100,0
NS/NR	22,9	15,6	16,7	14,1	8,9	5,7	0,0	0,0	16,7	100,0
Total	11,9	14,4	22,8	22,2	16,5	7,9	2,1	1,2	1,1	100,0

Fonte: CLAIH/ACIDI (2009/2010) – *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.  
N= 13.520



Mais de 60% da população oriunda do Brasil, encontra-se nos grupos etários entre os 20 e os 39 anos, demonstrando maior “juventude” do que os grupos anteriormente referidos. O perfil etário dos cidadãos vindos dos restantes países da América Latina e Caraíbas é ligeiramente diferente dos brasileiros, com maior equilíbrio relativo entre os grupos de idade entre os 20 e os 49 anos e uma presença de pessoas na casa dos 50 anos (6,2%), na sua maioria venezuelanos que chegam a Portugal em regime de contracorrente à emigração portuguesa, e particularmente madeirense, para este país. Quanto aos PALOP, como Fonseca *et al.* (2005, p.139) referem, entre os grupos com uma presença mais antiga em Portugal e onde já ocorreram processos de reunificação familiar, observam-se estruturas etárias mais equilibradas, onde coexistem crianças, jovens, adultos e idosos (Figura 4.1).

**Figura 4.1 – Estrutura etária dos respondentes e membros do agregado familiar co-residentes, segundo a região / país de naturalidade**



Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) – *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

Quanto ao estado civil, se considerarmos apenas os respondentes, predominam os casados (37,7%), logo seguidos pelos solteiros (36,7%) e a uma distância considerável as pessoas vivendo em união de facto (15%) – Tabela 4.6.

**Tabela 4.6 – Estado civil dos respondentes e membros do agregado familiar co-residentes (%)**

	Inquiridos		Membros do agregado familiar		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Casado(a)	2.138	37,7	2.281	29,1	4.419	32,7
União de facto	851	15,0	876	11,2	1.727	12,8
Solteiro(a)	2.078	36,7	4.251	54,1	6.329	46,8
Separado(a) de facto	144	2,5	31	0,4	175	1,3
Divorciado(a)	284	5,0	82	1,0	366	2,7
Viúvo(a)	137	2,4	88	1,1	225	1,7
NS/NR	37	0,7	242	3,1	279	2,1
Total	5.669	100,0	7.851	100,0	13.520	100,0

Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) – *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

Entre os restantes membros do agregado familiar, frequentemente composto por descendentes e ascendentes de primeiro e segundo grau, é possível contabilizar um número muito considerável de solteiros (54,1%), onde os netos, mas principalmente os filhos menores, assumem grande relevância. Os indivíduos casados ou em regime de união de facto perfazem 40% dos quase 8 mil elementos que vivem com o respondente. Assim, das 13.520 pessoas sobre as quais possuímos informação básica, aproximadamente 47% são solteiras, 45,5% residem com um parceiro, 4% são divorciadas ou separadas e 1,7% são viúvas.

Se cruzarmos o estado civil com a região de origem dos inquiridos, notam-se grandes diferenças entre os inquiridos, relacionadas com a idade, grau de dependência em relação a outros elementos da família, o tempo de permanência em Portugal e a respetiva idade (Tabela 4.7).

**Tabela 4.7 – Estado civil dos respondentes e membros do agregado familiar co-residentes, segundo a região / país de naturalidade (%)**

<b>Região / país de naturalidade</b>	<b>Casado(a)</b>	<b>União de facto</b>	<b>Solteiro(a)</b>	<b>Separado(a) de facto</b>	<b>Divorciado(a)</b>	<b>Viúvo(a)</b>	<b>NS/NR</b>	<b>Total</b>
Portugal	14,3	8,5	72,3	0,2	0,8	0,6	3,2	100,0
Brasil	35,2	16,4	40,5	2,1	4,5	0,7	0,6	100,0
Outros países da América Latina e Caraíbas	39,4	9,1	40,2	4,6	4,1	2,5	0,0	100,0
América do Norte	45,2	6,5	45,2	0,0	3,2	0,0	0,0	100,0
China	65,4	1,9	25,7	0,8	0,4	1,2	4,7	100,0
Sub-continente indiano	58,7	3,1	36,2	0,4	0,4	0,8	0,4	100,0
Outros países da Ásia e Oceânia	55,8	6,7	31,7	1,0	1,9	2,9	0,0	100,0
U.E. (exceto Portugal)	29,8	17,5	47,4	0,0	0,0	0,0	5,3	100,0
Europa de Leste	59,2	7,2	24,9	0,9	5,0	1,5	1,3	100,0
Outros países da Europa	42,9	0,0	57,1	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
PALOP	28,4	16,7	46,5	1,6	2,3	2,9	1,6	100,0
Outros países de África	44,4	12,2	36,7	0,5	1,5	2,0	2,6	100,0
NS/NR	13,0	9,4	47,4	0,5	1,6	0,5	27,6	100,0
<b>Total</b>	<b>32,7</b>	<b>12,8</b>	<b>46,8</b>	<b>1,3</b>	<b>2,7</b>	<b>1,7</b>	<b>2,1</b>	<b>100,0</b>

Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) – *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.  
N= 13.520

Quase três quartos dos inquiridos nascidos em Portugal são solteiros, indicando que são essencialmente crianças e jovens, descendentes dos respondentes, que residem com os pais, podendo já ter ou não a nacionalidade portuguesa<sup>28</sup>. Entre os cidadãos naturais do Leste

## 28

Tal como explicado no capítulo metodológico, os respondentes do inquérito tinham de ser indivíduos que na sua vida já foram estrangeiros e que não pertencessem a um dos países da UE. Aos indivíduos do agregado doméstico do respondente não foram colocadas restrições quanto à naturalidade ou à nacionalidade.

Europeu, dois terços são casados ou vivem em união de facto e apenas 25% são solteiros, indicando uma população com idade média elevada que já constituiu família no país de origem. Este perfil aplica-se também aos naturais da China.

Os cidadãos originários do Brasil ou de outros países da América Latina e Caraíbas, apresentam proporções de pessoas casadas ou em regime de união de facto que ultrapassam os 50%, no primeiro caso e se aproximam do mesmo valor no segundo, indicando a formação de família em idades bastante jovens, frequentemente sem a formalidade do laço matrimonial.

A informalidade das relações conjugais, encontra-se igualmente entre os naturais dos países membros da União Europeia e dos PALOP, onde 17,5% e 16,7% dos indivíduos vivem em união de facto com o seu/sua companheiro/a, apresentando estes dois grupos as mais baixas taxas de nupcialidade dos conjuntos apresentados.

### 4.1.3 DIMENSÃO DOS AGREGADOS FAMILIARES

A dimensão média dos agregados familiares varia em função da posição dos indivíduos no ciclo de vida, do tempo de presença e da situação legal no país de destino, e das tradições culturais de cada nacionalidade associadas à noção de família (Fonseca *et al.*, 2005). Os migrantes mais jovens, ainda sem família própria constituída, ou com uma estadia curta no país de acolhimento, têm maior probabilidade de se encontrarem sós, ou em coabitação com conterrâneos com quem não mantêm laços de parentesco, comparativamente a indivíduos mais velhos ou a residir há mais tempo no país de destino. Por outro lado, a situação legal do imigrante é igualmente digna de nota, na medida em que os indivíduos com a documentação regularizada apresentam melhores condições para patrocinar a vinda de familiares ao abrigo da legislação em vigor, do que os que se encontram em situação irregular.

Relativamente à noção de família em diferentes contextos culturais, a harmonização das diretivas internacionais que regulam

a entrada e permanência dos membros da família do migrante, é um processo de difícil acordo e de morosa ratificação pelos diversos países, onde frequentemente sobressaem os conflitos latentes entre os interesses económicos dos Estados e os direitos humanos dos migrantes<sup>29</sup>. Uma das questões que maior desacordo gera entre países, reside no próprio conceito de família, verificando-se que as noções de família alargada, mais comum entre as populações dos continentes africano, asiático e até sul-americano, e de família nuclear, típica do mundo ocidental, prefiguram modos muito distintos de olhar para os que têm direito (ou não) a juntar-se ao cidadão migrante no país de destino.

Observando a tabela 4.8, os agregados familiares inquiridos são muito distintos quanto ao número de pessoas que os constituem, variando entre uma pessoa (37,3%) e 11 pessoas (0,02%). O facto de mais de um terço dos respondentes ter afirmado que não reside com mais ninguém da sua família, não significa que viva sozinho, pois pode coabitar com pessoas que não lhe são aparentadas, como veremos adiante, numa estratégia de partilhar as despesas, aumentar a poupança e o envio de remessas para a família.

**Tabela 4.8 – Número de agregados familiares segundo a dimensão (%)**

Dimensão	N <sup>a</sup>	%	N <sup>a</sup> de pessoas
1 pessoa	2.113	37,3	2.113
2 pessoas	1.254	22,1	2.508
3 pessoas	1.077	19,0	3.231
4 pessoas	759	13,4	3.036
5 pessoas	276	4,9	1.380
6 pessoas	114	2,0	684
7 pessoas	47	0,8	329
8 e mais pessoas	29	0,5	239
Total	5.669	100,0	13.520

Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) – *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

**29**  
Segundo John (s/d), a Convenção Internacional sobre a Protecção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias, das Nações Unidas, demorou 13 anos a ser ratificada pelo número mínimo de países (20) necessário para a sua entrada em vigor. Segundo o mesmo autor, também a adoção da Diretiva do Conselho sobre a reunificação familiar pelos Estados Membros da U.E. em 2003, levou mais tempo do que seria de esperar.

A seguir aos agregados familiares compostos por uma pessoa, temos as famílias com duas pessoas, frequentemente o respondente e o seu cônjuge, seguidas dos agregados com três ou quatro pessoas, normalmente os filhos do casal. Ligeiramente menos de 7% dos agregados têm cinco ou seis pessoas, sendo as restantes dimensões residuais.

Tal como referido anteriormente, os respondentes que não coabitam com outro elemento do agregado familiar, chegaram há relativamente pouco tempo a Portugal, pois 20,9% fizeram-no após 2008, 32,3% no período 2004-2008, e 32,6% vieram entre 1998 e 2003 (Tabela 4.9). As proporções são muito distintas consoante o grupo etário dos inquiridos e quase dois terços dos mais jovens chegaram após 2008. Três quartos têm idade compreendida entre 20 e 29 anos e chegaram a partir de 2004 e igual proporção dos respondentes na casa dos 30 anos vieram para Portugal entre 1998 e 2008.

**Tabela 4.9 – Ano de chegada a Portugal dos respondentes dos agregados familiares constituídos por apenas uma pessoa segundo o grupo etário (%)**

Grupos etários	Antes 1974	1974-1979	1980-1991	1992-1997	1998-2003	2004-2008	Após 2008	NS/NR	Total
10-19	0,0	0,0	1,1	2,1	8,4	20,0	65,3	3,2	100,0
20-29	0,1	0,1	1,5	2,5	19,9	45,1	29,9	0,8	100,0
30-39	0,3	0,8	3,4	6,1	43,6	32,1	13,1	0,5	100,0
40-49	0,0	3,8	11,5	8,0	45,4	18,6	10,6	2,1	100,0
50-59	8,0	8,0	10,3	3,4	49,4	13,8	4,6	2,3	100,0
60-69	26,2	19,0	11,9	4,8	31,0	0,0	2,4	4,8	100,0
>=70	29,4	29,4	17,6	0,0	5,9	5,9	0,0	11,8	100,0
NS/NR	0,0	0,0	0,0	0,0	25,0	25,0	50,0	0,0	100,0
Total	1,6	2,2	4,7	4,4	32,6	32,3	20,9	1,3	100,0

Fonte: CLAIH/ACIDI (2009/2010) – *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.  
N = 2.113

Dos 2.113 indivíduos entrevistados que declararam pertencer a agregados familiares singulares, compostos apenas por si próprios, 61,1% encontram-se solteiros no momento de inquirição, logo sem família própria constituída (Tabela 4.10). Quase 14% assume como estado civil a condição de separado de facto, divorciado ou viúvo, ou seja, situações que podem propiciar uma vivência sem coabitação com outros elementos da família, principalmente no caso dos homens. Apenas 24,4% se encontram casados ou a viver em união de facto.

**Tabela 4.10 – Estado civil dos respondentes dos agregados familiares constituídos por apenas 1 pessoa (%)**

Estado civil	Nº	%
Casado(a)	422	20,0
União de facto	94	4,4
Solteiro(a)	1.290	61,1
Separado(a) de facto	73	3,5
Divorciado(a)	163	7,7
Viúvo(a)	58	2,7
NS/NR	13	0,6
Total	2.113	100,0

Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) – *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.  
N = 2113

#### 4.1.4 Origem geográfica dos agregados familiares: naturalidade e nacionalidade

A naturalidade dos inquiridos e respetivos membros do agregado familiar com quem residem, mostra uma enorme diversidade de origens geográficas, espelhando bem a multiplicidade de fluxos migratórios que nos últimos anos têm chegado a Portugal. O grupo mais numeroso, é constituído pelas 5 nacionalidades africanas de língua portuguesa (35,1%), em que os naturais de Cabo Verde representam 15,4% dos mais de treze mil e quinhentos indivíduos sobre os quais possuímos um conjunto de informação básica (Tabela 4.11). Esta comunidade tem uma presença antiga e consolidada em Portugal, em que os pioneiros, realizando migrações inseridas no império colonial português, vieram nos anos 50 e 60 para a metrópole, contratados para trabalhar na construção civil e na edificação de obras públicas, principalmente na região de Lisboa (Malheiros, 2001) e onde as poucas mulheres na época já seguiam uma orientação preferencial para o trabalho doméstico (Góis, 2008). O fluxo desta população continuou nas décadas seguintes, com características distintas, isto é, na segunda

metade dos anos 70 com repatriados/retornados e nos anos 80 e 90 com imigrantes laborais, tornando-a na terceira maior comunidade a nível nacional<sup>30</sup>. Ainda no grupo dos PALOP, e com uma distância considerável em relação aos cabo-verdianos, os nascidos em Angola e na Guiné-Bissau representam uma percentagem digna de nota em relação ao total. Santomenses e, sobretudo, moçambicanos são comunidades de pequena dimensão.

**Tabela 4.11 – Naturalidade dos respondentes e membros do agregado familiar co-residentes (%)**

<b>Naturalidade</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
Portugal	2.797	20,7
Brasil	2.875	21,3
Outros países da América Latina e Caraíbas	241	1,8
América do Norte	31	0,2
China	257	1,9
Sub-continente indiano	254	1,9
Bangladesh	13	0,1
Índia	144	1,1
Paquistão	97	0,7
Outros países da Ásia e Oceânia	104	0,8
U.E. (exceto Portugal)	57	0,4
Europa de Leste	1.763	13,0
Bielorrússia	25	0,2
Moldávia	410	3,0
Rússia	228	1,7
Ucrânia	1.097	8,1
Outros países da Europa	7	0,1
PALOP	4.746	35,1
Angola	1.050	7,8
Cabo Verde	2.079	15,4
Guiné-Bissau	1.045	7,7
Moçambique	180	1,3
São Tomé e Príncipe	392	2,9
Outros países de África	196	1,4
NS/NR	192	1,4
<b>Total</b>	<b>13.520</b>	<b>100,0</b>

Fonte: CLAIH/ACIDI (2009/2010) – *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

### 30

Segundo dados do SEF de 2011, a nacionalidade cabo-verdiana registava perto de 44 mil indivíduos com a situação regularizada, sendo a terceira mais numerosa a seguir à brasileira e à ucraniana. O valor seria ainda maior se considerássemos a naturalidade, visto que os cidadãos cabo-verdianos são dos que estão em melhor posição para solicitar a nacionalidade portuguesa, e têm-no feito.



Os cidadãos nascidos no Brasil são o segundo grupo mais numeroso entre os inquiridos (21,3%), seguidos dos naturais de Portugal (20,7%), que incluem sobretudo descendentes dos respondentes, já nascidos em território nacional. As ligações históricas, os laços familiares, os acordos celebrados entre Portugal e o Brasil, e o crescimento económico português por um lado, mas também a crise económica no Brasil nos anos 80 e 90 e a possibilidade de conseguir uma entrada mais fácil na Europa, permitem compreender a dimensão do fluxo entre os dois países<sup>31</sup>.

A população natural da Europa de Leste, nomeadamente da Ucrânia, assume uma considerável relevância entre a população inquirida (13,0% e 8,1%, respetivamente). Estes fluxos migratórios, datados do final da década de 90 e que se tornaram estatisticamente visíveis a partir de 2001/2002, oriundos de países do Bloco de Leste e das antigas repúblicas da URSS vieram suprir necessidades de mão-de-obra do mercado laboral português que não foram satisfeitas pelos trabalhadores nacionais e estrangeiros já residentes em Portugal. Para além dos ucranianos, os naturais da Moldávia e da Rússia constituem comunidades numericamente relevantes. Tal como refere Fonseca (2004, p. 115), a chegada destes trabalhadores evidencia a presença e crescimento de um sistema de recrutamento baseado em redes ilegais de tráfico de mão-de-obra.

É neste contexto de diversificação das áreas de recrutamento, que aumenta o número de naturais do subcontinente indiano, nomeadamente de indianos, paquistaneses e bangladeshis (1,9% do total), cuja chegada e presença, com exceção dos indianos vindos de Moçambique, são elementos relativamente novos na história das migrações para Portugal (Mapril, 2008; Oliveira e Silva, 2011; Malheiros, 1996). Vários destes indivíduos não realizaram viagens diretas para Portugal, mas encontrando-se a trabalhar em outros países, alguns deles já na Europa, terão sabido da facilidade em regularizar a sua situação documental em Portugal, nomeadamente em 2001 e em posteriores processos de regularização<sup>32</sup>.

Os naturais da China, apesar de em número reduzido, constituem uma comunidade em crescimento, principalmente após a alteração da lei chinesa de emigração em 1985 que facilitou as saídas (IEEI e CEMRI, 2005). O apoio dos imigrantes já instalados em Portugal tem-se revelado fundamental para assegurar a receção e integração dos recém-chegados,

**31**

A comunidade brasileira está longe de ser homogénea, tanto ao nível das profissões exercidas, como dos graus de instrução e qualificações profissionais. Vários autores referem a existência de duas vagas, uma primeira datada dos finais dos anos 80 e primeira metade dos anos 90, composta por profissionais qualificados, e uma segunda onda de chegada nos finais dos anos 90 e princípios do século XXI, formada por indivíduos menos qualificados (Padilla, 2004; Malheiros, 2007b; Peixoto e Figueiredo, 2007; Fonseca, 2004).

**32**

A título de exemplo, e apesar de alguns quadrantes políticos não o designarem como processo de regularização, o "Processo dos CTT" decorreu em 2004 e permitia a regularização dos cidadãos estrangeiros que tivessem entrado no país até ao dia 12 de Março de 2003 e que tivessem realizado os seus descontos para a Segurança Social e para o fisco durante pelo menos 90 dias até essa data.

pois a existência de redes familiares e económicas transnacionais proporcionam condições de acolhimento e ajuda únicas, a quem não fala a língua do país de acolhimento, não tem capital para investir ou não tem emprego, como é frequentemente no caso dos chineses que chegam a Portugal.

O grupo dos naturais de países da América Latina e Caraíbas (exceto o Brasil) é essencialmente composto por naturais da Venezuela que, como mencionámos atrás, constituem uma migração de contracorrente à emigração portuguesa para a Venezuela dos decénios anteriores.

Quanto à nacionalidade (Tabela 4.12), para alguns dos grupos referidos na tabela anterior nota-se uma grande coincidência de proporções, contudo é de assinalar a existência de 14,4% de duplos nacionais, essencialmente pessoas portadoras da nacionalidade portuguesa e de outra. Os processos de atribuição e aquisição da nacionalidade portuguesa, facilitados com a nova lei de 2006<sup>33</sup>, têm permitido aumentar o número de cidadãos portugueses de origem estrangeira, bem como o de duplos nacionais, desde que os países envolvidos o permitam<sup>34</sup>. Nos anos de 2004 e 2005 receberam resposta favorável 2.855 e 2.981 pedidos de aquisição de nacionalidade, ao passo que em 2006 o valor subiu para 4.447 e em 2008 atingiu o valor de 22.408. Assim, comparativamente à tabela da naturalidade, há ligeiramente menos cidadãos com a nacionalidade brasileira e de outros países da América Latina e Caraíbas, o que poderá ser explicado pela maior facilidade de obtenção da nacionalidade portuguesa, não só por satisfazerem a condição do tempo mínimo de residência legal (6 anos), mas também pela existência de ascendentes até ao segundo grau com nacionalidade portuguesa. Segundo informação disponível no Eurostat, nos anos de 2008 e 2009 foi atribuída a nacionalidade portuguesa a quase 7.800 cidadãos brasileiros, representando 16,2% do total de 48 mil aquisições de nacionalidade ocorridas nesses dois anos.

---

**33**

Lei Orgânica nº2/2006 de 17 de Abril.

**34**

<http://nacionalidade.sef.pt/index.html>.

**Tabela 4.12 – Nacionalidade dos respondentes e membros do agregado familiar co-residentes (%)**

<b>Nacionalidade</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
Portugal	2.687	19,9
Dupla (portuguesa e outra)	1.887	14,0
Dupla (outros casos)	57	0,4
Brasil	2.608	19,3
Outros países da América Latina e Caraíbas	111	0,8
América do Norte	15	0,1
China	265	2,0
Sub-continente indiano	219	1,6
Bangladesh	9	0,1
Índia	117	0,9
Paquistão	93	0,7
Outros países da Ásia e Oceânia	91	0,7
U.E. (exceto Portugal)	33	0,2
Europa de Leste	1.727	12,8
Bielorrússia	19	0,1
Moldávia	337	2,5
Rússia	228	1,7
Ucrânia	1140	8,4
Outros países da Europa	6	0,0
PALOP	3.406	25,2
Angola	650	4,8
Cabo Verde	1.612	11,9
Guiné-Bissau	758	5,6
Moçambique	73	0,5
São Tomé e Príncipe	313	2,3
Outros países de África	151	1,1
NS/NR	257	1,9
Total	13.520	100,0

Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) – *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

Há ligeiramente menos nacionais do subcontinente indiano (1,6%), comparativamente aos naturais indicando provavelmente que alguns indivíduos já tiveram acesso à nacionalidade portuguesa pelo tempo de residência legal (6 anos), mas há um pouco mais de cidadãos com a nacionalidade chinesa, comparativamente aos naturais (2% e 1,9%, respetivamente) indicando, provavelmente, a presença de descendentes nascidos em Portugal e que possuem apenas a nacionalidade dos seus progenitores. Com efeito, a comunidade chinesa, para além de registar elevadas taxas de fecundidade em Portugal (Valente Rosa *et al.*, 2004), não é das que mais solicita a naturalização, talvez pela reduzida proficiência na língua portuguesa, umas das condições fundamentais para a aquisição da nacionalidade.

O caráter mais recente da imigração da Europa de Leste para Portugal e a não aceitação da dupla nacionalidade por parte de países como a Ucrânia, pode contribuir para explicar a muito pequena diferença entre a proporção de naturais e de nacionais destes países (13,0% e 12,8%, respetivamente), na medida em que muitos destes cidadãos podem não apresentar o período mínimo necessário de residência legal em Portugal ou não desejar perder a nacionalidade de origem.

A grande disparidade percentual entre naturais e nacionais, encontra-se entre os cidadãos dos PALOP (35,1% e 25,2%, respetivamente), comunidades com uma longa presença em Portugal, que inclusivamente beneficiaram de condições legais mais favoráveis na obtenção da cidadania portuguesa na lei precedeu a de 2006, comparativamente a outras nacionalidades<sup>35</sup>. Ainda segundo a base de dados do Eurostat, das quase 48 mil aquisições de nacionalidade portuguesa concedidas em 2008 e 2009, passaram a ser cidadãos portugueses perto de 11 mil cabo-verdianos (22,9%), 5 mil guineenses (10,2%), 4 mil angolanos (8,4%) e 2.600 santomenses (5,4%).

A adoção da cidadania portuguesa é igualmente visível se cruzarmos a região ou país de naturalidade com a presente nacionalidade dos entrevistados (Tabela 4.13). Assim, a leitura da diagonal principal da matriz, indica-nos a proporção de pessoas com a naturalidade e nacionalidade idênticas, ao passo que nas metades superior e inferior da matriz se encontram os indivíduos que possuem uma nacionalidade distinta da sua naturalidade.

---

### 35

Juntamente com os brasileiros, precisavam apenas de 6 anos de residência legal para solicitar a nacionalidade portuguesa, enquanto que para os restantes cidadãos estrangeiros eram necessários 10 anos.

**Tabela 4.13 – Naturalidade segundo a nacionalidade dos respondentes e membros do agregado familiar co-residentes (%)**

Nacionalidade														
Naturalidade	Portugal	Brasil	Outros da A. Latina e Caraibas	América do Norte	China	Sub-continente indiano	Outros da Ásia e Oceânia	U.E. (exceto Portugal)	Europa de Leste	Outros da Europa	PALOP	Outros de África	NS/NR	Total
Portugal	71,9	3,4	0,0	0,0	0,8	0,0	0,1	0,1	3,7	0,0	7,6	0,2	12,2	100,0
Brasil	1,5	85,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	12,4	100,0
Outros países da A. Latina e Caraibas	7,9	0,0	45,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	46,5	100,0
América do Norte	3,2	0,0	0,0	48,4	0,0	0,0	0,0	3,2	0,0	0,0	0,0	0,0	45,2	100,0
China	1,6	0,0	0,0	0,0	93,8	0,0	1,2	0,0	0,0	0,0	0,8	0,0	2,7	100,0
Subcontinente indiano	3,5	0,0	0,0	0,0	0,0	83,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	0,0	12,2	100,0
Outros países da Ásia e Oceânia	6,7	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	80,8	0,0	2,9	0,0	0,0	0,0	8,7	100,0
U.E. (exceto Portugal)	15,8	0,0	0,0	0,0	1,8	0,0	0,0	50,9	0,0	0,0	1,8	3,5	26,3	100,0
Europa de Leste	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	91,6	0,0	0,2	0,0	7,2	100,0
Outros países da Europa	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	85,7	0,0	0,0	14,3	100,0
PALOP	11,3	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	66,2	0,1	22,1	100,0
Outros países de África	6,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	0,5	0,0	0,0	2,6	70,9	18,9	100,0
NS/NR	8,3	19,3	0,0	0,0	0,0	2,1	0,5	0,0	1,6	0,0	15,6	0,0	52,6	100,0

Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) – Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal.  
N = 13.520

A maioria dos indivíduos, apresenta a naturalidade semelhante à nacionalidade<sup>36</sup>, encontrando-se as principais diferenças entre os naturais dos PALOP, de outros países da América Latina e Caraíbas (nomeadamente os naturais da Venezuela) e da União Europeia, visto

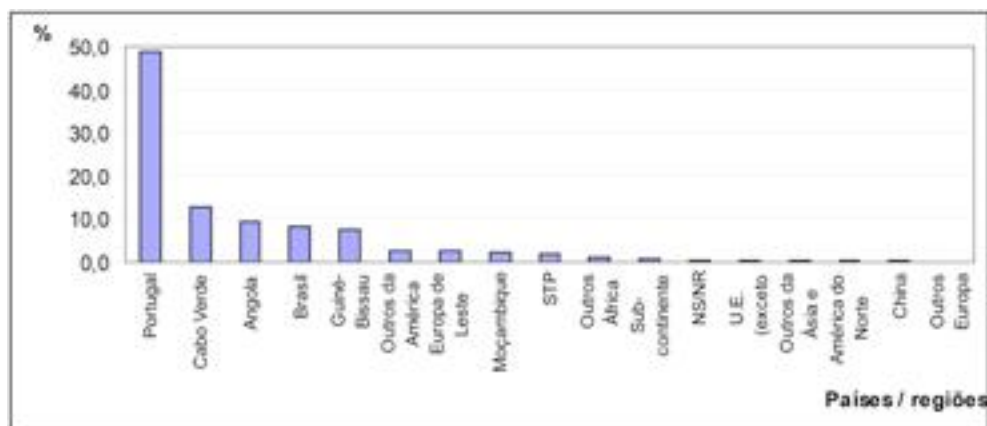
<sup>36</sup>

A título de exemplo, quase 72% das pessoas nascidas em Portugal possuem nacionalidade portuguesa e 93,8% dos naturais da China são igualmente cidadãos chineses.

poderem beneficiar de um conjunto de medidas legais ou apresentarem um período de residência mais longo que lhes permite mais facilmente aceder à cidadania portuguesa. Assim, 11,3% dos indivíduos nascidos num dos países dos PALOP, 15,8% dos naturais da União Europeia (exceto Portugal) e 7,9% dos oriundos de outros países da América Latina (exceto Brasil) apresentam nacionalidade portuguesa. Surgem, depois, os naturais de outros países da Ásia e Oceânia e de outros países africanos, seguidos das pessoas nascidas no subcontinente indiano (3,5%), na América do Norte (3,2%), na China (1,6%) e no Brasil (1,5%). Os movimentos migratórios dentro da Europa, são tão diversos que 5,3% dos indivíduos nascidos na União Europeia têm a nacionalidade de um país africano (PALOP ou outro) e 1,8% são chineses. Note-se que as elevadas proporções de ausência de respostas às questões relativas à nacionalidade e à naturalidade, principalmente para os elementos da família residentes com o inquirido, dificultam a análise e interpretação dos resultados.

De entre os cidadãos direta ou indiretamente inquiridos, possuindo nacionalidade portuguesa, aproximadamente metade nasceu em Portugal, seguindo-se a uma grande distância Cabo Verde (12,7%), Angola (9,3%) e Brasil (8,2%). Com efeito as ligações aos países lusófonos são muito fortes, representando os naturais dos PALOP 33,6% dos mais de 4.500 indivíduos que detêm nacionalidade portuguesa (Figura 4.2).

**Figura 4.2 – Respondentes e membros do agregado familiar co-residentes com a nacionalidade portuguesa segundo a região / país de naturalidade**



Fonte: CLAIH/ACIDI (2009/2010) – *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.  
 Nota: Os indivíduos considerados podem ter apenas a nacionalidade portuguesa ou terem dupla nacionalidade sendo uma delas portuguesa.

Quanto à distribuição dos inquiridos e respetivos membros do agregado familiar segundo a naturalidade e as regiões de residência (Tabela 4.14), a repartição está claramente influenciada pelo local de aplicação dos questionários, nota-se uma preponderância dos nascidos em Portugal na Área Metropolitana de Lisboa, padrão que também se encontra entre os naturais dos PALOP (Fonseca, 2008; Malheiros, 2001).

**Tabela 4.14 – Naturalidade dos respondentes e membros do agregado familiar co-residentes, segundo as regiões de residência (%)**

Naturalidade	Norte	Centro	AML Norte	AML Sul	Alentejo	Algarve	R.A. Madeira	R.A. Açores	Total Geral
Portugal	14,9	8,8	26,7	32,3	1,6	6,2	4,7	4,8	100,0
Brasil	10,6	9,3	14,3	34,1	3,9	11,7	10,3	5,7	100,0
Outros países da América Latina e Caraíbas	32,4	4,6	4,6	8,3	0,0	3,3	42,7	4,1	100,0
América do Norte	3,2	19,4	6,5	6,5	0,0	3,2	3,2	58,1	100,0
China	24,9	8,6	17,5	16,0	5,1	11,3	8,6	8,2	100,0
Sub-contidente indiano	21,7	44,1	5,5	12,6	1,6	9,8	0,8	3,9	100,0
Outros países da Ásia e Oceânia	11,5	18,3	26,9	15,4	0,0	5,8	21,2	1,0	100,0
U.E. (exceto Portugal)	1,8	22,8	28,1	22,8	7,0	8,8	7,0	1,8	100,0
Europa de Leste	19,8	20,1	7,8	9,9	4,1	27,5	6,7	4,1	100,0
Outros países da Europa	0,0	28,6	0,0	14,3	0,0	0,0	28,6	28,6	100,0
PALOP	9,9	6,9	30,8	38,8	1,6	3,6	1,9	6,5	100,0
Outros países de África	7,7	11,7	20,9	22,4	4,6	9,2	17,9	5,6	100,0
NS/NR	16,1	8,9	14,1	53,1	10,9	0,0	0,0	0,0	100,0
Total	13,3	10,5	21,7	30,8	2,6	9,3	6,1	5,6	100,0

Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) – *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.  
N = 13.520

Os inquiridos naturais do Brasil, estão essencialmente na margem Sul da mesma área metropolitana, ao passo que os indivíduos nascidos noutros países da América Latina e Caraíbas têm uma presença mais acentuada na Madeira e na região Norte de Portugal (essencialmente a contracorrente migratória de venezuelanos). Quase um quarto dos

naturais da China encontram-se nesta última região, apesar de mais de 30% se concentrar na Área Metropolitana de Lisboa. Uma proporção ligeiramente superior a 44% dos inquiridos nascidos na Índia, Paquistão e Bangladesh, estão na região Centro, enquanto os naturais de outros países da Ásia e Oceânia e da União Europeia têm uma presença mais notória na margem Norte da AML. Confirmando um padrão de maior dispersão pelo território nacional, comparativamente a outras comunidades, os europeus de Leste encontram-se no Algarve e nas regiões Centro e Norte do país (Fonseca, 2008; Fonseca, Alegria e Nunes, 2004; Baganha, Marques e Góis, 2010).

### **4.1.5 ANO DE CHEGADA A PORTUGAL E PRIMEIRO LOCAL DE RESIDÊNCIA**

Apesar da chegada contínua de imigrantes a Portugal, há momentos de particular afluxo e que se prendem com a evolução histórica, política e económica de Portugal enquanto país de acolhimento, mas também com os acontecimentos ocorridos nos países emissores.

Observando a Tabela 4.15, a maior parte da população inquirida teve uma chegada relativamente recente a Portugal, visto que 37% dos respondentes chegaram no período 1998 – 2003 e 27,3% entre 2004 e 2008. Note-se que estas proporções são bastante semelhantes no caso dos restantes membros do agregado familiar (33,7% e 29,8%, respetivamente), indicando o importante fluxo migratório que se manteve até ao início da presente crise económica e que tem afetado profundamente o mercado de trabalho português. De notar que apesar das crescentes dificuldades laborais enfrentadas pelos imigrantes, após 2008 chegaram mais de 13% dos respondentes e 8,1% dos restantes membros do agregado familiar.



**Tabela 4.15 – Ano de chegada a Portugal dos respondentes e dos membros do agregado familiar co-residentes (%)**

Ano de chegada	Respondente		Restantes membros do agregado familiar(*)	
	Nº	%	Nº	%
Antes de 1974	141	2,5	73	1,4
[1974 – 1979]	227	4,0	145	2,8
[1980 – 1991]	465	8,2	383	7,4
[1992 – 1997]	404	7,1	384	7,4
[1998 – 2003]	2.091	36,9	1.735	33,7
[2004 – 2008]	1.545	27,3	1.535	29,8
Após 2008	742	13,1	639	12,4
NS/NR	54	1,0	262	5,1
Total	5.669	100,0	5.156	100,0

Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) – *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

N = 10.825

(\*) Nos “restantes membros do agregado familiar”, não se consideraram os indivíduos nascidos em Portugal.

Durante a década de 80, marcada pela adesão de Portugal à CEE, período ao qual se associa um ciclo de grande crescimento da economia portuguesa (Fonseca e Malheiros, 2003), vieram 8,2% dos respondentes e mais de 7% dos familiares que com eles coabitam. Os inquiridos chegados a Portugal na década de 70, representam uma parcela relativamente pequena do total, o que se deve, por um lado à menor dimensão de fenómeno migratório laboral neste período<sup>37</sup> e, por outro, ao “desaparecimento” de alguns dos imigrantes chegados naquela época, seja por via de processos de remigração ou retorno (tiveram mais de três décadas para o fazer), seja por falecimento.

Se cruzarmos a naturalidade com o período de chegada a Portugal, notam-se diferenças substanciais entre os inquiridos (Tabela 4.16). Os imigrantes com uma presença mais antiga são os oriundos dos PALOP, tendo 26,5% chegado ao país até 1991, nomeadamente os oriundos de Angola (32,5%) e Moçambique (41,1%), países que enfrentaram longas e duras guerras civis após os processos de independência que decorreram em 1975. De notar que 6,7% dos naturais de Cabo Verde vieram antes de 1974, incorporando um fluxo migratório de trabalhadores das colónias de modo a dar resposta às necessidades de mão-de-obra na metrópole nas áreas da construção civil e obras públicas (Saint-Maurice e Pires, 1989).

### 37

Relembra-se que a população designada como retornada, tanto na linguagem comum, como nalguma literatura científica (e.g. Pires *et al.*, 1984), não foi considerada na população passível de inquirição no âmbito deste estudo.

**Tabela 4.16 – Ano de chegada a Portugal dos respondentes e dos membros do agregado familiar co-residentes, segundo a naturalidade (%)**

Naturalidade	Ano de chegada								Total
	Antes de 1974	[1974 – 1979]	[1980 – 1991]	[1992 – 1997]	[1998 – 2003]	[2004 – 2008]	Após 2008	Não se aplica e NS/NR	
Brasil	0,0	0,1	1,9	3,0	30,4	44,1	18,5	2,0	100,0
Outros países da América Latina e Caraíbas	1,2	3,7	8,3	7,9	34,4	30,3	13,3	0,8	100,0
América do Norte	0,0	0,0	25,8	22,6	16,1	29,0	6,5	0,0	100,0
China	0,0	0,4	1,9	8,6	40,1	28,4	12,1	8,6	100,0
Subcontinente indiano	1,2	0,0	1,6	7,9	35,4	32,7	18,9	2,4	100,0
Bangladesh	0,0	0,0	15,4	7,7	46,2	7,7	7,7	15,4	100,0
Índia	2,1	0,0	1,4	10,4	34,0	37,5	14,6	0,0	100,0
Paquistão	0,0	0,0	0,0	4,1	36,1	28,9	26,8	4,2	100,0
Outros países da Ásia e Oceânia	1,0	1,9	2,9	12,5	33,7	28,8	19,2	0,0	100,0
U.E. (exceto Portugal)	1,8	1,8	1,8	10,5	21,1	38,6	12,3	12,3	100,0
Europa de Leste	0,0	0,0	0,3	1,0	60,4	25,3	11,4	1,6	100,0
Bielorrússia	0,0	0,0	0,0	0,0	92,0	0,0	4,0	4,0	100,0
Moldávia	0,0	0,0	0,0	0,0	46,8	34,9	16,8	1,5	100,0
Rússia	0,0	0,0	1,3	3,1	56,1	26,8	11,8	0,9	100,0
Ucrânia	0,0	0,0	0,3	0,9	65,7	21,8	9,5	1,9	100,0
Outros países da Europa	0,0	0,0	0,0	0,0	28,6	42,9	28,6	0,0	100,0
PALOP	4,2	7,3	15,0	11,8	29,5	19,7	9,0	3,6	100,0
Angola	2,9	11,5	18,1	14,2	37,6	10,8	2,1	2,9	100,0
Cabo Verde	6,7	6,9	12,3	8,9	28,0	21,8	11,4	4,1	100,0
Guiné-Bissau	0,9	2,3	17,1	16,4	28,9	23,4	7,8	3,2	100,0
Moçambique	4,4	18,9	17,8	9,4	17,2	16,1	10,6	5,6	100,0
São Tomé & Príncipe	3,1	6,4	14,5	9,4	23,2	23,7	16,3	3,3	100,0
Outros países de África	1,5	2,0	9,2	9,7	28,6	27,0	19,4	2,5	100,0
NS/NR	0,1	0,2	0,4	0,7	3,4	2,9	1,5	90,8	100,0
Total	1,6	2,8	6,3	5,8	28,3	22,8	10,2	22,3	100,0

Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) – *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.  
N = 13.520

Quase 75% dos naturais do Brasil chegaram a Portugal entre 1998 e 2008, e apesar da crise económica que se iniciou no final da primeira década do século XXI, 18,5% destes cidadãos vieram após este último ano, podendo indiciar a existência de fluxos migratórios associados a processos de reunificação/reagrupamento familiar. Quanto aos naturais de países da Europa de Leste, a sua chegada a Portugal foi muito concentrada no tempo, na medida em que 85,6% vieram entre 1998 e 2008, com particular destaque para o período 1998-2003, principalmente entre ucranianos e bielorrussos. Foi também neste intervalo temporal que a maioria dos naturais do Bangladesh chegou a Portugal (46,2%), o que contrasta claramente com o momento de chegada de indianos e paquistaneses. Perto de 14% dos primeiros migraram para Portugal até 1997, enquanto 26,8% dos paquistaneses o fizeram após 1998. Os naturais da China têm uma chegada concentrada entre 1998 e 2003 (40,1%), mas é de salientar que 8,6% chegaram entre 1992 e 1997.

Outro aspeto interessante na análise dos fluxos migratórios após a chegada ao país de acolhimento, é a mobilidade geográfica. De um modo geral, os cidadãos estrangeiros, principalmente os recém-chegados, apresentam maior apetência para residirem em diferentes locais do país de destino, comparativamente aos nacionais (Bonvalet *et al.*, 1995; Pumares Fernandez *et al.*, 2006; Finney e Simpson, 2008). A mobilidade acrescida está frequentemente associada à profissão exercida, pois esta pode implicar mudanças frequentes de domicílio (construção civil, por exemplo) ou a procura de condições de trabalho mais satisfatórias (remuneração mais elevada, regalias sociais mais alargadas) (Malheiros, 2012). Por outro lado, a posse da habitação é um fator condicionante da mobilidade, visto que indivíduos ou famílias que sejam proprietários do seu fogo estão menos predispostos a mudarem de local de residência (Fonseca e McGarrigle, 2012).

Pela impossibilidade de captar todas as mobilidades residenciais, registadas entre a chegada e o momento de aplicação do questionário, foi perguntado apenas qual o primeiro local de residência após a chegada a Portugal (Tabela 4.17). No caso dos cidadãos entrevistados neste inquérito, nota-se uma muito reduzida mobilidade entre os que escolheram as regiões autónomas da Madeira e dos Açores, e a margem Sul da Área Metropolitana de Lisboa como primeiro local de residência após a chegada ao país, pois mais de 96% dos entrevistados residiam nestas regiões no momento de aplicação do inquérito. Há uma mobilidade notoriamente mais elevada entre os inquiridos que optaram pela margem Norte da AML como primeiro local para viver, na medida em que 31% residem noutras regiões do país, sendo a margem Sul da AML (12%) a mais relevante, seguindo-se o Norte (7,7%) e o Centro (5,0%). Note-se que, no caso da AML, a mobilidade residencial dos imigrantes da margem Norte para a margem Sul, está em sintonia com o processo de recomposição global deste espaço que, ao longo da última década, observou um crescimento relativo maior na Península de

Setúbal, condicionado, em larga medida, pela existência de uma oferta residencial mais barata, tornada progressivamente mais interessante pelas melhorias introduzidas no sistema de transportes (Ponte Vasco da Gama, comboio na Ponte 25 de Abril com uma linha que se estendeu até Setúbal, Metro da Margem Sul do Tejo).

**Tabela 4.17 – Primeira região de residência dos respondentes e dos membros do agregado familiar co-residentes, após a chegada a Portugal segundo a região de residência atual (%)**

Primeira região de residência em Portugal	Região de aplicação do inquérito (residência atual)								
	Norte	Centro	AML Norte	AML Sul	Alentejo	Algarve	Madeira	Açores	Total
Norte	87,9	3,8	3,2	2,0	0,1	0,8	0,5	1,7	100,0
Centro	17,6	74,5	1,8	3,7	0,2	0,9	0,8	0,6	100,0
AML – Norte	7,7	5,0	69,0	12,0	0,9	1,4	1,8	2,2	100,0
AML – Sul	0,0	0,6	1,5	97,5	0,0	0,0	0,3	0,0	100,0
Alentejo	3,6	4,5	5,1	4,8	79,6	1,8	0,6	0,0	100,0
Algarve	4,3	1,1	0,6	3,0	1,3	88,3	1,0	0,4	100,0
R. A. Madeira	0,0	0,3	0,0	1,2	0,5	0,0	96,7	1,2	100,0
R. A. Açores	0,0	0,2	0,2	0,2	0,0	0,2	0,9	98,3	100,0
NS/NR e Não se aplica	13,4	9,2	29,6	31,2	1,6	6,4	4,3	4,2	100,0

Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) – *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.  
N = 13.520

Nas regiões Centro e Alentejo, é visível alguma mobilidade residencial entre os momentos de chegada e de inquirição dos imigrantes, na medida em que 25,5% e 20,4% dos inquiridos residem agora noutras áreas do país, nomeadamente no Norte e na Área Metropolitana de Lisboa.

Quanto ao primeiro local de residência em Portugal, segundo o ano de chegada (Tabela 4.18), os imigrantes que vieram antes de 1974, na sua maioria dos PALOP, instalaram-se essencialmente na margem Norte da AML (70,6%), dando origem aos primeiros aglomerados com população africana da região de Lisboa (Fonseca, 1999; Fonseca, Malheiros, Esteves e Caldeira, 2002; Esteves, 2004). Para além de ser um ponto de entrada no país, a região da capital constituía também o principal mercado de trabalho para imigrantes, conduzindo à fixação da população recém-chegada. O crescimento e urbanização da margem Sul da AML,

com a disponibilização de habitação a custos inferiores à margem Norte, facilitou a instalação dos cidadãos estrangeiros e, a partir da segunda metade da década de 70, as proporções de inquiridos reduzem-se na margem Norte e crescem na margem Sul, pelo menos até ao final dos anos 90.

**Tabela 4.18 – Primeira região de residência após a chegada a Portugal dos respondentes e dos membros do agregado familiar co-residentes, segundo o ano de chegada (%)**

Primeira região de residência em Portugal	Ano de chegada							Total
	Antes de 1974	[1974 – 1979]	[1980 – 1991]	[1992 – 1997]	[1998 – 2003]	[2004 – 2008]	Após 2008	
Norte	1,5	2,0	6,9	12,5	13,2	8,5	8,7	10,0
Centro	2,9	7,3	6,9	8,9	13,8	10,9	16,6	11,9
AML – Norte	70,6	58,3	46,3	33,6	23,4	23,8	16,3	27,3
AML – Sul	18,6	26,3	28,0	28,9	24,8	26,2	25,1	25,7
Alentejo	2,0	0,3	0,4	0,6	3,0	4,2	5,2	3,1
Algarve	2,0	1,1	4,7	6,8	12,5	12,3	13,2	10,9
R. A. Madeira	1,0	3,6	3,2	3,9	5,6	7,2	7,9	5,9
R. A. Açores	1,5	1,1	3,7	4,7	3,9	6,9	7,1	5,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: CLAIH/ACIDI (2009/2010) – *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.  
N = 10.288 (não estão consideradas as não-respostas, nem os nascidos em Portugal).

O crescimento da economia portuguesa, a partir da segunda metade da década de 80, acompanhado da expansão e diversificação do mercado laboral, e da chegada de um leque mais diversificado de nacionalidades a exercer profissões em setores muito variados, facilitaram a instalação de trabalhadores estrangeiros um pouco por todo o país. Na década de 90, a margem Norte da AML perde claramente relevância como local de fixação de primeira residência, notando-se um aumento da importância da região Norte e, em menor escala, do Algarve. Esta região ganha relevo nas décadas seguintes sendo hoje a segunda mais importante, logo a seguir à AML, como local de residência da população estrangeira documentada em Portugal. De destacar a região Centro que entre os imigrantes chegados após 2008 se tornou um importante destino para fixação da primeira residência no país.

#### 4.1.6 COABITAÇÃO COM OUTRAS PESSOAS NÃO PERTENCENTES À FAMÍLIA

Nem sempre é possível ao imigrante ter consigo os elementos da família, devido à sua precária situação económica, constrangimentos legais relacionados com a presença em território nacional ou por acreditar que a presente experiência migratória é meramente temporária e não valendo, por isso, a pena realizar o esforço associado a um processo de reunificação. Dos 5.669 agregados familiares sobre os quais temos informação, 2.115 (37,3%) são constituídos pelo respondente, não residindo com ele outros elementos da família. No entanto, estas pessoas não estão necessariamente sós, pois 1.102 (52,1%) partilham a habitação com outras pessoas que não são seus parentes. Esta estratégia de coabitação é frequentemente encontrada entre os estudantes e os imigrantes recentemente chegados ao país de destino, constituindo, neste último caso, uma estratégia de aforro de recursos monetários de modo a incrementar a taxa de poupança e de envio de remessas para a origem (Fonseca *et al.*, 2005; Tolentino, Rocha e Tolentino, 2008). Entre os respondentes que não vivem com familiares, a situação de partilha de residência é mais frequente entre os homens (63,3% dos 1102) do que entre as mulheres (36,7% dos 1102) sendo os europeus de Leste (61,5%), os chineses (53,8%), os naturais dos PALOP (51,5%) e os brasileiros (50,2%) os grupos de nacionalidade onde esta situação ocorre com mais frequência (Tabela 4.19).

O número de pessoas não aparentadas com quem os respondentes que residem sem família partilham a sua habitação, é muito diverso e vai desde uma a seis pessoas (Tabela 4.20), sendo o mais frequente três pessoas (27,9%). Por questões de afinidade linguística e cultural, estas pessoas são, na maioria dos casos, oriundas do país de origem do respondente (Tabela 4.21).

**Tabela 4.19 – Respondentes que residem sem família e em coabitação com outros indivíduos com quem não têm laços de parentesco, segundo a nacionalidade (Nº e %)**

	Há mais pessoas a residir consigo?							
	Sim	Não	NS/NR	Total	Sim	Não	NS/NR	Total
Nacionalidade	Nº				%			
Portugal	19	24	2	45	42,2	53,3	4,4	100,0
Brasil	312	305	4	621	50,2	49,1	0,6	100,0
Outros países da América Latina e Caraíbas	17	50	3	70	24,3	71,4	4,3	100,0
América do Norte	3	1	1	5	60,0	20,0	20,0	100,0
China	14	12	0	26	53,8	46,2	0,0	100,0
Subcontinente indiano	49	27	3	79	62,0	34,2	3,8	100,0
Outros países da Ásia e Oceânia	10	11	0	21	47,6	52,4	0,0	100,0
U.E. (exceto Portugal)	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0
Europa de Leste	182	110	4	296	61,5	37,2	1,4	100,0
Outros países da Europa	4	1	0	5	80,0	20,0	0,0	100,0
PALOP	443	391	26	860	51,5	45,5	3,0	100,0
Outros países de África	32	28	0	60	53,3	46,7	0,0	100,0
NS/NR	17	10	0	27	63,0	37,0	0,0	100,0
Total	1.102	970	43	2.115	52,1	45,9	2,0	100,0

Fonte: CLAIH/ACIDI (2009/2010) – *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

**Tabela 4.20 – Número de pessoas sem laços de parentesco com o respondente (que vive sem outros elementos da família) e que com ele coabitam (Nº e %)**

Número de pessoas	Nº	%
1	262	23,8
2	269	24,4
3	308	27,9
4	127	11,5
5	52	4,7
6	61	5,5
NS/NR	23	2,1
Total	1.102	100,0

Fonte: CLAIH/ACIDI (2009/2010) – *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

**Tabela 4.21 – Pessoas sem laços de parentesco com o respondente (que vive sem a família), oriundas do seu país de origem e que com ele coabitam (Nº e %)**

Número de pessoas do país de origem	Nº	%
0	139	12,6
1	252	22,9
2	197	17,9
3	199	18,1
4	81	7,4
5	41	3,7
6	31	2,8
NS/NR	162	14,7
Total	1.102	100,0

Fonte: CLAIH/ACIDI (2009/2010) – *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

Por razões que se prendem com a educação dos filhos, estratégias de sobrevivência económica ou de poupança, e custo de vida no país de destino, o agregado familiar imigrante pode não incluir ascendentes, nem descendentes. Relativamente aos respondentes que indicaram morar apenas com o respetivo cônjuge, sem outros membros da família ou pessoas não aparentadas (831), o valor é de 14,7%, o dobro dos entrevistados que vivem sem cônjuge, mas na companhia de filhos/enteados (7,1%).



#### 4.1.7 GRAU DE INSTRUÇÃO, PRINCIPAL MEIO DE VIDA E PROFISSÃO

Quanto ao nível de ensino mais elevado que os inquiridos e seus familiares co-residentes com 10 ou mais anos de idade completaram, há diferenças assinaláveis segundo a origem geográfica. Os cidadãos nascidos nos PALOP apresentam predominantemente o ensino básico (56,3%), tal como os indivíduos nascidos em Portugal (53,7%), os naturais do Brasil (44,0%) e da China (50,0%), ao passo que mais de um terço dos indivíduos do subcontinente indiano (paquistaneses, indianos e bangladeshis) têm o ensino secundário completo (Tabela 4.22).

**Tabela 4.22 – Respondentes e membros do agregado familiar co-residentes com idade >= 10 anos segundo o nível de ensino mais elevado que completaram e a nacionalidade (%)**

Nacionalidade	Nenhum	Sabe ler e escrever sem ter frequen. a escola	Pré-escolar	Básico (1º, 2º e 3º ciclos)	Secund.	Médio – Profiss.	Bacharel. e Licenci.	Mestrado e Doutora.	Outro	NS/NR	Total
Portugal	0,6	0,3	1,6	53,7	21,7	6,5	9,4	1,1	0,3	4,8	100,0
Brasil	0,8	0,3	1,0	44,0	35,9	7,1	8,4	0,9	0,3	1,4	100,0
Outros países da América Latina e Caraíbas	0,9	0,9	1,7	29,9	29,9	6,0	28,6	1,7	0,4	0,0	100,0
América do Norte	0,0	0,0	0,0	41,4	27,6	6,9	17,2	3,4	0,0	3,4	100,0
China	2,1	2,1	0,8	50,0	28,9	4,1	7,0	0,8	0,0	4,1	100,0
Subcontinente indiano	3,9	0,4	1,3	40,7	36,8	5,2	8,7	1,7	0,0	1,3	100,0
Outros países da Ásia e Oceânia	0,0	1,4	0,0	30,4	29,0	5,8	24,6	7,2	0,0	1,4	100,0
Países da U.E. (exceto Portugal)	0,0	2,4	0,0	26,8	17,1	24,4	24,4	2,4	0,0	2,4	100,0
Europa de Leste	0,2	0,1	0,2	16,0	24,2	22,2	33,6	2,5	0,0	1,0	100,0
Outros países da Europa	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	28,6	71,4	0,0	0,0	0,0	100,0
PALOP	4,3	2,3	2,3	56,3	19,6	5,8	7,3	0,5	0,2	1,4	100,0
Outros países de África	5,9	5,3	2,1	49,7	18,2	4,8	9,1	1,6	0,5	2,7	100,0
NS/NR	1,4	1,4	2,1	45,2	13,0	4,8	5,5	2,7	0,7	23,3	100,0
Total	2,2	1,2	1,5	45,8	25,0	8,6	12,3	1,1	0,2	2,1	100,0

Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) – *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

N = 11.886

Frequentemente referido como um grupo com níveis de escolaridade mais elevados do que a média nacional (Fonseca, Alegria e Nunes, 2004; Marques e Góis, 2010), os naturais dos países do Leste europeu que foram entrevistados possuem uma grande diversidade de níveis de escolaridade completos. Desde uma elevada percentagem de imigrantes com bacharelato ou licenciatura (33,6%), até aos níveis básico e secundário, passando pelos cursos

de formação profissional (22,2%). Apesar de relativamente pequeno, o grupo dos inquiridos nascidos na Ásia (exceto a Península Indistânica) e na Oceânia, tem perto de um terço de pessoas que completaram a sua instrução em instituições do ensino superior (31,8%).

Em termos de meio de vida, a população entrevistada tem um leque bastante diversificado de situações devido à heterogeneidade da composição dos agregados familiares no que respeita à idade, inserção no mercado de trabalho, situação documental e outros (Tabela 4.23).

**Tabela 4.23 – Principal meio de vida dos respondentes e dos membros do agregado familiar co-residentes, segundo a naturalidade (%)**

Naturalidade	Principal meio de vida									
	Trabalho	RSI e Apoio social	Pensão / Reforma	Rendim. de propried. ou empresa	Subsídio temp. de desemprego	Subsídio temp. de doença e outros subsídios temp.	A cargo da família	Biscates	Outra situação	NS/NR
Portugal	24,8	1,4	1,5	0,6	1,3	0,6	61,3	0,5	1,1	6,9
Brasil	64,9	1,8	0,2	0,8	3,4	0,7	21,1	2,8	2,0	2,2
Outros países da América Latina e Caraíbas	56,8	2,5	2,9	2,9	4,1	1,2	21,6	2,1	4,1	1,7
América do Norte	38,7	0,0	12,9	3,2	3,2	3,2	29,0	3,2	6,5	0,0
China	74,7	0,4	0,4	0,0	0,0	0,0	19,8	0,4	0,8	3,5
Subcontinente indiano	51,6	3,5	0,4	0,0	5,5	0,4	34,3	0,8	2,4	1,2
Outros países da Ásia e Oceânia	61,5	1,9	1,0	0,0	7,7	1,9	14,4	2,9	6,7	1,9
Países da U.E. (exceto Portugal)	43,9	1,8	1,8	3,5	0,0	1,8	43,9	0,0	0,0	3,5
Europa de Leste	63,1	1,9	0,5	0,4	8,5	0,8	20,4	1,5	1,4	1,5
Outros países da Europa	42,9	0,0	0,0	0,0	14,3	0,0	0,0	0,0	42,9	0,0
PALOP	52,0	5,2	5,3	0,5	5,1	1,8	23,0	2,0	2,9	2,2
Outros países de África	55,6	9,2	0,5	0,5	5,6	3,6	17,9	1,5	4,1	1,5
NS/NR	27,6	2,1	0,0	1,6	2,1	0,5	22,9	0,0	4,2	39,1
Total	50,8	3,0	2,4	0,6	4,3	1,1	30,3	1,7	2,2	3,6

Fonte: CLAIH/ACIDI (2009/2010) – *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.  
N = 13.520

À exceção dos naturais de Portugal, da América do Norte e dos países europeus, a maior parte dos imigrantes têm o trabalho como principal meio de vida. As proporções são particularmente elevadas entre os nascidos na China (74,7%), Brasil (64,9%), Leste europeu (63,1%) e nos países asiáticos e da Oceânia (61,5%). Ainda com valores superiores a 50%, estão os cidadãos naturais dos PALOP e de outros países africanos. Para estes dois grupos, o Rendimento Social de Inserção e o apoio social têm algum relevo (5,2% e 9,2%, respetivamente), sinalizando fragilidades económicas. Viver a cargo da família é frequentemente referido pelos inquiridos nascidos em Portugal, na U.E., no subcontinente indiano e nos PALOP provavelmente devido à importância dos descendentes (crianças e jovens) na constituição das famílias. Para os cidadãos da América do Norte e dos PALOP, a pensão / reforma assume alguma importância (12,9% e 5,3%, respetivamente), mas configurando casos um pouco distintos. O primeiro grupo, de dimensão absoluta muito pequena, enquadra-se numa situação de migração pós-reforma para usufruto da aposentação num país com um clima ameno, enquanto o segundo é, em princípio, constituído por imigrantes que trabalharam e viveram durante um longo período de tempo em Portugal e após a sua vida ativa não regressaram ao país de origem (Machado e Roldão, 2010; Marques e Ciobanu, 2012). Apesar da crise económica que afeta a economia portuguesa, viver do subsídio temporário de desemprego não é comum entre os inquiridos, seja porque desempenham uma atividade profissional ou porque não se encontram em situação de se candidatarem ao mesmo. As proporções mais elevadas, encontram-se entre os naturais dos países do Leste europeu, de alguns países asiáticos e europeus (dois grupos relativamente restritos). Os biscates, os subsídios temporários e os rendimentos de propriedades ou empresas são pouco relevantes entre os inquiridos. Como a pergunta se reportava ao principal meio de vida e não a todas as fontes de rendimento, e considerando o peso da economia subterrânea em Portugal, poderá existir uma subavaliação da população que complementa o rendimento familiar mensal com serviços ocasionais e informais.

A pergunta sobre a profissão exercida, devia ser respondida não apenas pelos inquiridos que se encontravam a exercer uma profissão no momento de aplicação do questionário, mas também pelos desempregados e reformados, referindo estes a última profissão que tinham tido. Considerando a Classificação Nacional de Profissões a um dígito e para o conjunto de entrevistados, os grupos com maior proporção de respostas são o 5 (Pessoal dos serviços e vendedores), 9 (Trabalhadores não qualificados) e 7 (Operários, artífices e trabalhadores similares), com respetivamente 26,4%, 25,4% e 22,6% das respostas. Os grupos profissionais que envolvem maiores qualificações formais (1, 2 e 3) concentram relativamente poucos inquiridos (Tabela 4.24).

**Tabela 4.24 – Profissão dos respondentes e dos membros do agregado familiar co-residentes, segundo a nacionalidade (%)**

Naturalidade	Profissão (CNP a 1 dígito)									Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
Portugal	6,8	10,9	7,9	10,2	27,2	2,8	11,5	5,7	17,0	100,0
Brasil	3,5	5,2	7,7	4,6	35,5	1,5	19,3	3,2	19,4	100,0
Outros países da América Latina e Caraíbas	2,1	19,3	11,4	5,7	30,7	0,7	12,1	2,9	15,0	100,0
América do Norte	10,0	25,0	5,0	5,0	20,0	0,0	5,0	5,0	25,0	100,0
China	33,3	1,3	0,6	1,9	57,9	0,0	0,6	0,0	4,4	100,0
Subcontinente indiano	4,1	2,7	3,4	1,4	28,6	3,4	8,2	4,1	44,2	100,0
Outros países da Ásia e Oceânia	1,3	8,0	1,3	5,3	21,3	2,7	32,0	2,7	25,3	100,0
Países da U.E. (exceto Portugal)	16,7	20,0	3,3	3,3	13,3	3,3	33,3	0,0	6,7	100,0
Europa de Leste	2,3	6,9	2,3	2,7	18,1	2,3	26,9	8,9	29,5	100,0
Outros países da Europa	0,0	0,0	25,0	25,0	25,0	0,0	0,0	0,0	25,0	100,0
PALOP	2,5	5,9	3,0	3,7	22,4	1,3	27,7	3,2	30,3	100,0
Outros países de África	4,5	6,7	7,5	0,0	25,4	11,9	16,4	1,5	26,1	100,0
NS/NR	2,1	6,4	0,0	6,4	8,5	0,0	36,2	8,5	31,9	100,0
Total	3,8	6,5	4,7	4,3	26,4	1,9	22,6	4,3	25,4	100,0

Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) – *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.  
N = 7.911 (apenas ativos e indivíduos reformados e desempregados que mencionaram a última profissão).

0 – Forças armadas	5 – Pessoal dos serviços e vendedores
1 – Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas	6 – Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas
2 – Especialistas das profissões intelectuais e científicas	7 – Operários, artífices e trabalhadores similares
3 – Técnicos e profissionais de nível intermédio	8 – Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem
4 – Pessoal administrativo e similares	9 – Trabalhadores não qualificados

Se observarmos os resultados discriminados segundo a naturalidade, notam-se diferenças assinaláveis entre os vários grupos, que são o reflexo de distintas formas de inserção no mercado de trabalho português, resultantes dos diversos graus de instrução e de qualificação dos indivíduos, de variadas estratégias familiares e da comunidade de pertença, entre outros fatores. De entre a população nascida em Portugal, mais de 27% enquadra-se no grupo do pessoal dos serviços e vendedores, 25,6% num dos três primeiros grupos de profissões, indiciando a existência de elevadas qualificações, mas 17% pertence ao grupo 9 (Trabalhadores não qualificados). Os respondentes brasileiros, têm uma presença muito acentuada no grupo 5 (Pessoal dos serviços e vendedores; 35,5%) não só pela facilidade de comunicação e expressão na língua portuguesa, mas também por frequentemente ser uma área de atividade onde os indivíduos já trabalhavam no país de origem (Peixoto e Figueiredo, 2007). Contudo, perto de 40% exerce atividade profissional no grupo 7 e no grupo 9, indicando a existência de muitos imigrantes sem qualificações ou com qualificações na indústria, metalurgia e construção civil, características que foram sobretudo associadas à segunda vaga da imigração brasileira para Portugal.

O empreendedorismo da população de origem chinesa em torno das atividades comerciais, em que os membros são frequentemente proprietários, tem sido amplamente estudada (Oliveira, 2008; Oliveira 2005; Neves e Rocha-Trindade, 2008) e é visível pela sua repartição profissional muito polarizada entre o grupo do pessoal dos serviços e vendedores (57,9%) e o grupo dos quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas (33,3%). A população do subcontinente indiano concentra-se essencialmente no grupo dos trabalhadores não qualificados, com particular relevância para a construção civil, comércio e serviços (44,2%) devido, provavelmente, ao baixo grau de instrução dos seus membros, mas apresenta algum peso significativo no grupo 5 (28,6%).

Apesar de terem chegado a Portugal em momentos muito distintos e de apresentarem características ao nível de escolaridade diferenciadas, tal como vimos anteriormente, os cidadãos naturais do Leste europeu e dos PALOP apresentam uma distribuição percentual pelos vários grupos de profissões muito semelhante, onde se nota a importância dos grupos 9 e 7, isto é, os trabalhadores não qualificados (dos serviços, comércio e construção civil) e os que apresentam mais qualificações e exercem funções nos setores da construção civil, indústria e metalurgia. Tendo em consideração os níveis de instrução desta população, parece confirmar-se a ocorrência de processos de mobilidade profissional descendente, sobretudo associados às fases iniciais de inserção no mercado de trabalho português (Esteves, 2004). Apesar do seu número reduzido, os naturais da União Europeia, que são todos familiares dos respondentes devido aos critérios impostos à seleção de inquiridos, são os cidadãos com uma presença mais forte nos grupos 1 e 2, indicando possuir um elevado grau de instrução.

## 4.2 AS TRAJETÓRIAS MIGRATÓRIAS

A análise das trajetórias migratórias dos indivíduos que chegam a Portugal, constitui um aspeto de grande relevância para a compreensão das opções feitas pelos respondentes ao inquérito. Saber porque razão escolheram Portugal como país de acolhimento, se o fizeram sozinhos ou com a ajuda de outros, se residiram em outro país antes de chegar a Portugal, e quais os motivos subjacentes à escolha do município onde moram, ajuda-nos a melhor enquadrar a presença destas populações no país e na região onde residem. Esta seção do inquérito, reporta-se apenas à pessoa que foi diretamente entrevistada, não incluindo os restantes membros do agregado que vivem com ela, e abrange apenas os indivíduos nascidos num país estrangeiro.

Quando questionados sobre a principal razão que os levou a optarem por Portugal como país de residência, mais de um quarto dos inquiridos (26,5%) responderam que tiveram conhecimento de oportunidades de emprego no país, o que reforça a ideia de que a maioria são migrantes económicos que viram no crescimento económico de Portugal uma oportunidade a não perder (Tabela 4.25). O segundo motivo mais frequentemente apontado, é o reagrupamento familiar (16,2%), logo seguido do conhecimento da língua / proximidade cultural (15,4%).

Quando cruzados com a naturalidade, os resultados da resposta a esta pergunta são muito distintos. Se no caso da população de origem chinesa ou do subcontinente indiano (paquistaneses, bangladeshis e indianos), nota-se uma elevada concentração de respostas nas oportunidades de emprego (mais de 40%), já nos naturais dos PALOP, há uma dispersão das respostas pelos motivos “emprego” (20,0%), “conhecimento da língua” (17,0%), “reagrupamento familiar” (16,4%) e “estudar em Portugal” (15,1%). A diversidade interna do grupo, a maior antiguidade na sua presença em Portugal, os acordos de cooperação ao nível do ensino e a partilha da língua, são fatores a considerar para compreender estas respostas. A língua portuguesa em comum e a proximidade cultural, levou igualmente 25,3% dos naturais do Brasil a apontarem este

motivo como o mais importante. Contudo, a maior proporção de respostas centra-se nas razões ligadas ao emprego (27,8%). O grupo constituído por pessoas oriundas de outros países da América Latina, nomeadamente da Venezuela, apontou como principal motivo de escolha de Portugal para residir, a “ascendência portuguesa” (42,3%), o que evidencia, uma vez mais, a sua ligação ao processo de contracorrente migratória.

**Tabela 4.25 – Principal razão de escolha de Portugal como país de residência segundo a naturalidade dos respondentes (%)**

Principal razão de escolha de Portugal											
Naturalidade	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Total
Brasil	25,3	6,1	14,2	3,0	14,7	3,2	0,2	27,8	5,1	0,6	100,0
Outros países da América Latina e Caraíbas	6,7	42,3	6,0	2,7	15,4	10,7	0,0	10,7	4,7	0,7	100,0
América do Norte	0,0	18,2	4,5	0,0	31,8	27,3	4,5	9,1	4,5	0,0	100,0
China	0,9	0,9	22,3	2,7	24,1	4,5	0,0	42,9	0,9	0,9	100,0
Subcontinente indiano	2,2	2,9	25,9	2,2	14,4	1,4	0,0	41,7	9,4	0,0	100,0
Outros países da Ásia e Oceânia	1,8	3,6	26,8	5,4	8,9	5,4	0,0	39,3	5,4	3,6	100,0
Países da U.E. (exceto Portugal)	0,0	0,0	57,1	0,0	28,6	0,0	0,0	14,3	0,0	0,0	100,0
Europa de Leste	0,9	1,3	30,7	2,1	19,3	2,4	0,2	38,7	3,9	0,7	100,0
Outros países da Europa	0,0	16,7	0,0	50,0	0,0	0,0	0,0	33,3	0,0	0,0	100,0
PALOP	17,0	6,4	7,5	15,1	16,4	8,5	4,6	20,0	3,9	0,7	100,0
Outros países de África	5,6	8,9	12,9	7,3	8,1	6,5	1,6	38,7	8,1	2,4	100,0
NS/NR	19,7	4,9	4,9	24,6	14,8	1,6	0,0	19,7	3,3	6,6	100,0
Total	15,4	6,3	14,1	8,5	16,2	5,7	2,2	26,5	4,4	0,8	100,0

Fonte: CLAIH/ACIDI (2009/2010) – *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.  
N = 5.567

1 – Conhecimento da língua / proximidade cultural 2 – Ascendência portuguesa / família portuguesa 3 – Facilidade de entrada 4 – Queria estudar em Portugal / beneficiou de bolsa em Portugal 5 – Reagrupamento familiar 6 – Acompanhar os pais	7 – Queria utilizar o sistema de saúde português / abrigo de acordo de saúde 8 – Teve conhecimento de oportunidades de emprego em Portugal 9 – Outras razões 10 – Não responde
---	---



Para os respondentes nascidos nos países do Leste europeu (Ucrânia, Moldávia, Rússia, Bielorrússia e ex-Jugoslávia), a principal razão da vinda para Portugal relacionou-se com as oportunidades de trabalho (38,7%), mas também com a facilidade de entrada no país (30,7%). Como referimos antes, a questão da maior ou menor facilidade de entrar em Portugal tem sido abordada por diversos autores que apontam as regularizações extraordinárias levada a cabo no início do novo século em Portugal, bem como a política de atribuição de vistos a nacionais de fora do Espaço Schengen, como elementos justificativos da entrada e permanência de migrantes oriundos de países com quem Portugal não tinha laços históricos (Baganha, Marques e Góis, 2004; Fonseca, Alegria e Nunes, 2004).

No percurso migratório, o migrante pode contar com a ajuda e companhia de familiares ou de outras pessoas, mas pode igualmente fazer o percurso sozinho. Quando questionados sobre a forma de imigração utilizada para chegar a Portugal, mais de metade dos respondentes disseram que o fizeram sozinhos (53,2%) e 24,3% afirmaram que vieram com a família, utilizando meios próprios ou familiares em ambas as situações (Tabela 4.26). A viagem feita de uma forma individual, ultrapassa ligeiramente 60% entre os naturais do subcontinente indiano e aproxima-se deste valor para os nascidos no Brasil e na União Europeia.

**Tabela 4.26 – Forma de imigração utilizada para chegar a Portugal segundo a naturalidade dos respondentes (%)**

Naturalidade	Forma de imigração utilizada para chegar a Portugal									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Total
Brasil	58,7	9,0	19,5	6,0	2,0	3,3	0,6	0,5	0,4	100,0
Outros países da América Latina e Caraíbas	31,5	8,7	51,0	4,0	2,0	0,7	1,3	0,0	0,7	100,0
América do Norte	50,0	0,0	50,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
China	42,9	6,3	40,2	0,9	7,1	0,0	1,8	0,9	0,0	100,0
Subcontinente indiano	60,4	15,1	13,7	5,0	0,7	0,7	2,2	1,4	0,7	100,0
Outros países da Ásia e Oceânia	55,4	12,5	17,9	1,8	1,8	3,6	0,0	1,8	5,4	100,0
Países da U.E. (exceto Portugal)	57,1	14,3	14,3	14,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Europa de Leste	54,0	18,9	16,0	3,3	3,2	2,2	0,8	1,1	0,5	100,0
Outros países da Europa	33,3	33,3	16,7	0,0	0,0	16,7	0,0	0,0	0,0	100,0
PALOP	51,0	8,1	28,7	4,5	2,0	1,4	0,8	2,7	0,9	100,0
Outros países de África	47,6	12,1	19,4	5,6	3,2	8,9	0,8	2,4	0,0	100,0
NS/NR	50,8	8,2	29,5	3,3	1,6	0,0	0,0	4,9	1,6	100,0
Total	53,2	10,3	24,3	4,7	2,2	2,2	0,8	1,7	0,7	100,0

Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) – *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.  
N = 5.567

1 – Sozinho(a), utilizando meios próprios ou familiares	5 – Em grupo, com o auxílio de terceiros
2 – Em grupo, utilizando meios próprios ou familiares	6 – Recrutamento feito por um empregador português
3 – Com a família, utilizando meios próprios ou familiares	7 – Integrado numa empresa que veio desenvolver atividade em Portugal
4 – Sozinho(a), com o auxílio de terceiros	8 – Outros casos
	9 – Não responde

Para esta opção de resposta, as proporções são ligeiramente inferiores entre os naturais dos PALOP e do Leste europeu, e substancialmente menores entre os indivíduos que vieram da América Latina e Caraíbas. Entre estes últimos, predominam as estratégias de viagem com a família, utilizando meios próprios ou familiares (51%), talvez devido ao número de respondentes que tem família portuguesa ou de ascendência portuguesa entre estes respondentes. A viagem feita em grupo, utilizando meios próprios ou familiares, apresenta alguma relevância para os naturais da Europa de Leste (18,9%) e do subcontinente indiano (15,1%), o que está muito provavelmente relacionado com uma imigração manifestamente laboral, enquadrada por algum “serviço de transporte” e, eventualmente, mesmo apoio à “colocação na atividade no destino”, decorrendo daqui a necessidade de o “serviço” ser pago a alguém ou a alguma organização. Com efeito, quase 30% dos primeiros e 20,1% dos segundos admitiu ter efetuado esse tipo de pagamento para o “ajudar” a vir para o país (Tabela 4.27).

**Tabela 4.27 – Pagamento a alguém ou a alguma organização para “ajudar” a vir para Portugal segundo a nacionalidade (%)**

Nacionalidade	Sim	Não	NR	Total
Brasil	5,0	94,1	0,9	100,0
Outros países da América Latina e Caraíbas	5,4	94,0	0,7	100,0
América do Norte	0,0	100,0	0,0	100,0
China	13,4	85,7	0,9	100,0
Subcontinente indiano	20,1	79,9	0,0	100,0
Outros países da Ásia e Oceânia	16,1	80,4	3,6	100,0
Países da U.E. (exceto Portugal)	0,0	85,7	14,3	100,0
Europa de Leste	29,8	69,3	0,9	100,0
Outros países da Europa	0,0	100,0	0,0	100,0
PALOP	5,1	93,6	1,4	100,0
Outros países de África	8,1	89,5	2,4	100,0
NS/NR	6,6	91,8	1,6	100,0
Total	9,7	89,2	1,1	100,0

Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) – *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.  
N = 5.567

As proporções são ligeiramente mais baixas para os naturais de outros países da Ásia e Oceânia (16,1%) e da China (13,4%), e substancialmente inferiores para os cidadãos dos PALOP (5,1%) e do Brasil (5,0%), talvez pela maior facilidade de entrada em Portugal resultante, quer dos acordos celebrados com estes países, quer da própria organização do sistema de transportes aéreos que estabelecem ligações diretas.

Se para a maioria dos inquiridos, Portugal constituiu o destino escolhido para se instalarem, não tendo residido noutro local após deixarem o país de origem (84,4%), quase um terço dos naturais do subcontinente indiano (31,7%) referiu ter vivido noutro país, assim como 28,2% das pessoas oriundas de outras nações africanas (exceto os PALOP), 23,2% dos naturais dos países asiáticos e Oceânia e quase 20% dos naturais do Leste europeu (Tabela 4.28).

**Tabela 4.28 – Resposta à pergunta sobre a residência noutro país diferente do país de origem antes de se instalar em Portugal, segundo a nacionalidade (%)**

Nacionalidade	Sim	Não	NR	Total
Brasil	10,2	89,2	0,6	100,0
Outros países da América Latina e Caraíbas	17,4	81,9	0,7	100,0
América do Norte	13,6	86,4	0,0	100,0
China	14,3	82,1	3,6	100,0
Subcontinente indiano	31,7	68,3	0,0	100,0
Outros países da Ásia e Oceânia	23,2	73,2	3,6	100,0
Países da U.E. (exceto Portugal)	14,3	71,4	14,3	100,0
Europa de Leste	19,6	79,5	0,9	100,0
Outros países da Europa	16,7	83,3	0,0	100,0
PALOP	13,1	85,5	1,4	100,0
Outros países de África	28,2	69,4	2,4	100,0
NS/NR	18,0	80,3	1,6	100,0
Total	14,4	84,4	1,1	100,0

Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) – *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.  
N = 5.567

Os países mais frequentemente referidos como locais de residência intermédios, variam de acordo com as origens geográficas dos respondentes, a proximidade entre estados, afinidades linguísticas e culturais, relações comerciais e ligações históricas existentes. Os naturais do subcontinente indiano viveram predominantemente noutros países da União

Europeia (75%), como a Espanha, França e Alemanha, que juntamente com a Holanda e o Reino Unido são os países mais referenciados pelos restantes cidadãos da Ásia e Oceânia, PALOP e do Leste Europeu (Tabela 4.29). Entre estes últimos, para além dos países da União Europeia já referidos, a Polónia e a Rússia são frequentemente mencionados por ucranianos e moldavos como países onde residiram anteriormente. No contexto regional do Leste europeu, a Rússia apresenta-se como uma enorme potência económica, atraindo trabalhadores russófonos das antigas repúblicas soviéticas, migração que é facilitada pela proximidade geográfica, ligações históricas e ausência da necessidade de visto (Malynovska, 2004).

**Tabela 4.29 – Residência noutro país diferente do país de origem antes de se instalar em Portugal, segundo a naturalidade dos respondentes (%)**

Residência noutro país diferente do país de origem													
Naturalidade	Brasil	Outros países América Latina e Caraíbas	América do Norte	China	Subcontinente indiano	Outros países da Ásia e Oceânia	U.E. (exceto Portu.)	Europa de Leste	Outros países da Europa	PALOP	Outros países de África	NR	Total
Brasil	0,0	15,5	8,1	0,6	0,0	2,5	57,8	0,6	7,5	1,2	0,0	6,2	100,0
Outros países da América Latina e Caraíbas	11,5	19,2	3,8	0,0	0,0	0,0	53,8	0,0	0,0	7,7	0,0	3,8	100,0
América do Norte	0,0	0,0	66,7	0,0	0,0	0,0	33,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
China	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	12,5	87,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Subcontinente indiano	0,0	0,0	0,0	0,0	2,3	6,8	75,0	2,3	4,5	4,5	2,3	2,3	100,0
Outros países da Ásia e Oceânia	0,0	0,0	7,7	0,0	7,7	0,0	61,5	7,7	0,0	15,4	0,0	0,0	100,0
Países da U.E. (exceto Portugal)	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Europa de Leste	1,2	0,6	2,3	0,0	0,0	6,4	56,4	30,2	1,7	0,0	0,6	0,6	100,0
Outros países da Europa	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
PALOP	3,1	3,4	1,6	0,0	0,0	1,3	39,4	2,5	5,0	22,5	17,2	4,1	100,0
Outros países de África	0,0	5,7	0,0	0,0	0,0	0,0	71,4	0,0	0,0	11,4	8,6	2,9	100,0
NS/NR	9,1	18,2	0,0	0,0	0,0	0,0	63,6	0,0	0,0	0,0	9,1	0,0	100,0
Total	2,2	5,7	3,2	0,1	0,2	3,0	52,2	7,8	4,1	10,5	7,6	3,2	100,0

Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) – *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.  
N = 803 (indivíduos que residiram noutro país antes de se instalarem em Portugal).

Para os naturais dos PALOP, além da União Europeia constituir um destino de residência frequentemente mencionado antes da instalação em Portugal, os próprios cinco países de língua portuguesa, nomeadamente Angola e Cabo Verde, apresentam-se como locais de estadia anterior para os respondentes que não têm Portugal como destino direto de fixação (22,5%). Apesar de mais de metade dos brasileiros que passaram por outro país de residência antes de chegar a Portugal, terem referido um estado da União Europeia (57,8%), há 15,5% que residiram anteriormente noutro país da América Latina e Caraíbas e 8,1% na América do Norte (EUA e Canadá).

Quanto às motivações que levaram as pessoas a deixar o seu país de origem (Tabela 4.30), é patente o carácter marcadamente económico das migrações para Portugal, pois mais de metade dos inquiridos afirmam que o fizeram por razões económicas ou de emprego (53,3%), seguindo-se a uma grande distância a reunificação familiar (15,2%) e o estudo (10%).

**Tabela 4.30 – Motivo pelo qual deixou o seu país de origem segundo a nacionalidade dos respondentes (%)**

Naturalidade	Motivo								Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	
Brasil	64,0	13,7	3,7	3,7	0,3	0,3	10,1	4,2	100,0
Outros países da América Latina e Caraíbas	33,6	23,5	13,4	8,7	4,0	0,0	10,7	6,0	100,0
América do Norte	22,7	18,2	45,5	4,5	0,0	0,0	9,1	0,0	100,0
China	70,5	18,8	3,6	2,7	0,0	0,0	0,0	4,5	100,0
Subcontinente indiano	74,1	13,7	2,9	2,9	3,6	0,0	2,2	0,7	100,0
Outros países da Ásia e Oceânia	64,3	8,9	3,6	7,1	8,9	0,0	3,6	3,6	100,0
Países da U.E. (exceto Portugal)	71,4	0,0	0,0	0,0	14,3	0,0	14,3	0,0	100,0
Europa de Leste	71,7	15,6	2,7	2,2	0,8	0,8	2,5	3,6	100,0
Outros países da Europa	16,7	16,7	16,7	50,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
PALOP	39,1	16,0	9,3	17,4	2,5	4,9	5,0	5,8	100,0
Outros países de África	59,7	10,5	7,3	8,1	3,2	0,8	7,3	3,2	100,0
NS/NR	37,7	9,8	3,3	24,6	0,0	0,0	6,6	18,0	100,0
Total	53,3	15,2	6,5	10,0	1,7	2,4	6,1	4,9	100,0

Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) – *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.  
N = 5.567

1 - Motivos económicos / emprego	5 - Motivos políticos
2 - Reunir-se à família	6 - Razões de saúde
3 - Acompanhar os pais	7 - Outros motivos
4 - Estudar	8 - Não responde

As diferenças de respostas entre os indivíduos, consoante a origem geográfica, é muito acentuada, e se para os respondentes do subcontinente indiano, da Europa de Leste, União Europeia, China ou Brasil o principal motivo é claramente económico, já os naturais dos PALOP ou dos países da América Latina e Caraíbas (exceto o Brasil) apresentam uma estrutura de respostas muito mais diversa. O emprego continua a ser o primeiro motivo para deixar o país de origem, mas razões ligadas ao estudo, à reunião com a família ou acompanhar os pais são muito relevantes. A proximidade linguística e cultural, facilitada pelo quadro específico da geopolítica lusófona e da própria organização do sistema de transportes entre Portugal e África, os acordos de cooperação entre Portugal e os PALOP, bem como as raízes portuguesas de algumas famílias da América Latina, ajudam a interpretar estes resultados. Adicionalmente, trata-se de coletivos imigrantes associados a vagas migratórias mais antigas, o que tem como consequência o alargamento das possibilidades temporais e das motivações para a ocorrência de migrações associadas a causas familiares (Fonseca *et al.*, 2005).

De entre os documentos que os imigrantes possuíam quando entraram em Portugal, o passaporte (sem visto) foi o mais frequente para os naturais do Brasil e de outros países da América Latina, assim como para os cidadãos nascidos no Canadá e EUA (Tabela 4.31). No caso do Brasil, os acordos celebrados com Portugal relativamente ao trânsito de cidadãos entre os dois países permitem uma circulação mais facilitada, em que o passaporte é o documento suficiente. Para os imigrantes oriundos da China e do subcontinente indiano, as respostas dividiram-se entre o passaporte, o visto de “turista” e o visto de trabalho ou equivalente. Para 62% dos indivíduos vindos dos países da Europa de Leste, o visto de “turista” foi o tipo de documento usado, o que neste caso específico esteve diretamente associado a esquemas pouco claros de supostas agências de viagens nos países de origem que comercializavam o “pacote” da viagem e de uma promessa de trabalho em Portugal. Estes resultados são coincidentes com os encontrados por Baganha, Marques e Góis (2004) no inquérito realizado junto de imigrantes de países do Leste europeu em 2002.

**Tabela 4.31 – Documentos com que os respondentes entraram em Portugal segundo a nacionalidade (%)**

Naturalidade	Documento							Total
	Apenas passaporte (s/ visto)	Visto de “turista”	Visto de trabalho ou equiv.	Visto de estudo ou equiv.	Visto estada tempor. ou equiv.	Outras situações	NS/NR	
Brasil	53,5	34,8	4,8	2,0	3,1	1,3	0,6	100,0
Outros países da América Latina e Caraíbas	55,7	27,5	6,0	2,0	5,4	2,0	1,3	100,0
América do Norte	59,1	18,2	9,1	4,5	4,5	4,5	0,0	100,0
China	35,7	31,3	17,0	3,6	5,4	6,3	0,9	100,0
Subcontinente indiano	35,3	35,3	10,8	1,4	9,4	7,9	0,0	100,0
Outros países da Ásia e Oceânia	21,4	55,4	7,1	3,6	3,6	3,6	5,4	100,0
Países da U.E. (exceto Portugal)	0,0	85,7	0,0	0,0	14,3	0,0	0,0	100,0
Europa de Leste	17,6	62,0	7,4	1,6	6,0	5,0	0,3	100,0
Outros países da Europa	0,0	0,0	33,3	50,0	0,0	16,7	0,0	100,0
PALOP	26,2	28,8	5,8	14,6	10,5	12,4	1,7	100,0
Outros países de África	41,1	25,8	12,9	7,3	3,2	8,9	0,8	100,0
NS/NR	29,5	29,5	3,3	26,2	3,3	4,9	3,3	100,0
Total	34,2	36,1	6,3	7,9	7,1	7,3	1,1	100,0

Fonte: CLAIH/ACIDI (2009/2010) – *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.  
N = 5.567

Os cidadãos vindos dos PALOP, declararam uma enorme variedade de documentos no momento de entrada em Portugal, e que se dividiram entre o visto de “turista” (28,8%) e o passaporte (26,2%), mas também o visto de estudo ou equivalente (14,6%) ou o visto de estada temporária (10,5%). A maior antiguidade da presença destas comunidades, associada a uma grande diversidade de motivos de imigração para Portugal (estudo, tratamento médico, reunificação familiar, trabalho, entre outras) podem justificar a panóplia de documentos usados. Quanto aos nacionais de outros países africanos, mais de 41% refere que entrou apenas com o passaporte, indiciando uma posterior regularização da sua situação formal.

Quanto à situação documental no momento de inquirição, mais de 84% dos 5.567 inquiridos a quem a pergunta se aplicava, afirmaram que tinham a sua situação regularizada, enquanto 6,5% aguardavam uma decisão dos serviços e 8,2% não tinham os documentos em ordem (Tabela 4.32). Os valores percentuais oscilam ligeiramente entre grupos de

imigrantes segundo a sua origem geográfica, surgindo os brasileiros em primeiro lugar com 13,6% de situações não regularizadas ou aguardando a decisão dos serviços (10,3%), seguidos a alguma distância pelos cidadãos vindos de outros países africanos que não os PALOP (11,3% de casos não regularizados e 6,5% a aguardarem uma resposta dos serviços). Os indivíduos vindos dos países da U.E. ou do resto da Europa (exceto a Europa de Leste), são os que apresentam as mais elevadas proporções de situações documentais regularizadas.

**Tabela 4.32 – Situação documental dos respondentes em Portugal segundo a nacionalidade (%)**

Naturalidade	Regularizada	Aguarda decisão dos serviços	Não regularizada	NR	Total
Brasil	75,3	10,3	13,6	0,7	100,0
Outros países da América Latina e Caraíbas	87,9	5,4	3,4	3,4	100,0
América do Norte	90,9	4,5	4,5	0,0	100,0
China	89,3	2,7	7,1	0,9	100,0
Subcontinente indiano	87,1	7,9	5,0	0,0	100,0
Outros países da Ásia e Oceânia	83,9	1,8	8,9	5,4	100,0
Países da U.E. (exceto Portugal)	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Europa de Leste	88,7	3,9	6,6	0,8	100,0
Outros países da Europa	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0
PALOP	88,1	5,3	5,6	0,9	100,0
Outros países de África	82,3	6,5	11,3	0,0	100,0
NS/NR	83,6	8,2	6,6	1,6	100,0
Total	84,4	6,5	8,2	0,9	100,0

Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) – *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.  
N = 5.567

Quando questionados sobre a intenção de obter a nacionalidade portuguesa, os respondentes nascidos fora de Portugal de origem brasileira, do subcontinente indiano e dos PALOP são perentórios nas suas respostas, pois apresentam sempre valores superiores a 70% de resposta afirmativa (Tabela 4.33). No caso dos cidadãos brasileiros ou dos PALOP,



este processo poderá estar, em princípio, mais facilitado nas situações de existência de um ascendente familiar português, para além da vantagem associada ao domínio da língua portuguesa, cujo conhecimento básico é requerido para a naturalização.

**Tabela 4.33 – Intenção de obter a nacionalidade portuguesa segundo a naturalidade dos respondentes (%)**

<b>Naturalidade</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>NR</b>	<b>Total</b>
Brasil	75,8	15,9	8,3	100,0
Outros países da América Latina e Caraíbas	53,4	23,3	23,3	100,0
América do Norte	37,5	50,0	12,5	100,0
China	28,8	45,2	26,0	100,0
Subcontinente indiano	72,6	18,8	8,5	100,0
Outros países da Ásia e Oceânia	56,0	20,0	24,0	100,0
Europa de Leste	58,3	30,9	10,9	100,0
Outros países da Europa	20,0	80,0	0,0	100,0
PALOP	75,0	14,7	10,2	100,0
Outros países de África	71,8	16,5	11,8	100,0
NS/NR	0,0	0,0	100,0	100,0
Total	69,4	19,1	11,5	100,0

Fonte: CLAIH/ACIDI (2009/2010) – *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.  
N = 4.507 (exclui aqueles que já possuem a nacionalidade portuguesa).

Um pouco mais de metade dos cidadãos dos países da América Latina e Caraíbas (exceto Brasil) e de outros países da Ásia e Oceânia, expressaram igualmente o desejo de se tornarem cidadãos portugueses. Entre os cidadãos naturais de nações do Leste europeu, a expressão do desejo de se tornarem portugueses é menor (58,3%), talvez por países como a Ucrânia não autorizarem os seus cidadãos a possuir dupla nacionalidade, desmotivando, assim, a aquisição da nacionalidade do país de acolhimento. Mais de 45% dos respondentes nascidos na China afirmaram não ter a intenção de obter a nacionalidade portuguesa e 26% não responderam à pergunta.

Considerando o carácter municipal dos estudos, o questionário indagava também sobre os

principais motivos na origem da opção por aquele concelho de residência no momento de inquirição (Tabela 4.34). Considerando os respondentes nascidos fora de Portugal, as principais razões apontadas foram a proximidade face a familiares ou amigos (42,1%) e a existência de trabalho (32,7%), seguidas dos preços mais baixos na habitação (16,8%) e da existência de muitos imigrantes da mesma origem aí residentes (12,6%).

**Tabela 4.34 – Principais motivos na origem da opção pelo concelho de atual residência segundo as grandes regiões onde foram aplicados os questionários (% de respondentes de cada região que optou por cada um dos motivos)**

Motivos	Norte	Centro	AML Norte	AML Sul	Alentejo	Algarve	RA Madeira	RA Açores	Total
Local onde encontrou emprego	30,1	43,9	17,9	19,3	61,0	58,3	43,8	48,1	32,7
Boa qualidade do ambiente “natural”	6,1	6,1	4,8	9,2	11,0	27,2	33,1	8,7	11,1
Boa imagem dos habitantes e do ambiente social	8,2	3,9	4,4	6,6	2,2	4,8	10,5	4,0	5,8
Bons acessos viários / acessibilidade	5,1	0,6	10,2	3,1	2,2	3,1	19,2	11,4	6,5
Local de residência de muitos imigrantes provenientes da mesma origem	20,6	16,3	14,6	7,3	10,4	8,3	14,5	9,8	12,6
Proximidade face a familiares ou amigos	38,4	40,0	39,7	59,8	31,9	46,7	22,4	19,6	42,1
Preços mais baixos na habitação	27,7	5,5	28,1	15,7	3,3	3,9	16,6	10,7	16,8
Nível de vida mais acessível	13,5	8,5	11,3	2,5	17,6	3,7	5,1	15,4	8,4
Qualidade mais elevada nas habitações existentes	3,0	0,7	1,8	1,7	0,5	0,2	4,0	5,8	2,1
Pelos serviços e comércio que oferece	2,2	1,8	1,8	2,5	0,5	1,5	4,5	0,0	2,0
Realojamento	0,3	0,7	3,7	1,3	0,0	0,0	0,0	0,0	1,2
Estudo	10,0	13,0	0,3	0,2	15,4	2,7	0,0	0,0	3,8
Outro motivo	14,2	18,9	7,4	7,7	18,7	6,9	1,3	0,0	9,0

Fonte: CLAIH/ACIDI (2009/2010) – *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.  
N = 5.567

Nota: A pergunta admitia até duas modalidades de resposta, logo, a soma dos valores percentuais em coluna ultrapassa 100%.

Os valores apresentam diferenças dignas de nota entre as várias regiões, pois se no Alentejo e Algarve quase dois terços dos respondentes afirmaram ter escolhido um concelho da região por ser o local onde encontraram emprego, na Área Metropolitana de Lisboa Sul, quase

60% afirmaram que foi a proximidade face a familiares ou amigos que os levou a residir ali. No caso na margem Norte da AML, esta última razão e os preços mais baixos da habitação foram os motivos mais frequentemente apontados. Na região autónoma da Madeira, para além do emprego, a resposta sobre a boa qualidade do ambiente “natural” foi a mais citada. Na região Norte, as respostas são muito diversas e vão desde a proximidade a familiares e amigos, até ao emprego, habitação mais económica e presença de conterrâneos.

Se analisarmos os motivos de escolha do município de residência por naturalidade, é possível notar que para os brasileiros a razão mais frequentemente apontada é a proximidade face a familiares ou amigos (42,7%), tal como entre os nascidos noutros países da América Latina e Caraíbas (50,3%) (Tabela 4.35). Para os chineses, este motivo e principalmente o emprego, são os mais citados. Para os naturais do subcontinente indiano e da Europa de Leste, o local onde encontrou trabalho teve a primazia na seleção do local onde viver.

**Tabela 4.35 – Principais motivos na origem da opção pelo concelho de atual residência segundo a naturalidade (% de respondentes de cada região que optou por cada um dos motivos)**

Naturalidade	Motivos												
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
Brasil	32,4	13,3	8,0	8,6	12,6	42,7	15,0	8,4	2,4	2,0	0,1	1,0	5,1
Outros países da América Latina e Caraíbas	28,2	19,5	10,1	10,7	4,7	50,3	17,4	7,4	1,3	1,3	0,0	0,7	2,0
América do Norte	18,2	13,6	4,5	13,6	0,0	68,2	0,0	9,1	0,0	4,5	0,0	0,0	4,5
China	42,9	8,9	9,8	1,8	13,4	36,6	9,8	6,3	0,0	14,3	0,0	0,0	10,7
Subcontinente indiano	61,2	10,8	7,2	0,0	19,4	33,8	5,0	5,8	2,2	4,3	1,4	0,7	5,8
Outros países da Ásia e Oceânia	51,8	8,9	3,6	8,9	16,1	21,4	16,1	3,6	0,0	1,8	0,0	5,4	10,7
Países da U.E. (exceto Portugal)	28,6	0,0	0,0	14,3	0,0	14,3	57,1	42,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Europa de Leste	59,4	11,2	4,2	5,4	17,9	39,0	10,7	6,5	1,0	1,6	0,1	0,7	3,6
Outros países da Europa	50,0	0,0	0,0	16,7	0,0	33,3	16,7	0,0	16,7	0,0	0,0	33,3	33,3
PALOP	21,0	9,2	4,9	5,6	11,2	43,6	21,4	9,6	2,5	1,6	2,5	6,4	13,4
Outros países de África	38,7	14,5	2,4	8,1	8,9	41,1	12,1	4,8	0,0	0,8	1,6	5,6	9,7
NS/NR	21,3	9,8	0,0	4,9	6,6	32,8	18,0	4,9	6,6	3,3	3,3	26,2	29,5
Total	32,7	11,1	5,8	6,5	12,6	42,1	16,8	8,4	2,1	2,0	1,2	3,8	9,0

Fonte: CLAIH/ACIDI (2009/2010) – *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.  
N = 5.567

Nota: A pergunta admitia até duas modalidades de resposta, logo, a soma dos valores percentuais em linha ultrapassa 100%.

1 – Local onde encontrou emprego 2 – Boa qualidade do ambiente “natural” 3 – Boa imagem dos habitantes e do ambiente social 4 – Bons acessos viários / acessibilidade 5 – Local de residência de muitos imigrantes provenientes da mesma origem 6 – Proximidade face a familiares ou amigos	7 – Preços mais baixos na habitação 8 – Nível de vida mais acessível 9 – Qualidade mais elevada nas habitações existentes 10 – Pelos serviços e comércio que oferece 11 – Realojamento 12 – Estudo 13 – Outro motivo
--	--

Considerando a inserção laboral como um dos pilares fundamentais para a boa integração dos imigrantes no país de acolhimento, impõe-se uma reflexão que procure interpretar os modos de incorporação económica das populações imigrantes. Conscientes do contributo das teorias do mercado de trabalho segmentado (Piore, 1979; Portes, 1981 e 1999; Massey *et al.*, 1990), que reparam dual e dicotomicamente as dinâmicas laborais entre um mercado “primário” (protegido e estável) e um “secundário” (inseguro e com poucas condições de trabalho), bem como dos vários estudos que em Portugal têm sido realizados sobre a relação entre processos de imigração e mercado de trabalho (Baganha, Ferrão e Malheiros, 1999; Peixoto, 1999; Baganha, 2000; Oliveira, 2005; Marques e Góis, 2007; Pereira, 2011), este texto procura, pois, mapear e analisar a atual inserção laboral dos imigrantes, identificando o padrão geral, por um lado, e distinguindo as características específicas de cada comunidade imigrante. Não obstante, não tomamos a etnicidade ou a nacionalidade como elemento diferenciador *per se*, procurando, por isso, explorar o peso relativo de outras características sociodemográficas, como o nível de escolaridade e o local de residência ou variáveis mais assentes no projeto migratório como a longevidade da residência em Portugal, o estatuto migratório e a posse de nacionalidade portuguesa, no modo de incorporação laboral dos imigrantes. A análise é particularmente fina no que toca à desagregação por sexo, afastando-nos, desta forma, da análise das dinâmicas migratórias e laborais enquanto processos neutros do ponto de vista do género.

Quando possível, recorre-se a uma comparação da situação com os portugueses, com base no Inquérito ao Emprego do INE de 2010 e nos Quadros de Pessoal do MSSS de 2009, de forma a melhor contextualizar a situação dos imigrantes face ou em torno da estrutura de oportunidades vigente no país (indo ao encontro da teoria do “mercado interno” de trabalho, avançada por Doeringer e Piore, 1971).

Eis as perguntas principais às quais se procura atender: como estão os imigrantes, em Portugal, em termos de condição perante a atividade económica? Quando empregados, qual a sua situação

na profissão, o seu regime de trabalho e vínculo contratual? Qual o padrão ocupacional e quais as trajetórias de mobilidade profissional? A hipótese central da argumentação é a de que os imigrantes estão, sobretudo, inseridos no mercado secundário com modelos de organização do trabalho flexíveis (mormente marcados pela precariedade do vínculo contratual e pela fraca estabilidade de regime de trabalho, por baixos salários, por uma ocupação profissional pouco qualificada e fracos índices de mobilidade ascendente), havendo uma sobre-representação das mulheres (por via da segmentação laboral com base nas relações de género), dos indivíduos pouco escolarizados e dos imigrantes em situação irregular.

### 5.1. CONDIÇÃO PERANTE A ATIVIDADE ECONÓMICA

Esta seção tem por objetivo mapear a situação geral dos imigrantes no que toca à condição perante a atividade económica, verificando, quer a proporção de imigrantes que está ativa com profissão, quer a que se encontra em situação de desemprego, quer ainda a que partilha outras situações. Procuraremos apurar algumas variações ao padrão global, nomeadamente no que respeita à identificação de preditores do desemprego, explorando a influência de variáveis como o sexo, a nacionalidade, o nível de escolaridade, a região de residência, a longevidade do projeto migratório, o estatuto (ir)regular, a posse da nacionalidade portuguesa e a profissão. Analisa-se, ainda, a dimensão de imigrantes que reemigrou de Portugal para trabalhar no estrangeiro, descortinando a sua ocorrência temporal e os seus pólos de atração (destino), bem como os principais agentes envolvidos no processo.

A primeira nota a reter é a de que os imigrantes apresentaram, ao longo da última década, de forma regular, taxas de emprego superiores às dos autóctones, em contraste com o que ocorre na UE27 segundo os dados do Eurostat. Como causas para a forte inserção laboral dos imigrantes, Peixoto (2008) avança a

abundante procura de trabalho na economia nacional<sup>38</sup> (mormente em trabalhos precários ou informais), a pouca regulação à entrada e posterior inserção no mercado de trabalho dos imigrantes que estão em situação irregular (espelhadas nas sucessivas regularizações extraordinárias) e a complementaridade entre a mão-de-obra nacional e a força de trabalho estrangeira.

Todavia, esta forte inserção laboral dos imigrantes estará a alterar-se com a crise económica sentida em Portugal. De facto, a atual conjuntura parece estar a atingir de forma mais aguda os imigrantes, o que se poderá verificar, por um lado, pela taxa de emprego destes, em 2010, ter sido inferior à dos nacionais (Anexo 1, Tabela Complementar 5.1), pela queda da mesma ser mais abrupta nos estrangeiros (por comparação aos nacionais) entre 2009 e 2010 e, por outro lado, pela maior subida do desemprego neste grupo. O crescimento do desemprego entre a comunidade imigrante é, também, observável nos registos oficiais de desemprego do Instituto de Emprego e Formação Profissional, sabendo-se que não houve um crescimento significativo da população estrangeira residente em Portugal (em 2010 registou-se inclusive uma pequena redução). Os estrangeiros representavam 5,8% em 2008, 7,2% em 2009 e 7,3% em 2010 do total de inscritos desempregados nos centros de emprego a nível nacional.

Adicionalmente, para além de as taxas de desemprego dos estrangeiros em Portugal terem sido, na última década, superiores às dos nacionais<sup>39</sup>, a distância entre os dois grupos tem vindo a aumentar de forma sustentada (4,8% em 2000 e 7,8% em 2010), em detrimento dos primeiros. Em 2010, a diferença entre os dois grupos é, pela segunda vez nos últimos 10 anos, ligeiramente maior em Portugal do que no espaço comunitário. Acrescente-se que, muito embora a vulnerabilidade dos imigrantes seja válida para ambos os sexos, a diferença nas taxas de desemprego entre autóctones e estrangeiros é, em termos sistemáticos, um pouco mais elevada no caso das mulheres. Paralelamente, o *gender gap*, ainda que exista nos dois grupos em análise, é também ligeiramente maior no caso dos migrantes do que no dos nacionais.

Ainda assim, o principal aspeto que ressalta dos dados aqui apresentados, relativamente à condição perante a atividade económica, é que a maioria dos imigrantes está empregado (58,5%) (Tabela 5.1). Na equação entre homens e mulheres, cabe ressaltar que os primeiros revelam taxas de emprego ligeiramente superiores às segundas (60,4 e 56,5% respetivamente), indo ao encontro dos dados do Eurostat referentes à última década. A maior diferença

**38**

Como sabemos, esta situação alterou-se completamente após 2008.

**39**

Para mais informação sobre as taxas de desemprego dos nacionais e estrangeiros (2000-2010), consultar o Anexo 1, Tabelas Complementares 5.2 e 5.3.

entre os sexos reside fundamentalmente na categoria de indivíduos como domésticos, onde as mulheres estão claramente mais representadas (4,5% comparado com 0,2% dos homens).

**Tabela 5.1 – Condição perante a atividade económica dos respondentes e seus familiares co-residentes, segundo o sexo (Nº e %)**

Condição perante a atividade económica	Mulheres		Homens		Total	
	N	%	N	%	N	%
Ativo com profissão	3.342	56,5	3.789	60,4	7.131	58,5
Desempregado	600	10,1	696	11,1	1.296	10,6
À procura do primeiro emprego	66	1,1	52	0,8	118	1,0
Doméstica	266	4,5	10	0,2	276	2,3
Reformado	150	2,5	149	2,4	299	2,5
Invalído / doença permanente	48	0,8	55	0,9	103	0,8
Estudante	1.447	24,4	1521	24,3	2968	24,3
Total	5.919	100	6.272	100	12.191	100

Fonte: CLAIH/ACIDI (2009/2010) – *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.  
N= 12.191 (Não inclui não-respostas, nem crianças que não frequentam o sistema de ensino).

Há, também, um grupo muito considerável de imigrantes e descendentes a estudar (24,3%), com peso igual de homens e mulheres.

A recente preocupação das políticas públicas em relação aos imigrantes idosos, manifestada, por exemplo, no II Plano para a Integração dos Imigrantes, que também justifica um incremento nos estudos efetuados sobre esta matéria (Machado e Roldão, 2010; Marques e Ciobanu, 2012), encontra eco nos dados do presente inquérito, em que 2,5% gozam a reforma em Portugal. Menos de 1% dos imigrantes está em situação de invalidez/com doença permanente.

Não obstante o número de empregados imigrantes ser bastante elevado em Portugal, importa assinalar que 10,6% dos inquiridos estavam desempregados, valor que sobe para 11,1% no caso dos homens. No entanto, aqueles à procura do primeiro emprego (1%) são em número bastante inferior quando comparados com os (jovens) portugueses. Os dados parecem indicar uma ligeira maior dificuldade por parte das mulheres imigrantes em encontrar o primeiro emprego, o que poderá dever-se, ou a eventuais situações de maior



discriminação no mercado de trabalho, ou ao constrangimento encontrado nos primeiros anos de imigração por não terem uma rede social de apoio no cuidado dos filhos que estão geralmente a seu cargo (Evans, 1984, citado em Rajjman e Semyonov, 1997).

Contudo, ainda que as mulheres migrantes continuem a estar expostas a taxas de desemprego relativamente mais elevadas do que as mulheres autóctones e do que os homens migrantes, o acentuar da crise em 2008, com efeitos fortes sobre a construção civil, traduziu-se num crescimento relativo muito mais elevado do desemprego dos homens do que das mulheres imigrantes<sup>40</sup>. Note-se que, na última década, os homens imigrantes apresentam também taxas de desemprego superiores às das mulheres autóctones<sup>41</sup>, o que nos leva a concluir que a vulnerabilidade dos imigrantes em termos de inserção laboral (baseando-nos nas diferenças das taxas de desemprego) é maior em função da nacionalidade do que do sexo.

Esta evidência é resultado, em larga medida, e a par de alguma discriminação no momento do recrutamento e seleção, da concentração do emprego dos imigrantes em setores mais vulneráveis ao ciclo económico. Em 2010, os setores em que o desemprego é maior (atividades administrativas e serviços auxiliares, construção, comércio por grosso e a retalho, hotelaria, restauração e atividades similares<sup>42</sup>) são precisamente os setores em que os imigrantes estão mais concentrados<sup>43</sup>.

Havendo um reconhecimento claro da influência do tecido económico sobre o desemprego, e tendo em conta as variações da composição empresarial e industrial das diferentes regiões em Portugal, é possível afirmar, como era expetável, que são os imigrantes que residem na Área Metropolitana de Lisboa Sul que mais se apresentam como desempregados (porventura por força de uma pujante competitividade entre imigrantes de baixa condição socioeconómica numa região de grande concentração de população estrangeira), seguidos dos que vivem no Algarve e no Norte (Tabela 5.2). São também estas as regiões mais afetadas pelo desemprego, segundo os dados do Inquérito ao Emprego do INE para 2010 (Algarve, 13,4%; Norte, 12,6%; Alentejo e Lisboa, 11,4 e 11,3% respetivamente). Por contraste, os imigrantes residentes na Madeira são aqueles que apresentam melhores indicadores de integração laboral, dispondo simultaneamente da maior taxa de ativos com profissão (69%) e da menor

40

Vide Anexo 1, Tabela Complementar 5.4.

41

Vide Anexo 1, Tabela Complementar 5.4.

42

Inquérito ao Emprego do INE, 2010.

43

Anexo 1, Tabela Complementar 5.5, com distribuição dos trabalhadores imigrantes por conta de outrem, por setor de atividade.

taxa de desemprego (5,8%). Note-se que a particularidade de uma parte substancial destes imigrantes serem, como já foi mencionado em capítulo anterior, venezuelanos associados ao efeito de contracorrente migratória, contribui, eventualmente, para o aumento do capital social, facilitando talvez o acesso, quer a recursos para a implementação de atividades por conta própria, quer a empregos por conta de outrem.

**Tabela 5.2 – Condição perante a atividade económica dos respondentes e seus familiares co-residentes, por região de residência (%)**

Condição perante a atividade económica	Região de residência							
	Norte	Centro	AMLN	AMLS	Alentejo	Algarve	Madeira	Açores
Ativo com profissão	54,6	54,5	65,3	50,6	65,4	64,1	69,0	62,4
Desempregado	11,1	9,6	7,6	13,7	7,8	12,7	5,8	10,9
À procura do primeiro emprego	1,7	1,1	0,6	0,8	1,3	0,6	0,6	2,3
Doméstica	2,4	2,8	0,9	2,5	0,6	1,9	3,5	4,7
Reformado	0,7	1,6	4,8	2,7	0,0	0,5	1,7	3,3
Inválido/doença permanente	0,1	0,2	1,1	1,4	0,6	0,8	0,3	0,9
Estudante	29,4	30,3	19,7	28,3	24,3	19,4	19,2	15,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) – *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.  
N= 12.224 (não inclui não-respostas, nem crianças que não frequentam o sistema de ensino).

De forma complementar, é interessante analisar o efeito da posse de nacionalidade portuguesa sobre a condição perante a atividade económica. Ao compararmos a proporção de desempregados entre os imigrantes e familiares com cidadania portuguesa e aqueles que continuam com estatuto de estrangeiros, é muito clara a maior vulnerabilidade dos segundos no que toca à sua inserção laboral (7,1% *vs* 12,4%). O mesmo acontece no grupo dos indivíduos à procura do primeiro emprego, em que os imigrantes sem nacionalidade portuguesa estão mais representados numa situação ativa com profissão (Tabela 5.3).

Não obstante o quadro ser aparentemente complexo, os dados parecem denotar que a posse de nacionalidade portuguesa serve como tampão/escudo para as situações de maior fragilidade, no que toca à condição perante a atividade económica. Não é surpreendente verificar, por último, que tanto nos estudantes como nos reformados há mais indivíduos que adquiriram a nacionalidade portuguesa, por força de já terem nascido em Portugal ou aqui residirem há longos anos.

**Tabela 5.3 – Condição perante a atividade económica dos respondentes e seus familiares co-residentes, por posse da nacionalidade portuguesa (Nº e %)**

Condição perante a atividade económica	Nacionalidade portuguesa			
	Com nacionalidade		Sem nacionalidade	
	Nº	%	Nº	%
Ativo com profissão	2.105	54,0	4.999	60,8
Desempregado	277	7,1	1.020	12,4
À procura do primeiro emprego	20	0,5	97	1,2
Doméstica	59	1,5	217	2,6
Reformado	175	4,5	125	1,5
Invalído/doença permanente	35	0,9	66	0,8
Estudante	1.226	31,5	1.702	20,7
Total	3.897	100,0	8.226	100,0

Fonte: CLAIH/ACIDI (2009/2010) – *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.  
N= 12.191 (não inclui não-respostas, nem crianças que não frequentam o sistema de ensino).

Analisando somente os imigrantes que não têm a nacionalidade portuguesa, podemos observar uma panóplia de diferentes situações perante a atividade económica, de acordo com as diversas origens. Se os imigrantes chineses, da Europa de Leste, particularmente os moldavos e os russos, e da América do Sul – brasileiros e venezuelanos – estão sobre-representados nos “ativos com profissão”, os imigrantes dos PALOP, à exceção de Moçambique<sup>44</sup>, estão fortemente representados na situação de desemprego, tanto devido à sua fraca escolaridade como à sua concentração territorial na Área Metropolitana de Lisboa Sul, onde a taxa de desemprego é a mais elevada. A par destes, encontram-se também os cidadãos do Paquistão (onde a taxa de desempregados é a mais alta do grupo dos estrangeiros) e todos os indivíduos da Europa de Leste, à exceção dos moldavos (Tabela 5.4).

Na situação de domésticas, temos quase exclusivamente mulheres, destacando-se a sua presença relativa nos grupos dos paquistaneses, marroquinos e indianos. O facto de se tratar de populações imigradas com fortes taxas de masculinização e marcadas por práticas religioso-culturais muito distintas das dominantes na sociedade portuguesa, com destaque para a forte presença do Islão, ajuda a perceber o maior afastamento destas mulheres do mercado de trabalho nacional. Na verdade, a sua chegada tende a ocorrer, mais frequentemente, no quadro do reagrupamento familiar do casal (Fonseca *et al.*, 2005), que lhes atribui,

<sup>44</sup>

Moçambique, ainda assim, tem muitos imigrantes à procura do primeiro emprego.

essencialmente, funções domésticas e de reprodução, até porque no contexto do Islão tradicional e, de algum modo, do Hinduísmo, são algo desvalorizadas as tarefas profissionais que colocam as mulheres em contacto com o público, de que são exemplo o comércio e alguns tipos de serviços. Note-se que este processo de afastamento das mulheres da esfera pública geral, com destaque para o mundo do trabalho, pode acentuar-se nos locais de destino, uma vez que o outro, o “pertencente à maioria”, é percebido como diferente e, eventualmente, como um desafio aos valores culturais originais e às práticas que lhes estão associadas.

Como reformados, e decorrente de uma migração mais antiga no tempo, estão os cidadãos dos PALOP, à exceção dos elementos da comunidade guineense e moçambicana e, também, os imigrantes venezuelanos onde o peso dos reformados é o mais significativo, atestando o encerramento de um ciclo migratório, que se fecha com o retorno à origem, porventura num quadro familiar, em que o emigrante português inicial regressa acompanhado de outros familiares com nacionalidade venezuelana.

Nas situações porventura de maior carência e emergência social, ou seja, de invalidez ou doença permanente temos destaque para os indivíduos dos PALOP, nomeadamente os santomenses, quer por serem os grupos mais antigos de imigrantes em Portugal, quer porque poderão ter vindo para o país ao abrigo dos acordos de cooperação na área da saúde.

O grupo dos estudantes tem maior peso na comunidade dos PALOP, com destaque para os santomenses, e entre chineses e indianos.

**Tabela 5.4 – Condição perante a atividade económica dos respondentes e seus familiares co-residentes, por nacionalidade (%)**

País de nacionalidade	Condição perante a atividade económica							Total
	Ativo com profissão	Desempregado	À procura do primeiro emprego	Doméstica	Reformado	Inválido/Doença permanente	Estudante	
China	75,1	0,8	0,0	0,4	0,8	0,0	22,8	100,0
Índia	58,0	10,7	0,9	8,0	0,0	0,0	22,3	100,0
Paquistão	41,2	18,8	2,4	18,8	0,0	0,0	18,8	100,0
Geórgia	62,5	18,8	3,1	3,1	0,0	3,1	9,4	100,0
Moldávia	66,1	10,3	0,9	3,4	0,0	0,3	18,8	100,0
Rússia	67,6	15,1	1,4	2,7	1,4	0,9	11,0	100,0
Ucrânia	65,6	15,8	1,1	2,1	0,4	0,5	14,5	100,0
Marrocos	59,0	15,4	0,0	10,3	0,0	0,0	15,4	100,0
Senegal	54,9	13,7	2,0	2,0	2,0	0,0	25,5	100,0
Guiné-Bissau	57,6	14,2	1,5	2,6	1,3	1,7	21,1	100,0
Moçambique	52,1	5,6	5,6	4,2	1,4	2,8	28,2	100,0
S. Tomé e Príncipe	44,4	12,5	1,4	4,3	2,9	4,3	30,1	100,0
Angola	53,3	16,1	0,2	2,2	3,0	0,8	24,4	100,0
Cabo Verde	47,4	14,2	1,9	2,1	3,8	1,2	29,4	100,0
Brasil	70,1	9,5	0,9	2,3	0,3	0,2	16,7	100,0
Venezuela	66,2	7,7	1,5	1,5	7,7	0,0	15,4	100,0

Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) – *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

N = 7.912 (foram excluídas as nacionalidades com menos de 30 observações e as não-respostas).

Nota: Os dados referem-se apenas aos imigrantes que não têm nacionalidade portuguesa.

Finalmente, procurámos descortinar a influência da longevidade do projeto migratório em Portugal sobre a condição dos imigrantes perante a atividade económica. Para tal, testámos a premissa de que os imigrantes recém-chegados têm maiores dificuldades em encontrar emprego (estando, por isso, mais representados na situação de desempregados) e que os que se fixaram há mais tempo estão mais protegidos, quer por via da potencial diversificação das formas de obtenção de emprego, quer em virtude da formalização da sua situação perante a segurança social e as autoridades tutelares do registo de estrangeiros em Portugal.

Os dados mostram-nos que, por um lado, os imigrantes com residência mais antiga (com

chegada anterior a 1979) são aqueles que registam menos ativos com profissão, por uma grande parte deles estar já reformado (Tabela 5.5). Por outro lado, é também neste grupo que a presença de mulheres como domésticas é mais considerável. Por seu turno, os estrangeiros que chegaram nos anos que marcaram a transição mais intensa de Portugal para (também) país de imigração (1998-2003), como consequência da forte demanda de mão-de-obra estrangeira para grandes obras públicas e outras atividades, são aqueles que têm um maior número de pessoas ativas com profissão (68,6%). Por último, destaque-se que os imigrantes chegados mais recentemente (a partir de 2004) são aqueles onde a proporção de pessoas desempregadas é menor, o que parece contrariar a premissa da sua aparente maior vulnerabilidade em termos de inserção laboral. No entanto, como o quadro não apresenta a taxa de desemprego mas a estrutura dos indivíduos perante a atividade económica, a redução na percentagem de desempregados (e também de ativos com profissão) é influenciada pelo facto de este grupo apresentar uma forte proporção de estudantes, que correspondem a todos aqueles que vêm efetuar alguns anos de formação secundária, profissional ou superior em Portugal.

**Tabela 5.5 – Condição perante a atividade económica dos respondentes e seus familiares co-residentes, por ano de chegada a Portugal (%)**

Condição perante a atividade económica	Ano de chegada a Portugal						
	Antes de 1974	1974-1979	1980-1991	1992-1997	1998-2003	2004-2008	Depois de 2008
Ativo com profissão	46,4	56,6	64,4	67,2	68,6	61,5	49,9
Desempregado	10,6	16,8	17,1	13,6	13,6	8,8	8,4
À procura do primeiro emprego	0,0	0,3	0,5	0,5	0,4	1,1	3,7
Doméstica	5,3	4,9	2,2	1,4	1,6	2,7	4,4
Reformado	34,3	19,2	6,6	2,1	0,6	0,6	0,4
Inválido/doença permanente	3,4	1,4	3,6	1,0	0,5	0,7	0,5
Estudante	0,0	0,8	5,7	14,2	14,8	24,6	32,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) – *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*. N= 10.148 (não inclui não-respostas).

Refira-se, ainda, que a maioria dos imigrantes trabalha (ou estuda) no concelho onde reside (69,8%) ou em concelhos limítrofes (29%). Apenas 1,2% dos inquiridos desempenha as

suas funções laborais no estrangeiro, sobretudo no país vizinho – Espanha – à semelhança do que ocorre com parte dos trabalhadores portugueses residentes no interior do país. No entanto, importa destacar que 10% dos imigrantes inquiridos já trabalharam alguma temporada no estrangeiro, desde que residem em Portugal.

## 5.2. SITUAÇÃO NA PROFISSÃO

Nesta seção, pretendemos analisar a situação dos imigrantes na profissão, apurando as diferenças em termos de género e nacionalidade, no que toca à distribuição dos imigrantes como trabalhadores por conta de outrem, por conta própria como isolados ou empregadores, e como familiares não remunerados. Paralelamente, procura-se desenhar o perfil geral dos imigrantes empreendedores/empresários, tendo por base uma problematização sobre a forma como o contexto nacional e respetiva estrutura de oportunidades influenciam a propensão para o empreendedorismo, mormente tomando em consideração as normas e valores culturais vigentes.

Como já demonstrado em estudos anteriores, a tabela 5.6 atesta que a maioria dos imigrantes trabalha por conta de outrem (84,7%), sendo pouca a expressão daqueles que trabalham por conta própria com empregados (3,7%). De notar, contudo, a proporção interessante de imigrantes que trabalha de forma independente e isolada (8,5%). Assim, no total no grupo dos imigrantes, temos 12,2% de indivíduos a trabalhar por conta própria (sugerindo uma ligeira descida do empreendedorismo imigrante em Portugal tendo por referência o valor de 14,7% extraído dos Censos de 2001). Registe-se, ainda, uma minoria que trabalha como familiar não remunerado (1,7%).

Quando comparados estes valores com a população a nível nacional, os dados do Inquérito ao Emprego do INE para 2010 revelam algumas diferenças consideráveis – uma menor proporção de população empregada trabalha por conta de outrem (77,2%) e o grupo dos trabalhadores por conta própria é bastante maior

(21,8%), revelando que os imigrantes, em Portugal, são menos empreendedores do que os nacionais. Enquanto no total de população empregada em Portugal, dois em cada 10 são trabalhadores por conta própria, no grupo dos imigrantes apenas um em cada 10 está nesta situação, contrariando a tese defendida em alguns estudos que referem os imigrantes como um grupo com maior tendência para o empreendedorismo do que as populações das sociedades de acolhimento. Em Portugal, parece que esta aparente “maior tendência” dos imigrantes para o empreendedorismo, não se materializa num maior envolvimento efetivo em iniciativas empresariais, embora se detetem, como veremos, diferenças importantes entre os vários grupos de imigrantes inquiridos. Por último, a nível nacional, os trabalhadores familiares não remunerados e noutras situações têm menos expressão do que no grupo dos trabalhadores de origem imigrante (1%).

**Tabela 5.6 – Situação na profissão dos respondentes e seus familiares co-residentes, segundo o sexo (Nº e %)**

Situação na profissão	Mulheres		Homens		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Trabalhador por conta de outrem	3.141	85,2	3.488	84,3	6.629	84,7
Trabalhador por conta própria sem empregados	306	8,3	360	8,7	666	8,5
Trabalhador por conta própria com empregados	105	2,8	182	4,4	287	3,7
Trabalhador familiar não remunerado	79	2,1	57	1,4	136	1,7
Outra situação	55	1,5	49	1,2	104	1,3
Total	3.686	100,0	4.136	100,0	7.822	100,0

Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) – *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

Nota: Inclui apenas ativos e exclui as não-respostas.

Na comparação entre mulheres e homens imigrantes, importa ressaltar que os segundos trabalham em maior número por conta própria, sendo a diferença bastante notória no caso de terem empregados (2,8 e 4,4% respetivamente). Há, ainda, ligeiramente mais homens do que mulheres a trabalhar por conta própria sem empregados. Ademais, as mulheres estão mais representadas nas categorias de trabalhadores familiares não remunerados e noutras situações. Muito embora não se possam comparar estes dados com os do Inquérito Nacional ao Emprego do INE, podemos afirmar que estes resultados vão ao encontro do padrão nacional, em que o tecido empresarial ainda é um território maioritariamente masculino. De resto, outros estudos efetuados neste domínio (Malheiros, Padilla e Rodrigues, 2010) evidenciam também os mesmos resultados.

A este retrato global da situação na profissão dos imigrantes, por sexo, acrescem algumas diferenças notórias por comunidade imigrante (Tabela 5.7). Nos trabalhadores por conta de outrem,



a par do padrão geral indicar uma maior presença relativa de mulheres do que de homens nesta situação, importa destacar que a diferença entre sexos é notória nos grupos dos paquistaneses, santomenses, chineses e guineenses. Nos trabalhadores por conta própria sem empregados, e em contraste com o padrão geral apresentado, há mais mulheres do que homens nas seguintes comunidades de imigrantes: indiana, russa, angolana, brasileira e chinesa.

No grupo dos trabalhadores por conta própria com empregados, apesar de existirem mais homens do que mulheres a trabalhar nesta situação, realce-se a única exceção verificada – a da comunidade indiana, em que há 8,3% de mulheres e apenas 5,3% de homens.

Por último, o peso dos trabalhadores familiares é particularmente relevante, (estando acima da média para o total das comunidades) no caso das comunidades de Angola, Rússia, China e Brasil. Sendo a presença na categoria dos trabalhadores familiares não remunerados uma característica sobretudo do sexo feminino, cabe destacar que as comunidades chinesa e guineense são as únicas em que há mais homens nesta situação.

**Tabela 5.7 – Situação na profissão dos respondentes e seus familiares co-residentes, por nacionalidade e sexo (%)**

País de nacionalidade	Situação na profissão														
	Trabalhador por conta de outrem			TCP sem empregados			TCP com empregados			Trabalhador familiar não remunerado			Outra situação		
	Total	M		Total	M		Total	M		Total	M		Total	M	
China	24,1	21,1	26,8	36,9	36,7	37,1	35,8	38,9	33,0	3,2	3,3	3,1	0	0	0
Índia	72,5	73,7	66,7*	18,8	17,5	25,0*	5,8	5,3	8,3*	0	0	0*	2,9	3,5	0*
Paquistão	67,7	66,7	100*	19,4	20	0*	12,9	13,3	0*	0	0	0*	0	0	0*
Ucrânia	91,9	92,2	91,6	4,5	4,9	4,1	1,6	1,8	1,4	0,9	0,7	1,2	1,0	0,4	1,7
Moldávia	87,8	86,3	89,5	10,5	11,3	9,5	0,9	1,6	0	0,4	0	1	0,4	0,8	0
Rússia	88,9	91,4	86,1	5,2	2,5	8,3	2	2,5	1,4	2	0	4,2	2	3,7	0
Cabo Verde	91,1	90,8	91,4	5,5	5,8	5,1	0,5	0,4	0,5	1,4	1,3	1,5	1,5	1,6	1,5
Angola	87,8	91,5	84	5,8	3,5	8,2	1,5	2	1	3	1,5	4,6	1,8	1,5	2,1
Guiné-Bissau	89,1	87,2	91,7	4	5,3	2,4	2,6	3,8	1	0,9	1,5	0	3,4	2,3	4,9
S. Tomé e Príncipe	89,9	86,3	93,7	7,5	10	5,1	1,3	2,5	0	0,6	0	1,3	0,6	1,3	0
Moçambique	92,3	91,7*	93,3*	2,6	4,2*	0*	0	0*	0*	0	0*	0*	5,1	4,2*	6,7*
Brasil	84,9	85,8	84	8,7	7,7	9,7	2,7	3,1	2,5	2,3	2,2	2,3	1,4	1,2	1,5
Venezuela	66,7	65,2*	68,4*	28,6	30,4*	26,3*	2,4	4,3*	0*	0	0*	0*	2,4	0*	5,3*

Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) – *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.  
N= 5.232 (foram excluídas as nacionalidades com menos de 30 observações no total e as não-respostas).  
Nota: \* significa dados pouco fiáveis, com observações inferiores a 30 casos por sexo no total da amostra de cada nacionalidade.

Debruçando-nos apenas sobre o grupo de trabalhadores por conta própria, passemos, então, à observação de como os índices de empreendedorismo (trabalhadores por conta própria com ou sem empregados) variam entre as comunidades imigrantes. Como a tabela 5.8 demonstra, os cidadãos oriundos da China são aqueles que apresentam taxas superiores de trabalhadores por conta própria, em que cerca de sete em cada 10 imigrantes é empreendedor. Note-se que há mais homens do que mulheres a empreender nesta comunidade (75,6,% *vs.* 70,1%).

**Tabela 5.8 – Respondentes e seus familiares co-residentes que são trabalhadores por conta própria, por nacionalidade e sexo (%)**

País de nacionalidade	Sexo		
	Total	Homens	Mulheres
China	72,7	75,6	70,1
Paquistão	32,3	33,3	0,0
Venezuela	31,0	34,8	26,3
Índia	24,6	22,8	33,3
Brasil	11,5	10,8	12,2
Moldávia	11,4	12,9	9,5
S. Tomé e Príncipe	8,8	12,5	5,1
Angola	7,3	5,5	9,3
Rússia	7,2	4,9	9,7
Guiné-Bissau	6,6	9,1	3,4
Ucrânia	6,2	6,7	5,5
Cabo Verde	5,9	6,3	5,6
Moçambique	2,6	4,2	0,0
Total	12,2	13,1	11,1

Fonte: CLAIH/ACIDI (2009/2010) – *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.  
N= 596.

Os chineses são seguidos a uma grande distância pelos cidadãos paquistaneses, com 32% de trabalhadores por conta própria, só existindo, de acordo com os dados recolhidos, registo de homens nesta situação. Seguem-se os venezuelanos (31%), comunidade onde a diferença na proporção de trabalhadores por conta própria entre homens e mulheres, a desfavor das últimas, é a maior.

A comunidade indiana é a quarta no seio do total da população imigrante, onde há maior peso de trabalhadores por conta própria (com um quarto dos indivíduos nesta situação).

Ao revés da comunidade venezuelana, no grupo dos cidadãos indianos a proporção de empreendedoras entre as mulheres é maior do que a proporção de empreendedores entre os homens (33,3% e 22,8%), sendo, de resto, a comunidade onde existe maior diferença entre os sexos.

Os brasileiros são a quinta comunidade com maior presença de trabalhadores por conta própria (11,5%) e, à semelhança do que ocorre com os indianos, também neste grupo, há maior proporção de mulheres do que homens empreendedores (12,2% *vs.* 10,8%).

Destaquem-se, ainda, os moldavos (11,4%) que embora não tenham muitos trabalhadores a fazê-lo por conta própria, na comparação com as restantes comunidades da Europa de Leste, têm consideravelmente mais empreendedores (veja-se, por exemplo, o caso da Ucrânia apenas com 6,2%).

Podemos concluir que as comunidades asiáticas são as mais empreendedoras, o que poderá ser parcialmente explicado pelas teorias que alegam que os grupos em que os membros não são fluentes na língua do país de receção providenciam maiores possibilidades de emergência de nichos para imigrantes empreendedores, uma vez que a base de comunicação é mais fácil com co-étnicos. O seu não domínio da língua pode ainda resultar na fraca inserção no mercado de trabalho, estando, desta forma, disponíveis para constituir a base da mão-de-obra do empreendedorismo (Evans, 1989).

Às comunidades asiáticas, seguem-se o grupo da América Latina (Brasil e Venezuela) como o mais empreendedor. Por contraste, e à exceção da Moldávia, os imigrantes da Europa de Leste estão na base do ranking da propensão dos imigrantes para trabalhar por conta própria.

Os nacionais de países africanos de língua oficial portuguesa, também apresentam taxas de empreendedorismo mais baixas do que a média total<sup>45</sup>. Sabemos de antemão que os indivíduos provenientes dos PALOP advêm de países em desenvolvimento, o que pode colocar os sujeitos em desvantagem comparativa quanto aos níveis de escolaridade, experiência profissional e disponibilidade de capital financeiro, entre outros<sup>46</sup>. Note-se alguma diversidade de situações nas populações africanas, em que os santomenses aparecem como a

45

Uma tendência já existente na década de 1990, em que os africanos tinham somente cerca de 5% da sua população a desempenhar atividades por conta própria, sendo a média de 20% (Oliveira, 2005).

46

Noutra perspetiva, esta evidência pode ser explicada pela teoria do “consumo discriminatório”, em que os consumidores brancos (que são a maioria nos países estudados) tendem a preferir comprar a brancos (Borjas e Bronars, 1989 citado em Tubergen, 2005). Por outras palavras, se por um lado os imigrantes negros sofrem de discriminação por parte dos empregadores, por outro estão também sujeitos a discriminação por parte dos consumidores (Tubergen, 2005). Outra hipótese, reside nas teorias que realçam a experiência e os recursos endógenos como a base para a implementação de iniciativas empresariais por conta própria.

comunidade mais empreendedora, seguidos dos guineenses, angolanos e cabo-verdianos. O grupo de imigrantes oriundo de Moçambique<sup>47</sup> é aquele que menos trabalhadores por conta própria tem, por comparação com todas as restantes comunidades.

Alguns estudos em Portugal (Oliveira, 2005 e 2008; Malheiros, Padilla e Rodrigues, 2010) têm apontado possíveis causas para o baixo nível empresarial (sobretudo feminino) em geral e no grupo dos imigrantes, das quais se destacam:

Uma cultura nacional contrária à cultura empreendedora<sup>48</sup> – em média, nos países GEM<sup>49</sup>2007, e até certo ponto nos países da UE, os seguintes aspetos foram melhor avaliados do que em Portugal: número de pessoas que considera tornar-se empreendedor como uma desejável escolha da carreira; número de pessoas que pensa nos empreendedores como indivíduos competentes e desembaraçados; número de histórias apresentadas frequentemente nos meios de comunicação social sobre empreendedores bem sucedidos<sup>50</sup> (*in* Malheiros, Padilla e Rodrigues, 2010);

Valores sociais e oportunidades no feminino – apesar de se notar uma melhoria no que toca à igual exposição dos homens e mulheres às boas oportunidades para iniciar um negócio, a aceitação social das mulheres se tornarem independentes ou de abrirem um negócio novo é um aspeto particularmente pior em Portugal do que na média dos restantes países da UE e GEM 2007 (GEM, 2007). Uma das razões apontadas pelo IFDEP<sup>51</sup>, advém do reconhecimento de que “as mulheres assumem “uma vida dupla”, na profissão e no papel desempenhado na família e no lar. Com tantas responsabilidades em mãos, é natural que a mulher seja mais hesitante do que o homem na hora de abrir um negócio”. O mesmo estudo acrescenta que

.....

**47**

Como inúmeros investigadores mostraram, a população moçambicana, de origem e etnia indo-paquistanesa, tem grande propensão para as atividades empresariais, em especial no setor do comércio (Malheiros, 1996; Ferreira e Rato, 2000). Contudo, é bastante reduzido o número de TCP moçambicanos que solicitou o estatuto de residente em Portugal, entre 1999 e 2002, o que denota, quer a pouca imigração de nacionais deste país para Portugal, quer o facto de a maioria dos empreendedores originários de Moçambique se terem instalado em Portugal na sequência dos processos de descolonização e de instabilidade política vividos pelo país na segunda metade dos anos 70 e em inícios dos anos 80.

**48**

A fraca propensão para o empreendedorismo reflete-se igualmente num estudo de Aurora Teixeira sobre as atitudes dos estudantes do Ensino Superior em relação ao empreendedorismo. A autora concluiu que apesar de mais de 70% dos inquiridos se sentirem atraídos pela ideia de criar o seu próprio negócio, e de 35% ver na criação de um negócio uma provável opção profissional após conclusão dos seus estudos, os estudantes têm uma elevada aversão ao risco, níveis de criatividade relativamente baixos e reduzido conhecimento do processo empresarial, sendo estes os principais fatores de inibição ao empreendedorismo ([http://universia.pt/servicos\\_net/informacao/noticia.jsp?noticia=49189](http://universia.pt/servicos_net/informacao/noticia.jsp?noticia=49189)).

**49**

Global Entrepreneurship Monitor.

**50**

GEM Portugal, 2007.

**51**

Instituto para o Fomento e Desenvolvimento do Empreendedorismo em Portugal em entrevista para o estudo Mulheres Imigrantes Empreendedoras em Portugal, realizado pela Organização Internacional para as Migrações, em parceria com o CEG (UL) e o CIES (ISCTE-IUL).

“a situação poderá melhorar substancialmente quando ocorrer uma mudança de papéis<sup>52</sup>, através de uma maior divisão das tarefas de casa e da família”;

Oportunidades e limites estruturais/institucionais – as políticas governamentais, no que toca à regulamentação, facilidade e celeridade são ainda insuficientes (segundo a avaliação do GEM 2007), sendo que o excesso de burocracia torna-se um obstáculo ao processo de *start-up*. Até aqui, a falta de proteção e acesso ao subsídio de desemprego dos trabalhadores por conta própria impediu que os potenciais empreendedores assumissem o risco. A dificuldade de acesso ao crédito (com uma tendência de crescimento) e a programas públicos de apoio ao empreendedorismo que, embora variados e em número considerável, padecem de uma fraca divulgação e dispersão por várias entidades, podem também marcar a pouca propensão para se trabalhar por conta própria;

Constrangimentos particulares dos imigrantes – a relação entre o acesso ao crédito e o estatuto legal migratório do potencial empreendedor, em que a evidência sugere ser amplamente facilitado quando os estrangeiros têm autorizações de residência permanentes; os créditos devem ser pedidos com o mesmo espaço temporal do que a validade das suas autorizações de residência, quando estas são temporárias; frequente exigência de um fiador português (quando as redes sociais dos imigrantes são em muitos casos confinadas a elementos da mesma etnicidade ou de outras comunidades). De resto, o reconhecimento da população imigrante estar mais sujeita à exclusão financeira está refletido no I Plano para a Integração dos Imigrantes, na medida de sensibilização do sistema bancário para uma maior abertura à concessão de crédito a imigrantes. Com a entrada em vigor da Lei nº23/2007 de 4 de Julho foram ultrapassadas as limitações legais do estatuto de empreendedor imigrante<sup>53</sup>, sendo criado um estatuto próprio (art.60º e 89º), o que poderá derivar, a médio e longo prazo, numa maior proporção de imigrantes nesta situação. Ainda assim, os imigrantes que estejam a desenvolver uma atividade subordinada em Portugal e queiram abrir uma atividade independente, podem deparar-se com um processo extremamente

52

A débil presença das mulheres no empreendedorismo, deverá ser analisada tendo em conta a influência das normas e valores culturais no que toca ao género sobre a propensão para o empreendedorismo. A ideia de que as mulheres têm necessidades, inclinações e capacidades para cuidar e se ocupar do lar, ao passo que os homens têm habilidades para produzir e trabalhar, cria “falsos” papéis sociais. Os papéis de género são construídos socialmente e os processos de socialização demarcam espaços, expectativas e atividades a serem desempenhadas pelos membros da sociedade.

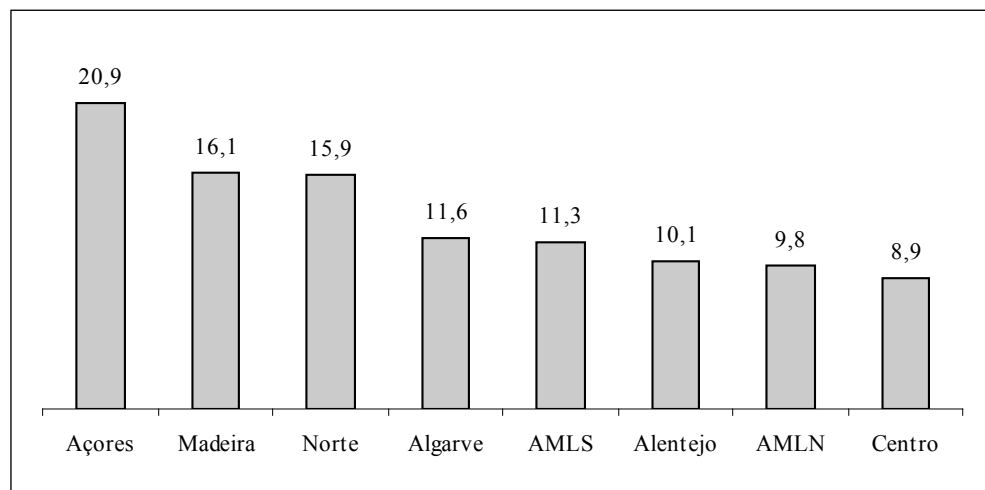
53

As leis de imigração em vigor até 2007 restringiam a possibilidade de atividade empresarial aos detentores de autorização de residência ou certos tipos de vistos de trabalho (tipo III). Sabendo-se que larga parte dos imigrantes, em particular os que adquiriram estatuto legal depois de 2001, dispunha de autorização de permanência ou de outro tipo de vistos, havia exclusão automática da possibilidade de iniciativas empresariais legais (Oliveira, 2008). Até 2007, os imigrantes detentores de autorização de permanência tinham de trabalhar de forma subordinada durante cinco anos ininterruptamente, para depois solicitarem uma autorização de residência e aspirar a trabalhar por conta própria. Por outro lado, os imigrantes que entraram em Portugal entre 1998 e 2007 com vistos de trabalho de tipo I, II ou IV, para alterarem a sua forma de inserção no mercado de trabalho no sentido da atividade independente, tinham de aguardar três anos para poderem converter os supracitados vistos numa autorização de residência, ou sair do país e solicitar num posto consular português um visto de trabalho de tipo III ou um visto de residência (Malheiros, Padilla e Rodrigues, 2010).

moroso, uma vez que é necessário fazer uma exposição ao SEF a título excecional ou, em alternativa, regressar ao seu país de origem e solicitar um visto de residência para efeitos de uma atividade independente ou empresarial; a dificuldade no reconhecimento das habilitações formais dos imigrantes pode limitar as atividades empreendedoras em áreas onde a posse de competências reconhecidas é essencial (e.g. medicina, farmácia, advocacia...).

Sobre outra perspetiva, analisaremos, agora, a distribuição dos trabalhadores por conta própria ao longo do território nacional. Segundo o Observatório da Criação de Empresas (Resultados do inquérito 2007), em Portugal pode verificar-se uma grande assimetria regional ao nível da geração de riqueza. Tradicionalmente, existe um considerável nível de concentração da estrutura empresarial em apenas duas regiões, designadamente no Norte e em Lisboa. Ora, na região de Lisboa (AML Norte e AML Sul), os imigrantes empreendedores não têm grande expressão relativa (Figura 5.1). Nos dados agora apresentados, podemos verificar que o grupo de imigrantes trabalhadores por conta própria (isolados ou com empregados) é mais expressivo nas regiões autónomas dos Açores (2 em cada 10 imigrantes) e da Madeira (16,1%) e no Norte (15,9%). Por contraste, é no Alentejo e no Centro do país onde a expressão dos trabalhadores por conta própria é menor.

**Figura 5.1 – Respondentes e seus familiares co-residentes que são trabalhadores por conta própria, por região de residência (%)**



Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) – *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

### **5.3. REGIME DE TRABALHO E VÍNCULO CONTRATUAL DOS IMIGRANTES EMPREGADOS**

Uma das principais análises que urge ser feita no que toca à inserção laboral dos imigrantes, é a da qualidade do emprego. Os níveis de emprego e desemprego de autóctones e imigrantes, permitem-nos avaliar, em certa medida, o grau de vulnerabilidade dos estrangeiros nos mercados de trabalho dos países de receção. Porém, a esta reflexão devem ser somadas leituras mais finas que permitam verificar algumas potenciais disparidades entre os grupos. Tomamos como dimensões para a interpretação da qualidade do emprego dos imigrantes, o seu regime de trabalho (permanente, ocasional e sazonal) e os vínculos contratuais (contrato sem termo, com termo, recibos verdes, sem contrato), explorando e compreendendo as diferenciações tendo em conta variáveis como o sexo, a longevidade do projeto migratório, o nível de escolaridade, a região de residência e a nacionalidade. Para além destes aspetos, e tendo por base algumas das dimensões e respetivos indicadores utilizados pela Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa nos seus relatórios piloto dedicados a analisar as situações da qualidade do emprego, poder-se-á avançar, no quadro de outras investigações, para reflexões que contemplem aspetos como benefícios no emprego, desenvolvimento de competências e formação ou relações de trabalho e motivações. Note-se que neste domínio dos aspetos complementares à análise da situação dos imigrantes no mercado de trabalho, é importante realçar estudos recentes como a investigação de João Peixoto, Carolina Marçal e Nancy Tolentino (2011) sobre a relação dos imigrantes com a segurança social, ou a investigação de Oliveira e Pires (2010) relativa aos riscos de sinistralidade laboral dos imigrantes em Portugal.

Retomando a análise dos resultados do questionário no que toca ao regime de trabalho, a maioria dos imigrantes está ativo com profissão de forma permanente/regular (89,8%). No entanto, uma parte importante daqueles encontra-se em regime de trabalho ocasional (8,3%) e, com menos relevo, em regime sazonal (1,9%). Note-se que as mulheres estão mais representadas na categoria

daqueles que têm trabalho permanente enquanto os homens estão mais em situações de trabalho ocasional (8,7% face a 7,7%), o que se poderá explicar pela precária inserção laboral dos imigrantes do sexo masculino na construção civil, muitos recrutados numa base diária em pontos estratégicos das cidades. Não existem diferenças assinaláveis entre os sexos no número de imigrantes em regime sazonal.

Sobre outro ponto de vista, os dados obtidos sugerem que os estrangeiros chegados mais recentemente, designadamente depois de 2004, mas sobretudo depois de 2008, são aqueles que estão numa situação mais precária, a avaliar pela sua maior presença no regime de trabalho ocasional e sazonal (Tabela 5.9). É possível afirmar que existe uma relação entre o regime de trabalho e a longevidade do projeto migratório, uma vez que os dados indicam que os mais antigos estão mais protegidos, ao passo que os mais recentes são mais vulneráveis à instabilidade no emprego. Ainda assim, alguns dos imigrantes que chegaram a Portugal há mais tempo, por exemplo, os que migraram antes de 1974, também apresentam situações que requerem uma atenção especial das políticas públicas de fomento ao emprego e condições de trabalho.

**Tabela 5.9 – Regime de trabalho dos respondentes e seus familiares co-residentes , por ano de chegada a Portugal (%)**

Ano de chegada a Portugal	Regime de trabalho		
	Permanente	Ocasional	Sazonal
Antes de 1974	91,9	7,2	0,9
1974-1979	95,1	4,0	0,8
1980-1991	91,6	7,9	0,5
1992-1997	92,7	6,4	0,9
1998-2003	89,3	8,3	2,5
2004-2008	88,6	8,9	2,4
Depois de 2008	84,6	12,9	2,5

Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) – *Questionário de caraterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.  
N= 6.956 (não inclui não-respostas).

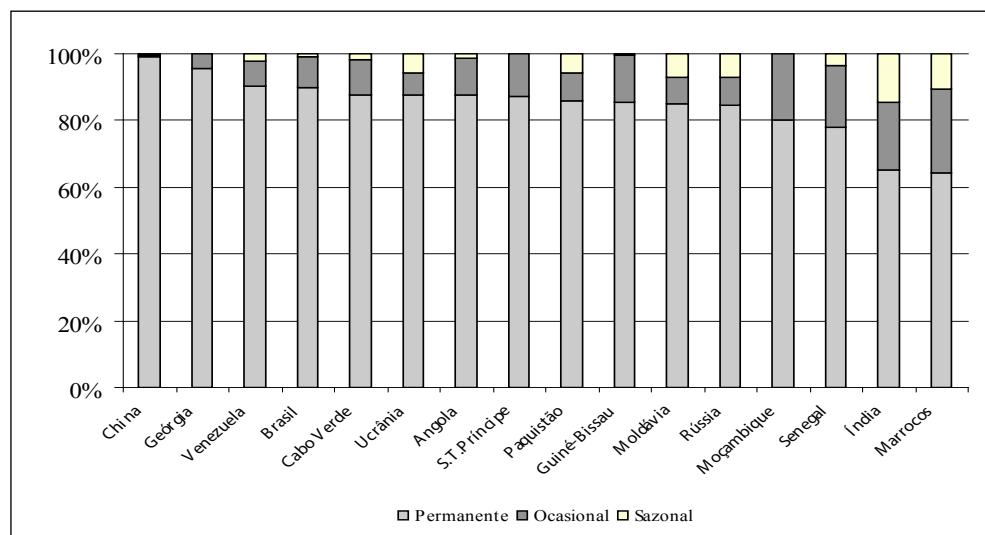
Colocando a tónica da análise sobre as variações intercomunitárias, no que toca ao regime de trabalho, constata-se que, segundo as suas próprias declarações, posicionados nos extremos do eixo permanente, ocasional e sazonal temos a comunidade chinesa (tem 98,9% dos seus trabalhadores com trabalho permanente), enquanto a marroquina é aquela que



apresenta valores mais vulneráveis nesta matéria, tendo 25% dos trabalhadores em regime ocasional e 10,7% em regime sazonal (Figura 5.2). Os indianos, senegaleses, moçambicanos e russos, parecem requerer especial atenção das políticas públicas no sentido da diminuição da sua vulnerabilidade e instabilidade no emprego. Por contraste, as comunidades da Geórgia<sup>54</sup>, Venezuela e Brasil apresentam uma boa performance neste aspeto, declarando a grande maioria dos trabalhadores inquiridos ter um regime de trabalho permanente, estando, portanto, sobre-representados nesta categoria.

Muito embora a maioria dos estrangeiros e nacionais tenha emprego a tempo inteiro, refira-se que os estrangeiros têm o dobro da probabilidade de ter empregos a tempo parcial do que os nacionais (10% e 5,7% respetivamente)<sup>55</sup>. Uma vez que não existem diferenças nos homens entre os nacionais e os estrangeiros, a maior propensão de os estrangeiros terem empregos a tempo parcial, deve-se à elevada concentração de mulheres estrangeiras neste regime (19,1%) (Tabela 5.10).

**Figura 5.2 – Regime de trabalho dos respondentes e seus familiares co-residentes, por nacionalidade (%)**



Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) – *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

54

Apenas na análise deste aspeto específico, devido a um interesse particular no caso de marroquinos, senegaleses e cidadãos da Geórgia, se detalhou a análise para estes grupos de nacionalidades.

55

MTSS/DGEEP, Quadros de Pessoal, 2009.

**Tabela 5.10 – Emprego a tempo inteiro e parcial dos respondentes e seus familiares co-residentes, por nacionalidade e sexo, em 2009 (%)**

Nacionalidade	Tempo inteiro			Tempo parcial		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Estrangeiros	97	80,9	90	3	19,1	10
Nacionais	96,9	91,1	94,3	3,1	8,9	5,7

Fonte: MTSS/DGEEP, Quadros de Pessoal, 2009.

De facto, para cada homem imigrante com trabalho a tempo parcial, existem cinco mulheres estrangeiras na mesma situação. Estas também têm duas vezes mais propensão para terem um emprego parcial do que as mulheres portuguesas. Note-se, por último, que as mulheres nacionais estão também mais representadas no trabalho a tempo parcial do que os homens imigrantes, pelo que se pode concluir que a distribuição na equação entre trabalho a tempo inteiro e parcial mais do que ser influenciada pela nacionalidade é marcada pelo sexo do trabalhador.

Centrando-nos somente nos trabalhadores por conta de outrem no que toca à sua situação em termos de vínculo contratual, é possível constatar que a maioria dos imigrantes tem um contrato com termo (47,9%) (Figura 5.3). Uma parte bastante considerável dos inquiridos, tem um contrato sem termo (40,8%), indiciando uma elevada integração e estabilidade laboral. Contudo, aproximadamente 9% dos imigrantes está a trabalhar de forma informal, sem contrato de trabalho<sup>56</sup>. Por último, a expressão de trabalhadores a prestar serviço a recibos verdes é diminuta (1,7%)<sup>57</sup>.

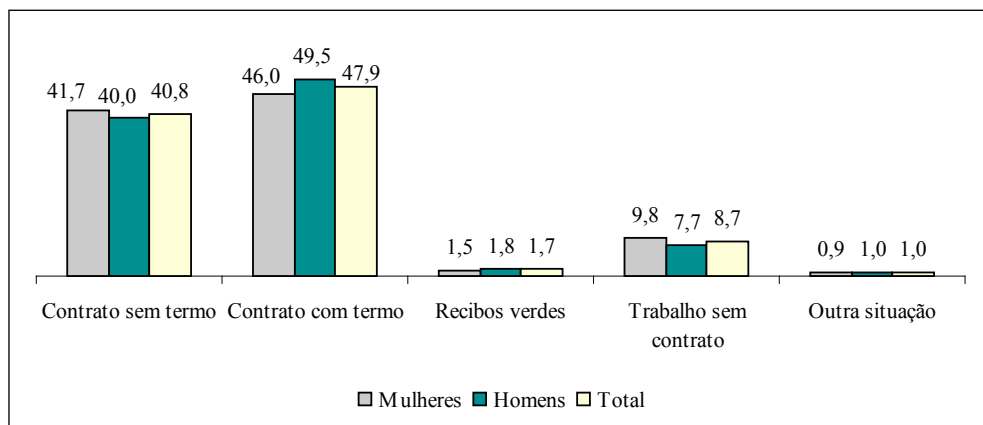
#### 56

Note-se, por seu turno, que o número de não respostas à pergunta sobre o tipo de vínculo contratual é elevado (N=314), o que deixa supor um número bem mais elevado de trabalhadores não registados.

#### 57

Na comparação destes dados com os portugueses, com base no Inquérito ao Emprego do INE, de 2010, é notória a enorme fragilidade dos imigrantes no vínculo contratual. Enquanto no grupo dos imigrantes apenas 36,7% tem um contrato sem termo, a proporção sobe para 77% entre os trabalhadores em Portugal. Da mesma forma, apenas 4% dos trabalhadores a nível nacional tem outra situação contratual que não a de contrato com ou sem termo, enquanto no grupo dos imigrantes há 18% de trabalhadores nesta situação.

**Figura 5.3 – Vínculo contratual dos respondentes e seus familiares co-residentes empregados, por sexo (%)**



Fonte: CLAIH/ACIDI (2009/2010) – *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

Ao desagregarmos os dados por sexo no grupo dos imigrantes, a interpretação da realidade parece complexificar-se. Se, por um lado, as mulheres estão em maior número numa situação de contrato sem termo (41,7% comparando com 40% dos homens), sugerindo uma ligeira maior proteção e segurança laboral, por outro, são também estas que mais trabalham sem contrato (9,8% face a 7,7% dos homens nesta situação). Assumimos como sinónimo de proteção laboral a existência de contrato laboral (com ou sem termo), pelo que verificamos que os homens estão numa situação ligeiramente mais positiva no que toca ao vínculo contratual, em que 89,5% têm contrato celebrado, enquanto o número desce para os 87,7% no caso das mulheres.

Exploramos a influência do nível de escolaridade sobre o tipo de vínculo contratual dos imigrantes, partindo da hipótese de que aqueles com níveis de instrução mais elevados estão numa posição mais protegida no mercado de trabalho (estando pouco permeáveis a trabalhar sem contratos formais). Os dados sugerem que os trabalhadores sem contrato laboral são precisamente os que apresentam menor escolaridade. De resto, são muito poucos (4,9%) os trabalhadores imigrantes altamente qualificados que trabalham sem contrato laboral (Tabela 5.11). O mesmo ocorre no caso das outras situações, que possivelmente indicam menos proteção e segurança laboral. Por outro lado, há mais indivíduos com elevada escolaridade com contratos de trabalho sem termo e na situação de recibos verdes, designadamente por uma parte destes trabalhadores serem profissionais liberais.

**Tabela 5.11 – Vínculo contratual dos respondentes e seus familiares co-residentes empregados, por nível de escolaridade (%)**

Nível de escolaridade	Vínculo contratual					Total
	Contrato sem termo	Contrato com termo	Recibos verdes	Trabalho sem contrato	Outra situação	
Baixa escolaridade	41,1	45	1,5	11,5	0,9	100
Média escolaridade	38,2	52,1	1,7	6,9	1,1	100
Elevada escolaridade	46,3	46	2,2	4,9	0,7	100

Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) – *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.  
N= 6.252 (não inclui não-respostas).

Paralelamente, os dados sugerem existir uma relação entre o tipo de vínculo contratual e a longevidade da estadia em Portugal, em que à medida que aumenta o número de anos de residência, há uma maior tendência para se estar numa situação contratual mais protegida, isto é, com contrato sem termo. Como a Tabela 5.12 indica, os imigrantes que chegaram antes de 2003, estão sobre-representados na categoria dos contratos sem termo. Não obstante a longevidade do seu projeto migratório, há também sobre-representação dos imigrantes que chegaram entre 1974 e 1991 na situação de trabalho sem contrato. Ainda assim, os imigrantes recém-chegados (com entrada em Portugal depois de 2004, mas sobretudo, depois de 2008) são aqueles que apresentam uma maior proporção de trabalhadores sem contrato formal.

**Tabela 5.12 – Vínculo contratual dos respondentes e seus familiares co-residentes empregados, por ano de chegada a Portugal (%)**

Ano de chegada a Portugal	Vínculo contratual					Total
	Contrato sem termo	Contrato com termo	Recibos verdes	Trabalho sem contrato	Outra situação	
Antes de 1974	66,7	25,3	1,1	6,9	0,0	100,0
1974-1979	66,5	23,3	0,5	9,8	0,0	100,0
1980-1991	51,8	36,4	0,9	9,9	1,1	100,0
1992-1997	47,7	38,9	2,3	8,6	2,5	100,0
1998-2003	42,8	47,6	1,8	6,5	1,3	100,0
2004-2008	28,3	59,1	1,8	10,3	0,5	100,0
Depois de 2008	25,8	56,8	1,9	15,5	0,0	100,0

Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) – *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.  
N= 5.707 (não inclui não-respostas).

Quando olhamos para as diferenças nos vínculos contratuais de acordo com a região de residência dos imigrantes trabalhadores por conta de outrem (Tabela 5.13), verificamos que no Norte a maioria dos inquiridos (71,1%) está a trabalhar com um contrato sem termo, superando largamente a média nacional (40,8%), sendo de resto a região onde este valor é mais elevado. O Alentejo, apesar de se pautar também por uma sobre-representação de trabalhadores imigrantes com contrato sem termo, apresenta, por outro lado, uma proporção de trabalhadores a recibos verdes acima da média. Os imigrantes que residem no Centro, destacam-se por terem um peso substancial de indivíduos noutras situações. No Algarve e Área Metropolitana de Lisboa Norte, os imigrantes têm, sobretudo, contratos com termo, não se diferenciando muito dos padrões nacionais. Diferentemente, a Área Metropolitana de Lisboa Sul caracteriza-se por uma forte sobre-representação de trabalhadores sem contrato laboral e, também, de alguns trabalhadores a recibos verdes. Ainda assim, é nos Açores que os imigrantes estão numa situação laboral mais vulnerável, em que 7,2% está a recibos verdes e 15,7% está sem contrato de trabalho, ou seja, encaixando-se principalmente em setores da economia informal onde, mais facilmente, se apresentam situações de precariedade, exploração e abuso dos direitos laborais e humanos. Por seu turno, a Madeira é a região do país que se destaca com uma maior proporção de imigrantes possuindo contrato com termo. Adicionalmente, é nesta região que se regista menor número de casos de trabalhadores sem contrato ou a recibos verdes (a seguir à AML Norte), pelo que podemos concluir ser esta a área do país em que os imigrantes têm situações de trabalho mais protegidas.

**Tabela 5.13 – Vínculo contratual dos respondentes e seus familiares co-residentes empregados, por região de residência (%)**

Vínculo contratual	Região de residência							
	Norte	Centro	AMLN	AMLS	Alentejo	Algarve	Madeira	Açores
Contrato sem termo	71,1	37,8	42,3	39,3	46,4	30,6	31,2	25,3
Contrato com termo	22,8	47,0	50,1	43,7	42,0	63,5	65,7	51,8
Recibos verdes	0,8	2,5	0,5	1,9	3,3	1,3	0,7	7,2
Trabalho sem contrato	5,0	6,6	7,1	14,1	8,3	4,6	2,1	15,7
Outra situação	0,3	6,0	0,1	1,1	0,0	0,0	0,2	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) – *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.  
N= 6318 (não inclui não-respostas).

Sob outra perspetiva, e procurando, agora, descortinar algumas diferenças nos vínculos contratuais dos trabalhadores por conta de outrem nas diferentes comunidades de imigrantes, é possível constatar uma grande heterogeneidade de situações e enormes variações intercomunitárias (Tabela 5.14). O caso mais ambivalente/dicotómico é o da comunidade chinesa (à semelhança do que ocorre com a moçambicana), em que mais de metade dos trabalhadores declara ter um contrato sem termo (54,8%), por um lado, mas, por outro, tem mais de um quarto dos trabalhadores sem contrato laboral. Os russos e os brasileiros, para além dos chineses e moçambicanos, são aqueles em que o número de trabalhadores sem contrato laboral é mais elevado (14,2% e 11,4% respetivamente). Note-se que em situação de recibos verdes, temos sobretudo os santomenses, os guineenses, os russos e os brasileiros. Tomando o registo de trabalhadores com contratos (sem e com termo) como sinónimo de proteção laboral, as comunidades da Moldávia e Ucrânia são as que se apresentam em melhor situação (com 93,3% e 92% de indivíduos nesta situação, respetivamente), seguidas pelos indianos. Por contraste, os chineses são os que estão, à luz do mesmo critério, menos protegidos, com um número muito menor de indivíduos com contrato laboral, comparativamente com os restantes grupos.

**Tabela 5.14 – Vínculo contratual dos respondentes e seus familiares co-residentes empregados, por nacionalidade (%)**

País de nacionalidade	Vínculo contratual					Total
	Contrato sem termo	Contrato com termo	Recibos verdes	Trabalho sem contrato	Outra situação	
China	54,8	14,3	0,0	31,0	0,0	100,0
Índia	34,0	58,0	0,0	8,0	0,0	100,0
Moldávia	28,9	64,4	0,0	6,2	0,5	100,0
Rússia	37,3	44,0	3,0	14,2	1,5	100,0
Ucrânia	41,1	51,7	1,3	5,7	0,1	100,0
Cabo Verde	35,8	51,4	1,2	10,2	1,4	100,0
Angola	27,9	57,0	0,9	11,1	3,1	100,0
Guiné-Bissau	40,1	47,2	3,2	8,2	1,3	100,0
Moçambique	55,6	30,6	0,0	13,9	0,0	100,0
S. Tomé e Príncipe	28,1	56,8	3,6	9,4	2,2	100,0
Brasil	33,4	51,9	2,7	11,4	0,7	100,0

Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) – *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.  
N= 4.245 (não inclui não-respostas).

## 5.4. OCUPAÇÃO PROFISSIONAL

Nesta seção, temos os seguintes objetivos de análise: 1) interpretar os padrões de segmentação ocupacional dos imigrantes à luz da teoria do mercado de trabalho dual, conferindo especial atenção às dinâmicas de género; 2) compreender o grau de complementaridade ou substituição dos trabalhadores imigrantes face à mão-de-obra ativa portuguesa; e 3) examinar o nível de sobre-qualificação dos imigrantes, procurando explicar algumas das suas raízes.

É no mercado secundário que a maioria dos/as trabalhadores/as migrantes se incorporam, caracterizando-se este por um recrutamento que não se baseia nas qualificações, sem grandes perspectivas de mobilidade laboral, cumprindo uma função “disciplinadora” da força de trabalho local, forçando a redução dos salários gerais ou nivelando-os por baixo – *dumping social*, e com um estatuto jurídico temporário ou irregular (Peixoto, 2008).

Aplicando a teoria do mercado de trabalho dual ao caso português tendo por base a ocupação profissional, é possível verificar que é precisamente no mercado secundário que a maioria dos/as trabalhadores/as migrantes se incorpora, estando concentrados nas profissões de pessoal dos serviços e vendedores (26,4%), de trabalhadores não qualificados (25,4%) e de operários, artífices e trabalhadores similares (22,6%) (Tabela 5.15). Não obstante, os/as trabalhadores/as migrantes não se inserem só no mercado de trabalho secundário, existindo para tal diferentes “modos de incorporação”<sup>58</sup> que também incluem o “mercado primário”, onde encaixa na perfeição a chamada “*fuga de cérebros dos países de origem*” (*brain drain*), que assume uma função de “reforço” da força de trabalho qualificada no mercado do país de acolhimento, assim como o recurso a canais legais (Peixoto, 2008). Este tipo de incorporação laboral, é um privilégio de apenas 10% dos imigrantes inquiridos, que correspondem às categorias profissionais “de topo”, ou seja, quadros superiores da administração pública,

58

Portes (1981 e 1999) in Peixoto, 2008.

dirigentes e quadros superiores de empresas (3,8%), bem como aos especialistas das profissões intelectuais e científicas (6,5%).

**Tabela 5.15 – Ocupação profissional dos respondentes e seus familiares co-residentes empregados, por sexo (Nº e %)**

Ocupação profissional	Sexo					
	Total		Homens		Mulheres	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas	304	3,8	179	4,3	125	3,4
Especialistas das profissões intelectuais e científicas	517	6,5	239	5,7	278	7,5
Técnicos e profissionais de nível intermédio	369	4,7	241	5,7	128	3,5
Pessoal administrativo e similares	338	4,3	137	3,3	201	5,4
Pessoal dos serviços e vendedores	2087	26,4	663	15,8	1424	38,5
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas	146	1,8	120	2,9	26	0,7
Operários, artífices e trabalhadores similares	1787	22,6	1596	38,0	191	5,2
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	340	4,3	289	6,9	51	1,4
Trabalhadores não qualificados	2009	25,4	733	17,5	1276	34,5
Total	7897	100,0	4197	100,0	3700	100,0

Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) – *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

A análise por sexo, indica-nos que as mulheres imigrantes estão sobretudo mais representadas do que os homens na categoria do pessoal administrativo e similares, pessoal dos serviços e vendedores e trabalhadores não qualificados. Esta diferenciação parece-nos ser originada pelas características e segmentação no mercado de trabalho, grandemente influenciado por noções de tarefas *a priori* “femininas” e “masculinas”, empurrando as mulheres para os setores dos cuidados, saúde e trabalhos domésticos (Ghosh, 2005 *in* Rath, 2006). Pelas mesmas razões, as mulheres imigrantes estão, por seu turno, muito menos representadas nos operários, artífices e trabalhadores similares e nos operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem. Nas categorias profissionais de topo, ou seja, nos quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas e nos especialistas das profissões intelectuais e científicas, deteta-se uma proporção de mulheres ligeiramente superior (10,9% *vs.* 10%). Apesar disto, o facto de terem o dobro de indivíduos na categoria dos trabalhadores não qualificados, faz com que se possa afirmar que as mulheres têm claramente uma inserção profissional menos qualificada.



Como tal, estes dados sugerem que as mulheres imigrantes estão mais concentradas no mercado secundário (sobretudo se olharmos para os trabalhadores não qualificados) e menos no primário. Nesta sequência de pensamento, a imensa maioria de trabalhadoras migrantes efetua trabalhos considerados tipicamente femininos, quer sejam empregadas domésticas, cuidadoras (de doentes ou idosos), amas ou mesmo trabalhadoras do sexo. Por outras palavras, estão principalmente inseridas nos nichos de mercado laboral menos apetecíveis dadas as condições laborais e protecção legal mais precárias, as baixas remunerações, afetando também o seu reconhecimento social. Estas circunstâncias produzem o ambiente ideal para a reprodução dos padrões de género preexistentes, sendo a dimensão de género o pilar a partir do qual se organiza o mercado laboral nos países de acolhimento, tendo como consequência principal a discriminação das trabalhadoras migrantes, efetivando-se uma seleção de acordo com a nacionalidade ou origem étnica, a classe socioeconómica e/ou o fenótipo.

Paralelamente, os dados evidenciam algumas variações intercomunitárias em termos de ocupação profissional, como demonstra a análise da Tabela 5.16. Antes de mais, deve referir-se um aspeto que, desde logo, ressalta muito claro da análise aqui elaborada sobre a inserção laboral dos imigrantes – existe uma panóplia de situações muito diversificada de acordo com as diferentes comunidades. É de questionar a agregação dos imigrantes por grandes grupos homogéneos (sejam eles PALOP, Europa de Leste, Ásia, etc.), uma vez que surgem padrões de incorporação laboral muito díspares entre as nacionalidades. A título ilustrativo, vejamos o caso dos chineses por comparação aos indianos, os primeiros sobre-representados no topo e os segundos na base da hierarquia. No mesmo sentido, comparemos o caso dos angolanos com o dos cabo-verdianos. Eis as principais tendências de ocupação profissional por comunidade imigrante (Tabela 5.16):

- Os chineses, pelo facto de terem uma elevada proporção de trabalhadores por conta própria, são a comunidade onde a taxa de pessoas nos dirigentes e quadros superiores de empresas é mais elevada (33,1%), havendo mais mulheres do que homens nesta situação. Os restantes chineses trabalham como pessoal de serviços e vendedores nos negócios dos primeiros (58,8%), sendo esta taxa também superior no caso das mulheres (60%). Na comunidade chinesa observamos, desta forma, uma dicotomia entre patrão e empregado da mesma etnia, fazendo supor a existência de uma economia étnica<sup>59</sup>;
- Os indianos são principalmente trabalhadores não qualificados (50,7%), sendo, em conjunto

59

Uma economia étnica, é toda aquela que incorpora o imigrante por conta própria, os seus familiares que o ajudam, o empregador étnico e os seus empregados co-étnicos, não fazendo diferença se estão ou não concentrados no espaço, se abastecem e se são abastecidos ou não por co-étnicos (Bonacich e Modell, 1980 e Light e Bonacich, 1988, citados em Tubergen, 2005).

com os paquistaneses, uma das comunidades onde este grupo de profissionais tem mais peso. Note-se, contudo, que, também em conjunto com os paquistaneses, se trata de uma das comunidades em que a proporção de homens a desempenhar estas funções não qualificadas é ligeiramente superior à proporção de mulheres na mesma situação. Estão concentrados, se bem que sub-representados face ao total dos imigrantes, também no pessoal de serviços e vendedores (31%). É, a par do que acontece com os santomenses, a única comunidade em que o peso relativo das mulheres a trabalhar como agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas (8,3%) é superior ao dos homens (6,8%). Este grupo apresenta uma segregação por género oposta à do padrão geral dos imigrantes, tendo mais mulheres no topo (quadros superiores) e mais homens na base da hierarquia profissional (trabalhadores não qualificados);

- Os paquistaneses, tal como os indianos, estão muito concentrados na base da hierarquia, com 50% da sua mão-de-obra como trabalhadores não qualificados (48,6%). Embora com grande relevância (23,8%), o pessoal de serviços e vendedores fica aquém do peso no padrão geral dos imigrantes. Por contraste, a comunidade paquistanesa está sobre-representada na categoria de técnicos e profissionais de nível intermédio;
- Os ucranianos são de todas as comunidades da Europa de Leste aqueles que parecem apresentar uma inserção laboral mais frágil, estando sobre-representados como trabalhadores não qualificados (33,2%), sendo esta presença particularmente elevada no grupo das mulheres (44,6%). Embora com grande relevância (25,1% e 16,9%), os operários, artífices e trabalhadores similares e a categoria do pessoal dos serviços e vendedores, ficam aquém do peso geral no padrão dos imigrantes. Estão, contudo, sobre-representados como operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem (10,1%), indo ao encontro da evidência comum das comunidades da Europa de Leste estarem mais presentes nesta categoria do que os restantes grupos de imigrantes. Nenhuma das comunidades do Leste da Europa está sobre-representada nos quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas. Quando fazem valer as suas qualificações e são reconhecidos por tal, estão sobre-representados nos especialistas das profissões intelectuais e científicas;
- Os moldavos, com claro destaque para os homens, estão, também e sobretudo, inseridos como operários, artífices e trabalhadores similares (35,9%), aparecendo sobre-representados igualmente na categoria de operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem (6,3%). Constitui uma das comunidades imigrantes onde as mulheres têm mais peso relativo na categoria dos não qualificados (43,5% de mulheres);
- A comunidade russa trabalha, principalmente, mas em menor escala do que o todo dos

imigrantes, como pessoal dos serviços e vendedores (23,6%), tendo uma representação também muito expressiva nos trabalhadores não qualificados (22,9%). Os russos, tanto homens como mulheres, estão sobre-representados nos especialistas das profissões intelectuais e científicas (10,8%). Em conjunto com os ucranianos, os membros deste coletivo aparecem sobre-representados no grupo dos operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem (9,6%);

- Os cabo-verdianos são, sobretudo, trabalhadores não qualificados (32,7%) em que se destaca a sobre-representação das mulheres nesta categoria (sendo aliás a comunidade imigrante em que as mulheres estão mais concentradas na base da hierarquia profissional – 57,9%) e operários, artífices e trabalhadores similares (32,7%). De todas as comunidades dos PALOP, são aqueles que mais concentrados estão na base da hierarquia das ocupações profissionais, seguidos de perto pelos santomenses;
- Os angolanos, tanto homens como mulheres, estão sobre-representados no topo da hierarquia da ocupação profissional, nos quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas (5,8%) e nos especialistas das profissões intelectuais e científicas (7,8%). Não obstante, a sua inserção profissional ocorre essencialmente como pessoal dos serviços e vendedores (26%), operários, artífices e trabalhadores similares e trabalhadores não qualificados (24,8% em cada uma das últimas categorias);
- Os guineenses, sobretudo homens, apenas estão sobre-representados na categoria dos operários, artífices e trabalhadores similares (55%). As mulheres, por seu turno, estão inseridas no pessoal dos serviços e vendedores (33,7%) e, sobretudo, nos trabalhadores não qualificados (43,7%). É de todas as comunidades dos PALOP a que menos dispõe de quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas (0,6%);
- Os santomenses, com destaque para as mulheres, estão principalmente inseridos no pessoal dos serviços e vendedores (30,1%) e, especialmente, nos trabalhadores não qualificados (35,8%). Note-se que o padrão de inserção profissional dos homens é, tal como noutros coletivos nacionais, distinto do das mulheres, emergindo a categoria operários e trabalhadores similares (39,5%) como aquela em que se regista maior proporção de ativos deste sexo;
- A comunidade moçambicana é aquela, de entre os PALOP e conjuntamente com Angola, que apresenta melhores índices na hierarquia das posições laborais. Os homens estão sobre-representados nos quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas (9,5%), e as mulheres inserem-se acima da média

nos especialistas das profissões intelectuais e científicas (13,3%). Não obstante, o grupo que aglutina mais trabalhadores é o do pessoal dos serviços e vendedores (27,8%). Isto revela, por um lado tratar-se de uma imigração que não apresenta um padrão tipicamente laboral, como acontece com cabo-verdianos ou guineenses, e, por outro, a sua diversidade interna que inclui bastantes moçambicanos de origem indiana ligados ao comércio e aos serviços;

- Os venezuelanos, muito associados à lógica de contracorrente da antiga emigração portuguesa, estão, sobretudo, inseridos laboralmente como pessoal dos serviços e vendedores (32,6%) e como operários e similares (21,7%), embora registem uma sobre-representação nos especialistas das profissões intelectuais e científicas (8,7%), com destaque para as mulheres (30,8%);
- Os brasileiros desempenham, na sua maioria, funções enquanto pessoal dos serviços e vendedores (34,7%), sendo a segunda população mais presente nesta categoria, após os chineses. Ainda que abaixo da média dos imigrantes, estão também concentrados na categoria dos operários, artífices e trabalhadores similares (20,3%) e nos trabalhadores não qualificados (21,1%), ainda que nesta última categoria apresentem uma das proporções mais baixas de todos os coletivos imigrantes em análise, próxima das de Angola e da Rússia, e apenas suplantada pelas registadas por chineses e venezuelanos. Destacam-se, ainda, por ser o grupo que mais trabalhadores tem como técnicos e profissionais de nível intermédio (7,2%). Os homens estão também ligeiramente sobre-representados nos quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas (3,8%). Trata-se, portanto, de um coletivo que apresenta uma estrutura de inserção profissional diversificada, com alguma assimetria em favor do terciário intermédio (comércio e serviços) e uma proporção menor de presenças nos segmentos não qualificados, apesar da menor qualificação observada nos trabalhadores brasileiros associados à vaga migratória após 1998/1999 (Padilla, 2004).

**Tabela 5.16 – Ocupação profissional dos respondentes e seus familiares empregados, por nacionalidade e sexo (%)**

País de nacionalidade	Ocupação profissional									
		Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas	Especialistas das profissões intelectuais e científicas	Técnicos e profissionais de nível intermédio	Pessoal administrativo e similares	Pessoal dos serviços e vendedores	Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas	Operários, artífices e trabalhadores similares	Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	Trabalhadores não qualificados
China	Total	33,1	1,4	0,7	2,0	58,8	0,0	0,7	0,0	3,4
		31,5	0,0	1,4	4,1	57,5	0,0	1,4	0,0	4,1
	M	34,7	2,7	0,0	0,0	60,0	0,0	0,0	0,0	2,7
Índia	Total	4,2	0,0	0,0	0,0	31,0	7,0	2,8	4,2	50,7
		3,4	0,0	0,0	0,0	30,5	6,8	3,4	5,1	50,8
	M	8,3	0,0	0,0	0,0	33,3	8,3	0,0	0,0	50,0
Paquistão	Total	0,0	4,8	4,8	4,8	23,8	0,0	11,9	0,0	50,0
		0,0	2,7	5,4	5,4	24,3	0,0	13,5	0,0	48,6
	M	0,0	20,0	0,0	0,0	20,0	0,0	0,0	0,0	60,0
Ucrânia	Total	1,9	5,8	2,4	2,4	16,9	2,2	25,1	10,1	33,2
		2,1	4,2	2,3	2,1	8,4	3,2	38,7	15,1	23,9
	M	1,7	7,7	2,6	2,9	27,4	0,9	8,3	4,0	44,6
Moldávia	Total	1,8	4,5	1,8	3,1	18,8	1,3	35,9	6,3	26,5
		2,6	3,5	0,0	4,3	3,5	1,7	64,3	9,6	10,4
	M	0,9	5,6	3,7	1,9	35,2	0,9	5,6	2,8	43,5
Rússia	Total	4,5	10,8	1,9	3,8	23,6	1,9	21,0	9,6	22,9
		7,1	12,9	1,2	1,2	14,1	2,4	34,1	11,8	15,3
	M	1,4	8,3	2,8	6,9	34,7	1,4	5,6	6,9	31,9
Cabo Verde	Total	1,2	1,0	1,7	2,0	18,1	2,5	32,7	3,3	37,6
		1,0	1,2	2,4	1,6	9,9	3,6	54,2	5,3	20,9
	M	1,5	0,7	1,0	2,4	28,4	1,2	6,1	0,7	57,9

**Tabela 5.16 – Ocupação profissional dos respondentes e seus familiares empregados, por nacionalidade e sexo (%) (cont.)**

País de nacionalidade	Ocupação profissional									
		Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas	Especialistas das profissões intelectuais e científicas	Técnicos e profissionais de nível intermédio	Pessoal administrativo e similares	Pessoal dos serviços e vendedores	Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas	Operários, artífices e trabalhadores similares	Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	Trabalhadores não qualificados
Angola	Total	5,8	7,8	3,3	4,3	26,0	0,5	24,8	3,0	24,8
		6,7	5,3	3,8	2,4	15,4	0,5	43,8	4,8	17,3
	M	4,7	10,4	2,6	6,3	37,5	0,5	4,2	1,0	32,8
Guiné-Bissau	Total	0,6	4,3	2,6	1,9	19,7	1,3	36,1	2,8	30,8
		0,7	4,1	3,3	1,1	9,3	1,5	55,0	3,7	21,2
	M	0,5	4,5	1,5	3,0	33,7	1,0	10,6	1,5	43,7
S. Tomé e Príncipe	Total	1,2	4,6	2,9	4,0	30,1	0,6	19,1	1,7	35,8
		2,6	3,9	6,6	7,9	10,5	0,0	39,5	2,6	26,3
	M	0,0	5,2	0,0	1,0	45,8	1,0	2,1	1,0	43,8
Moçambique	Total	5,6	8,3	0,0	11,1	27,8	2,8	13,9	0,0	30,6
		9,5	4,8	0,0	9,5	28,6	4,8	23,8	0,0	19,0
	M	0,0	13,3	0,0	13,3	26,7	0,0	0,0	0,0	46,7
Brasil	Total	3,0	4,3	7,2	4,5	34,7	1,8	20,3	3,1	21,1
		3,8	3,8	10,5	2,6	18,4	3,3	37,7	5,4	14,5
	M	2,3	4,8	4,0	6,2	50,5	0,3	3,4	0,9	27,5
Venezuela	Total	2,2	8,7	6,5	8,7	32,6	2,2	21,7	4,3	13,0
		3,8	7,7	7,7	0,0	30,8	3,8	30,8	7,7	7,7
	M	0,0	10,0	5,0	20,0	35,0	0,0	10,0	0,0	20,0

Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) – *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

Esta forte segmentação do mercado laboral com desvantagem para os imigrantes e a sua maior concentração nas categorias de base das ocupações profissionais reflete-se naturalmente em diferenças salariais. Os imigrantes receberam, em média, menos 16% do que os portugueses, em 2009<sup>60</sup>. Embora as médias salariais dos migrantes sejam inferiores tanto para homens como para mulheres, a evidência parece apontar para uma maior penalização das mulheres imigrantes (a diferença é de 19% nestas e de 15% nos homens). O *gender gap* no salário é também maior nos imigrantes do que nos nacionais (as imigrantes recebiam menos 25% do que os homens imigrantes, sendo a diferença de 21% nos portugueses). Deste ponto de vista, podemos afirmar que as mulheres imigrantes são duplamente discriminadas em função da nacionalidade e do sexo.

A diferença salarial seria ainda maior se tomássemos em conta que os imigrantes estão em maior proporção com trabalho a tempo parcial do que os portugueses (10% *vs.* 5,7%<sup>61</sup>). Neste aspeto, não existem diferenças nos dois grupos entre os homens imigrantes e autóctones, pelo que os resultados se devem a uma forte concentração das mulheres imigrantes em trabalhos a tempo parcial (19,1%), tendo cinco vezes maior probabilidade de estar nesta situação do que os homens imigrantes (3%) e o dobro da probabilidade do que as mulheres portuguesas (8,9%).

Ao compararmos os níveis de remuneração na mesma categoria profissional persistem algumas diferenças consideráveis, nomeadamente no grupo de trabalhadores medianamente qualificados<sup>62</sup>, denotando uma certa discriminação em relação aos trabalhadores migrantes no mercado de trabalho nacional.

Por último, acrescente-se que os níveis de sobre-qualificação dos imigrantes, ou seja, os indivíduos que estão em categorias profissionais aquém do que as suas qualificações permitem/almejam, são bastante expressivos em Portugal. Tomando apenas por referência os indivíduos altamente qualificados, ou seja, com ensino superior, que desempenham funções nas três categorias profissionais de base definidas nas estatísticas dos Quadros de Pessoal (ou seja, profissionais não qualificados, semi-qualificados e qualificados, excluindo os estagiários e aprendizes), verificamos que, em 2009, os imigrantes têm o dobro da probabilidade de estarem sobre-qualificados do que os portugueses (30,9% *vs.* 18%), com especial

---

<sup>60</sup>  
Quadros de Pessoal, 2009, MTSS/DGEEP.

<sup>61</sup>  
Dados dos Quadros de Pessoal, 2009, MTSS/DGEEP. Note-se que os trabalhadores por conta de outrem aos quais é perguntado o ganho médio, são apenas os TCO que trabalharam a tempo completo e que auferiram remuneração completa no período de referência.

<sup>62</sup>  
Quadros de Pessoal, 2009, MTSS/DGEEP.

ênfase no caso das mulheres imigrantes (34,9% *vs* 27,1% dos homens imigrantes). Estes valores, devem-se sobretudo ao facto dos imigrantes virem desempenhar funções que os portugueses deixaram (efeito de substituição), e por o processo de reconhecimento de qualificações ser bastante complexo e moroso, apesar da tentativa de simplificação introduzida em 2007.

### 5.5. MOBILIDADE PROFISSIONAL

Não obstante as elevadas taxas de emprego dos imigrantes em Portugal, os benefícios a longo prazo, tanto para a sociedade de acolhimento como para os migrantes, dependem de, até que ponto, estes conseguem assegurar um emprego de acordo com o nível de estudos e as competências que possuem. A esta luz, procuraremos desvendar o grau de estabilidade profissional dos imigrantes e os seus percursos de mobilidade profissional, tendo por comparação a profissão desempenhada no país de origem, aquela desenvolvida aquando da chegada a Portugal e a verificada no momento de inquirição. Por último, pretende-se conhecer os meios através dos quais os imigrantes encontram emprego e como oscilam ao longo do projeto migratório, testando a relação entre a passagem de redes sociais confinadas aos laços de etnicidade para uma interação com o mercado de trabalho com base em contactos com a sociedade autóctone e a mobilidade profissional dos imigrantes.

A análise do número de empregos que os inquiridos já tiveram em Portugal permite tirar conclusões relevantes quanto à intensidade da rotatividade profissional dos imigrantes. Ainda que a maioria dos imigrantes (27%) declare que teve apenas um emprego, seguidos daqueles que trocaram uma vez (24,7%), verifica-se que, para o período compreendido entre 1998 e 2009/2010 (data de realização dos questionários), o número médio de empregos se situa próximo de 2,8, declarando mais de 25% dos respondentes já ter tido três ou mais empregos. Isto significa que, entre 1998 e 2009/2010, estes imigrantes mantiveram, em média, o mesmo emprego por períodos de 3,9 anos, valor bastante inferior ao calculado para os portugueses com idades compreendidas entre 30 e



34 anos<sup>63</sup>, incluído na base de dados da *Labour Force Survey* compilada pela OCDE em 2009, que era, também em média, de 7,1 anos. De resto, o número de imigrantes que apresentam uma elevada rotatividade de emprego (a partir de cinco empregos) é também considerável, rondando os 9% dos inquiridos (Anexo 1, Tabela Complementar 5.6). Tudo isto aponta para níveis de rotatividade no emprego mais elevados no caso dos imigrantes não comunitários em comparação com os portugueses, processo que está em sintonia com o observado noutros países da UE, como por exemplo a Espanha (Férrandez *et al.*, 2006).

Em termos de mobilidade profissional (ascendente, descendente ou estabilização), analisando os dados da tabela 5.17, constata-se que no caso daqueles que no país de origem desempenhavam funções como quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas, após um ajustamento inicial difícil à chegada a Portugal (em que perdem *status*), parece verificar-se uma certa reaquisição de posições hierárquicas idênticas às originais, agora em contexto imigratório. Por contraponto, a percentagem de sujeitos que desempenhavam outras profissões de qualificação elevada e média-alta – Profissões intelectuais e científicas; Técnicos e profissionais de nível intermédio – é significativamente maior (cerca do dobro) no país de origem do que no país de receção, mesmo no que respeita ao último emprego. Inúmeros fatores poderão estar associados a esta “desqualificação” profissional, frequente em contexto imigratório, sendo de destacar os défices linguístico e de capital social de ligação ao país de destino e, também, a complexidade dos processos de reconhecimento de qualificações, que se torna num obstáculo para a realização de determinadas profissões no país de receção. Por este motivo, a inserção profissional dos imigrantes, acaba por se enquadrar em profissões pouco qualificadas, cujo acesso não depende do reconhecimento das qualificações: trabalhadores não qualificados (cerca do dobro daqueles no país de origem), operários, artífices e trabalhadores similares e pessoal dos serviços e vendedores. É também nestas duas categorias profissionais, que a mobilidade profissional parece ser mais incipiente, uma vez que não existe diferença na proporção de imigrantes que desempenhava estas funções à chegada a Portugal e no momento da inquirição. Difícil, contudo, é afirmar se não existe um processo de substituição. A imagem parece ser mais positiva nas categorias de topo profissional, em que os dados apontam para uma mobilidade profissional ascendente entre o primeiro emprego em Portugal e o possuído no momento de inquirição, que compensa, para diversos imigrantes, o processo de desqualificação ligado ao início da imigração. A mesma lógica verifica-se no grupo dos trabalhadores não qualificados, categoria profissional em que os imigrantes conseguem o primeiro emprego, mas de onde alguns saem ao longo do projeto migratório.

63

A idade média dos respondentes e seus familiares co-residentes situa-se em torno dos 35 anos.

**Tabela 5.17 – Distribuição dos respondentes por Grupos de Profissões antes do projeto migratório, à chegada a Portugal e no momento da inquirição (Nº e %)**

Grupos de profissões	Empregos					
	Último emprego no país de origem		Primeiro emprego em Portugal		Emprego no momento da inquirição	
	N	%	N	%	N	%
Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas	135	3,7	46	1,0	154	3,4
Especialistas das profissões intelectuais e científicas	421	11,6	150	3,2	292	6,5
Técnicos e profissionais de nível intermédio	349	9,6	197	4,2	238	5,3
Pessoal administrativo e similares	299	8,3	146	3,1	169	3,7
Pessoal dos serviços e vendedores	897	24,8	1262	27,0	1.220	27,0
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas	184	5,1	126	2,7	86	1,9
Operários, artífices e trabalhadores similares	618	17,1	1.133	24,3	1.094	24,2
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	260	7,2	116	2,5	174	3,9
Trabalhadores não qualificados	454	12,6	1.493	32,0	1.091	24,1
Total	3.617	100,0	4.669	100,0	4.518	100,0

Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) – *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.  
Nota: No caso dos desempregados ou reformados foi-lhes pedido para indicarem a última profissão.

Possivelmente relacionado com a mobilidade profissional ascendente (mesmo que incipiente), verifica-se uma evolução nas formas/meios como os imigrantes conseguem obter os empregos à chegada a Portugal e no momento da aplicação do questionário. A primeira nota a reter, é que quase metade dos imigrantes (47,8%) consegue o primeiro emprego através de familiares ou amigos do mesmo grupo étnico, ou seja, numa rede social próxima e baseada na co-etnicidade ou, por palavras de Granovetter (1995), baseando-se nos laços fracos (Tabela 5.18). Ainda que com bastante relevo na obtenção do emprego aquando da realização do inquérito, esta rede social confinada aos amigos da mesma etnia e familiares perde importância relativamente a outras formas de busca por trabalho, nomeadamente através de um patrão português e de uma resposta a anúncio. Granovetter (1995) advoga que é a relativa ausência de laços a facilitar a mobilidade individual, visto que redes densas tendem a transmitir informação redundante, enquanto laços mais fracos se podem revelar uma fonte de novos conhecimentos e recursos (nas palavras do autor – a “força dos laços fracos” decorrente dos “buracos estruturais”).

**Tabela 5.18 – Meio de obtenção do emprego dos respondentes, à chegada a Portugal e no momento da inquirição (%)**

Meio de obtenção do emprego	Primeiro emprego em Portugal	Emprego no momento da inquirição
Familiares/amigos do mesmo grupo étnico	47,8	33,0
“Recrutador / Angariador” no país de origem	3,2	1,9
Patrão português	11,1	16,9
Patrão imigrante da mesma origem étnica	2,3	2,3
Patrão imigrante de outra origem étnica	0,6	0,9
Amigos/conhecidos portugueses	8,6	10,7
Resposta a anúncio	10,0	12,9
Serviços de emprego	2,2	5,9
Criação do próprio emprego	2,9	8,7
Outras formas	11,2	6,8
Total	100,0	100,0

Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) – *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.  
N= Coluna do primeiro emprego em Portugal = 5.396 e coluna do emprego no momento da inquirição = 3.971

De notar que, não obstante a sua expressão ser reduzida, os serviços de apoio à procura de emprego (públicos e por via de empresas de trabalho temporário), ganham importância ao longo do projeto migratório, sendo que apenas 2,2% dos imigrantes conseguiu o seu primeiro emprego em Portugal através deste meio, valor que cresce para os 5,9% quando nos referimos ao emprego no momento em que responderam ao questionário. O crescente grau de interação com a sociedade portuguesa também se reflete na maior proporção de imigrantes que obteve o emprego através de amigos e/ou conhecidos autóctones. Importa assinalar que a criação do próprio emprego, embora residual, não ocorre à chegada a território nacional, mas sim passado algum tempo, como havia já sido constatado em estudos anteriores (Oliveira, 2008; Malheiros, Padilla e Rodrigues, 2010). Por último, note-se que os padrões imigrantes da mesma ou outra origem étnica têm pouca importância como veículo de obtenção de emprego, o que se encontra em consonância com a baixa proporção de imigrantes que trabalham por conta própria com empregados, como verificado anteriormente.

## 6. HABITAÇÃO E CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE

### 6.1 INTRODUÇÃO

### 6.1 INTRODUÇÃO

O presente ponto procura discutir a questão da habitação e das condições de habitabilidade a partir da ótica e da situação concreta dos diversos grupos de imigrantes presentes em Portugal.

Como nota introdutória, afirme-se que é comumente aceite que “o acesso a uma habitação condigna é um direito fundamental de todos os seres humanos e constitui o primeiro passo para a inclusão social dos imigrantes no país de acolhimento” (Fonseca, *in* Vitorino, 2009: 23). Esta ideia é desenvolvida por Fátima Velez de Castro, quando afirma que a entrada num país estrangeiro acarreta a procura de habitação, sendo que essa nova residência é reveladora “das características inerentes à migração (motivações, expectativas, quotidiano do indivíduo ao nível do trabalho, integração...)” (Castro, 2008: 108).

Paralelamente, as desvantagens económicas sentidas por uma parte substancial dos imigrantes laborais, materializadas, por exemplo, nos baixos rendimentos de que dispõem, são conducentes a níveis acrescidos de dificuldade no acesso à habitação (numa relação custo-benefício equilibrada). No entanto, a sua concretização, independentemente da forma que assuma, tem o mérito de funcionar como indicador da abertura da sociedade, assim como mostra capacidades para transmitir a ideia da prevalência de estruturas e práticas institucionais inclusivas ou exclusivas (Murdie *cit* Fonseca, *in* Vitorino, 2009: 23).

É a partir das conceções teóricas referidas supra, que o atual capítulo se desenvolve, funcionando aquelas como ideias-força que conduzem à sua estruturação.

Refira-se, ainda, do ponto de vista de documentos de referência que abordam a população imigrante e a habitação, de forma conjunta e imbricada, os exemplos do *Plano Nacional para a Integração de Imigrantes 2010-2013* e do *Plano Estratégico para a Habitação 2008-2013*.

O *Plano Nacional para a Integração de Imigrantes*<sup>64</sup> desenvolvia-se a partir de 90 medidas, enquadradas em 17 áreas de intervenção, que, globalmente, pretendem alcançar a “plena integração dos imigrantes, nomeadamente nas áreas da cultura e da língua, do emprego e da formação profissional e da habitação” (ACIDI, 2010: 3).

Segundo Lucinda Fonseca, a “relevância das condições de habitação no processo de inserção dos imigrantes em Portugal, é reconhecida no Plano Nacional para a Integração dos Imigrantes” (Fonseca, *in* Vitorino, 2009: 43), o que permite concluir que se tratam de objetivos reconhecidos externamente, isto é, fora do grupo de atores mais diretamente envolvidos na elaboração do documento.

Concretizando, e de acordo com compromissos setoriais do Estado, refira-se o seguinte conjunto de medidas respeitantes ao domínio da habitação que contemplavam diretamente as populações imigrantes:

- *Medida 41:* Desenvolvimento e abertura do mercado de habitação social em articulação com as autarquias;
- *Medida 42:* Criação de novas soluções de habitação social, em parceria com associações de imigrantes, Instituições Privadas de Solidariedade Social (IPSS), Organizações Não Governamentais (ONG) e Cooperativas;
- *Medida 43:* Aperfeiçoamento do acesso aos mecanismos de apoio ao arrendamento;
- *Medida 44:* Sensibilização para o efetivo cumprimento dos deveres contratualizados com os arrendatários do parque habitacional do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P.;
- *Medida 45:* Projetos integrados de intervenção social.

Passando agora para o *Plano Estratégico para a Habitação 2008-2013*, refira-se que a informação a seguir exposta se centra nas medidas genéricas que recaem sobre os imigrantes, afirmando-se estes, em matéria de alojamento, como um dos grupos beneficiários de apoio social.

Ora, o terceiro relatório do *Plano Estratégico da Habitação (Estratégia e Modelo de Intervenção)*<sup>65</sup> detalha por “programas as prioridades e orientações políticas mais específicas ao nível: da intervenção direta pública (habitação social, cooperativas e CDH), do

64

Trata-se do primeiro documento deste tipo, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 63A/2007 de 3 de Maio. Em 2010 entrou em vigor o 2º Plano. Disponível em: [http://acidi.gov.pt/\\_cfn/4d346c9b80687/live/Consulte+a+vers%C3%A3o+do+Plano+2010-2013+em+portugu%C3%Aas](http://acidi.gov.pt/_cfn/4d346c9b80687/live/Consulte+a+vers%C3%A3o+do+Plano+2010-2013+em+portugu%C3%Aas)

65

Disponível em <<http://habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/1234211200Q4sTG0sq1Kb68JW7.pdf>>

## 6.2. CARATERIZAÇÃO DOS ALOJAMENTOS E CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE

arrendamento e da reabilitação urbana”, identificando como relevantes para o ponto agora em discussão:

- *Eixo 1* (Dinamização do mercado de arrendamento): *Medida de Ação 1.2.* Desenvolvimento de modalidades de apoio ao arrendamento privado;
- *Eixo 2* (Dinamização da habitação a custos limitados): *Medida de Ação 2.2.* Desenvolvimento de modalidades de apoio à aquisição e auto-construção;
- *Eixo 3* (Reabilitação do parque habitacional privado e público): *Medida 3.1.* Intervenção habitacional em áreas críticas no âmbito da Política de Cidades e *Medida 3.2.* Intervenção habitacional em imóveis degradados.

A partir do questionário desenvolvido e aplicado no presente estudo, foi selecionado um conjunto de questões, maioritariamente de cariz factual, centradas na caracterização do alojamento e nas respetivas condições de habitabilidade que, analisadas de modo conjunto, permitem conduzir à formulação de algumas ideias-chave que poderão servir de base ao aprofundamento de um debate técnico e académico sobre esta temática.

Desta forma, procurou-se, a partir da informação disponibilizada pelos respondentes, discutir: i) a tipologia dos alojamentos; ii) o regime de ocupação dos alojamentos; iii) os planos futuros de aquisição de habitação própria; iv) o número de divisões dos alojamentos; v) as instalações existentes nos alojamentos; e vi) os equipamentos domésticos e familiares possuídos.

### 6.2. CARATERIZAÇÃO DOS ALOJAMENTOS E CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE

As condições de habitabilidade são passíveis de uma representação abrangente que vai além da própria residência, e que envolve um conjunto variado de *stakeholders*.

No primeiro caso, consideram-se, por exemplo, quer variáveis mais comuns como os materiais de construção ou as divisões,

instalações e infra-estruturas existentes nos alojamentos, quer elementos menos “imediatos”, como o desenho urbano ou a disponibilidade de equipamentos coletivos ou serviços públicos e áreas de lazer que servem os alojamentos.

Na segunda situação, podem identificar-se, por exemplo, os indivíduos, as famílias, a sociedade civil ou os governos. Nesta sequência, Lucinda Fonseca defende que as características do alojamento concorrem para a formação de um quadro de qualidade de vida diferenciado, onde indicadores como a saúde, a atividade económica, o acesso a diferentes tipos de bens e serviços e a participação cívica na vida social estão, em certa medida, dependentes das características do mercado de habitação (Fonseca, *in* Vitorino, 2009).

Neste âmbito, e relativamente ao tipo de alojamento em que residem os imigrantes, conclui-se acerca de uma distribuição assimétrica, essencialmente entre duas categorias: i) os alojamentos clássicos, a componente absolutamente dominante, contabilizando quase 83% do total, e ii) as partes de casa (quase 14%). No seu conjunto totalizam uma cifra de cerca de 96% o que determina valores percentuais remanescentes para as restantes categorias (Tabela 6.1).

Uma maioria expressiva, de cerca de 83% dos respondentes, reside em alojamentos clássicos, isto é, alojamentos “constituídos por uma divisão ou conjunto de divisões e seus anexos num edifício de carácter permanente ou numa parte estruturalmente distinta do edifício, devendo ter uma entrada independente que dê acesso direto ou através de um jardim ou terreno a uma via ou a uma passagem comum no interior do edifício (escada, corredor ou galeria, entre outros)” (Instituto Nacional de Estatística - INE. Conceitos Estatísticos).

De entre o conjunto de tipologias acima designadas como remanescentes, assinala-se a que se refere à “barraca, casa rudimentar ou de madeira” (com um total de 1,2%), enquadrável no conceito de alojamento familiar não clássico, que pode ser definido como aquele “que não satisfaz inteiramente as condições do alojamento familiar clássico pelo tipo e precariedade da construção, porque é móvel, improvisado e não foi construído para habitação, mas funciona como residência habitual de pelo menos uma família (...)” (INE. Conceitos Estatísticos).

**Tabela 6.1 – Tipo de alojamento onde residem os respondentes e os seus familiares (Nº e %)**

Tipo de alojamento	Nº	%
Clássico	4.681	82,6
Parte de casa	770	13,6
Barraca, casa rudimentar ou de madeira	66	1,2
Pensão ou residencial	53	0,9
Centro de acolhimento	9	0,2
Móvel	8	0,1
Outro tipo	67	1,2
Não responde	15	0,3
TOTAL	5.669	100,0

Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) – *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

Considerando, pois, o conjunto de alojamentos supra referidos, será interessante, numa ótica estrutural, observar qual a distribuição dos imigrantes, segundo as respetivas nacionalidades, pelas diferentes tipologias existentes.

Ora, partindo da realidade atrás apresentada, que mostrou serem os alojamentos clássicos os dominantes, veja-se que, no conjunto dos diferentes países de origem considerados, e embora o valor seja elevado, são os imigrantes dos vários PALOP, com exceção dos angolanos, e, em menor grau, os indianos, quem menos ocupa alojamentos clássicos (sempre abaixo dos 80%). Como se trata de grupos de imigrantes cuja instalação é antiga em Portugal, parece verificar-se, não só uma manutenção de situações de vulnerabilidade residencial ao longo do tempo – mesmo que o PER tenha permitido o realojamento, durante os anos 90 e início de 2000, de muitos cidadãos dos PALOP que viviam em barracas –, mas também uma inserção residencial marcada por alguma precariedade daqueles que vão, sucessivamente, chegando. Numa situação contrária, isto é, num contexto em que os alojamentos clássicos são esmagadoramente predominantes, encontram-se os venezuelanos e os paquistaneses (95% e 96%, respetivamente), grupos com níveis médios de rendimento mais elevados, maior percentagem de empreendedores<sup>66</sup> e, no primeiro caso, um contexto de inserção que remete para ligações ancestrais à propriedade em Portugal (por via de ligações familiares, heranças, etc.), uma vez que se trata de um grupo associado à anterior corrente emigratória para a Venezuela.

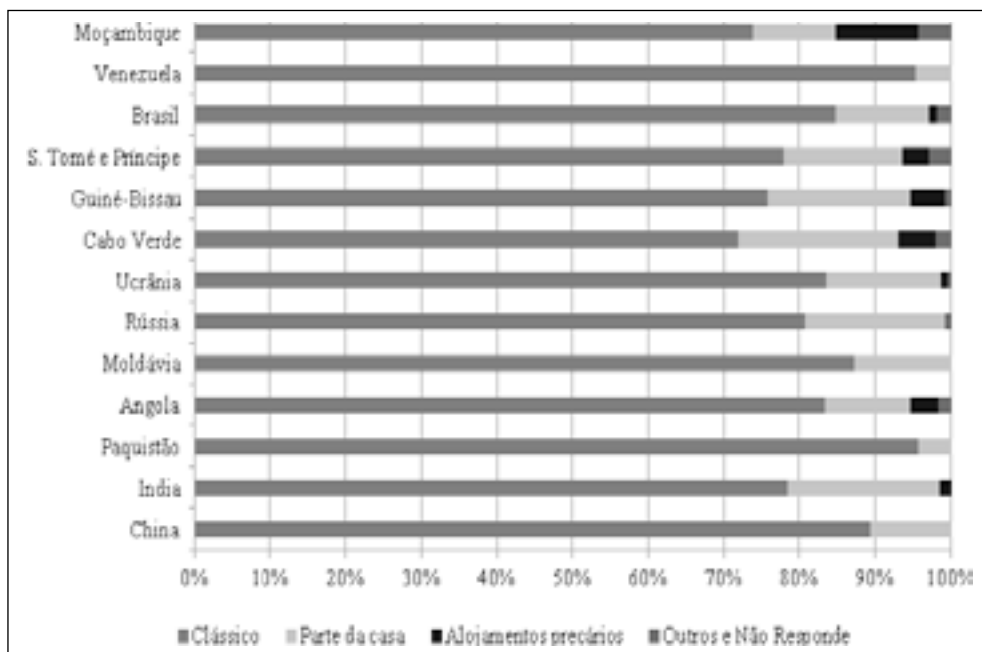
Relativamente à ocupação de partes da casa, os imigrantes cabo-verdianos, indianos e guineenses são os mais representados nesta tipologia, baseada num regime de partilha de

66  
A este propósito, ver Capítulo 5.



habitação (21%, 20% e 19%, respetivamente), confirmando-se alguns défices na qualidade residencial destes grupos, como foi mencionado atrás. De resto, se considerarmos os alojamentos precários<sup>67</sup>, felizmente com um peso global bastante reduzido (cerca de 4%), os moçambicanos são o grupo que encontra maior representatividade (11%), seguido dos restantes coletivos dos PALOP o que evidencia, uma vez mais, e apesar dos progressos verificados nos últimos 15 anos, a existência de défices na qualidade residencial destas populações que são superiores às registadas pelos nacionais e por outros grupos de imigrantes, como evidenciaram estudos anteriores (Malheiros e Fonseca, 2011). Note-se que entre os venezuelanos e vários coletivos associados à vaga migratória mais recente – chineses, paquistaneses, moldavos, russos, etc. – não se identificam presenças nesta última tipologia, podendo afirmar-se que, nestes casos, as problemáticas associadas à questão residencial se centram menos na questão intrínseca da qualidade, e mais noutros fatores, como o custo e o acesso.

**Figura 6.1 – Tipo de alojamento onde residem os respondentes segundo a nacionalidade (%)**



Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) – *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

67

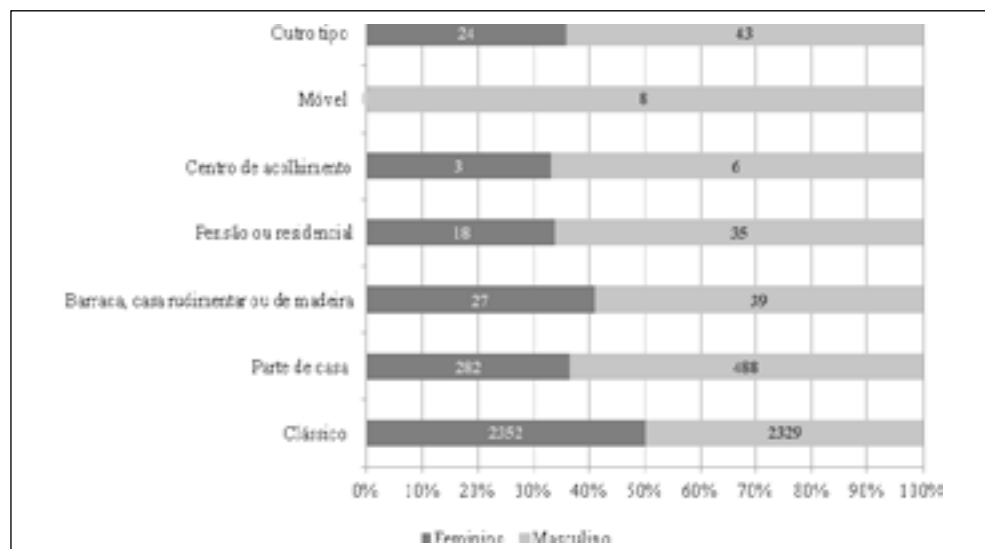
Alojamentos precários: barraca, casa rudimentar ou de madeira; pensão ou residencial; centro de acolhimento; e, móvel.

Quando se cruza o tipo de alojamento com a variável género, verifica-se que os alojamentos clássicos são a tipologia mais equilibrada no que à distribuição por sexo diz respeito, ou seja, é neste caso que a proximidade entre o número de indivíduos do sexo feminino e do sexo masculino é mais evidente (2.352 e 2.329, respetivamente) (Figura 6.2).

De forma inversa, o distanciamento quantitativo é notório para os alojamentos tipificados em pensão/residencial (18 mulheres e 35 homens), centro de acolhimento (três mulheres e seis homens), parte da casa (282 mulheres e 488 homens) e outro tipo (24 mulheres e 43 homens).

A predominância de imigrantes do sexo masculino faz-se igualmente notar, embora de forma menos expressiva, nos alojamentos classificados como barraca, casa rudimentar ou de madeira com 27 dos respondentes a pertencerem ao sexo feminino e 39 ao sexo masculino.

**Figura 6.2 – Respondentes segundo o tipo de alojamento em que residem por sexo (Nº e %)**



Fonte: CLAIH/ACIDI (2009/2010) – *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

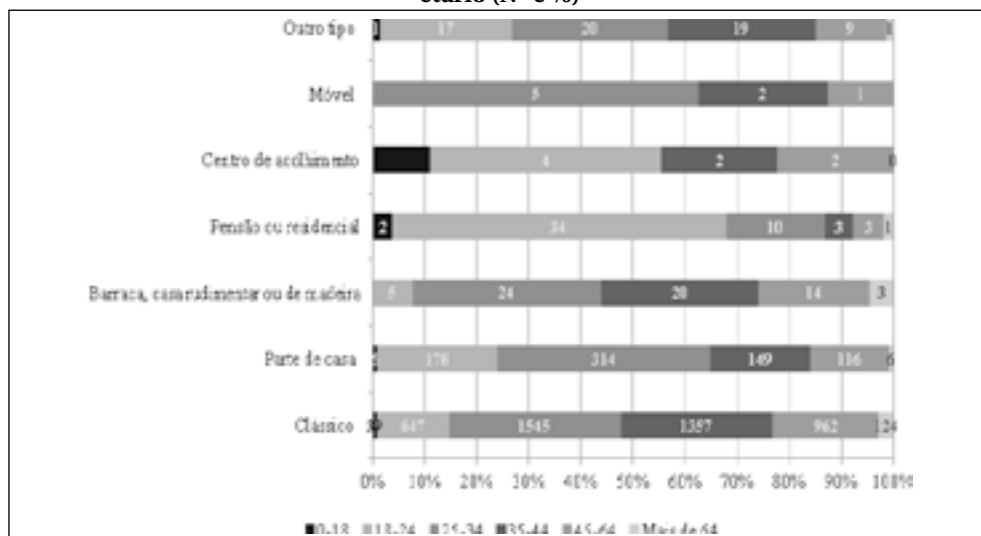
Assinale-se, ainda, que no caso dos alojamentos móveis, concetualmente definidos como “alojamento familiar não clássico em instalação construída para ser transportada ou que seja uma unidade móvel (barco, caravana, entre outros)” (INE. Conceitos Estatísticos), apenas o sexo masculino é identificado com oito respostas registadas.

Este quadro aponta para o facto de uma parte da imigração, sobretudo de carácter laboral,

ainda seguir o modelo tradicional, surgindo o homem como primo-imigrante isolado no contexto familiar, apenas ocorrendo a constituição de família ou o reagrupamento familiar quando a situação socioprofissional em Portugal revela maior estabilidade, permitindo, por conseguinte, a instalação num alojamento menos precário. Adicionalmente, a maior presença dos imigrantes do sexo masculino em atividades sujeitas a maior mobilidade geográfica interna e externa (e.g. construção civil ou comércio ambulante), bem como a maior valorização do apoio prestado pelas redes sociais centradas em amigos, face às redes sociais centradas em familiares, por comparação às imigrantes do sexo feminino<sup>68</sup>, parecem contribuir para a maior precariedade residencial detetada.

No que diz respeito à distribuição de imigrantes inquiridos por tipo de alojamento segundo o grupo etário, conclui-se que, quase sem exceção, e independentemente do tipo de alojamentos considerado, o grupo etário dos 25 aos 34 anos é o que predomina (Figura 6.3). Excluem-se desta realidade as *pensões ou residenciais* e os *centros de acolhimento*, onde os indivíduos entre os 18 e os 24 anos marcam presença em maior número (34 e 4 indivíduos, respetivamente).

**Figura 6.3 – Respondentes residentes nos vários tipos de alojamento segundo o grupo etário (Nº e %)**



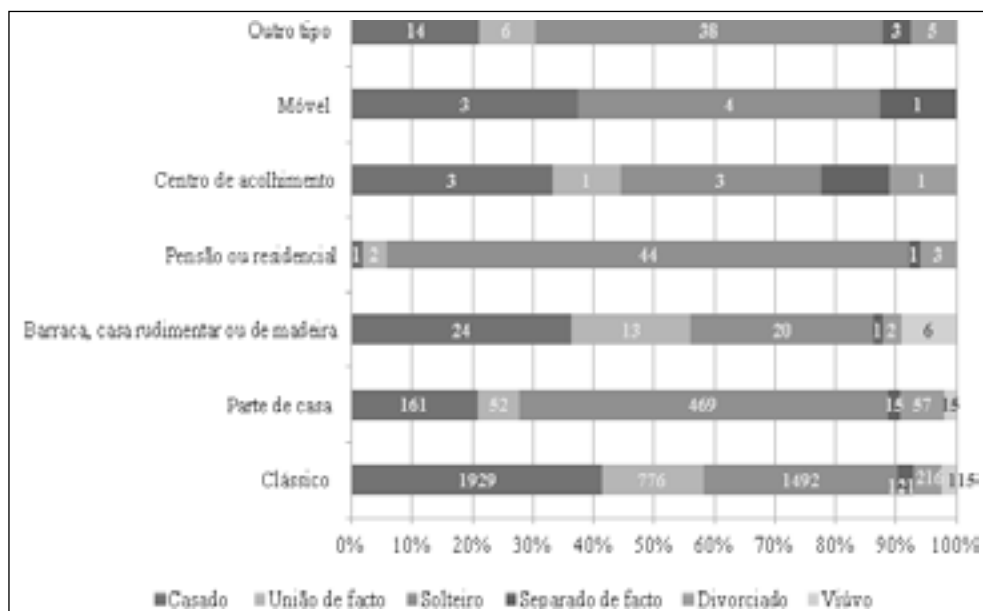
Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) – *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

68

Ver, a este propósito, Capítulo 10 deste estudo.

Para além da questão do género e do grupo etário, é interessante uma leitura que comente a relação entre os tipos de alojamento e o estado civil dos imigrantes inquiridos. Os *alojamentos clássicos* espelham um modelo consistente, ou seja, neles está concentrada a percentagem mais forte de indivíduos casados que ronda cerca de 41% (Figura 6.4). De forma paralela, saliente-se que a tipologia *parte de casa e pensão ou residencial* é aquela que regista uma presença mais forte de imigrantes solteiros: 61% e 83% respetivamente. Estas conclusões confirmam o que foi dito atrás a propósito da relação entre padrões migratórios e modalidades residenciais, em diferentes momentos do ciclo migratório e, também, face ao estabelecimento de objetivos distintos para o movimento.

**Figura 6.4 – Respondentes residentes nos vários tipos de alojamento segundo o estado civil (Nº e %)**



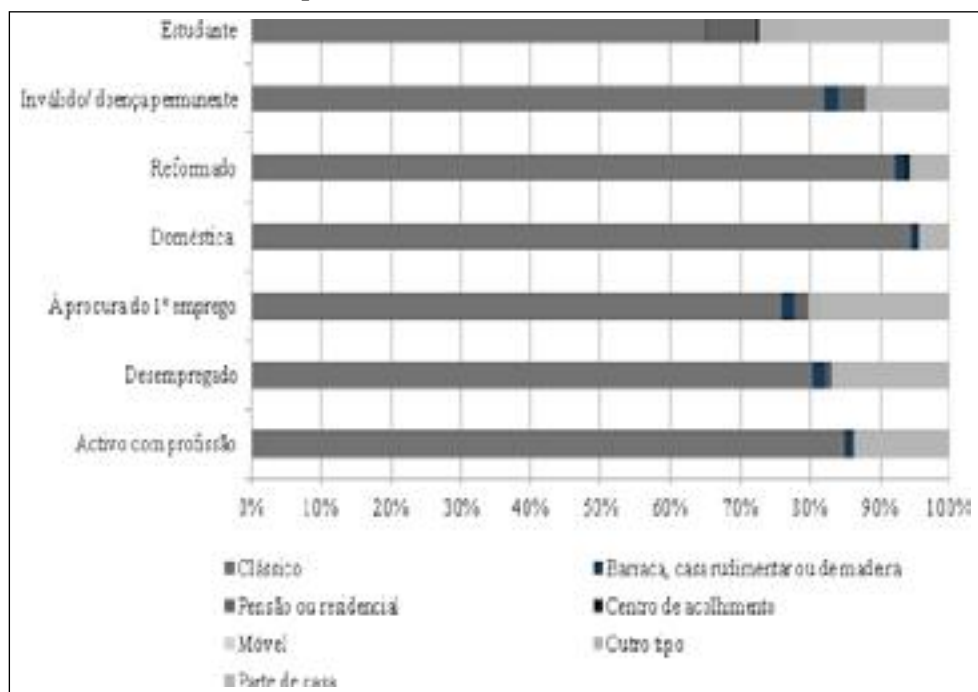
Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) – *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

No fundo, estes imigrantes recorrem a “formas de alojamento menos convencionais e bastante precárias” (Fonseca, *in* Vitorino, 2009: 51) que, segundo Lucinda Fonseca, podem ser melhoradas se a aposta for, por exemplo, no sentido de promover o regime de coabitação apoiada que, para esta autora, seria uma forma de facilitar a integração em território nacional (*op.cit.*, 2009).

Esta ideia (embora reporte, na obra original, de forma direta, a imigrantes brasileiros e a nacionais dos países do Leste Europeu), surge corroborada num outro estudo onde é explicitamente defendido um *modus operandi* que promova a criação de “um leque de oferta mais alargado e acessível dentro do mercado de arrendamento e, eventualmente, uma oferta mais específica no domínio das residências coletivas” (Malheiros e Fonseca, 2011: 55).

A observação da figura relativa ao cruzamento do tipo de alojamento com a condição perante a atividade económica, evidencia (Figura 6.5), sem surpresa, que, com exceção das pessoas com invalidez e com doença permanente, um grupo relativamente pequeno, são as situações associadas às categorias mais vulneráveis e que tendem a incorporar mais jovens (“procura do primeiro emprego”, desempregados e estudantes) que menos ocupam alojamentos clássicos formais.

**Figura 6.5 – Respondentes residentes nos vários tipos de alojamento segundo a condição perante a atividade económica (%)**



Fonte: CLAIH/ACIDI (2009/2010) – *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

Se, por um lado, isto decorre da própria situação específica e transitória de alguns grupos (e.g. estudantes), por outro, justifica alguma reflexão acerca das condições de alojamento de categorias mais vulneráveis, designadamente os desempregados, não apenas imigrantes, mas também nacionais. E, refira-se, isto torna-se ainda mais relevante num contexto de agravamento do desemprego e de redução sistemática de salários com consequências ao nível da diminuição da capacidade para pagamento de rendas e juros de empréstimos bancários para a habitação.

Uma outra vertente de análise interessante de desenvolver, apoia-se numa perspetiva geográfica, aqui repartida por diferentes regiões que compreendem Portugal continental e insular.

Uma primeira ideia que sobressai, é o facto de as comunidades imigrantes estarem concentradas, no momento de chegada a Portugal, sobretudo, em dois principais espaços – Área Metropolitana Lisboa Norte e Área Metropolitana Lisboa Sul, a que se segue a Região Centro.

No caso da Área Metropolitana de Lisboa (AML), refira-se que alguns autores defendem, como é o caso de Jorge Gaspar, que os “imigrantes tendem a vir cada vez mais de áreas urbanas (de países menos desenvolvidos do que o de chegada), para áreas urbanas também, [facto] que irá acelerar o processo de urbanização” (Gaspar, *in* Castro, 2008: 108).

No entanto, sublinhe-se que a distribuição por tipologia do primeiro alojamento em Portugal assume um carácter diferente na AML e no Centro, designadamente no que concerne às formas de alojamento de carácter precário. Assim, se por um lado, no primeiro caso *as partes de casa* e, em menor grau, as *barracas e similares* emergem como soluções precárias relevantes, por outro, na região Centro as opções relativas a este tipo de alojamento recaem mais *em alojamento móvel, pensão ou residencial* ou ainda *centro de acolhimento*. De algum modo, parecem prevalecer, no primeiro caso, formas de alojamento precário de carácter mais “permanente” e que podem comportar uma dimensão familiar ou pré-familiar, enquanto no segundo são os tipos mais transitórios que ganham destaque, o que está em sintonia com motivos de fixação migratória mais recentes e mais explicitamente associados ao emprego.

Note-se que a AML confere correspondência empírica àquilo que Malcolm Harrison refere, a propósito do caso de estudo do Reino Unido, onde afirma ser frequente “os imigrantes recém-chegados [terem por exemplo] de ocupar habitações de baixo custo, vivendo em propriedades privadas alugadas a baixos preços (...)” (Malcolm, *in* Vitorino, 2009: 66), situação que intrinsecamente facilita a geração de um quadro representativo de discriminação. Aliás, é justamente esta segregação socioétnica, que se posiciona muito entre uma “relativa homogeneidade étnica (associada a um determinado grupo de origem migrante

ou, eventualmente, a uma minoria nacional – e.g. – o grupo cigano) e meio físico e social degradado”, que é destacado por Malheiros e Vala (2004: 91).

Por fim, deve ainda mencionar-se que os dados relativos aos anos de chegada a Portugal por parte das comunidades imigrantes, revelam realidades que não surpreendem (Tabela 6.2). Tal significa que as tipologias referentes a *parte de casa, pensão ou residencial*, encontram uma significância relativa tanto maior, quanto mais recente é o momento de instalação dos imigrantes em Portugal<sup>69</sup>. É esta mesma ideia que é defendida por Lucinda Fonseca quando afirma que “os imigrantes (...) começam habitualmente por procurar uma habitação para utilização temporária: pensões, alojamentos pertencentes ao patrão, residências partilhadas com compatriotas, familiares, amigos ou colegas de trabalho” (Fonseca, *in* Vitorino, 2009: 27).

**Tabela 6.2 – Respondentes residentes segundo o tipo de alojamento e o ano de chegada a Portugal (Nº)**

Tipo de alojamento	Ano de chegada a Portugal							
	Antes 1974	1974 - 1979	1980 - 1991	1992 - 1997	1998 - 2003	2004 - 2008	Após 2008	Não responde
Clássico	130	211	422	374	1785	1194	521	44
Parte de casa	3	8	29	19	249	294	166	2
Barraca, casa rudimentar ou de madeira	5	5	9	5	24	12	6	0
Pensão ou residencial	1	1	2	0	8	15	26	0
Centro de acolhimento	0	0	0	0	3	3	3	0
Móvel	0	0	1	1	2	3	1	0
Outro tipo	1	1	1	5	16	21	17	5
Não responde	1	1	1	0	4	3	2	3

Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) – *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

De forma inversa, para os imigrantes que se instalaram no território nacional num período de tempo mais recuado, conclui-se que essa antiguidade os conduziu a uma maior estabilidade, que nalguns casos estará associada a reunificação familiar, materializada no facto de

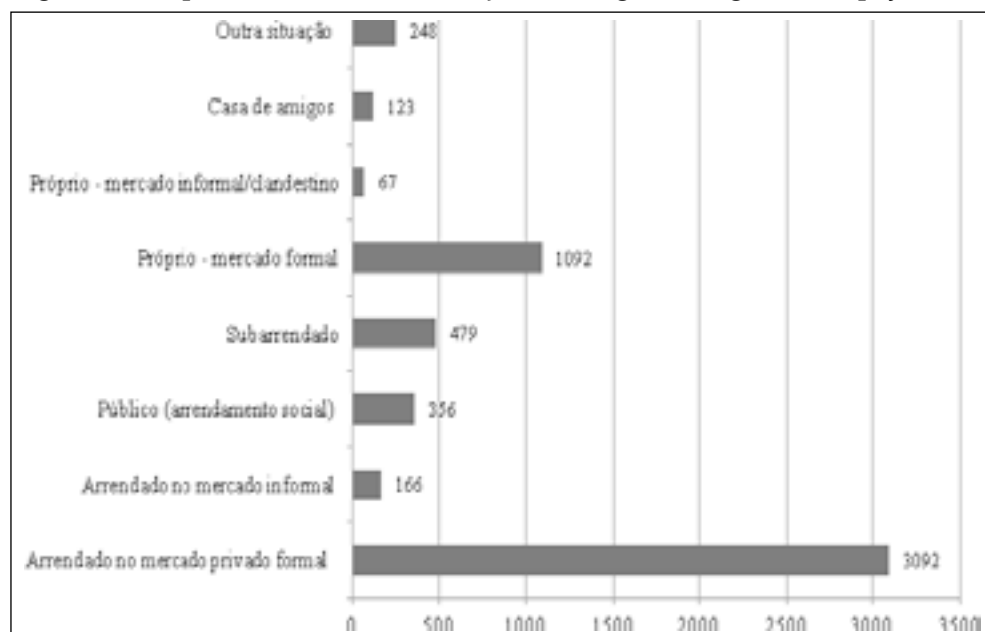
**69**  
Respetivamente, 12%, 19% e 22,4% para a proporção de residentes em “partes de casa” nos períodos correspondentes a 1998-2003, 2004-2008 e pós-2008. No que respeita a “Pensão ou residencial”, os valores para os mesmos períodos são 0,4%, 1% e 3,5%.

ocuparem fundamentalmente *alojamentos clássicos* (valores relativos superiores a 90% para todos os imigrantes chegados antes de 1998).

Uma outra dimensão, prende-se com os diferentes regimes de ocupação dos alojamentos por parte dos vários grupos de imigrantes (Figura 6.6). Os dados dos respondentes são de natureza categórica, com a maioria das respostas a centrarem-se em duas classes de ocupação: *arrendamento no mercado privado formal* (cerca de 55%) e *alojamento próprio do mercado formal* (cerca de 19%).

Paralelamente, e com menor representatividade, surgem os alojamentos cujo regime de ocupação se reporta quer ao *arrendamento no mercado informal*, quer ao *alojamento próprio informal ou clandestino* (expressão percentual de 3% e 1%, respetivamente).

**Figura 6.6 – Respondentes residentes em alojamentos segundo o regime de ocupação<sup>70</sup> (Nº)**



Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) – *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

70

A opção "Não Responde" não foi contemplada no gráfico.



A leitura dos resultados apurados relativa aos diferentes tipos de alojamento, segundo o país de origem, mostra uma distribuição menos repartida no caso das comunidades originárias do Paquistão, China, Ucrânia, Moldávia e Brasil. Os imigrantes originários destes países, tendem a concentrar-se, de forma expressiva, em alojamentos vinculados ao arrendamento no mercado privado formal (Figura 6.7).

Ainda considerando o mercado formal, agora no regime de propriedade, é interessante olhar com pormenor para os valores apurados com maior peso percentual, que denunciam a relevância do fator antiguidade que contribui para a estabilidade social e profissional facilitando o acesso à casa própria, sendo exemplo as comunidades guineense, santomense (19% e 21%) e mesmo angolana (22%). Adicionalmente, este último caso e o da comunidade chinesa (20% declara possuir casa própria adquirida no mercado formal), apontam para outro tipo de fatores, como os níveis de rendimento e prosperidade, que também contribuem para a opção por este tipo de regime de ocupação do alojamento.

Em relação aos alojamentos situados na esfera informal, evidenciam-se dois tipos de realidades: a primeira, relativa ao arrendamento onde a comunidade moldava, ocupa a posição cimeira (cerca de 7%), seguida da brasileira (5%), paquistanesa e ucraniana (ambos com 4%); a segunda, que diz respeito ao alojamento próprio, representada, de modo mais evidente, pela comunidade afeta ao continente africano – São Tomé e Príncipe com 4% e Angola e Guiné-Bissau, ambos com 3%. Esta situação, demonstra bem a vulnerabilidade dos imigrantes associados às vagas mais recentes no acesso a alojamento, reforçando-se as opções de arrendamento sem contrato e, portanto, sem proteção. Já no caso dos imigrantes dos PALOP, as presenças no mercado de compra informal de alojamento remetem para processos de “compra” em bairros precários, ainda não sujeitos a reabilitação ou realojamento (e.g. Vale de Chicharos no Seixal), muitos deles com génese nos anos 70-80 ou mesmo antes, onde a população dos PALOP aparece sobre-representada, o que facilita processos de transação de propriedade habitacional, no quadro das redes sociais de imigrantes da mesma nacionalidade.

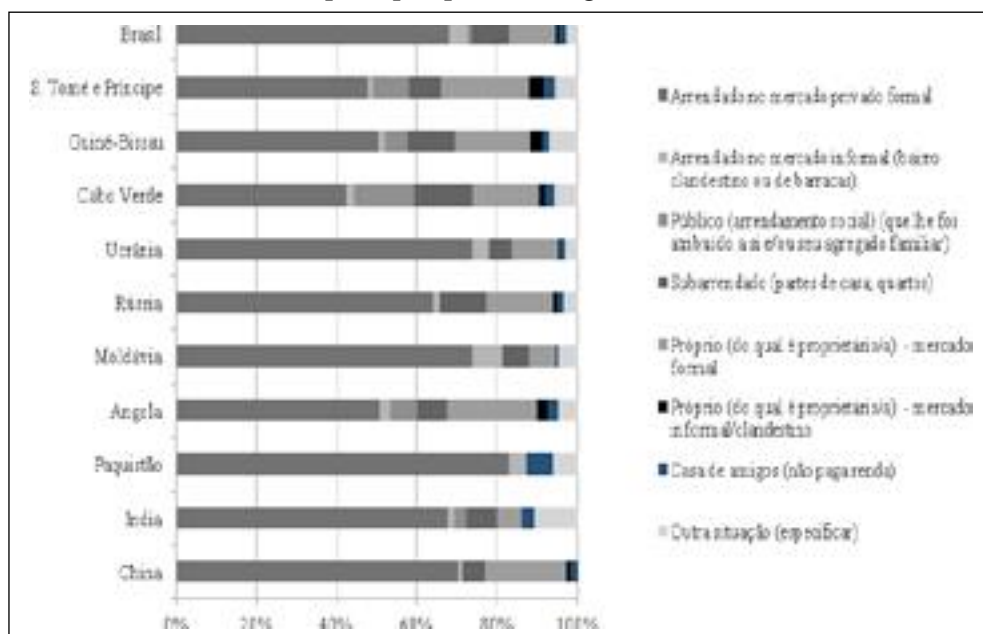
Relativamente ao setor público, na vertente do arrendamento social, este regime privilegia as comunidades chegadas a Portugal há mais anos e que, como acabámos de mencionar, resolveram os seus problemas iniciais de alojamento instalando-se em bairros de barracas, entretanto demolidos e sujeitos a realojamento no âmbito de programas habitacionais públicos, como o PER. São exemplos deste processo muitos membros dos coletivos cabo-verdiano, santomense, angolano e guineense, como atestam as percentagens de inquiridos em alojamento social público arrendado que atingem 15%, 9%, 7% e 6%, respetivamente. De modo inverso, as comunidades representantes do Leste europeu, não usufruem da atribuição de alojamento público em regime de arrendamento, uma vez que entraram no país

em anos mais recentes e não estão presentes nos bairros de barracas sujeitos a opções de realojamento no âmbito, por exemplo, do Programa PER, cuja base de recenseamento tem quase 20 anos, remontando a 1993. Convém lembrar aqui que a oferta pública de habitação, sobretudo no caso das áreas metropolitanas e mesmo das maiores cidades intermédias de Portugal, tem sido, ao longo das últimas duas décadas, quase exclusivamente orientada para realojamento de habitações e bairros degradados.

Relativamente ao regime de alojamento vinculado ao subarrendamento (considerando-se partes de casa e/ou quartos), marcam presença mais forte os imigrantes de Cabo-Verde, Guiné Bissau e Rússia (14%, 12% e 11%).

Por fim, considerando uma última tipologia, mais próxima de lógicas de redes de amizade e solidariedade social, conclui-se que os respondentes paquistaneses são os que mais usufruem da possibilidade de se instalarem em casa de amigos, com 6% a escolherem esta opção.

**Figura 6.7 – Respondentes segundo o regime de ocupação dos alojamentos, por principais países de origem (%)**



Fonte: CLAIH/ACIDI (2009/2010) – *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

O regime de ocupação dos alojamentos, segundo o ano de chegada a Portugal, permite apontar, quer para o modo como a estrutura de oportunidades do mercado residencial tem evoluído, quer para o tipo de trajetória e os estágios de integração dos imigrantes na sociedade nacional (Tabela 6.3).

Relativamente ao *arrendamento social público*, conclui-se este só é significativo para os imigrantes que chegaram a Portugal antes de 1991 (período anterior, por exemplo, ao recenseamento no âmbito do Programa Especial de Realojamento – PER), facto que se torna explicável por uma permanência antiga no país associada a uma maior presença em bairros de barracas sujeitos a realojamento, sobretudo a partir do início da implementação do PER na AML e na AMP, em 1993. Isto atesta, também, o que foi referido antes, a propósito da orientação da oferta residencial pública quase exclusivamente para o realojamento, devendo acrescentar-se que esta também se reduziu bastante ao longo dos últimos 15 anos (Malheiros e Fonseca, 2011: 15).

Quanto aos *regimes de arrendamento no mercado privado* (independentemente de se tratar de mercado formal ou informal) são ocupados, quantitativamente de forma maximizada, pelos respondentes que se instalaram em território nacional após 1998. Efetivamente, as situações de casa própria só se sobrepõem claramente aos casos de arrendamento no mercado privado para os imigrantes chegados antes de 1992, o que aponta, uma vez mais, para um quadro de acesso limitado e difícil à habitação (frequentemente com custos superiores à média do valores praticados no mercado geral de arrendamento das regiões de instalação dos imigrantes em Portugal – Malheiros e Vala, 2004) para os imigrantes incluídos na vaga migratória mais recente.

Outra ideia que resulta da leitura da informação disponibilizada mostra, na base do que seria teoricamente expetável, que quer o *subarrendamento de partes de casa ou quartos*, quer o permanecer em *casa de amigos* sem pagar renda, quer ainda o *arrendamento informal* se enquadram com primazia no caso dos indivíduos imigrantes que chegaram em anos mais recentes confirmando o que foi dito anteriormente a propósito do processo de transição residencial dos imigrantes que se fixam em território nacional.

**Tabela 6.3 – Respondentes segundo o regime de ocupação dos alojamentos e o ano de chegada a Portugal (%)**

Regime de ocupação	Ano de chegada a Portugal							
	Antes 1974	1974 -1979	1980 - 1991	1992 -1997	1998 - 2003	2004 - 2008	Após 2008	Não responde
Arrendado no mercado privado formal	19,1	21,6	27,3	40,8	61,5	62,1	61,6	40,7
Arrendado no mercado informal (bairro clandestino ou de barracas)	1,4	2,6	1,3	0,5	3,5	3,3	3,2	3,7
Público (arrendamento social) (que lhe foi atribuído a si e/ou seu agregado familiar)	38,3	29,1	20,9	6,4	2,2	2,9	2,0	14,8
Subarrendado (partes de casa; quartos)	0,7	2,6	3,2	2,0	6,1	13,3	15,6	0,0
Próprio (do qual é proprietário/a) - mercado formal	32,6	35,7	37,6	41,8	19,8	9,8	6,1	16,7
Próprio (do qual é proprietário/a) - mercado informal/clandestino	2,8	1,3	1,9	1,5	1,3	0,8	0,5	1,9
Casa de amigos (não paga renda)	0,7	1,8	1,5	1,5	1,5	2,8	3,9	0,0
Outra situação (especificar)	2,1	4,4	5,4	4,5	3,8	4,3	4,9	18,5
Não responde	2,1	0,9	0,9	1,0	0,4	0,5	2,2	3,7

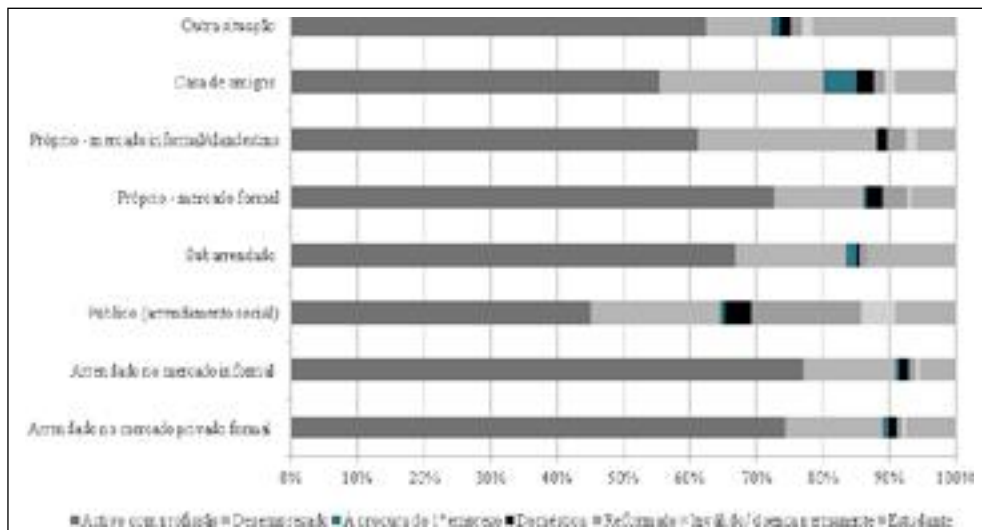
Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) – *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

Avaliando, agora, o regime de ocupação segundo a condição perante a atividade económica dos imigrantes, há uma conclusão maior a referir e que aponta para que percentualmente os *ativos com profissão* sejam o grupo dominante e hegemónico, nomeadamente, no caso dos arrendamentos (mercado formal – cerca de 74% e informal – cerca de 77%) e na propriedade do mercado formal (cerca de 72%) (Figura 6.8).

Já no que diz respeito aos *imigrantes desempregados*, observa-se que estes marcam uma presença mais forte quer no *mercado informal sob a forma de propriedade própria* (26,9%), quer em *casa de amigos* (24,4%) o que acaba por traduzir a adoção de estratégias alternativas (e, também, temporárias) no mercado de alojamento.

Estas situações de carácter temporário, onde se podem igualmente incluir os imigrantes que procuram um *primeiro emprego*, encontram correspondência natural mais vincada no regime que corresponde à oferta de alojamento disponibilizada em *casa de amigos* (4,9%).

**Figura 6.8 – Regime de ocupação dos alojamentos segundo a condição perante a atividade económica (%)**



Fonte: CLAIH/ACIDI (2009/2010) – *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

Quanto aos *estudantes* a preferência recai no regime de *subarrendamento* tanto em *quartos*, como em *partes de casa* (13,4%).

Por fim, o conjunto de respondentes que compreende as *domésticas*, os *reformados* e os *inválidos*, aparecem sobre-representados nos alojamentos de *arrendamento social público* assumindo uma maior expressão no caso dos *reformados* (16,3% face aos 5,1% dos inválidos e aos 3,9% das domésticas).

O questionário lançado procurou igualmente, numa perspetiva construtiva, auscultar os imigrantes acerca do quadro de vida de futuro que ambicionam.

Os resultados apurados apontam para um cenário de equilíbrio predominantemente dual, com cerca de 29% dos imigrantes a assumirem afirmativamente a intenção de adquirirem casa em Portugal (embora de um total de 1.671 respostas positivas, 1.102 se reportem a simples projeto desprovido de qualquer ação objetiva, nomeadamente, de prospeção de mercado), valores que se contrapõem com 28% de respostas negativas (baseadas em 1.601 ocorrências).

Esta recusa de planos, quanto à aquisição de propriedade imobiliária, tem subjacente um

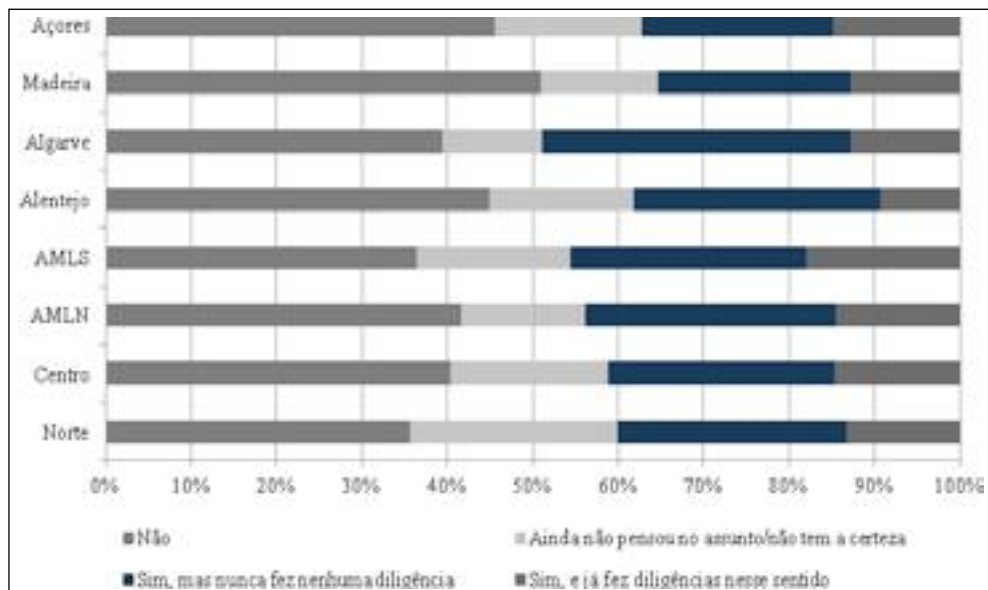
conjunto de fatores nada desprezáveis e que Fonseca (*in* Vitorino, 2009) identifica, entre outros possíveis, como baixos níveis de rendimentos, obstáculos no acesso ao crédito bancário, precariedade dos empregos e instabilidade quanto à permanência no país.

Merecedor, igualmente, de referência, por apresentar valores com expressão, na ordem dos 11% (com 645 respostas), ressalta um conjunto significativo de respondentes indecisos.

Importa, também, perceber se a localização geográfica tem algum impacto na decisão dos imigrantes se instalarem ou não em Portugal. Os dados apurados apontam para que a AML (sobretudo, a Margem Norte) se destaque como o território onde um maior número de imigrantes deseja adquirir propriedade (508 indivíduos), facto a que não deve ser alheia a realidade de nela estarem concentradas estruturas económicas e laborais mais favoráveis à condição de ativos perante a atividade económica típica dos imigrantes. Neste caso, a opção levantada por Malcolm Harrison, que defende “uma tendência para a segregação territorial através do mecanismo de fixação de preços” (Malcolm, *in* Vitorino, 2009: 65), é um pouco questionável uma vez que os respondentes afirmaram intenção preferencial de adquirir residência justamente naqueles territórios que registam valores imobiliários mais elevados (AML). Todavia, nesta leitura não se deve desconsiderar a diferenciação interna que caracteriza a AML e que poderá ser a chave explicativa para as opções referidas, até porque, por exemplo, as referências a uma eventual aquisição de habitação na Península de Setúbal (AML Sul), onde os preços médios são mais reduzidos, emergem como mais significativas, em termos relativos (Figura 6.9).

Paralelamente, refira-se que o Algarve é a região com a maior proporção de intenções de aquisição de residência, emergindo o Alentejo como a região que, tendo acolhido os imigrantes num primeiro momento, menor interesse desperta na fixação destes por via da compra de habitação própria (Figura 6.9). O peso relativo daqueles que declararam ter intenção de adquirir alojamento, também se reduz no caso das duas regiões autónomas e, ainda que em menor grau, no Norte. Seguindo o habitual padrão de mobilidade interna, os imigrantes também revelam menores tendências de fixação nas regiões periféricas.

**Figura 6.9 – Tencionar comprar casa em Portugal segundo as regiões de acolhimento (%)**



Fonte: CLAIH/ACIDI (2009/2010) – *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

À caracterização dos alojamentos dos imigrantes que tem vindo a ser traçada, pode somar-se outra informação, como por exemplo, a que se refere ao número de divisões dos alojamentos dos principais grupos nacionais que participaram nos inquéritos.

Deste modo, os imigrantes distribuem-se, de forma relativamente concentrada, por alojamentos de tipologia T2, T3 e T4 que no seu conjunto totalizam cerca de 81% do total das respostas registadas (Tabela 6.4).

**Tabela 6.4 – Alojamentos segundo o número de divisões (Nº e %)**

Nº divisões	Nº	%
1	348	6,1
2	1.090	19,2
3	2.190	38,6
4	1.336	23,6
5	293	5,2
6	114	2,0
7	54	1,0
8	21	0,4
9	13	0,2
10 ou mais	21	0,4
Não responde	188	3,3
Total	5.668	100

Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) – *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

Relativamente aos equipamentos e infra-estruturas domésticas, conclui-se que os imigrantes usufruem, na maioria dos casos, de habitações condignas com a oferta de três instalações domésticas acima dos 96% (casa de banho completa – 98,7%; abastecimento de água pela rede pública – 97,2%; e água quente – 96,4%), realidade que é condizente com o predomínio dos alojamentos de tipologia clássica. Quanto à existência de aquecimento central ou aquecedores móveis esse valor baixa, cifrando-se na ordem dos 55% (Tabela 6.5).

Por fim, atente-se aos equipamentos que cada família afirma dispor quer nos respetivos alojamentos, quer enquanto agregado familiar. No caso das *motorizadas* ou *motociclos*, *máquina de lavar loiça*, *telefone* e *automóvel* as respostas negativas sobrepõem-se às positivas, sendo que o intervalo mais extremado se refere aos veículos de duas rodas (diferença de 4.804 respostas) e o menos extremado ao automóvel particular (333 respostas) (Figura 6.10).

**Tabela 6.5 – Instalações existentes nos alojamentos (Nº)**

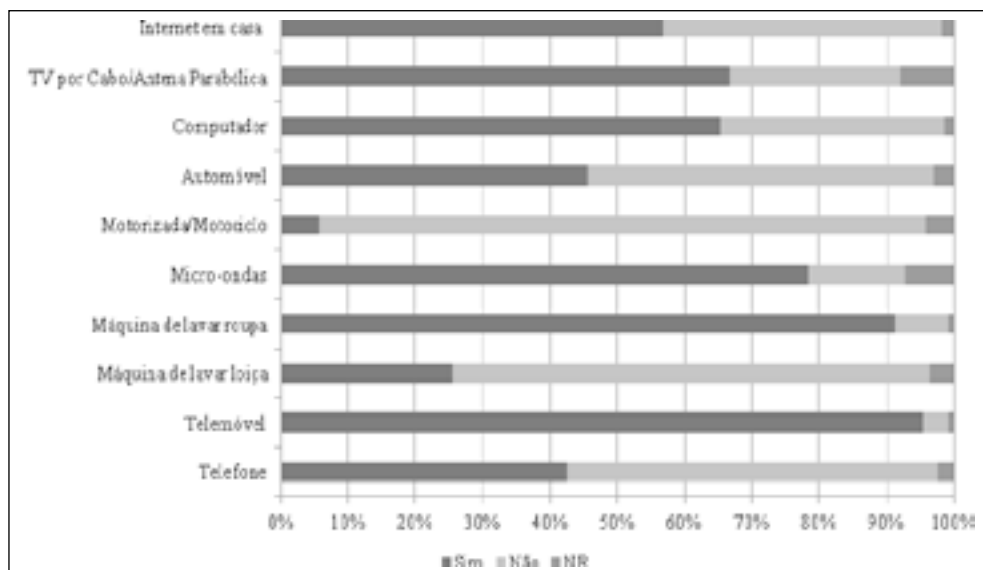
Instalações	Sim	Não	Não responde
Casa de banho completa no interior da habitação (instalações sanitárias e banho)	5.596	61	12
Abastecimento de água pela rede pública	5.513	133	23
Água quente	5.467	183	19
Aquecimento central ou proveniente de aquecedores móveis	3.142	2.449	78

Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) – *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.



Nos restantes casos, a situação inverte-se contemplando quer uma gama de eletrodomésticos comum (e.g. *telemóvel* ou *máquina de lavar roupa*), quer serviços de carácter tecnológico (como a *internet* ou *televisão por cabo*). Refira-se que, sem surpresa, o telemóvel, um equipamento individual, aparece como o mais generalizado de todos os que foram mencionados pelos inquiridos no âmbito do questionário.

**Figura 6.10 – Indicadores de equipamentos disponíveis pela família coabitante (Nº)**



Fonte: CLAIH/ACIDI (2009/2010) – *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

## 7. UMA INTRODUÇÃO ÀS PRÁTICAS CULTURAIS

A imigração representa sempre um processo de diversificação cultural que, em muitos casos, se constitui como um desafio em termos de adaptação, quer por parte da sociedade de acolhimento, quer por parte dos imigrantes. Efetivamente, se os imigrantes representam uma diversificação, que frequentemente se traduz também num dinamismo, das práticas culturais dos locais em que se instalam (Cabral, 2000; Esteves e Caldeira, 2001; Malheiros, 2010), o processo de contacto entre estes e as populações autóctones nem sempre se processa num quadro de empatias que gera imediata interação positiva. Efetivamente, lidar com a alteridade pressupõe, de parte a parte, uma atitude de compreensão face a valores e práticas culturais diferentes, que pode ser incorporada no quadro de políticas interculturais destinadas a fomentar o encontro e a proporcionar os contactos entre os vários grupos que compõem a sociedade (Rocha-Trindade, 1991; Perotti, 1994).

Note-se, contudo, que as relações entre autóctones e imigrantes se efetuam, quase sempre, num quadro assimétrico de poder, possuindo os primeiros uma capacidade acrescida para criar condições formais e substantivas para “integrar o outro”, atribuindo-lhe direitos e desenvolvendo mecanismos de combate à xenofobia e aos estereótipos. Se isto não se verificar, tendem a aprofundar-se os processos de desvalorização dos imigrantes, que passam a ser encarados explicitamente como minorias culturais (Cabral, 2000), o que conduzirá, inevitavelmente, a perdas de coesão social. Contudo, os processos de aceitação recíproca de valores e práticas culturais têm implícitos limites, que passam pela não admissão de violações aos princípios situados no âmbito dos direitos humanos, assim como pelo respeito das obrigações consideradas justas e fundamentais para o bom funcionamento das sociedades. Isto significa que atitudes que atentam contra a integridade física das pessoas, como a mutilação genital feminina, significam discriminação (e.g. impedir os ciganos de utilizar determinados espaços) ou traduzem violação de direitos básicos (forçar as crianças, sobretudo do sexo feminino, a abandonar a escola antes do final do período de escolaridade obrigatória), não podem ser aceites, mesmo que justificadas por uma qualquer tradição cultural arreigada.

Face a isto, há que lembrar que as culturas são dinâmicas e que as sociedades se transformam, com ou sem migrações, pelo que muitas “tradições” são temporalmente delimitadas, sendo de evitar todos os processos de essencialização cultural, que atribuem à cultura um suposto carácter de suporte-base de uma coesão quase monolítica dos denominados grupos étnicos (Baumann e Sunier, 1995). Não só a dimensão étnica corresponde apenas a uma das componentes diferenciadoras dos grupos presentes na sociedade, cruzando inevitavelmente com outras dimensões como o género, a idade ou a estrutura de classe, como o próprio incremento dos contactos culturais, sobretudo em meio urbano, associados às migrações e à difusão de produtos e expressões oriundas de espaços muito diversos, dá origem, não apenas ao cosmopolitismo das sociedades contemporâneas, mas também a formas de sincretismo e hibridez. Estas são, por exemplo, claramente sentidas pelos descendentes de imigrantes, que tendem a hifenizar identidades e expressões culturais (e.g. os luso-africanos, os indo-portugueses...), conjugando posicionamentos que cavalam elementos associados a duas ou mais culturas.

## **7.1 DIVERSIDADE RELIGIOSA E LINGUÍSTICA – EXPRESSÕES CULTURAIS ASSOCIADAS À PRESENÇA IMIGRANTE**

Orientando inicialmente o olhar para as novas expressões religiosas trazidas pelos imigrantes para a sociedade portuguesa (Horta e Peixoto, 2012), verificamos que estes dão contributos importantes para a difusão das igrejas evangélicas e ortodoxa, assim como do islamismo (Tiesler, 2007) e hinduísmo.

Efetivamente, a presença de brasileiros e o significativo crescimento desta população a partir de finais dos anos 90 do século passado contribuiu não só para aumentar significativamente o número de crentes praticantes do culto evangélico, como também para incrementar o número destas igrejas (Téchio, 2011), algumas das quais muito associadas a determinados grupos de imigrantes, como acontece com a Associação Missionária de Alcance Internacional (AMAI) no Seixal, que possui raízes que remetem

para a Assembleia de Deus de Governador Valadares, local de origem de uma proporção importante dos brasileiros residentes em Portugal.

Note-se, contudo, que o culto evangélico também tem uma expressão forte entre os imigrantes angolanos e, em menor grau, santomenses (Figura 7.1), o que remete, sobretudo no primeiro caso, para o processo ainda tímido de difusão internacional das igrejas evangélicas de Angola<sup>71</sup>, algumas das quais fundadas por sacerdotes locais, como a Igreja Tocoísta, criada por Simão Toco, em finais dos anos 40.

No que respeita ao culto ortodoxo em Portugal, a sua difusão está diretamente associada à presença dos imigrantes da Europa de Leste pois, como evidencia a figura 7.1, mais de 70% dos naturais da Moldávia, Ucrânia e Rússia declaram-se-lhe fiéis.

A religião islâmica, cuja presença no período contemporâneo em Portugal remonta a uma iniciativa de alguns estudantes originários de Moçambique, com destaque para Suleyman Valy Mamede, que, ainda nos anos 60, lançaram o embrião daquilo que viria a tornar-se a Comunidade Islâmica de Lisboa (CIL). Os imigrantes muçulmanos são dominantes entre os paquistaneses, embora também sejam bastante significativos (19%) entre os naturais da Guiné-Bissau, um grupo imigrante bastante mais numeroso do que o dos paquistaneses. Note-se que a maioria dos naturais da Guiné-Bissau que responderam ao questionário se declararam católicos (53%, proporção superior à de católicos no território da Guiné-Bissau que está estimada em cerca de 12%), o que parece confirmar, apesar de uma aparente diversificação, a conclusão de Machado (2002: 250-251) acerca da seletividade da imigração guineense para Portugal, que possui uma sobre-representação dos indivíduos culturalmente mais próximos dos portugueses. De resto, a própria percentagem de muçulmanos guineenses registada na amostra do inquérito em que assenta este trabalho está muito próxima dos valores obtidos (17,8%) no *Inquérito Nacional aos Guineenses Residentes em Portugal*, aplicado por Fernando Luís Machado em 1995 (2002: 251).

Para além de guineenses e paquistaneses, alguns moçambicanos e sobretudo o grupo constituído por populações minoritárias designado por “outros”, que inclui, por exemplo, marroquinos e bengalis, também contribuem para o conjunto dos muçulmanos em Portugal. De resto, é a presença destes últimos grupos, nomeadamente dos bengalis, que contribui para a implantação de formas islâmicas mais regionalizadas e externas à CIL que se materializam, por exemplo, na mesquita mais frequentada do Martim Moniz, em Lisboa (Mapril, 2010).

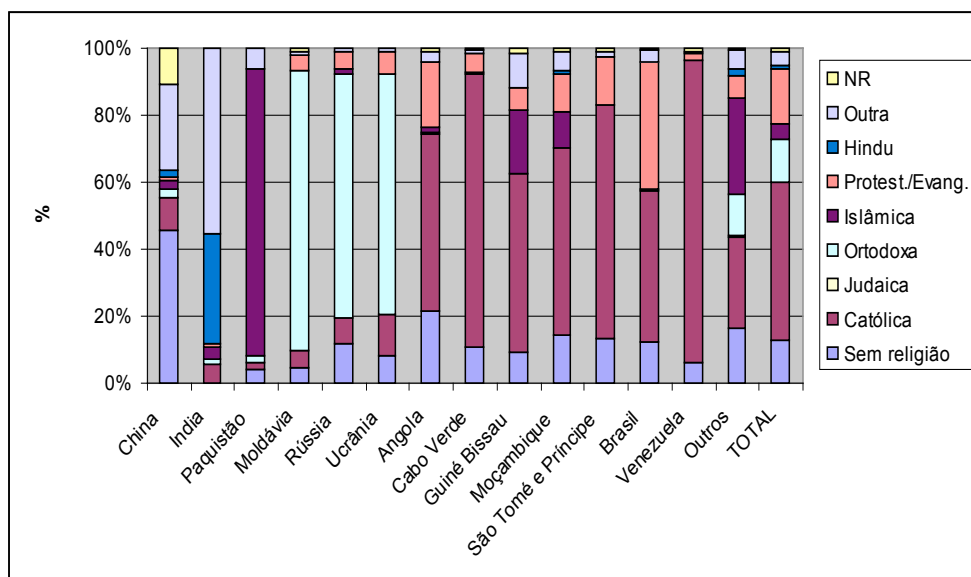
Relativamente à presença de cultos de origem oriental, são significativos os contributos dos

71

Por exemplo, a Igreja de Lisboa foi a primeira que o movimento evangélico tocoísta abriu fora de África, nos anos 90 do século XX (Sarrò e Blanes, 2009).

imigrantes chineses e indianos que, não só apresentam uma percentagem elevada de “outras religiões”<sup>72</sup> (Figura 7.1), como, no último caso, estão associados à presença hindu em Portugal, com destaque para Lisboa. Originalmente associada a populações de Moçambique, a comunidade hindu instalada em Portugal tem beneficiado da chegada de imigrantes indianos que, de algum modo, compensam as partidas de hindus de Moçambique e seus descendentes para outros países, com destaque para a Inglaterra (Bastos e Bastos, 2005).

**Figura 7.1 - Religião segundo a nacionalidade dos respondentes (%)**



Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) - *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

Como elemento complementar, é interessante fazer uma breve referência à composição das manifestações de credo religioso segundo o sexo (Figura 7.2). A primeira constatação reside no facto de, entre os 12,5% que se declaram sem religião, se verificar uma sobre-representação dos homens (60% no grupo masculino; cerca de 52% no total da amostra), o que parece apontar para uma maior presença de atitudes mais mundanas e menos espirituais.

72

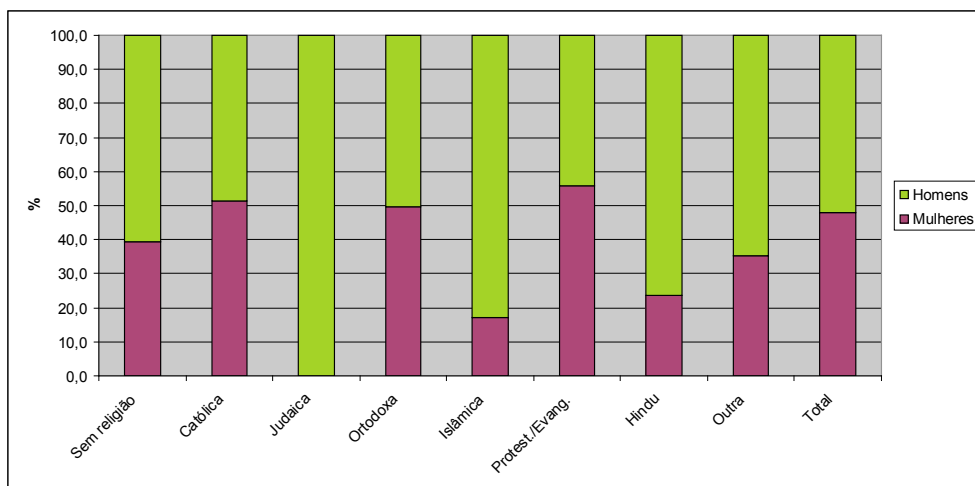
No caso dos chineses tratar-se-á de xintoísmo ou taoísmo, enquanto a percentagem de “outros” entre os indianos reflete, por exemplo, o crescimento do número de sikhs em Portugal.

Relativamente aos que declaram ter um credo religioso, emergem duas situações relativamente dicotómicas:

- Entre as religiões cristãs verifica-se um equilíbrio entre as proporções dos dois sexos ou ligeira sobre-representação do feminino, com destaque para o culto evangélico;
- Nas outras religiões, a dominante masculina é clara.

Estes resultados acabam também por demonstrar que os grupos de imigrantes culturalmente mais próximos dos portugueses têm níveis de feminização mais elevados que, por sua vez, se refletem numa maior percentagem de mulheres crentes. Em contrapartida, os coletivos de imigrantes culturalmente mais distantes, com exceção do chinês, registam uma sobre-representação masculina que se repercute nas percentagens mais elevadas de homens entre muçulmanos e hindus. Note-se que na categoria “outra religião”, onde se situa uma proporção importante de chineses, seria expectável maior equilíbrio entre os sexos, só que este é alterado em favor dos homens devido ao facto de outros grupos mais masculinizados, como os sikh, também estarem classificados em “outras religiões”.

**Figura 7.2 - Religião segundo o sexo dos respondentes (%)**



Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) - *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

A utilização da língua por parte dos imigrantes expressa, por um lado processos de manutenção e reprodução identitária (quando há um esforço de transmitir a prática da língua aos

filhos) e, por outro, mecanismos sincréticos que resultam, frequentemente, na mobilização da língua-mãe e da língua do país de destino, ou mesmo na mistura de elementos dos dois idiomas no mesmo discurso. Por exemplo, entre os imigrantes inquiridos nesta amostra, mais de 1/3 declara utilizar duas línguas em casa. De resto, verifica-se também uma mobilização funcional dos idiomas, designadamente do país de destino, o que justifica a necessidade de aprender a língua da maioria para aceder melhor à esfera pública, ao mercado de trabalho e à própria cidadania, uma vez que a obtenção da nacionalidade do país de residência depende, também, do domínio do idioma deste.

Uma observação da tabela 7.1 mostra que os grupos de imigrantes culturalmente mais distantes (asiáticos e europeus de Leste), com idiomas mais distintos do português e presença mais recente (à exceção dos indianos e paquistaneses) tendem a utilizar de modo dominante, ou mesmo quase exclusivo, a sua língua de origem no espaço doméstico.

Já os coletivos de imigrantes que possuem ligações históricas e culturais com Portugal, seja por via do passado colonial (PALOP), seja por força da emigração do passado (como é o caso da Venezuela), falam idiomas próximos (espanhol) ou mesmo influenciados pelo português (crioulos de base lexical lusa) e têm uma presença mais antiga no país, combinam mais o uso da língua materna e do português no espaço doméstico.

Contudo, ocorrem entre estes algumas *nuances* dignas de nota – enquanto os cabo-verdianos, imigração antiga e que já deu origem a pelo menos uma geração de descendentes, mantêm um uso predominante do crioulo no espaço doméstico, o que demonstra quer a sua utilização como veículo de comunicação corrente, quer o seu forte significado identitário, já angolanos e santomenses fazem essencialmente uso do português, na mesma esfera de comunicação. Eventualmente, esta diferença nas práticas reflete também as diferenças na própria composição destas imigrações, sendo que uma presença menor – em termos relativos - de imigrantes laborais entre angolanos e santomenses aponta para uma prevalência de perspetivas mais elitistas (por parte de estudantes, profissionais...) no uso da língua, que tenderão a valorizar o português em detrimento dos idiomas e dialetos da origem. De resto, o facto de o crioulo de Cabo Verde, apesar das suas variantes locais, funcionar como uma verdadeira língua nacional do arquipélago, enquanto em São Tomé e Príncipe e em Angola apenas o português deter esse papel, também deve contribuir para a diferenciação detetada.

Note-se que a situação intermédia, relativa a um certo equilíbrio no uso dos idiomas de origem e do português (com tendência para a predominância deste), no caso dos naturais da Guiné-Bissau e da Venezuela, é explicável pela existência, no interior de cada uma destas populações, de subgrupos, respetivamente mais próximos e mais distantes da língua portuguesa.

No primeiro caso, enquanto os luso-guineenses tenderão a recorrer mais ao português no espaço doméstico, diversas etnias culturalmente mais distantes<sup>73</sup> e ligadas à imigração laboral mobilizarão essencialmente línguas do local de origem. No segundo, haverá um conjunto de venezuelanos que claramente prolonga a *portugalidade* dos seus ancestrais portugueses que emigraram para a Venezuela e mantém maior proximidade face ao idioma português, enquanto outros (“terceiras” gerações, familiares exógenos relativamente à comunidade portuguesa naquele país da América do Sul) estarão claramente mais “mergulhados” no espanhol, tendendo a utilizá-lo na maioria das circunstâncias (Montero, 1992).

**Tabela 7.1 - Língua utilizada como primeiro veículo de comunicação no espaço doméstico (principais grupos de imigrantes)**

1º Nível	Línguas	Grupos nacionais	Percentagem dos naturais do grupo que utiliza
	Chinês Hindi e Punjabi Urdu	Chineses Indianos Paquistaneses	75 a 90%
	Moldavo e Russo Ucraniano e Russo Russo	Moldavos Ucranianos Russos	
2º Nível	Crioulo de Cabo Verde	Cabo-verdianos	Aprox. 60%
3º Nível	Crioulo e outras línguas da Guiné-Bissau	Guineenses (Guiné-Bissau)	25 a 50%
	Castelhano	Venezuela México, Cuba, Argentina e outros países da América Central e do Sul (*)	
4º Nível	Línguas de Angola (Umbundu, Kimbundu, Kikongo e outras...)	Angola Congo	< 10%
	Línguas de São Tomé e Príncipe (forro, lunguyé e angular)	São Tomé e Príncipe	

Fonte: CLAIH/ACIDI (2009/2010) - *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.  
Notas:

(\*) No caso dos naturais destes países, cujo número é muito reduzido no conjunto da população imigrada em Portugal, a percentagem de utilização do castelhano como veículo de comunicação comum em casa é bastante superior.

A percentagem de inquiridos que declarou utilizar o português como 1ª língua de comunicação no espaço doméstico é de 61%.

73

Machado (1999) coloca cabo-verdianos e guineenses no quadrante dos grupos social e culturalmente contrastantes com a maioria portuguesa, mas já considera os luso-africanos culturalmente bem mais próximos daquela população.



A frequência de cursos de língua portuguesa é uma componente essencial da oferta orientada para a educação de adultos estrangeiros, permitindo colmatar um défice específico possuído por todos os imigrantes não lusófonos. Este défice traduz-se em desvantagens ao nível das possibilidades de interação autóctones-imigrantes, da relação com os serviços públicos e privados e, também, das próprias oportunidades no mercado de trabalho. Georges Lemaitre<sup>74</sup>, especialista em migrações da OCDE, afirma que os défices linguísticos constituem um dos aspetos que contribuem para uma inserção laboral desqualificante dos imigrantes, sobretudo na fase inicial do processo migratório, como de resto se pode também constatar no capítulo 5 deste trabalho. Refira-se que, no caso português, um estudo exploratório (Silva, 2010) aponta para que os imigrantes não associem, de forma explícita e direta, um maior domínio da língua portuguesa a trajetórias de mobilidade profissional ascendentes. Contudo, assumem que uma maior proficiência no idioma luso facilita a interação e o desempenho não só nos locais de trabalho, sobretudo quando há contacto com o público, mas nas demais esferas da sociedade (Semedo, 2011).

Até à transição do século, quando a imigração para Portugal se intensificou e diversificou significativamente, passando a incorporar uma proporção muito elevada de cidadãos extracomunitários não lusófonos e sem contacto habitual com línguas latinas (ucranianos, russos, chineses, indianos, bengalis e outros asiáticos), a oferta pública (ou apoiada pelo sistema público) de cursos de português para adultos era quase inexistente. De algum modo, estava basicamente limitada a cursos de Verão destinados a estudantes estrangeiros e a iniciativas orientadas para grupos com uma necessidade urgente e específica identificada pelo poder político, como aconteceu com os jovens timorenses que, em sequência de um processo de migração forçada, abandonaram Timor-Leste em várias pequenas vagas nos anos 90, após o massacre do cemitério de Santa Cruz.

Efetivamente, como até finais dos anos 90, com exceção total dos chineses e parcial de indianos e paquistaneses (uma parte tinha algum domínio sobre o português, seja pela sua trajetória via Moçambique, seja pelas origens nos territórios do antigo Estado da Índia Portuguesa, seja ainda pelas próprias relações familiares), os grandes grupos de imigrantes instalados em Portugal ou eram percecionados como pertencentes às “elites” ocidentais – e, portanto, podiam auto resolver os seus défices linguísticos – ou provinham de países com língua oficial portuguesa, a questão de uma oferta ampla e sistemática de formação em idioma português não foi sentida, nem promovida. É pois no contexto da forte vaga migratória que demandou Portugal entre 1998-1999 e 2002 que se vai estruturar um quadro público de oferta de cursos de língua portuguesa.

---

74

Intervenção oral no decurso do Seminário “A atual situação migratória de Portugal: olhar cruzado sobre fluxos de entrada e de saída”, organizado pelo IGOT/DGACCP/ACIDI, no dia 15 de Novembro de 2012, no Palácio Foz em Lisboa.

Assim, desde 2001 que são implementados programas de formação em língua portuguesa para os residentes legais estrangeiros a viver em Portugal, sendo a primeira destas iniciativas, designada como Programa *Portugal Acolhe*, promovida pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) e implementada na rede de Centros de Formação do Instituto ou em outros centros associados. Nesta fase, consistia num curso de nível três de língua portuguesa (um total de 50 horas por nível) e num módulo de formação adicional em “Práticas de Cidadania” (12 horas). Entre 2001 e 2007, de acordo com os dados do IEFP acerca do Programa, cerca de 12.800 estrangeiros de mais de 50 países participaram nas 840 ações de formação em língua portuguesa que foram implementadas.

Em 2008, teve lugar uma importante reforma no Programa *Portugal Acolhe* em termos de enquadramento institucional, conteúdos pedagógicos e mesmo público-alvo (por exemplo, os estrangeiros desempregados). Deu-se então início a um novo programa, designado de *Português para Todos* (PPT), que é financiado pela União Europeia no âmbito do Programa Operacional do Potencial Humano (POPH) e é gerido pelo ACIDI e implementado pelo Ministério do Trabalho (através dos Centros de Formação do IEFP) e pelo Ministério da Educação (em várias escolas em todo o país). Atualmente, o Programa abrange duas opções: i) 25 horas de português técnico nos domínios do comércio, hotelaria e restauração, beleza e construção, da responsabilidade do IEFP, e ii) 200 horas - ou 150, se optarem por um percurso alternativo, de formação em língua portuguesa, cuja conclusão com aproveitamento permite obter uma certificação de nível A2 em português, de acordo com o Quadro Comum Europeu de Referência para as Línguas. Um total de 6212 estrangeiros em situação regular frequentaram o Programa em 2009, tendo o número aumentado para cerca de 8700 em 2010, o que aponta para a utilidade do PPT e sua aparentemente boa aceitação, eventualmente porque parece adaptar-se bem às difíceis condições laborais enfrentadas por muitos imigrantes (por exemplo, trabalho precário, contratos a prazo, aumento das situações de desemprego...)75.

Não obstante, os bons níveis de aceitação do Programa e evolução crescente do número de formandos, designadamente entre 2009 e 2010, a informação estrutural relativa à frequência de cursos de língua portuguesa apresentada na tabela 7.2 demonstra, antes de mais, que a maioria dos imigrantes não lusófonos assume aprender o idioma luso através de processos informais, não recorrendo a cursos de português, mesmo que estes tenham carácter gratuito e a sua oferta esteja presente um pouco por todo o território nacional. Efetivamente,

75

Informação mais detalhada sobre o sistema de oferta de programas em língua portuguesa destinados a adultos imigrantes pode ser obtida em Semedo (2011), *Políticas de Integração: o ensino/aprendizagem da língua portuguesa no contexto do acolhimento e integração de adultos imigrantes*. Dissertação de mestrado em Migrações, Interetnicidades e Transnacionalismo apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

apenas cerca de 30% dos imigrantes nacionais de países não lusófonos que foram inquiridos frequente (ou frequentou) um curso formal de português, sendo que 7% nunca chegaram a concluí-lo. Verificam-se, contudo, interessantes diferenças entre os vários coletivos imigrantes, emergindo os oriundos de países onde a instrução escolar formal tem uma cultura mais forte (e.g. Ucrânia e Rússia) como aqueles que mais recorrem a estas ofertas (cerca de 35%). Numa posição oposta encontram-se as populações imigrantes asiáticas, com níveis de frequência bem mais reduzidos. Nestes casos, detetam-se duas situações distintas – por um lado, as oriundas do subcontinente indiano, que procuram mais os cursos de português, mas que revelam taxas de abandono significativamente superiores às dos outros imigrantes; por outro, os chineses, mais assertivos, que frequentam numa proporção bastante mais reduzida, mas registam níveis de abandono muito baixos.

Os níveis de abandono, que no caso desta amostra, correspondem a cerca de 1/4 daqueles que “fechou o ciclo”, isto é, que passou pelo curso e já não se encontra nele, seja por conclusão, seja por desistência, podem ser justificados por diversos fatores, que incluem, entre outros, uma mobilidade geográfica superior à da média da população nacional, um eventual crescimento do desinteresse uma vez adquiridos conhecimentos básicos ou mesmo um sentimento de desajuste face aos conteúdos e aos métodos de ensino.

**Tabela 7.2 - Situação relativa à frequência de cursos de língua portuguesa segundo a nacionalidade dos respondentes (%)**

País de nacionalidade	Frequentou e concluiu	Frequentou e não concluiu	Frequenta Atualmente	Nunca Frequentou	Nunca Frequentou	NS/NR
				(não teve o port.)	(não precisou)	
China	13,5	2,9	1,0	67,3	8,7	6,7
Índia	4,6	12,3	10,8	58,5	10,8	3,1
Paquistão	6,4	21,3	6,4	55,3	8,5	2,1
Moldova	14,2	3,4	5,4	53,4	20,9	2,7
Rússia	22,8	7,0	6,1	43,9	16,7	3,5
Ucrânia	23,2	7,5	5,0	44,1	18,6	1,6
Venezuela	16,3	2,3	7,0	25,6	44,2	4,7
Cabo Verde	2,8	1,2	1,7	28,8	63,2	2,3
Guiné-Bissau	2,0	2,3	4,8	39,4	48,9	2,5
Total (exceto Países Língua Oficial Port.)	17,6	6,8	5,3	47,0	20,1	3,1
Total Geral	6,3	2,4	2,3	28,2	57,3	3,6

Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) - *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

## 7.2 PRÁTICAS CULTURAIS – ENTRE A PRESERVAÇÃO DA IDENTIDADE E O COSMOPOLITISMO

Quanto às justificações para a não frequência, atitude dominante em todos os grupos, verifica-se que estas assentam sobretudo na “ausência de oportunidades” (eventual desajuste de horários face à organização da vida familiar e laboral, dispersão geográfica com presença em áreas periféricas onde é mais difícil aceder a esta oferta, como acontece com vários chineses e europeus de Leste...) quando se trata de não lusófonos e, naturalmente, na “ausência de necessidade” nos grupos “lusófonos” (cabo-verdianos, guineenses) incluídos como teste e nos próprios venezuelanos, não só próximos dos portugueses devido ao elo emigratório do passado, como falantes de uma língua muito similar ao português.

De qualquer modo, o facto de se tratar de um curso que procura ajustar-se ao quadro laboral, ter uma presença geográfica relativamente abrangente<sup>76</sup>, de ser gratuito e da obtenção de um certificado final de nível A2 em português dispensar a realização da prova linguística necessária à obtenção da nacionalidade portuguesa, parecem não ser suficientes para levar a uma procura mais ampla e a níveis de abandono mais reduzidos, designadamente por parte das populações indianas e paquistanesas.

### 7.2 PRÁTICAS CULTURAIS – ENTRE A PRESERVAÇÃO DA IDENTIDADE E O COSMOPOLITISMO

Um olhar para a frequência das diversas práticas culturais dos grupos de imigrantes em análise permite efetuar tipologias que misturam componentes inerentes às características culturais em sentido estrito, às estruturas sociais-demográficas de cada grupo e, também, aos tempos de presença e níveis de abertura e contacto face à sociedade de acolhimento. De algum modo, a consideração de uma dimensão cultural e de uma dimensão social, está em linha com a perspetiva abrangente de etnicidade adotada por Machado (2002), que associa níveis de etnicidade fortes aos

.....

76

Relativamente aos locais de frequência, mais de 2/3 dos respondentes referiu o IEF, indicando cerca de 30% uma escola pública. Cursos frequentados noutras instituições representam um valor residual, o que demonstra a centralidade absoluta do PPT no quadro da oferta de ensino de português para imigrantes adultos em Portugal.

grupos duplamente contrastantes (em termos sociais e culturais) relativamente à sociedade portuguesa. Note-se que estudos efetuados ainda nos anos 90 (Malheiros, 1996; Machado 1999), que procuraram avaliar distâncias socioculturais, no primeiro caso, e “contrastes e continuidades” sociais e culturais, no segundo, destacaram indianos e paquistaneses como culturalmente mais dissemelhantes da sociedade lusa e colocaram os vários grupos dos PALOP numa posição intermédia, mas ainda contrastante (Malheiros, 1996: 104; Machado, 2002: 55) com a maioria autóctone. Já no que respeita aos contrastes sociais, estes apareciam como menos marcados no caso dos indianos do que nas populações dos PALOP, com destaque para os guineenses e cabo-verdianos. Note-se que Machado (2002), identifica dois grupos de luso-africanos (imigrantes e “2ª geração”), ambos apresentando maiores traços de continuidade cultural face aos lusos do que os coletivos imigrantes até agora mencionados. Já Malheiros (1996) inclui na sua análise brasileiros e chineses que correspondem, precisamente às populações respetivamente mais próxima e mais distante do quadro sociocultural luso.

Antes de procedermos à análise da tabela 7.3, convém lembrar que este contém práticas culturais caracterizadas por níveis gerais de frequência/utilização/consumo muito distintos, que vão desde práticas diárias como a alimentação ou a assistência a programas de TV, até procedimentos potencialmente menos frequentes, como o consumo de atividades culturais mais eruditas (concertos, projeção de filmes...) organizadas por associações ou outras ONG. Devido a esta situação, optou-se por uma análise comparativa do comportamento dos diversos grupos de imigrantes nos vários itens do quadro (lógica “por linha”), evitando uma análise centrada na comparação de consumos de natureza e frequência tendencialmente distintos (“lógica da coluna”). Excetua-se os casos em que se trata de ofertas idênticas, que apenas variam na sua imbricação no país de destino ou no de origem (e.g. ver TV portuguesa *vs* ver TV do país de origem). Tendo isto em atenção, e tomando como ponto de partida a informação expressa na tabela 7.3, podemos resumir a informação obtida da seguinte forma:

*a) Cluster culturalmente mais contrastante e orientado para o território de origem:* os chineses apresentam um padrão de consumo de bens materiais de uso quotidiano (e.g. alimentação) assente quase totalmente em produtos provenientes da China, verificando-se uma orientação para os canais de comunicação baseados na China (televisão e jornais chineses; consulta de sites chineses). Como vimos, a atitude perante a língua não indicia uma utilização significativa do português, o que contribui para reduzir o consumo de produtos imateriais (televisão, revistas/jornais e mesmo música) sustentados por esta língua. De algum modo, este grupo prolonga o mundo chinês no exterior, ocorrendo um certo processo de dissociação cultural entre estes e os portugueses.

- b) *Cluster culturalmente bastante contrastante, marcado por práticas que indiciam uma sobre-representação laboral, popular e masculina*: os indianos e paquistaneses também revelam práticas de alimentação muito marcadas pelos elementos da gastronomia de origem, mas isto é menos evidente no que diz respeito ao consumo de outros produtos. Já a música, frequentemente associada às bandas sonoras dos filmes de Bollywood, é entendida como expressão cultural forte, reconhecida e específica das populações indianas, registando níveis de consumo bastante significativos. Estes grupos também registam consumos mais elevados de produtos comunicacionais portugueses (TV, jornais portugueses...) do que os observados no caso dos chineses, enfatizando também a prática de “ir ao café”, o que atesta modelos de comportamento com abertura à sociedade portuguesa e que se apresentam marcados pelos “padrões masculinos”. De resto, a importância, em termos comparativos, das práticas desportivas no caso dos paquistaneses (cricket?) reforçam o modelo masculino, caracterizado pela importância da sociabilização no espaço público (rua, espaço desportivo, café), também características dos homens portugueses. O último elemento relativo a este grupo diz respeito à elevada frequência das práticas religiosas não católicas, o que atesta a existência de um número elevado de muçulmanos praticantes.
- c) *Cluster culturalmente bastante contrastante, com uma forte presença de elementos do território e oferta de bens culturais imateriais ligados a uma cultura formal das elites e dos indivíduos formalmente mais instruídos*: os russos e os ucranianos mantêm também hábitos alimentares marcados pela proximidade à origem, ainda que menos evidentes do que no caso dos chineses e dos asiáticos do sul. Contudo, os traços mais marcantes da diferenciação destas populações parecem residir na sobre-representação dos consumos associados à cultura erudita (e.g. concertos, teatro...) e, também, à comunicação social escrita, quer produzida no país de origem, quer elaborada em Portugal especificamente para estas populações<sup>77</sup>. Estes consumos aparecem sustentados no elevado capital escolar médio destas populações e na manutenção do contacto com o país e a cultura de origem, processo também facilitado pelas frequências elevadas de consumo de televisão russa e ucraniana, ainda que combinado com a portuguesa, normalmente mais acessível, e do recurso a sites russos e ucranianos na Internet. A prática desportiva e “ir ao café” aparecem também sobre representadas entre russos e ucranianos, o que poderá traduzir, ou alguma adoção dos hábitos portugueses ou, eventualmente, a componente masculina das práticas culturais, até porque o maior destes grupos (ucranianos) apresenta um *sex-ratio* favorável aos homens.

---

77

Trata-se dos denominados “meios de comunicação étnica”, destacando-se a Gazeta Slovo e jornal Vremehko, no que respeita aos russófonos em Portugal (Salim, 2008).

- d) Por último, dever referir-se que os moldavos se aproximam deste cluster, consistindo as diferenças básicas, numa menor intensidade dos consumos culturais mais eruditos e, também, no menor recurso aos meios de comunicação oriundos do país de origem. Tudo isto parece ser revelador de uma imigração com menores qualificações do que a oriunda da Rússia e da Ucrânia.
- e) *Conjugação entre continuidades face a Portugal e mobilização de elementos da cultura de origem, com destaque para os consumos mais populares:* cabo-verdianos, guineenses, angolanos e santomenses revelam uma tendência para desenvolver práticas culturais “portuguesas” ou identificadas como tal, designadamente o consumo de jornais e televisão portuguesas, processo facilitado pela utilização de uma língua comum, bem como a sobre-representação na frequência de atividades implementadas pela Igreja Católica (especialmente cabo-verdianos e santomenses). Relativamente aos elementos mais distintivos das práticas culturais associadas aos países de origem, destaca-se a componente da música e da “festa”, apoiadas no consumo de programas de rádio ligados aos territórios de partida, claramente facilitado pelas emissões da RDP-África. Refira-se que componentes de contraste cultural aparecem associados ao uso de vestuário “étnico” no caso de cabo-verdianos e guineenses, sendo que estes últimos também se distinguem pela sobre-representação das práticas religiosas não católicas (essencialmente islamismo), fenómeno que também acontece com os angolanos (cultos evangélicos). Parece assim continuar a verificar-se, tal como evidenciou Machado (2002), um contraste cultural um pouco maior dos guineenses em relação à maioria, quando comparados com os outros PALOP.
- f) *Afirmação da brasilidade com apoio em consumos culturais diversos, conjugada com o recurso a ofertas da cultura imaterial portuguesa:* os brasileiros apresentam como um dos traços mais distintivos a forte sobre-representação do recurso a sites de Internet, canais de televisão e jornais brasileiros que, contudo, aparece conjugado com níveis relativos mais importantes (mas não sobre representados) de consumo de jornais e de televisão portuguesas. Esta mistura, que se prolonga nos consumos elevados da música (sobretudo brasileira) e da festa (portuguesa e brasileira) e, também, na sobre-representação nas atividades desportivas (organizadas por portugueses e brasileiros), está em sintonia com aquilo que diz Machado (2010) acerca dos papéis representados pelos imigrantes brasileiros em Portugal, que mantêm a sua identidade, mas consomem diversos elementos da cultura portuguesa, movendo-se num espaço de fronteira entre o étnico (brasileiro) e o etnicizado (imagem construída para e pelos portugueses). Note-se que outros traços contrastantes que caracterizam este grupo se prendem com a frequência das práticas religiosas não católicas, o que remete para a importância do envolvimento com igrejas

evangélicas de origem brasileira, e, curiosamente, a declaração por parte de um número não negligenciável de indivíduos de que utilizam, frequentemente, vestuário tradicional brasileiro (maior percentagem de todos os grupos – 21,6%). Este último aspeto, tal como a sobre-representação da prática desportiva, está sintonia com a assunção por parte de muitos brasileiros de um ideal de beleza e de cultura do corpo mais avançados (Goldenberg, 2006), que se traduz, por exemplo, numa estética supostamente própria de vestir. Não se trata aqui de “vestuário tradicional”, mas sim do recurso a roupas modernas, mas esteticamente distintas e reveladoras do “bom gosto” brasileiro.

- g) *Prolongamento da cultura portuguesa, num contexto marcado por processos de emigração e retorno*: os venezuelanos, que correspondem a uma população associada a uma contracorrente emigratória resultante da emigração portuguesa para aquele país da América do Sul, são, sem surpresa, aqueles que mais fortemente reproduzem as práticas e os consumos culturais dos portugueses, com destaque para a denominada cultura popular: estão no grupo dos que mais consomem música portuguesa, aparecem sobre representados na frequência de festas/bailes portugueses e são aqueles que mais consomem jornais/revistas portuguesas e vão à Igreja (Católica) e ao café. Não obstante esta forte proximidade, encontram-se elementos culturais venezuelanos e que, em alguns casos traduzem uma ligação à situação prévia de emigração. É isto que permite explicar as sobre representações na frequência de festas e de atividades desportivas e culturais “ligadas ao país de origem”, bem como a proporção relativamente elevada daqueles que declaram ler jornais ligados à Venezuela, mas produzidos em Portugal.



**Tabela 7.3 - Respondentes que efetuam cada uma das práticas todas as semanas ou mais frequentemente segundo as principais nacionalidades (%)**

Práticas	País de nacionalidade												
	China	Índia	Paquistão	Moldávia	Rússia	Ucrânia	Angola	Cabo Verde	Guiné Bissau	Moçambique	São Tomé e Príncipe	Brasil	Venezuela
Comer comida “típica” do país de origem	91,9	75,2	83,3	61,0	50,9	57,5	38,6	43,4	39,7	26,2	41,1	58,5	38,2
Comprar produtos “típicos” do país de origem	70,4	45,0	50,0	20,5	25,6	23,7	20,1	27,9	19,9	16,2	23,9	28,6	29,1
Ouvir música do país de origem	80,2	76,2	66,7	56,3	44,4	55,2	66,4	75,3	67,5	42,7	60,3	74,8	35,5
Ouvir música portuguesa	21,1	40,5	53,2	42,3	33,3	43,1	43,2	44,1	48,1	49,51	56,7	42,2	52,7
Ir a bailes/festas organizados por associações e pessoas do país de origem	2,7	3,7	2,1	3,4	2,6	2,9	8,2	6,1	2,6	5,9	6,1	7,6	6,5
Ir a bailes/festas organizados por associações e pessoas portuguesas	2,7	1,2	2,2	2,8	5,1	4,3	3,6	4,0	3,8	4,9	4,0	5,9	8,3
Ir a atividades culturais (projeção de filmes, leitura de poesia, concertos, etc...) organizados por associações e pessoas do país de origem	2,8	2,5	2,50	5,4	9,6	10,2	1,4	1,6	2,1	1,0	0,6	3,7	5,5
Ir a atividades culturais (projeção de filmes, leitura de poesia, concertos, etc...) organizados por associações e pessoas portuguesas	2,8	2,5	2,50	2,4	7,0	5,8	2,2	1,5	1,9	2,0	0,6	5,5	6,4
Ver canais de televisão do país de origem	58,9	37,8	54,4	60,2	59,8	69,6	49,1	46,6	49,7	35,0	41,9	67,4	30,3
Ver canais de televisão portugueses	43,2	76,8	83,3	78,0	57,6	73,4	91,7	91,2	93,7	85,4	95,0	85,2	78,2
Ouvir programas de rádio para ou das comunidades imigradas	8,2	8,9	6,3	6,4	13,0	15,3	24,2	29,0	30,3	13,6	32,2	13,9	10,2
Ler jornais/revistas portuguesas	17,1	33,8	54,2	43,8	44,8	49,1	61,5	53,8	65,1	55,3	63,5	60,6	73,6

**Tabela 7.3 - Respondentes que efetuam cada uma das práticas todas as semanas ou mais frequentemente segundo as principais nacionalidades (%) (cont.) (ver Tabela 5.16)**

Práticas	País de nacionalidade												
	China	Índia	Paquistão	Moldávia	Rússia	Ucrânia	Angola	Cabo Verde	Guiné Bissau	Moçambique	São Tomé e Príncipe	Brasil	Venezuela
Ler jornais/revistas do país de origem	23,6	6,3	19,2	15,9	29,0	27,7	12,1	12,5	8,6	10,8	9,7	19,6	17,8
Ler jornais/revistas do país de origem feitos em Portugal	16,5	6,5	14,9	23,4	27,8	30,6	15,2	10,8	10,0	13,0	5,2	16,4	24,1
Consultar sites do país de origem na internet	62,4	31,7	33,3	40,6	48,7	41,2	31,0	26,7	23,5	29,4	25,8	54,6	33,9
Participar em atividades desportivas organizadas por associações ou pessoas do país de origem	2,8	1,3	6,5	3,4	1,5	4,4	4,4	5,0	4,4	2,9	2,8	5,6	8,2
Participar em atividades desportivas organizadas por associações ou pessoas portuguesas	5,4	1,3	2,1	6,3	11,3	6,2	6,2	5,6	3,4	4,9	4,5	8,7	8,2
Usar vestuário tradicional do país de origem	7,6	18,0	12,8	3,1	16,8	8,4	3,7	11,9	12,1	5,1	3,8	21,6	13,6
Ir ao café	39,1	73,5	72,3	52,6	63,8	63,0	54,1	42,0	48,6	57,2	44,4	58,5	76,9
Praticar atividades religiosas ministradas pela Igreja Católica portuguesa	5,5	3,8	6,4	2,4	3,5	7,4	12,9	20,4	16,0	10,8	21,9	12,7	32,1
Praticar atividades religiosas ministradas por outras igrejas	1,8	13,9	39,6	12,5	6,0	13,1	15,6	5,2	16,1	16,3	13,4	25,7	1,9

Fonte: CLAIH/ACIDI (2009/2010) - *Questionário de caraterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

O cruzamento das práticas culturais com os grupos etários dos imigrantes tem como objetivo evitar uma interpretação reificada da relação “origem nacional - frequência de consumos e práticas culturais”, demonstrando que as variações existentes não são apenas resultantes da dimensão étnica, estando também relacionadas com outras clivagens sociais como a idade.

Um olhar para a tabela 7.4 permite, desde logo, identificar determinado tipo de práticas que apresentam uma clara associação com o ciclo de vida, de que são exemplo tarefas com uma forte componente lúdico-física, como o desporto ou a frequência de bailes e festas, que apresentam uma clara quebra à medida que a idade dos respondentes avança.

Não ignorando estes aspetos transversais, deve referir-se que as práticas culturais da população mais madura e, sobretudo idosa, são marcadas por opções distintas daquelas que são apanágio dos jovens e adultos-jovens. Efetivamente, em relação aos mais velhos verifica-se, por um lado, um crescimento da incorporação de elementos de referência da cultura portuguesa, como a religião católica ou a música, associada à adoção de algumas das práticas mais comuns (e.g. ver canais de televisão portugueses) e, por outro, uma espécie de recuperação nostálgica de certos elementos de ligação à cultura de origem, como frequência de atividades culturais mais eruditas ou a audição de programas de rádio das comunidades imigrantes.

Os adultos-jovens e os jovens, que constituem a maioria dos imigrantes e tendem a estar há menos tempo no destino, revelam uma maior sobre-representação de consumos e práticas culturais ligados aos países de origem. Entre os adultos-jovens e os adultos (25-44 anos), as sobre representações aparecem ao nível da alimentação e da compra de produtos tradicionais, bem como do consumo de canais de televisão do país de origem. No que respeita à população mais jovem (18-34 anos), assumem maior relevo as formas culturais genericamente mais frequentes neste grupo etário, designadamente a música do país de origem e a afirmação da diferença através do uso de vestuário “étnico”, verificando-se igualmente uma maior relevância na utilização de instrumentos de comunicação mais modernos, como o recurso à Internet para consultar sites do país de origem (Tabela 7.4).

**Tabela 7.4 - Respondentes que efetuam cada uma das práticas todas as semanas ou mais frequentemente segundo o grupo etário (%)**

Práticas	Grupos etários					
	0-18	19-24	25-34	35-44	45-64	>64
Comer comida “típica” do país de origem	48,9	45,1	53,0	51,7	47,3	32,6
Comprar produtos “típicos” do país de origem	19,2	24,4	29,4	26,4	23,5	19,8
Ouvir música do país de origem	66,0	77,2	70,8	65,9	55,6	33,6
Ouvir música portuguesa	25,0	38,5	42,2	46,1	46,1	43,6
Ir a bailes/festas organizados por associações e pessoas do país de origem	10,9	9,9	6,9	3,7	3,4	3,0
Ir a bailes/festas organizados por associações e pessoas portuguesas	13,0	7,9	5,0	3,4	2,8	1,5
Ir a atividades culturais (projeção de filmes, leitura de poesia, concertos, etc...) organizados por associações e pessoas do país de origem	2,1	3,9	3,2	2,7	5,3	0,00
Ir a atividades culturais (projeção de filmes, leitura de poesia, concertos, etc...) organizados por associações e pessoas portuguesas	10,9	4,6	3,2	2,9	4,2	1,7
Ver canais de televisão do país de origem	46,8	45,8	58,0	59,0	51,1	39,1
Ver canais de televisão portugueses	85,1	82,3	83,7	84,9	86,3	88,9
Ouvir programas de rádio para ou das comunidades imigradas	6,4	17,1	17,7	21,1	20,8	26,5
Ler jornais/revistas portugueses	30,4	53,7	59,5	58,9	52,2	32,1
Ler jornais/revistas do país de origem	8,9	15,6	17,6	17,3	14,6	9,1
Ler jornais/revistas do país de origem feitos em Portugal	13,0	15,5	16,5	16,1	15,5	9,0
Consultar sites do país de origem na internet	40,4	53,4	46,9	35,1	22,5	6,2
Participar em atividades desportivas organizadas por associações ou pessoas do país de origem	13,3	10,0	5,3	3,2	1,9	0,8
Participar em atividades desportivas organizadas por associações ou pessoas portuguesas	34,8	11,3	7,1	4,7	4,3	1,5
Usar vestuário tradicional do país de origem	6,5	18,7	15,2	10,7	9,3	7,1
Ir ao café	27,7	50,2	57,5	56,5	49,7	32,1
Praticar atividades religiosas ministradas pela Igreja Católica portuguesa	12,8	12,2	11,3	13,5	16,1	38,6
Praticar atividades religiosas ministradas por outras igrejas	8,7	13,5	16,2	16,9	16,0	12,6

Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) - *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

## **8.1 ENQUADRAMENTO TEÓRICO SUMÁRIO E METODOLOGIA**

A questão da integração social dos imigrantes em Portugal constitui tema central de análise e reflexão no presente capítulo.

O processo de integração pode assumir diferentes configurações e distintas dinâmicas que, tipificadas em escalas limite, se podem denominar de *assimilação* ou *etnicização*. Como refere Rui Pena Pires, “no plano social, as dinâmicas da integração, em contextos imigratórios, podem ser analisadas com combinações variadas de processos de assimilação e de etnicização” (Pires, 2003: 102).

Para Hans Vermeulen, o termo integração refere-se, normalmente, “a um processo de integração cujo resultado não é a assimilação total: pressupõe a manutenção de um certo grau de individualidade (...)” (Vermeulen, 2001: 207). É justamente este pressuposto, que considera uma espécie de compromisso de meio-termo, que é defendido por Jorge Vala, quando afirma que a integração corresponde a uma “estratégia que associa a manutenção da identidade da minoria e a sua adoção dos valores nucleares da comunidade de acolhimento” (Vala, 2002: 284).

Deste modo, importa expor, de forma sumária, o quadro conceitual que subjaz a esta temática e que coadjuva à análise da informação quantitativa apresentada mais adiante.

Para Rui Pena Pires, a *etnicização* corresponde a um “conjunto de processos de construção de uma identidade coletiva no confronto dos imigrantes com as reações à sua presença na sociedade de chegada, identidade essa baseada num sentido de pertença a uma coletividade com uma ascendência comum, precedendo, tendencialmente, outras auto e hetero categorizações sociais e, por isso, proporcionando um sentido de solidariedade que supera, em situações críticas, outras divisões sociais” (Pires, 2003: 100). Paralelamente a *assimilação* refere-se ao “processo de inclusão dos imigrantes no espaço identitário definidor de pertença à sociedade de chegada e, portanto, definidor também da possibilidade de participação alargada do imigrante nos quadros de interação pré-existentes” (*op.cit.*, 2003: 96).

Já Hans Vermeulen entende a *etnicidade* como a abordagem que inverteu, em certa medida, a questão central da perspectiva assimilacionista. “O principal problema que muitos se colocavam não era de que maneira as minorias étnicas são absorvidas na sociedade e na cultura da maioria, mas sim porque é que as relações étnicas subsistem, frequentemente, durante tanto tempo, ou adquirem um novo significado através das mudanças sociais, mesmo nas nações tecnologicamente mais avançadas e urbanizadas” (Vermeulen, 2001: 20).

Quanto à assimilação, entende-a enquanto “ processo gradual, a-problemático e linear (...) pelo qual uma minoria étnica assimila a cultura da sociedade que a acolhe e, assim, deixa de existir enquanto minoria” (Vermeulen, 2001: 14).

Para além do corpo teórico exposto, forçosamente de âmbito muito sintético, mostra-se pertinente apontar dois exemplos de natureza operativa que se debruçam sobre a questão da integração.

O primeiro, denominado *II Plano para a Integração dos Imigrantes (2010-2013)* (cf. Resolução do Conselho de Ministros nº 74/2010), surge no âmbito das políticas sociais criadas pelo Governo e assume “como grande finalidade a plena integração dos imigrantes, nomeadamente nas áreas da cultura e da língua, do emprego e da formação profissional e da habitação” (ACIDI, 2010: 3). Refira-se, aliás, que estas por serem áreas capitais e sensíveis encontram-se contempladas no quadro analítico a desenvolver no momento seguinte.

O segundo exemplo refere-se ao *MIPEX - Índice de Políticas de Integração de Migrantes*, que aponta Portugal como um dos países (entre o conjunto de 31 estados da Europa e da América do Norte) com melhor situação em termos de integração formal e que mais progressos tem vindo a apresentar, destacando áreas como o quadro laboral dos imigrantes, a lei da nacionalidade ou as políticas de educação (Huddleston *et al.*, 2011: 26).

Assim, e a partir do lançamento de um conjunto de questões de natureza predominantemente qualitativa, procurou-se: i) face a um conjunto de aspetos genéricos que cobrem diferentes domínios sectoriais, aferir acerca do grau de dificuldade que os imigrantes experienciam face aos mesmos, sendo que a avaliação é temporalmente dupla, isto é, refere-se quer ao momento da chegada ao território nacional, quer ao momento presente da realização do inquérito; ii) identificar quais as condições/fatores (sócio-institucionais) que mais favorecem o processo de integração; iii) perceber o perfil básico da rede social de amizades; e iv) avaliar de forma global o nível de integração em Portugal.

Por fim, acrescente-se que a leitura a produzir relativamente aos resultados apurados pelos inquéritos centra-se frequentemente nas duas opções extremas (*nada difícil e muito difícil; nada importante e muito importante*) por serem estas que concentram, de modo preferencial, a maioria e minoria das respostas.

## 8.2 Análise dos resultados apurados a partir dos inquéritos

O processo de integração em Portugal estudado segundo vários domínios revela, para os dois períodos de análise, uma avaliação positiva com a maioria dos resultados a apontarem para a opção *nada difícil*. As exceções prendem-se com a ausência de uma rede de contactos interpessoais e com o processo de mobilidade profissional descendente, sentidos com particular acutilância na fase inicial (Tabela 8.1).

**Tabela 8.1 – Grau de dificuldade na integração em Portugal à chegada ao país e no momento de inquirição, segundo vários domínios**

Domínios	Grau de dificuldade					
	Nada difícil	Pouco difícil	Difícil	Signif. difícil	Muito difícil	Não responde
Não conhecer ninguém/ solidão		+			*	
Clima	*	+				
Língua	*	+				
Saúde	*	+				
Regularização/ legalização	*	+				
Obtenção de documentos/ burocracia dos serviços portugueses	*	+				
Integração no mercado de trabalho (em termos gerais)	*	+				
Obtenção de profissão correspondente às habilitações e experiência		+			*	
Integração na escola/ sucesso escolar	*	+				
Equivalências escolares	*	+				
Habituação (acesso e custo)	*	+				
Transportes (acesso e custo)	*	+				
Comportamento/ atitudes dos portugueses (termos gerais)	*	+				
Discriminação/ racismo	*	+				
<b>*momento de chegada</b>	<b>+ data inquirição</b>					

Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) - *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

Refira-se que o tempo de presença em Portugal contribui para atenuar estes dois *handicaps* iniciais, ainda que a intensidade do processo tenha incidências distintas. Relativamente à questão da “solidão” veja-se que, no segundo momento de análise (i.e., à data de realização dos inquéritos), cerca de 60% respondentes afirmaram que esta era uma problemática “nada difícil” - Tabela 8.2. Já no que concerne ao ajustamento entre qualificações possuídas e profissão exercida, o nível de satisfação, se bem que tenha melhorado face ao momento de chegada, acaba por ser o mais baixo de todo o conjunto analisado, verificando-se que menos de metade dos inquiridos dá uma resposta de “nada ou pouco difícil” e mais de 35% refere tratar-se de um assunto significativamente difícil ou muito difícil. Note-se que outros aspetos relacionados, direta ou indiretamente, com a integração no mercado de trabalho (e.g. “integração no mercado de trabalho em termos gerais” e “equivalências escolares”) também apresentam níveis de insatisfação não negligenciáveis (Tabela 8.2), o que parece traduzir uma dimensão menos conseguida da efetiva integração dos imigrantes neste domínio. Fora do contexto especificamente laboral, o outro domínio alvo de alguma insatisfação corresponde à relação com os serviços no quadro dos processos de obtenção de documentos, considerados muito burocráticos.

Em situação contrária, vale a pena destacar aspetos como a língua, a saúde e o clima que não representam dificuldades manifestas no processo de integração, com sensivelmente 61%, 57% e 50% dos indivíduos a classificarem-nos como aspetos de integração *nada difícil*.



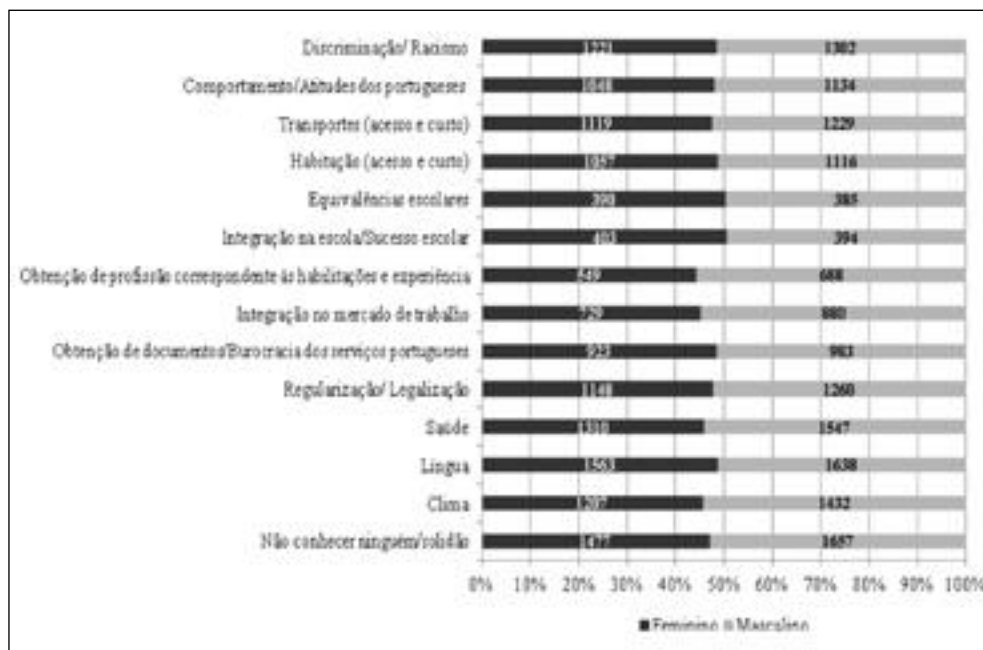
**Tabela 8.2 – Grau de dificuldade no processo de integração em Portugal segundo vários domínios - fase de inquirição (%)**

Domínios	Grau de dificuldade					Não respostas (absoluto)
	Nada difícil	Pouco Difícil	Difícil	Signif. difícil	Muito difícil	
Não conhecer ninguém/solidão	60,1	20,6	11,6	3,5	4,2	455
Clima	50,3	25,7	13,8	5,7	4,4	424
Língua	61,1	21,5	10,4	3,9	3,0	433
Saúde	56,9	23,7	12,3	3,8	3,3	651
Regularização/ legalização	48,5	15,8	12,3	10,3	13,2	702
Obtenção de documentos/burocracia dos serviços portugueses	37,2	19,3	14,7	14,3	14,6	549
Integração no mercado de trabalho (em termos gerais)	33,4	16,7	16,9	14,8	18,2	852
Obtenção de profissão correspondente às habilitações e experiência	30,3	16,9	17,4	14,5	20,8	1589
Integração na escola/sucesso escolar	38,6	24,3	19,4	6,7	11,0	3604
Equivalências escolares	35,7	20,8	19,3	7,9	16,3	3498
Habitação (acesso e custo)	43,1	21,8	18,5	10,1	6,4	630
Transportes (acesso e custo)	46,8	24,0	17,6	8,0	3,6	651
Comportamento/atitude dos portugueses (termos gerais)	41,9	30,9	17,3	5,5	4,4	466
Discriminação/ racismo	48,4	23,8	15,5	6,4	5,9	455

Fonte: CLAIH/ACIDI (2009/2010) - *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.  
Nota: As não respostas não foram consideradas no caso dos cálculos percentuais efetuados neste quadro.

A questão do género, no contexto deste relatório, é aparentemente não discriminatória assumindo homens e mulheres um comportamento semelhante, com ligeiras *nuances* que conduzem o sexo masculino a uma atitude global ligeiramente mais positiva (Figura 8.1). Este equilíbrio é evidente, em particular, na opção do processo de integração *nada difícil*, sofrendo porém pequenas oscilações na opção *muito difícil*.

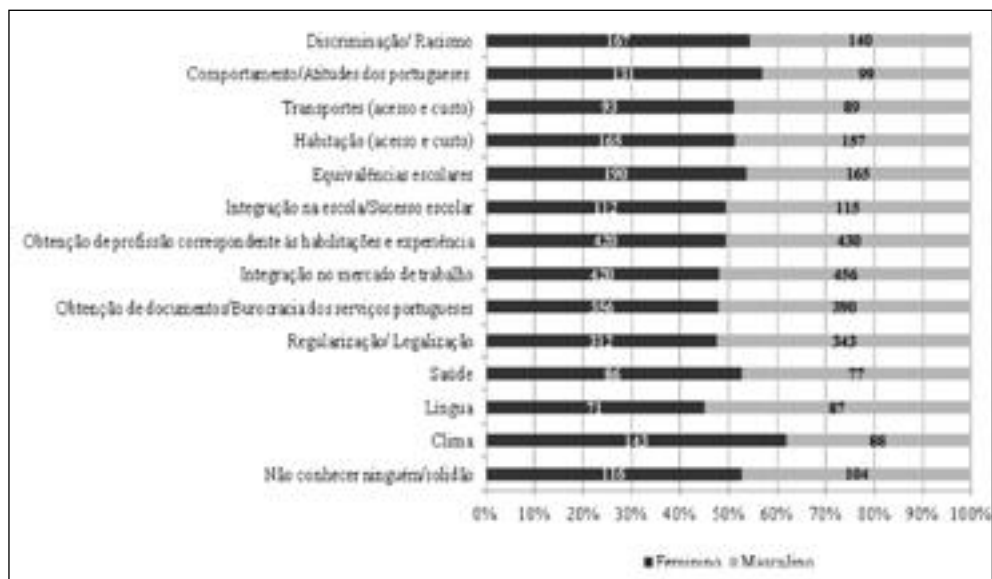
**Figura 8.1 - Grau de dificuldade no processo de integração em Portugal na fase de inquirição (nada difícil) por sexo dos respondentes (Nº e %)**



Fonte: CLAIH/ACIDI (2009/2010) - *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

Numa leitura mais detalhada, é possível referir-se que os domínios relativos ao clima e ao comportamento/atitude dos portugueses são os que maiores dificuldades assumem para as mulheres (Figura 8.2). No caso do sexo masculino, o processo integrativo torna-se mais delicado quando se considera a questão da integração no mercado de trabalho e a burocracia dos serviços portugueses.

**Figura 8.2 - Grau de dificuldade no processo de integração em Portugal na fase de inquirição (muito difícil) por sexo dos respondentes (Nº e %)**



Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) - *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

Para além da questão do género, é também interessante perceber o comportamento que a variável idade sugere (Tabela 8.3). Refira-se que para o conjunto dos domínios considerados, a língua, a saúde e as relações interpessoais são os que suscitam, para os grupos etários mais representados na amostra (25-34 e 35-44 anos), menos problemas no contexto do processo integrativo (Tabela 8.3).

**Tabela 8.3 - Grau de dificuldade no processo de integração em Portugal na fase de inquirição (nada difícil) por grupo etário dos respondentes (%)**

Domínios	Grupo etário						
	16-18	18-24	25-34	35-44	45-64	Mais de 64	Não responde
Não conhecer ninguém/solidão	8,28	9,58	10,61	10,89	10,71	10,24	14,29
Clima	6,95	8,14	8,69	8,85	9,84	8,68	9,52
Língua	10,26	11,53	11,36	10,42	9,59	10,95	4,76
Saúde	10,60	10,69	10,17	9,42	8,26	7,11	9,52
Regularização/ legalização	7,62	7,40	7,67	8,25	8,85	9,96	14,29
Obtenção de documentos/ burocracia dos serviços portugueses	6,95	6,06	6,11	6,30	6,96	8,82	9,52
Integração no mercado de trabalho (em termos gerais)	0,99	4,24	6,06	5,81	5,08	3,70	4,76
Obtenção de profissão correspondente às habilitações e experiência	0,33	3,81	4,68	4,33	3,64	2,99	4,76
Integração na escola/sucesso escolar	7,95	5,08	2,40	2,20	1,88	0,71	4,76
Equivalências escolares	6,62	4,57	2,46	2,24	1,79	1,00	9,52
Habitação (acesso e custo)	9,60	7,81	7,18	7,14	7,11	8,11	0,00
Transportes (acesso e custo)	8,94	8,03	7,55	8,15	7,89	8,11	0,00
Comportamento/ atitudes dos portugueses (termos gerais)	6,62	6,10	7,05	7,30	8,55	9,53	4,76
Discriminação/ racismo	8,28	6,97	8,02	8,71	9,86	10,10	9,52
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) - *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.  
N = 5.669

Todavia, fatores como os que se prendem com a burocracia portuguesa, a integração no mercado de trabalho e as equivalências profissionais revelam-se como os mais problemáticos para estes jovens-adultos imigrantes (Tabela 8.4).

**Tabela 8.4 - Grau de dificuldade no processo de integração em Portugal na fase de inquirição (muito difícil) por grupo etário dos respondentes (%)**

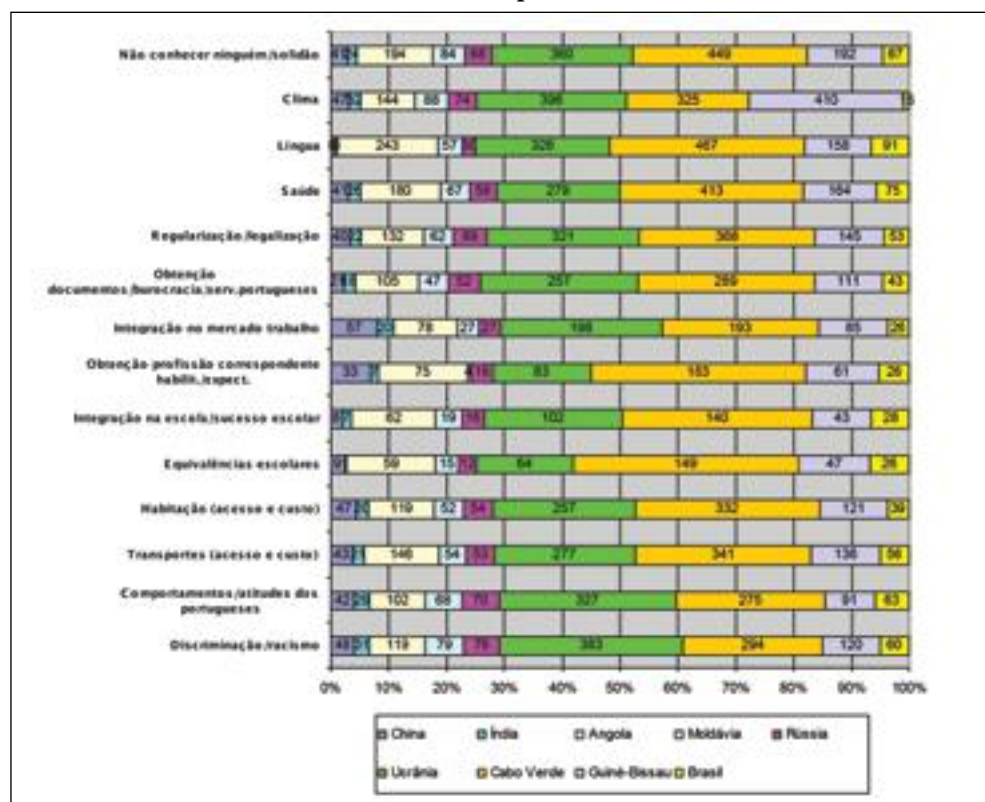
Domínios	Grupo etário						
	16-18	19-24	25-34	35-44	45-64	Mais de 64	Não responde
Não conhecer ninguém/solidão	8,33	4,77	4,02	3,37	4,01	3,61	0,00
Clima	16,67	6,48	3,97	3,10	3,44	8,43	0,00
Língua	2,78	2,50	2,33	3,37	3,24	6,02	0,00
Saúde	0,00	3,41	1,94	2,96	4,10	9,64	0,00
Regularização/ legalização	8,33	15,91	13,66	9,99	8,11	6,02	20,00
Obtenção de documentos/burocracia dos serviços portugueses	11,11	16,25	14,80	12,19	10,97	9,64	10,00
Integração no mercado de trabalho (em termos gerais)	2,78	14,20	14,90	16,46	18,51	16,87	30,00
Obtenção de profissão correspondente às habilitações e experiência	2,78	10,11	15,35	16,32	19,47	9,64	20,00
Integração na escola/sucesso escolar	5,56	2,84	3,68	4,34	5,92	1,20	0,00
Equivalências escolares	2,78	3,07	5,71	8,13	8,59	4,82	0,00
Habitação (acesso e custo)	5,56	4,55	5,61	6,75	5,44	13,25	10,00
Transportes (acesso e custo)	11,11	3,07	3,53	2,89	3,15	4,82	10,00
Comportamento/ atitudes dos portugueses (termos gerais)	11,11	5,34	4,67	4,48	1,81	1,20	0,00
Discriminação/ racismo	11,11	7,50	5,81	5,65	3,24	4,82	0,00
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) - *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.  
N = 5.669

Do ponto de vista teórico o processo de integração pode assumir contornos distintos de acordo com as diferentes nacionalidades que protagonizam os movimentos de imigração. Procurou-se, justamente, averiguar essas diferenciações considerando, no caso desta análise específica, os grupos de imigrantes que apresentassem 30 ou mais ocorrências. Sem surpresa, a análise revela que os indivíduos provenientes do Brasil, Cabo Verde e Angola foram aqueles que apresentaram melhor capacidade de integração, designadamente, nos domínios das relações interpessoais, língua e saúde (Figura 8.3). De forma paralela, os ucranianos assumem-se confortáveis com as relações interpessoais, com o clima e com a não discriminação, domínios que contribuem para a avaliação positiva que fazem acerca da sua

integração.

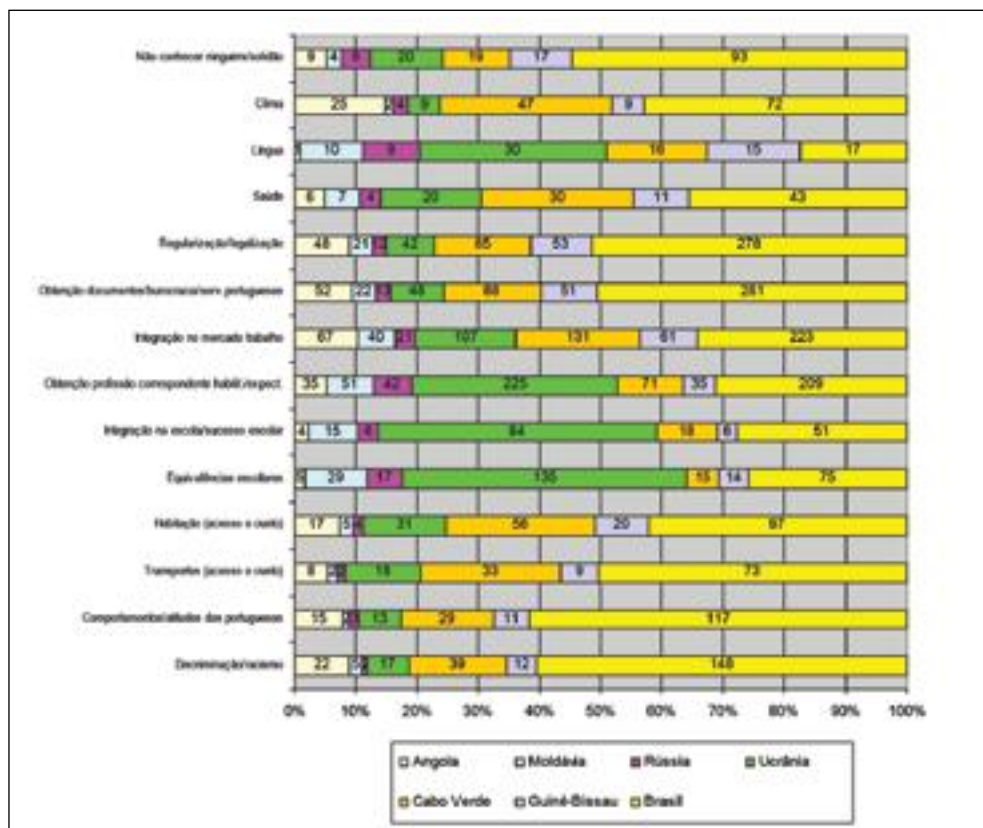
**Figura 8.3 - Grau de dificuldade no processo de integração em Portugal (nada difícil) por nacionalidade dos respondentes (Nº e %)**



Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) - *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

Centrando agora a análise na opção de integração *muito difícil*, verificam-se algumas diferenças interessantes no posicionamento dos vários coletivos nacionais. Relativamente aos domínios que obstam de modo mais evidente à integração das populações imigrantes, observa-se que as queixas sofrem um incremento relativo significativo, no que respeita às equivalências escolares e aos desajustes entre qualificações possuídas e profissão exercida, no caso dos ucranianos, assumindo maior destaque os brasileiros no que respeita à regularização, burocracia dos serviços e integração “geral” no mercado de trabalho, sendo neste último domínio acompanhados pelos cabo-verdianos (Figura 8.4).

**Figura 8.4 - Grau de dificuldade no processo de integração em Portugal (muito difícil) por nacionalidade dos respondentes (Nº e %)**



Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) - *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

Passando agora para um ponto diferente, procurou perceber-se qual a importância que assumem, no contexto do processo de integração, diferentes condições de natureza sinteticamente sócio-institucional identificadas na tabela 8.5.

Uma primeira linha de força esclarece acerca de uma concentração de respostas na opção *muito importante* (com uma expressão nunca abaixo dos 20%) o que, por si mesmo, traduz uma consciencialização por parte dos imigrantes quanto à importância de se estar integrado. Ora, esta integração será tanto mais facilitada e eficiente quanto estiverem reunidas, de modo efetivo e consolidado, um conjunto de situações de ordens diversas. Assim, e segundo

o apuramento dos dados, conclui-se que a participação no mercado de trabalho é o fator mais significativo para a integração em Portugal (cerca de 81% dos inquiridos consideram  *muito importante*  “estar empregado”), seguido do domínio da língua portuguesa (cerca de 66% dos inquiridos consideram  *muito importante* ). Sublinhe-se que a relevância atribuída ao plano laboral pode sugerir a importância dada à mobilidade social que, no entanto, deverá ser ponderada até porque, como refere Hans Vermeulen, “as perspetivas de uma mobilidade social ascendente no país de acolhimento nem sempre são animadoras” (2001: 28), questão que, de resto, já tivemos oportunidade de constatar.

**Tabela 8.5 - Grau de importância de situações/condições que favorecem o processo de integração segundo os respondentes (%)**

Situações / condições	Nada importante	Pouco importante	Importante	Signif. importante	Muito importante	Não responde
Ter família em Portugal	4,30	3,42	8,29	17,06	60,15	6,77
Ter amigos portugueses	3,83	5,94	15,28	28,84	45,09	1,02
Ter os seus filhos na escola	2,61	2,49	6,40	15,77	59,29	13,44
Falar bem português	1,18	1,61	8,45	21,63	65,51	1,62
Estar empregado	0,99	0,69	2,89	12,03	80,83	2,58
Ter os mesmos comportamentos e hábitos culturais do que os portugueses	16,74	16,16	26,55	18,82	19,77	1,96
Conseguir comprar uma casa em Portugal	13,74	10,23	16,79	23,30	33,43	2,50
Ter carro	12,38	11,62	15,84	23,00	35,24	1,91
Obter nacionalidade portuguesa	7,44	4,62	8,45	13,76	49,51	16,21

Fonte: CLAIH/ACIDI (2009/2010) - *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.  
N = 5.669

Interessante também de salientar é que a questão da assimilação, com a consequente adoção de comportamentos e hábitos culturais lusos, parece ser algo claramente desvalorizado pelos inquiridos no âmbito do processo de integração, uma vez que tal aspeto é, com destaque, aquele que reúne mais respostas “*nada e pouco importante*” (aproximadamente 1/3) e, também “*importante*” (26,5%). Significa isto que a integração deve decorrer, segundo os resultados recolhidos, fundamentalmente através da melhoria dos instrumentos de comunicação (conhecimento do português) e da presença em esferas de sociabilização diversas – família, rede de amizade exogâmica, escola, trabalho – que, no último exemplo, garantem



também a sustentabilidade económica necessária à geração de conforto e de sentimentos de satisfação e pertença. Tal princípio vem confirmar aquilo que Hans Vermeulen afirma, quando se refere à integração como “processo de adaptação, cujo fim nunca era a total assimilação, antes pressupondo a preservação de uma certa especificidade (...)” (Vermeulen, 2001: 15). Acrescente-se, porém, que à “obtenção formal da nacionalidade portuguesa” também é atribuída uma relevância significativa, se bem que inferior ao conhecimento da língua portuguesa, ao “emprego” ou a “ter família em Portugal”, o que aponta para uma eventual valorização do reconhecimento formal como “peça” da integração. Esta questão merece, naturalmente, uma análise mais aprofundada, capaz de incorporar o debate sobre os aspetos funcionais e, eventualmente, de “integração” e “identidade” no que respeita às motivações para a obtenção da nacionalidade.

Acrescente-se somente que, embora consideradas como “*muito importantes*”, as aquisições de bens materiais – casa e carro – aparecem como as menos relevantes neste contexto (expressões percentuais de 33% e 35%, respetivamente).

Dada a concentração de respostas na opção *muito importante* deve olhar-se para o distinto desempenho dos sexos masculino e feminino (Figura 8.5). Sendo a tónica um certo equilíbrio existente entre os dois géneros que, de resto, reflete as próprias condições da amostra, deve salientar-se que os resultados obtidos apontam para uma valorização um pouco maior das componentes de assimilação (obter nacionalidade portuguesa, ter hábitos culturais idênticos aos portugueses) e da esfera profissional, no caso dos homens, e do domínio familiar (ter família em Portugal, filhos na escola) e doméstico (comprar casa em Portugal), no que respeita às mulheres. Isto eventualmente traduz, para além de aspetos transversais a todos os grupos imigrantes e mesmo aos nacionais, relativos às divisões nos papéis sociais de homens e mulheres nas esferas doméstico-familiar e do mundo do trabalho, uma certa tendência para a fixação das mulheres em Portugal apoiada na consolidação das redes familiares e dos elementos que as suportam (ter casa, ter os filhos na escola). Apesar das desvantagens na inserção laboral serem mais fortes no caso das imigrantes, como pudemos verificar no capítulo 5, o quadro apresentado pode indiciar que, pelo menos para alguns grupos, a imigração feminina para Portugal possui algum conteúdo emancipatório, cuja eventual identificação e magnitude justificam a realização de estudos específicos mais aprofundados.

**Figura 8.5 - Grau de importância de situações/condições que favorecem o processo de integração (muito importante) segundo o sexo dos respondentes (Nº e %)**

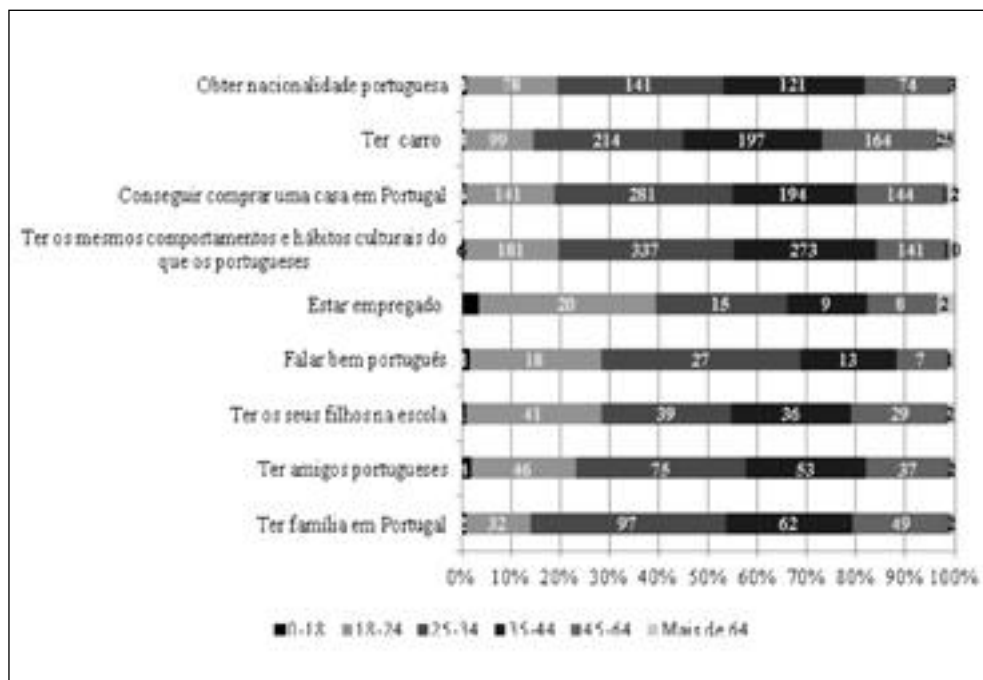


Fonte: CLAIH/ACIDI (2009/2010) - *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

Uma vez mais procuram-se discutir os resultados a partir dos grupos etários mais representativos, que correspondem aos indivíduos integrados nas classes etárias entre os 25-34 anos e os 35-44 anos (Figuras 8.6 e 8.7).

Assim, as situações que se prendem com a assimilação e com a propriedade material são as menos valorizadas por estes grupos: ter os mesmos comportamentos e hábitos culturais dos portugueses (cerca de 28% afirmam ser *nada importante*), comprar habitação (cerca de 22% afirmam ser *nada importante*) e comprar carro (cerca de 19% afirmam ser *nada importante*). Saliente-se, em concreto, e relativamente aos bens materiais, que a pouca relevância atribuída a estes, cruzada com o perfil etário dos inquiridos pode apontar para uma disponibilidade reduzida de permanecer em Portugal, “estratégia” mutável e fortemente correlativa com a introdução ou não no mercado de trabalho (fortemente sujeito à conjuntura e globalização económicas) que, tal como se viu anteriormente, constitui o *item* de integração mais relevante (recorde-se cerca de 81%).

**Figura 8.6 - Grau de importância de situações/condições que favorecem o processo de integração (nada importante) segundo o grupo etário dos respondentes (Nº e %)**

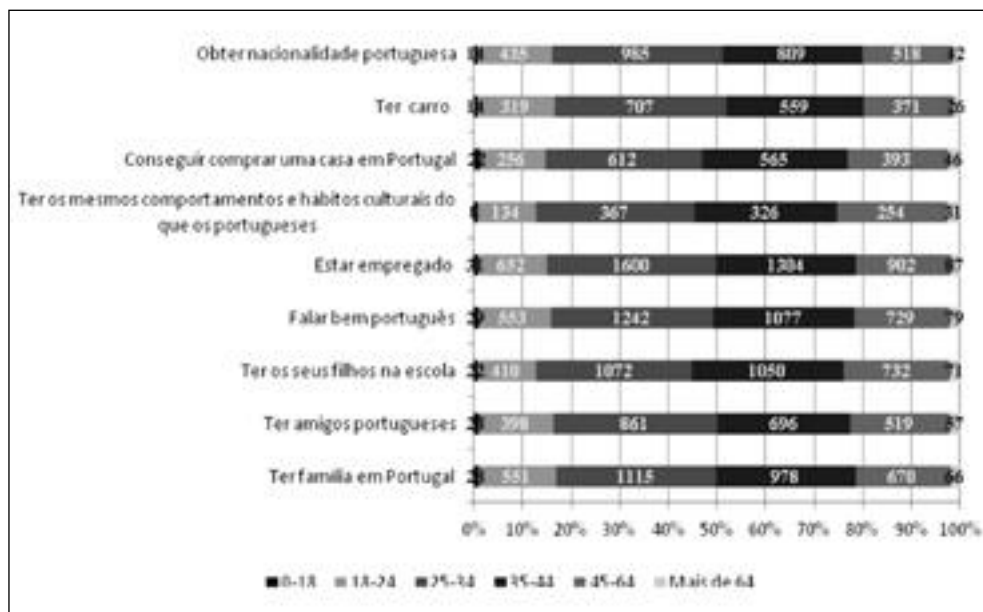


Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) - *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

Nesta sequência, este grupo de inquiridos adota igualmente a pretensão maior de estar empregado como veículo preferencial para a integração na sociedade portuguesa, assim como o domínio da língua portuguesa, espelhando o comportamento do total do universo considerado no presente relatório (Figura 8.7).

Considerando agora a questão das habilitações escolares, releva da interpretação dos dados uma conclusão interessante que mostra que os indivíduos com formação de nível superior são aqueles, entre o conjunto de níveis de habilitação definidos, que mais valorizam, embora de modo ténue, o domínio da língua portuguesa, o que poderá traduzir a perspetiva pessoal que têm dessa competência poder representar a entrada no mercado de “trabalho primário”.

**Figura 8.7 - Grau de importância de situações/condições que favorecem o processo de integração (muito importante) segundo o grupo etário dos respondentes (Nº e %)**



Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) - *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

Este “detém como principais atributos a estabilidade das condições de emprego e das relações laborais, bons salários, perspetivas de carreira (...) e proteção social garantida” (Vala, 2002: 60), enquanto o mercado secundário é “composto por empregos com baixa qualificação, baixos salários, fracas oportunidades de promoção, insegurança laboral e, frequentemente, ausência de assistência social” (*op cit*, 2002: 60).

Paralelamente, a condição de estar empregado (a dimensão mais destacada pelos imigrantes de todos os níveis de escolaridade) encontra na população com uma instrução ao nível do pré-escolar a importância mais expressiva (cerca de 20% selecionaram a opção *muito importante*), detendo também um significado um pouco superior nas outras categorias correspondentes a níveis escolares mais reduzidos – Tabela 8.6.

**Tabela 8.6 - Grau de importância de situações/condições que favorecem o processo de integração (muito importante) segundo o nível de instrução dos respondentes (%)**

Situações / condições	Nível de instrução							
	Nenhum	Sabe ler e escrever sem ter frequentado a escola	Pré-escolar	Ensino Básico	Ensino Secundário	Ensino Médio/ Profissional	Ensino Superior	Outro
Ter família em Portugal	14,7	14,1	14,1	13,1	13,5	13,3	13,8	18,4
Ter amigos portugueses	10,5	10,3	10,4	9,5	10,4	9,7	10,9	5,3
Ter os seus filhos na escola	12,8	13,8	12,5	14,1	12,7	12,5	12,6	15,8
Falar bem português	13,9	15,0	13,8	14,8	14,6	13,2	15,1	15,8
Estar empregado	17,5	18,4	19,5	18,2	17,9	17,6	17,8	18,4
Ter os mesmos comportamentos e hábitos culturais do que os portugueses	5,3	5,0	4,7	4,4	4,0	4,4	4,7	2,6
Conseguir comprar uma casa em Portugal	8,1	7,8	8,8	7,7	7,2	7,3	7,3	5,3
Ter carro	6,4	5,0	5,4	7,1	8,1	9,6	8,5	7,9
Obter nacionalidade portuguesa	10,9	10,6	10,8	11,1	11,4	12,3	9,4	10,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) - *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.  
N = 5.669

Por último, importa perceber qual a avaliação geral que as comunidades imigrantes traçam relativamente à sua integração no território português. Claramente que o sentimento positivo de integração é o dominante: se se somar o conjunto de todos aqueles que se sentem, *integrados*, *muito integrados* ou *muitíssimo integrados* totaliza-se, no universo global dos imigrantes inquiridos, um valor expressivo de 90% (Tabela 8.7).

**Tabela 8.7 - Avaliação do nível de integração dos respondentes (%)**

Nível de integração	%
Plenamente / muitíssimo integrado	14,0
Muito integrado	30,7
Integrado	45,1
Pouco integrado	8,3
Nada integrado	1,2
Não responde	0,8
Total	100,0

Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) - *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.  
N = 5.669

Uma vez mais esta tendência é generalizável quer para o sexo feminino, quer para o sexo masculino não existindo diferenças de assinalar. De resto, a autoidentificação da “boa” integração das mulheres imigrantes em Portugal já foi detetada noutros estudos, designadamente de carácter qualitativo (Miranda, 2009).

**Tabela 8.8 – Avaliação do nível de integração segundo a situação legal dos respondentes (%)**

	<b>Sim</b>	<b>Aguarda decisão dos serviços</b>	<b>Não</b>
Plenamente / muitíssimo integrado	14,9	8,2	8,0
Muito integrado	32,0	25,8	20,0
Integrado	46,0	44,0	38,6
Pouco integrado	5,7	18,4	27,4
Nada integrado	0,7	2,5	5,6
Não responde	0,7	1,1	0,4
TOTAL	100,0	100,0	100,0

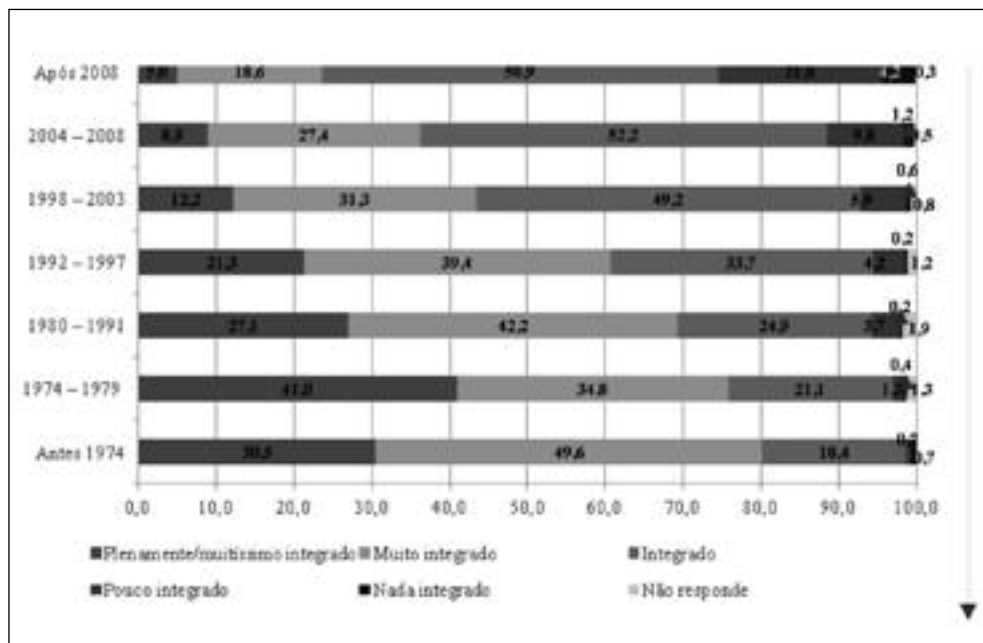
Fonte: CLAIH/ACIDI (2009/2010) - *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.  
N = 5.669

Procurou-se, ainda, explorar a avaliação global do nível de integração com a situação legal imputada aos imigrantes. Assim, do universo de imigrantes considerado, relembramos que uma maioria alargada deste, ou seja, 84%, tem a sua situação regularizada em Portugal, independentemente da avaliação qualitativa que faz do seu nível de integração. Acrescente-se, porém, que um cruzamento de informação permite constatar a existência de uma relação entre os sentimentos de “baixa integração” e situação irregular em Portugal. Efetivamente, embora as opções “pouco integrado” e, sobretudo, “nada integrado”, sejam, como vimos, claramente inferiores às que se situam no quadro positivo da integração, elas registam proporções de resposta bastante mais significativas entre os imigrantes que aguardam regularização ou que não estão regularizados (Tabela 8.8). Sublinhe-se, ainda assim, que mesmo estes últimos se sentem maioritariamente *integrados* (cerca de 39%), detetando-se ainda 28% que referem situações de muita ou plena integração.

Esta análise de informação fundamentalmente quantitativa fica concluída com a introdução da variável relativa ao ano de chegada dos imigrantes. Por outras palavras, pretendeu-se analisar até que ponto a questão temporal influi ou não no nível de integração dos imigrantes, considerando-se um espectro temporal alargado compreendido entre o período pré-1974 e pós 2008 (Figura 8.8). A conclusão maior retirada mostra uma transferência de valores de integração qualitativamente mais expressivos, anexados a anos de chegada mais antigos (ou seja, quando a escolha recai sobre as opções *plenamente integrado* ou *muito integrado*), para uma concentração de resultados na opção mais modesta *integrado* no caso

dos indivíduos que se instalaram mais recentemente em Portugal. Tal realidade ganha sustentação na afirmação formulada por Rui Pena Pires quando declara que “enquanto suporte de transições entre ordens sociais constitutivas do processo imigratório, o carácter centrípeto das fases iniciais da integração não impede, por si só, a possibilidade de uma progressiva inclusão em quadros de interação autóctones” (Pires, 2003: 95). A diferenciação referida fica mais visível no período pós-1998 sem que, no entanto, alguma vez se tenha esboçado uma expressão significativa de imigrantes cuja autoavaliação no processo integrativo seja de carácter negativo (isto é, cuja maioria de respostas convergissem para as opções *pouco integrado* ou *nada integrado*).

**Figura 8.8 - Avaliação do nível de integração segundo o ano de chegada (%)**



Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) - *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

## 9. PERCEÇÃO SOBRE SITUAÇÕES DE DISCRIMINAÇÃO EM PORTUGAL

O presente capítulo irá debruçar-se sobre a análise da perceção de discriminação por parte dos imigrantes, procurando: i) dimensionar o grau de discriminação que os imigrantes sentem existir em Portugal e as suas variações tendo em conta variáveis sociodemográficas como o sexo, o grau de escolaridade e/ou a nacionalidade; ii) identificar a extensão de imigrantes que afirmam ter sido vítimas de discriminação, problematizando alguns dos seus preditores; iii) explorar as situações em que mais ocorrem manifestações de discriminação, diferenciando os seus agentes principais; e, por último, iv) examinar se existe relação entre tipos de discriminação e grupos de imigrantes. Em suma pretende-se responder à pergunta: existe discriminação, por parte dos portugueses, em relação aos imigrantes? Se sim, quem é o seu alvo, como se manifesta, que formas assume e que fatores concorrem para a sua incidência?

Utilizamos o conceito de discriminação, tendo por base a raça e a etnia, combinando, desta forma, as manifestações e diferenciações comportamentais e atitudinais com base no somático e no simbólico, no biológico e no cultural (*a la* Guillaumin, 1993). Importa realçar que a análise efetuada no presente capítulo tem por base a perceção dos imigrantes inquiridos em relação a situações de discriminação, estando naturalmente sujeita à subjetividade que o termo (perceção) encerra em si mesmo. Por esta razão, a leitura dos dados deveria ser complementada por um estudo com instrumentos de medição da discriminação objetiva. Por outro lado, importa realçar que a forma de aplicação dos questionários por via de entrevista presencial poderá, também, condicionar os resultados, subestimando-os, uma vez que os imigrantes são interrogados a avaliar as situações de discriminação maioritariamente por inquiridores portugueses, entendidos simbolicamente como o agente desse mesmo comportamento.

Feitas estas ressalvas, começamos a análise pela perceção dos imigrantes em relação ao fenómeno da discriminação em Portugal. Apenas ¼ dos inquiridos considera que os imigrantes não são discriminados em território português, havendo diferenças de acordo com o sexo, pois são mais as mulheres do que os homens a perceberem que os imigrantes são discriminados em Portugal (75,2% face a 73,3%) – Tabela 9.1.



**Tabela 9.1 - Percepção sobre a existência de discriminação para com os imigrantes, por sexo dos respondentes (Nº e %)**

Sexo	Discriminação			
	Sim		Não	
	N	%	N	%
Homens	2100	73,3	765	26,7
Mulheres	1983	75,2	654	24,8
Total	4083	74,2	1419	25,8

Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) - *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

De entre a maioria que valida a existência da discriminação étnica e racial (74%), os imigrantes consideram que a discriminação é, sobretudo, ocasional (ocorrendo algumas vezes). Ainda assim, 29,4% dos imigrantes considera que a discriminação é frequente, sendo mais as mulheres do que os homens a referir que a discriminação é manifestada muitas vezes (32,8% e 26,1% respetivamente).

Sob outra perspetiva, podemos verificar que a percepção da existência de discriminação é maior quanto menor o nível de escolaridade do imigrante. Em particular, 75,2% dos imigrantes que detêm baixa escolaridade assinalam que existe discriminação para com os imigrantes em Portugal, enquanto 75% concorda com a afirmação quando tem média escolaridade e apenas 69,2% a corrobora no caso de imigrantes com elevada escolaridade (Tabela 9.2). Não obstante a teoria de que um grau de instrução mais elevado pode estar associado a uma maior capacidade de identificar fenómenos de discriminação, os presentes dados sugerem que a percepção da existência de discriminação está intrinsecamente relacionada com a sua vivência. Assumindo que as pessoas com elevada escolaridade tendem a discriminar menos e estão mais em contacto com pessoas do mesmo nível de educação, então, os imigrantes altamente qualificados vão tender a perceber menos a existência de discriminação, como encontrado em estudos anteriores (Jasinskaja-Lathi, Liebkind e Perhoniemi, 2006). Sabendo-se, como veremos adiante, que são os imigrantes menos instruídos os que mais vulneráveis estão a situações de discriminação, também são estes que, em maior número e de forma generalizada, consideram que existe discriminação em Portugal.

**Tabela 9.2 - Percepção sobre a existência de discriminação para com os imigrantes, por nível escolaridade dos respondentes (Nº e %)**

Nível escolaridade	Existência de discriminação					
	Sim		Não		Total	
	N	%	N	%	N	%
Baixa escolaridade	1829	75,2	602	24,8	2431	100,0
Média escolaridade	1606	75,0	535	25,0	2141	100,0
Elevada escolaridade	622	69,2	277	30,8	899	100,0

Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) - *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.  
 Nota: Contabilizámos como baixa escolaridade desde a não frequência da escola até ao ensino básico – 3º ciclo; como média escolaridade o nível de ensino secundário e o técnico profissional; e como elevada escolaridade a partir do bacharelato.

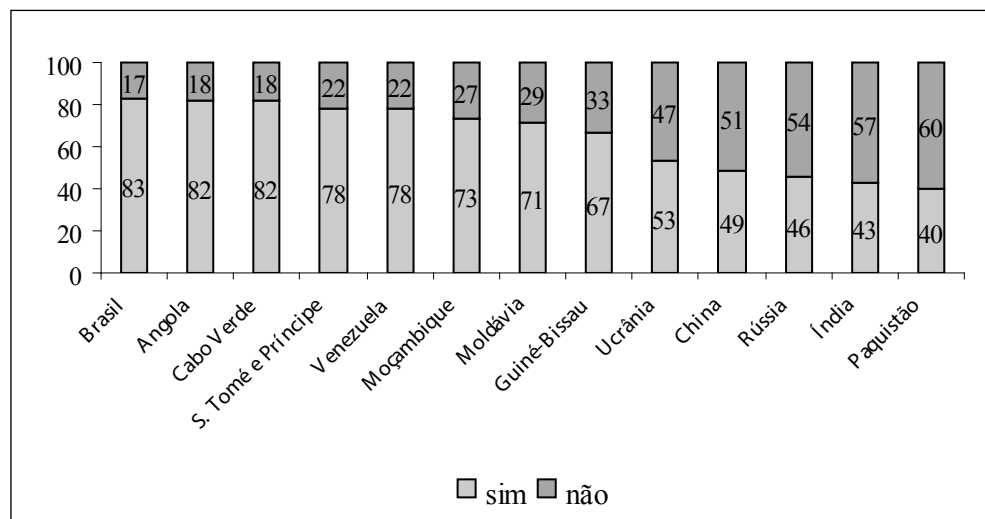
Acrescente-se, ainda, que quanto menor o nível de escolaridade maior a percepção sobre a existência frequente de discriminação em Portugal. À medida que o nível de escolaridade aumenta, são menos os imigrantes a considerar que a discriminação ocorre muitas vezes<sup>78</sup>.

Antes de avançar com uma análise detalhada quanto à percepção da discriminação segundo as diferentes comunidades, ressalve-se que a posse da nacionalidade portuguesa não parece diminuir esta percepção. Enquanto 79,5% daqueles que se naturalizaram considera que os imigrantes, de uma maneira geral, são discriminados em Portugal, esta percepção desce para 72,9% no caso daqueles que continuam estrangeiros.

Por último, quando se considera a origem dos inquiridos, verifica-se que são os imigrantes brasileiros quem mais tende a avaliar negativamente a forma como os imigrantes são tratados pelos portugueses, pois 83% dos inquiridos considera que os imigrantes são discriminados em Portugal (Figura 9.1). De seguida, são os angolanos e os cabo-verdianos aqueles que mais tendem a perceber o comportamento dos portugueses em relação aos imigrantes como discriminatório (82% considera que existe discriminação). Seguem-se-lhes os santomenses e os venezuelanos, verificando-se que em ambas as comunidades 78% pensa que os imigrantes, de uma maneira geral, são discriminados em Portugal. Nas comunidades da Europa de Leste, destaque-se o grupo dos moldavos por serem aqueles que mais negativamente avaliam a forma como os imigrantes são tratados em território nacional (7 em cada 10 considera que são discriminados). Por último, apenas nas comunidades da China, Rússia, Índia e Paquistão é que são mais os que referem que não existe discriminação em Portugal do que aqueles que a afirmam.

Contudo, ao passarmos de um quadro de percepção da discriminação em relação aos imigrantes, em termos gerais, para um cenário de efetividade e experimentação de uma situação de discriminação pessoal, os números decrescem consideravelmente. Estes resultados estão, assim, em conformidade com vários estudos em que se descreve que os indivíduos reportam sempre mais discriminação face ao todo do que em relação a si próprios (Moghaddam, Stalkin e Hutcheson, 1997; Taylor, Wright e Porter, 1994; Verkuyten, 2002).

**Figura 9.1 - Percepção sobre a existência de discriminação para com os imigrantes, por nacionalidade dos respondentes (%)**



Fonte: CLAIH/ACIDI (2009/2010) - *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

A primeira nota a reter quando analisado o quadro da vivência dos imigrantes enquanto vítimas de discriminação por motivos raciais ou étnicos é que a maioria (57,8%) refere não ter sido alvo de nenhuma manifestação de discriminação, um valor superior ao apresentado em 2003 de 51% por Lages *et al.* (2003). Ainda assim, importa salientar que 42,2% dos estrangeiros inquiridos referiu já ter sido discriminado por estas razões, um valor que parece indiciar um descolamento da nação dita de “brandos costumes”. De resto, e tendo por base os alarmantes resultados das discussões de grupo do estudo de Rosário *et al.* (2011), em todos os estratos socioeconómicos a imigração é consensualmente associada à violência e à criminalidade, sendo possível verificar a persistência de discursos racistas na sociedade portuguesa que, porventura, se refletem em comportamentos discriminatórios.

Não é de hoje que a literatura aponta para a dupla discriminação das mulheres imigrantes, tendo por base a sua condição de estrangeira e de mulher. Os dados aqui revelados corroboram tal premissa, sugerindo que a proporção de imigrantes que refere ter sido alvo de discriminação varia segundo o sexo (Tabela 9.3). Enquanto 40% dos homens afirma ter vivenciado situações de discriminação, as mulheres apresentam valores mais elevados que se situam nos 45%.

**Tabela 9.3 - Experiência de discriminação dos respondentes por motivos raciais ou étnicos, por sexo (Nº e %)**

Experiência	Sim		Não	
	N	%	N	%
Sexo				
Homens	1176	40,0	1764	60,0
Mulheres	1206	44,7	1492	55,3
Total	2382	42,0	3256	57,4

Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) - *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

A experiência (percecionada) de já ter sido discriminado varia, também, conforme o grau de escolaridade do imigrante. Ainda que a experiência da discriminação seja transversal a qualquer imigrante, independentemente do nível de escolaridade, a leitura dos dados da tabela 9.4 permite-nos concluir que os menos instruídos estão mais expostos à vivência da discriminação: 41,7% e 44,2% dos imigrantes com baixa e média escolaridade referem ter sido discriminados, enquanto que entre os imigrantes com elevada escolaridade apenas 38,6% o declaram. Ainda assim, não podemos afirmar que existe uma relação linear entre o nível de escolaridade e a experiência de ser alvo de discriminação, em que à medida que a instrução aumenta, diminui a probabilidade de um imigrante ser discriminado.

**Tabela 9.4 - Experiência de discriminação dos respondentes por motivos raciais ou étnicos, por nível de escolaridade (Nº e %)**

Nível de escolaridade	Experiência de discriminação					
	Sim		Não		Total	
	N	%	N	%	N	%
Baixa escolaridade	1040	41,7	1454	58,3	2494	100,0
Média escolaridade	969	44,2	1223	55,8	2192	100,0
Elevada escolaridade	356	38,6	566	61,4	922	100,0

Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) - *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

Por contraste à influência do nível de escolaridade sobre a ocorrência de discriminação, importa referir que a perceção do imigrante de ter sido discriminado não sofre variações de acordo com a posse ou não da nacionalidade portuguesa: 43,3% daqueles que se naturalizaram afirmam ter vivenciado na pele situações de discriminação face aos 41,7% dos que também o expressam, mas não têm nacionalidade. Existe, no entanto, uma ligeira diferença entre os que estão em situação regular e os que estão a residir em Portugal irregularmente. Enquanto no grupo dos primeiros 41,8% referem ter sido discriminados, o valor sobe para 44,5% no caso dos imigrantes em situação irregular.

No que respeita à ocorrência da discriminação (percecionada pelos próprios imigrantes), verifica-se que existem diferenças significativas em função da região do país em que reside o inquirido (Tabela 9.5). A esta luz, o número de imigrantes a reportar vivências de discriminação na região dos Açores e do Alentejo aparece com alguma importância, seguidos daqueles que vivem no Algarve, Madeira e Área Metropolitana de Lisboa Sul. Os imigrantes residentes no Centro do país são os que menos reportam situações de tratamento pela negativa por serem estrangeiros. Se seria de esperar que os resultados sugerissem que é nas áreas com maior concentração de imigrantes que os inquiridos mais tendem a percecionar comportamentos discriminatórios, os dados aqui apresentados não nos permitem fazer nenhuma interpretação ou relação deste tipo, pelo que parece justificar-se a necessidade de efetuar mais estudos sobre a existência de eventuais variações regionais nos processos discriminatórios.

**Tabela 9.5 - Experiência de discriminação dos respondentes por motivos raciais ou étnicos, por região de residência (Nº e %)**

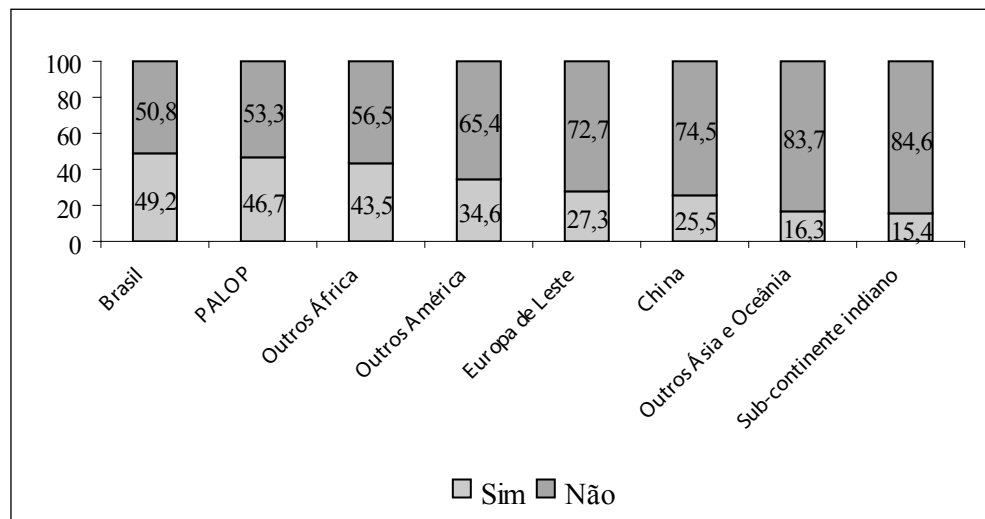
Experiência	Sim		Não	
	Nº	%	Nº	%
Região				
Norte	324	41,3	460	58,7
Centro	232	34,8	435	65,2
AMLN	473	40,4	698	59,6
AMLS	621	43,9	794	56,1
Alentejo	88	46,6	101	53,4
Algarve	236	45,6	282	54,4
Madeira	198	44,6	246	55,4
Açores	210	46,7	240	53,3

Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) - *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

Segundo outra perspetiva, se, por um lado, o preconceito dos portugueses parece estar dirigido preferencialmente a determinados grupos (Lages *et al.*, 2003), por outro, a percepção da ocorrência de discriminação parece também variar segundo a origem geográfica dos imigrantes.

Ao organizarmos as comunidades imigrantes por grandes origens geográficas (Figura 9.2), observamos que não há nenhum grupo onde o número daqueles que se sentiram discriminados é maior do que aqueles que não reportaram manifestações deste tipo. Ainda assim, quase metade dos inquiridos oriundos do Brasil afirma ter sido vítima de discriminação, sendo, de resto, o grupo que mais manifesta ter-se confrontado com esta situação. Tomando em conta a dimensão e visibilidade da comunidade brasileira em Portugal, os resultados aqui apresentados parecem contrariar a ligeira correlação verificada no estudo de Lages *et al.* (2003) entre a percepção da discriminação do próprio grupo e o grau de contacto inter-pessoal com portugueses, em que à medida que o contacto aumenta, tende a diminuir a tendência para avaliar o comportamento da população autóctone como discriminatório.

**Figura 9.2 - Experiência de discriminação dos respondentes, por origem geográfica (%)**



Fonte: CLAIH/ACIDI (2009/2010) - *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

O segundo grande grupo mais sujeito à discriminação é o dos PALOP, em que 46,7% aponta ter tido pelo menos uma experiência desse tipo, seguidos dos restantes africanos. A uma distância considerável de vulnerabilidade, surgem os outros imigrantes da América, quase todos da América Central e do Sul.

Dos cidadãos da Europa de Leste, cerca de  $\frac{1}{4}$  da população afirmou que já sofreu discriminação. Muito embora os portugueses, quando chamados a pronunciar-se sobre os diferentes grupos de imigrantes (tendo por base discussões de grupo focadas nas imagens, construções e discursos sobre os imigrantes) não diferenciem, geralmente, os imigrantes originários dos vários países da antiga União Soviética, usando, muitas vezes, a designação lata de “imigrantes do Leste” como sinónimo de “ucranianos” (Rosário, Santos e Lima, 2011), é interessante verificar que, como veremos adiante, o grupo não é um todo homogéneo, e que, por exemplo, os imigrantes moldavos parecem estar bastante mais expostos à discriminação.

Por último, os imigrantes asiáticos são aqueles que reportam menos casos de vivências de discriminação com base racial ou étnica, estando particularmente protegidos os cidadãos do subcontinente indiano (apenas 15,4% destes imigrantes já experienciou situações de discriminação). O menor confronto com a discriminação pode advir, porventura, do contacto menos frequente das comunidades asiáticas com a sociedade de acolhimento, sobretudo

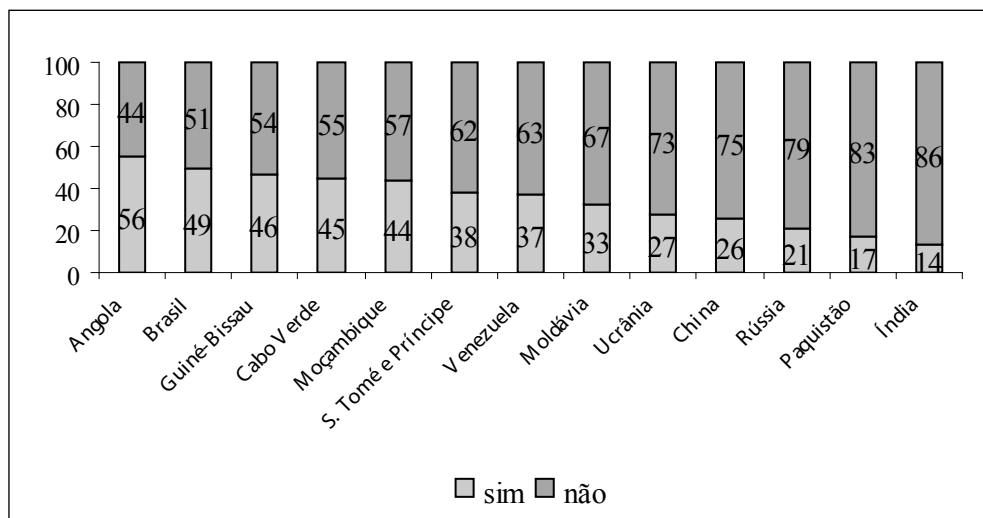
numa situação de dependência de trabalho, onde ocorrem a maior parte das situações de discriminação como se verá mais à frente, uma vez que é precisamente neste grupo que as relações de trabalho estão mais confinadas às relações de co-etnicidade (Oliveira, 2008).

Seguindo a premissa de que os grupos sobre os quais existe maior preconceito são aqueles que se confrontam mais com situações de discriminação, importa realçar algumas diferenças face ao estudo de Lages *et al.* (2003), em que os dados do inquérito apontavam as comunidades dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) como o contingente de pessoas com maior exposição à discriminação. Os dados daquele estudo indicavam que o preconceito dos portugueses era maior em relação aos imigrantes dos PALOP e da Europa de Leste do que relativamente aos brasileiros, no que respeita quer ao racismo, quer à percepção da diferença cultural. Ora, os dados mais recentes sugerem que o grupo dos brasileiros, porventura por força da sua numerosidade e também da alteração do seu perfil, em que passaram de uma comunidade composta sobretudo por imigrantes mais qualificados para uma população mais diversificada e menos escolarizada, perderam uma aparente proteção em relação à discriminação, estando inclusive mais suscetíveis do que as comunidades dos PALOP e, sobretudo, do que as da Europa de Leste a situações de discriminação.

Afinando a análise, quando cruzamos a experiência de discriminação com a nacionalidade do inquirido (Figura 9.3), podemos observar que o grupo de respondentes de Angola parece ser o mais afetado por situações de discriminação racial ou étnica, sendo de resto a única população imigrante em que o número de pessoas que descreve ter sido vítima deste tipo de discriminação é superior àquelas que percecionam não ter sido alvo deste tipo de atitude. Segue-se o caso de imigrantes do Brasil, em que 49% afirma já se ter sentido discriminado por motivos raciais ou étnicos em Portugal. Estas são, também e como vimos anteriormente, as duas comunidades em que os seus membros mais percecionam que os imigrantes, em geral, são discriminados em Portugal.



**Figura 9.3 - Percepção dos respondentes de terem sido discriminados por motivos raciais ou étnicos, por nacionalidade (%)**



Fonte: CLAIH/ACIDI (2009/2010) - *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

Nota: Selecionaram-se apenas as nacionalidades com mais de 30 observações/casos.

As comunidades da Guiné-Bissau, de Cabo Verde e de Moçambique apresentam padrões similares no que toca à vivência da discriminação e acima da média geral dos imigrantes inquiridos. Assim, podemos concluir que são as comunidades dos PALOP e Brasil as que mais se sentem discriminadas em Portugal. Por seu turno, note-se que as comunidades asiáticas com maior presença no país não apontam em grande escala ter sido vítimas de discriminação por motivos raciais ou étnicos, e em todos estes grupos menos de ¼ já sofreu este tipo de tratamento diferenciado. As comunidades moldava, ucraniana e russa parecem, também, estar algo protegidas de discriminação.

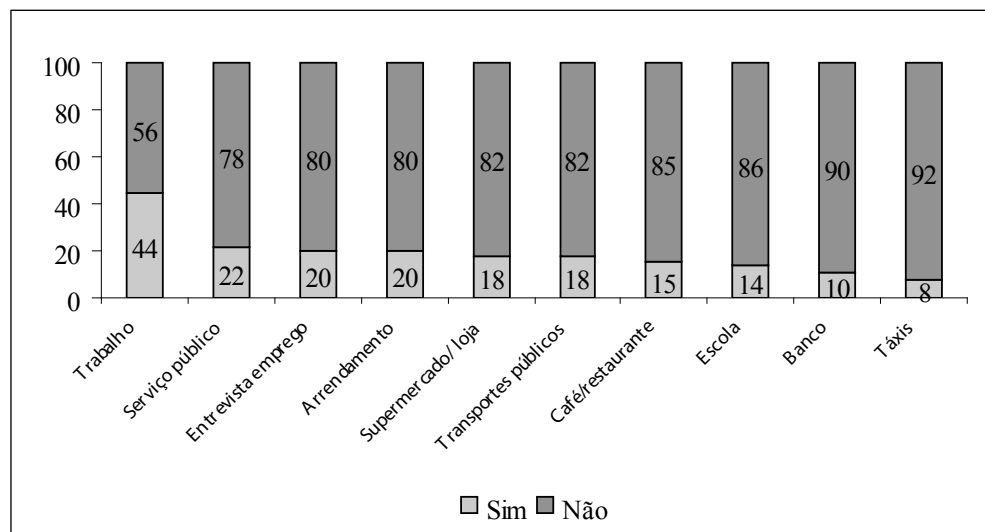
No que toca à relação entre a dimensão da comunidade e a percepção da discriminação, estudiosos como Hagendoorn (1993), Semyonov, Raijman e Gorodzeisky (2008) e Sniderman, Hagendoorn e Prior (2004) argumentam que os grupos com maior dimensão são vistos como menos benévolos e têm menos contacto com os nativos do país de destino. Segundo esta premissa, seria de esperar que à medida que aumenta a comunidade, aumenta a percepção da discriminação sentida. Ora, analisando-se a figura 9.3, podemos concluir que em Portugal a discriminação parece ter menos por base a questão da dimensão da comunidade do que a questão fenotípica, designadamente a prevalência do fenótipo negro. De resto, mesmo entre os imigrantes brasileiros, tem vindo a ser sugerido que as situações de

discriminação são mais intensas entre pessoas mulatas ou negras do que entre indivíduos brancos.

Ainda que a maioria dos inquiridos tenha afirmado nunca ter sido alvo de discriminação, importa descortinar quais as situações em que estão mais vulneráveis. A evidência parece sugerir que é no trabalho que existe maior incidência deste fenómeno, indo ao encontro dos resultados do estudo de Lages *et al.* (2003). De facto, 44% dos imigrantes inquiridos referem já ter sido alvo de discriminação em contexto laboral, um valor superior ao apresentado no estudo supracitado, que rondava os 38% (Figura 9.4). O aumento da percepção da discriminação no mercado de trabalho poderá ser resultado da maior vulnerabilidade dos imigrantes no contexto de crise económica, refletido, com tivemos oportunidade ver no capítulo 5, nas taxas de desemprego e nas diferenças salariais.

De seguida, os serviços públicos são a situação em que mais imigrantes não comunitários referem ter sido alvo de discriminação (22% de ocorrência). De acordo com o estudo de Santos *et al.* (2009), as situações de discriminação institucional reportadas ocorreram, sobretudo, no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, polícia e nos serviços de saúde. Refira-se a respeito deste último ponto que a discriminação sentida nos centros de saúde e hospitais pode advir, por um lado, do desconhecimento da legislação no que toca ao acesso dos estrangeiros aos cuidados de saúde (principalmente daqueles em situação irregular) e, por outro, a uma falta de preparação por parte dos profissionais de saúde para gerir a diversidade e perceber os quadros mentais e sociais dos diferentes grupos de imigrantes, nomeadamente no que toca à sua relação com o médico e à sua conceção de saúde (Fonseca e Silva, 2010). A esta luz, o programa em curso de mediação cultural no atendimento em serviços públicos implementado pelo ACIDI, mormente em centros de saúde, ganha ainda mais relevância e justificação de continuidade.

**Figura 9.4 - Ocorrência de situações de discriminação/Incidência da discriminação por domínio (%)**



Fonte: CLAIH/ACIDI (2009/2010) - *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

Alguns imigrantes (20%) referem, ainda, ter sido discriminados em entrevistas de emprego, pelo que se pode concluir que é no contexto laboral que os imigrantes mais se confrontam com situações de discriminação. De acordo com os inquiridos, o principal agente de discriminação no mercado de trabalho são os colegas (tendo sido referidos por 37,6% dos imigrantes que já experienciaram esta situação no mercado de trabalho), porventura por força de uma tensão gerada por uma aparente competitividade ao revés de complementaridade. Refira-se que entre os colegas também podem constar outros imigrantes, nomeadamente se tivermos em conta a elevada concentração dos não autóctones em determinados sectores de atividade e profissões, pelo que não é de descuidar as atitudes e preconceitos intercomunitários<sup>79</sup>. O padrão é o agente da discriminação em mais de ¼ das situações e, em menor, frequência a discriminação advém dos clientes (19,2%). Tomando como referência os dados sobre a perceção de discriminação por parte dos imigrantes em Portugal do estudo de Santos *et al.* (2009), no mercado de trabalho a discriminação está refletida, sobretudo, na não oferta da vaga de trabalho a um imigrante, na ocorrência de insultos a imigrantes

durante o trabalho e, em menor frequência, na não promoção/mobilidade profissional.

Importa, também, realçar a manifestação de discriminação no arrendamento, denotando por parte da comunidade portuguesa alguma desconfiança, desconhecimento e, porventura, preconceito em relação aos imigrantes. No entanto, a proporção de imigrantes a referir ter sido vítima de discriminação ao querer arrendar um apartamento/casa (20%) corresponde a metade dos valores apresentados no estudo de Santos *et al.* (2009) que, no entanto, incluíam também a negação da possibilidade de comprar apartamento ou casa, o que torna os âmbitos algo distintos. Os resultados obtidos parecem mais em sintonia com os elementos decorrentes da pequena simulação experimental efetuada por Malheiros e Fonseca (2011), mas, de qualquer forma, neste domínio parece ser clara a necessidade de alargar o âmbito dos estudos experimentais e efetuar uma análise mais profunda.

Ocorrem, ainda, com alguma incidência (entre 15% a 18%) manifestações de discriminação em situações do quotidiano, como no supermercado, lojas, transportes públicos, cafés e restaurantes. Não obstante, e tomando por base os resultados do estudo de Santos *et al.* (2009), a manifestação de discriminação não se revela, por exemplo, na recusa de entrada de um imigrante numa loja (ou restaurante), sendo muito poucos os estrangeiros que reportaram esta situação. A discriminação é, sim, mais frequente e manifesta-se através do mau tratamento no atendimento quer numa loja, restaurante ou serviços similares, ou seja, não se trata de uma discriminação primária, clara e objetiva, mas, antes, de um comportamento de rejeição mais subtil e velada, numa sociedade em que impera a norma antirracista.

Muito embora as escolas sejam um dos veículos privilegiados de transmissão social dos valores anti discriminatórios é de realçar, com especial preocupação, que 14% dos imigrantes indica já ter experienciado situações de discriminação nas escolas. A esta luz, um novo fôlego institucional deve ser conferido ao trabalho de educação intercultural em contexto pré-escolar e escolar e deve fomentar-se a introdução da temática da discriminação, racismo e xenofobia nos *curricula* educativos<sup>80</sup>. O agente de discriminação é, na maioria das situações, um colega (23,8%), e em muito menor proporção, mas ainda assim de destacar, os professores (10%) e os funcionários não docentes (6,7%). Deste modo, parece poder concluir-se que as situações de discriminação ocorrem sobretudo entre pares, tanto no mercado de trabalho como na escola.

Porventura em contraste com a perceção generalizada da relação dos imigrantes com a

80

O jogo de ferramentas educacional sobre Migração e Asilo - “Não São Apenas Números” da responsabilidade da OIM e do ACNUR – poderá constituir uma boa base de apoio. Os materiais educativos estão disponíveis em língua portuguesa nas páginas da OIM (<http://iom.int/jahia/Jahia/not-just-numbers-educational-toolkit/lang/en>) e do ACNUR (<http://unhcr.org/pages/4b7409436.html>).

banca, a ocorrência de situações de discriminação neste contexto parece ser pouco relevante, tendo sido experienciado por apenas 10% dos imigrantes. Por fim, ainda que sendo casos residuais, há imigrantes que referiram ter sido discriminados na rua e pela polícia.

Com o intuito de averiguar se há diferentes tipos de discriminação conforme os grupos de imigrantes, procedemos à análise das quatro situações em que ocorre mais discriminação, isto é, no trabalho, num serviço público, numa entrevista de emprego e no arrendamento, tendo em conta as variações por nacionalidade. Da leitura da tabela 9.6 podemos verificar que:

- As situações de discriminação no trabalho afetam, sobretudo, as comunidades do Leste, nomeadamente e por ordem de importância, a Moldávia e a Ucrânia. Cabe, ainda, destacar a elevada percentagem de cidadãos do Brasil (50,4%) que reportam ter sido alvo de discriminação em contexto laboral;
- Nos serviços públicos, são os moldavos quem mais afirma ter sido discriminado, seguidos dos brasileiros e angolanos;
- Em entrevistas de emprego, verifica-se que a discriminação parece afetar sobretudo os imigrantes da Moldávia e Ucrânia, da região da Europa de Leste, cidadãos de Angola, do lado dos PALOP, e Brasileiros;
- No arrendamento, o destaque cabe aos cidadãos do Brasil, da Guiné-Bissau e de Cabo Verde.

Assim, os dados sugerem que a discriminação para com os brasileiros é transversal a qualquer situação, sendo contudo menos premente nas entrevistas de emprego, enquanto os cidadãos da Europa de Leste parecem enfrentá-la sobretudo no trabalho, quando empregados (possivelmente por força da sobre qualificação, não reconhecimento das qualificações e/ou pouca mobilidade socioprofissional), aparentando estar protegidos no arrendamento. Por contraste, os cidadãos dos PALOP parecem estar principalmente mais vulneráveis à discriminação quando pretendem arrendar um apartamento ou em entrevistas de emprego.

**Tabela 9.6 - Incidência da discriminação por domínio e nacionalidade (%)**

Nacionalidade	Situação			
	Trabalho	Serviços públicos	Entrevista de emprego	Arrendamento
Ucrânia	63,0	19,6	21,1	10,6
Moldávia	68,8	31,3	25,0	14,6
Brasil	50,4	25,6	20,6	26,9
Angola	39,5	23,7	22,9	19,9
S. Tomé e Príncipe	34,6	19,2	17,3	9,4
Cabo Verde	30,8	16,8	16,6	21,2
Guiné-Bissau	38,9	16,6	18,4	23,1

Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) - *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

Por sua vez, e tendo em conta que a discriminação ocorre sobretudo em contexto laboral, quer aquando do desempenho quotidiano das suas funções, quer em momentos de entrevistas de trabalho, procedeu-se à análise deste tipo de discriminação em função de algumas possíveis variáveis condicionadoras e/ou explicativas como a situação (ir)regular, a religião e o sexo.

Olhando para os dados daqueles que referem ter sofrido de discriminação no trabalho, notamos que os desempregados, os ativos com profissão e as domésticas são os que mais declararam ter sido alvo das situações de discriminação em questão (52%, 47% e 36%, respetivamente). Acrescente-se haver diferenças assinaláveis em função da situação (ir)regular do imigrante em Portugal, surgindo aqueles que vivem numa condição de irregularidade com uma maior exposição aparente à discriminação no mercado laboral, face aos imigrantes que têm a sua situação regularizada (49,5% e 44,2%, respetivamente, afirmam já ter sofrido discriminação no trabalho). Por contraste, ser-se homem ou mulher parece não influenciar a vivência da discriminação no trabalho. Tendo como elemento diferenciador dos imigrantes a religião, são os ortodoxos (63,3%) e os protestantes evangélicos (51,1%) quem mais declara ter estado sujeito a uma situação de discriminação no trabalho.

Analisando os dados de quem anuncia ter sido vítima de discriminação em entrevistas de emprego, são as domésticas, os imigrantes que estão à procura do primeiro emprego, seguidos dos desempregados quem afirma mais frequentemente ter sido discriminado. Assim, e uma vez que o grupo que mais sofre discriminação numa entrevista de emprego é o das domésticas, não é surpreendente verificar que há mais mulheres do que homens a sentir um tratamento diferenciado pela negativa no acesso ao mercado de trabalho (22,9% e

17,6% respetivamente declara que já sofreu esta situação). Por seu turno, numa entrevista de emprego parece não pesar na incidência da discriminação o facto de o imigrante estar em situação regular ou irregular.

### *Síntese Breve*

Em traços largos e para concluir o presente capítulo, cabe destacar que cerca de  $\frac{3}{4}$  dos inquiridos considera que os imigrantes são alvo de discriminação, sobretudo ocasionalmente. A perceção da existência de discriminação em Portugal é mais aguda entre os imigrantes com baixa escolaridade, sendo que à medida que o nível de escolaridade aumenta, diminui o número de imigrantes que considera existir discriminação em território nacional. As comunidades em que o sentimento de existência de discriminação é mais generalizado são as oriundas do Brasil e dos PALOP (principalmente Angola e Cabo Verde), sendo muito menos acentuado nas comunidades do Leste da Europa e Ásia.

Passando de um quadro de perceção generalizado para um eixo de análise em que a tónica está sobre os imigrantes que já experienciaram discriminação de base étnica ou racial, verificamos que 58% refere não ter sido alvo de nenhuma manifestação de discriminação, um valor que, comparando com outros estudos, parece estar a diminuir. Existem diferenças de acordo com o sexo, em que as mulheres apontam em maior proporção terem sido discriminadas em Portugal. A posse da nacionalidade portuguesa não parece diminuir a probabilidade de um cidadão ser discriminado. Por seu turno, essa probabilidade parece variar com o nível de escolaridade (e.g. os mais qualificados tendem a relatar menos ter sido alvo de discriminação) e com o estatuto migratório/situação regular no país, verificando-se que os estrangeiros que residem em Portugal de forma irregular apresentam índices superiores de discriminação.

São os imigrantes que residem no Alentejo e Açores os que mais reportam ter sido vítimas de tratamento pela negativa, pelo que parece não existir relação entre os locais com maior concentração de imigrantes e os níveis de discriminação.

Da mesma forma, os dados sugerem existir alguma relação entre a dimensão da comunidade e o grau de incidência de situações de discriminação, sendo os cidadãos oriundos do Brasil e dos PALOP que mais reportam vivências de discriminação. Importa referir, ainda, que as categorias grupais “PALOP” e “Europa de Leste” compreendem realidades bastante heterogêneas no que toca à exposição à discriminação. Cabe destacar de entre o grande somatório de comunidades, os cidadãos de Angola e da Moldávia como os mais vulneráveis.

Acrescente-se que as situações em que mais ocorre discriminação são, por ordem de importância, no trabalho, serviços públicos, entrevistas de emprego e arrendamento de imóvel. Quer em contexto laboral, quer na escola, a discriminação surge entre pares. Não obstante, os graus de vulnerabilidade variarem por grande grupo comunitário, é possível verificar um padrão relativamente homogêneo em termos de tipos de discriminação. Os imigrantes da Europa de Leste enfrentam a discriminação, sobretudo, em ambiente laboral, enquanto os cidadãos dos PALOP a sofrem nas situações de arrendamento. Os brasileiros deparam-se com comportamentos discriminatórios de forma mais transversal e constante.

Por fim, e tendo em conta que a discriminação ocorre de sobremaneira em contexto de trabalho (tanto enquanto empregados, como nos momentos de seleção e recrutamento), importa referir alguns dos seus preditores. No caso de a discriminação ter ocorrido no trabalho, a situação parece não variar de acordo com o sexo. Por sua vez, a situação (ir)regular do imigrante influencia o grau de exposição à discriminação, surgindo os que estão em situação irregular como os mais expostos. Por seu turno, e tendo como elemento diferenciador a religião professada, são os imigrantes ortodoxos que mais estão sujeitos a situações de discriminação em meio laboral.

Centrando-nos na ocorrência da discriminação em entrevistas de emprego, as mulheres são mais penalizadas. Como causa ou consequência da discriminação, quando observamos a condição perante a atividade económica do inquirido, verificamos que os que mais anunciam ter sido vítimas de discriminação em entrevistas de emprego estão em situações de inatividade laboral (domésticas, à procura do 1º emprego e desempregados).

Por último, ainda que a perceção da discriminação para com os imigrantes seja bastante superior à sua efetividade, a avaliar pelo número de estrangeiros que relatou ter sofrido um comportamento desfavorável com base na sua etnia ou raça, impõe-se dar continuidade a uma política pública que fomente a interculturalidade e combata o preconceito e os estereótipos. É particularmente importante sensibilizar os pequenos e médios empresários numa ótica de responsabilidade social, por um lado, e as crianças e jovens no sentido da alteração das mentalidades e atitudes em relação à imigração. Cabe, ainda, destacar o papel dos *media* como importantes difusores de imagens e construtores dos discursos, pelo que também com este grupo, em particular, é necessário continuar a trabalhar para a sua sensibilização.



## 10. REDES DE SOLIDARIEDADE E APOIO: INSTITUCIONAIS E INFORMAIS

O recurso à teoria das redes sociais na explicação dos processos migratórios tem raízes antigas, que alguns autores como Arango (2003) fazem remontar ao trabalho pioneiro de Thomas e Znaniecki, elaborado há cerca de 100 anos, sobre os imigrantes polacos nos EUA e na Europa, sendo destacada a questão das suas relações com o país de origem. Contudo, é num período bem mais recente que a importância das redes sociais dos migrantes, entendidas como as relações de confiança e solidariedade que se estabelecem entre conterrâneos e parentes nas regiões de origem e destino, passaram a ser incorporadas de forma mais frequente e explícita no quadro de explicações, quer para a geração e direção dos fluxos migratórios, quer para diferentes processos de inserção social nas sociedades de destino, que vão do emprego à habitação.

Estas redes sociais constituídas por imigrantes e co-étnicos, familiares ou não, proporcionam informação e entreaajuda que contribui para criar uma decisão de emigrar, escolher um local de destino ou os apoios necessários para encontrar alojamento, trabalho ou outros locais de sociabilização formal e informal (Gurak e Caces, 1992; Peixoto, 2002).

Contudo, para além destas redes constituídas pelos próprios imigrantes, estes acabam necessariamente envolvidos, de forma explícita ou implícita, noutras redes, tanto pessoais (colegas de trabalho, vizinhos...), como institucionais (“agências” de apoio à imigração, associações de imigrantes e outras).

Um desenvolvimento deste raciocínio levou alguns autores a associar a proposta das redes migratórias à noção de capital social (Massey *et al.*, 1987; Arango, 2003; Jacobs e Tillie, 2004). Este conceito assumiu mais proeminência nas ciências sociais a partir de inícios dos anos 90 na sequência de trabalhos de investigadores como Putnam (1993) que, partindo dos contributos de Bourdieu, entendeu capital social como uma característica da organização social que diz respeito às redes sociais e aos laços de solidariedade, reconhecimento e confiança que contribuem para assegurar a cooperação e a interajuda entre grupos de indivíduos.

Uma perspetiva mais fina de capital social, centrada no modo como podemos classificar as redes sociais que sustentam as relações entre indivíduos, permite destacar duas lógicas complementares. Em primeiro lugar, podem considerar-se *redes inclusivas* (ou externas) e *exclusivas* (ou internas) (Horta e Malheiros, 2006; Almeida, 2011), estando as primeiras associadas ao que se designa como “bridging social capital” e as segundas à noção de “bonding social capital” (Baernholdt e Aarsother, 2002). Enquanto a primeira forma traduz as redes sociais internas aos grupos, isto é aquelas que envolvem indivíduos pertencentes ao mesmo grupo étnico, social, etário ou outro, as segundas respeitam aos laços que se estabelecem entre grupos heterogêneos e os indivíduos que os integram.

Uma segunda lógica permite separar as redes formais ou institucionais das redes informais, correspondendo as primeiras aos processos relacionais que implicam a pertença a organizações e são protagonizados ou mediados por estas, e as segundas às ligações entre pessoas ou mesmo grupos de indivíduos interligados por processos espontâneos e não formalizados.

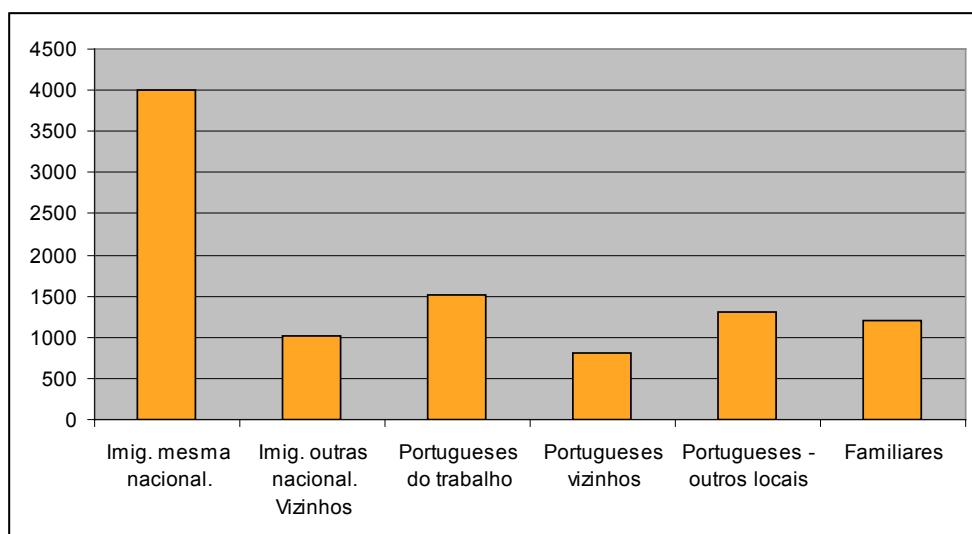
Tendo em conta este quadro concetual e considerando a importância do capital social nos processos de migração e, particularmente, de integração, este capítulo tem como objetivo contribuir para compreender quais as redes potencial ou efetivamente mobilizadas pelos imigrantes, considerando quer o binómio interno-externo, quer o binómio informal-formal. Relativamente às redes formais, pretende-se analisar o modo e a intensidade como os imigrantes se relacionam com as “suas” associações (lógica exclusiva) e com as organizações da sociedade de acolhimento (lógica inclusiva).

### 10.1 SOCIABILIDADES INFORMAIS

Relativamente às sociabilidades informais, procurámos recolher dados não apenas sobre os protagonistas das relações mais profundas (amizade) que os imigrantes mantêm em Portugal mas também a quais recorrem em circunstâncias de emergência.

Assim, em relação à questão “Em Portugal, os seus amigos(as) são sobretudo...”, os resultados mostraram que as sociabilidades da maioria da população migrante estão essencialmente centradas nas redes de conterrâneos, o que aponta para uma prevalência das redes exclusivas.

**Figura 10.1. - Estrutura global das redes de amizade dos respondentes – número de respondentes que mencionou cada grupo**



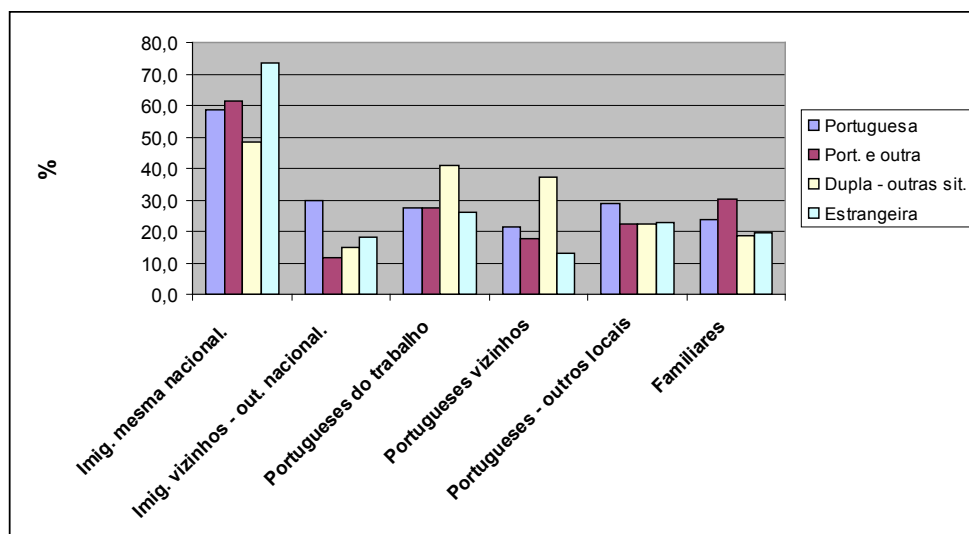
Fonte: CLAIH/ACIDI (2009/2010) - *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.  
 Nota: O total geral excede a amostra de indivíduos inquiridos porque estes podiam referir mais do que uma “rede de amizade” na sua resposta.

Pouco mais de 4 mil inquiridos (70,6%) declararam que a maioria das suas redes de amizade estão centradas em imigrantes com a mesma origem nacional enquanto cerca de mil e quinhentos (26,5%) responderam que os seus amigos se encontram entre os companheiros de trabalho portugueses (Figura 10.1). As redes de amizade que envolvem portugueses conhecidos noutros lugares (1307 respostas afirmativas; 23,1%) aparecem depois, sendo que a família (1202 respostas afirmativas; 21,2%) e o quadro de vizinhança emergem como esferas menos propícias ao desenvolvimento de relações de amizade.

O reforço sistemático dos laços sociais com base na origem e a menor importância de outras redes sociais assentes em laços que extravasam a nacionalidade dos migrantes, indicia a

tradicional etnicização forte das redes sociais, que podem estar ligadas à reprodução das cadeias migratórias e, também, à eventual exclusão dos migrantes de outros espaços de sociabilidade que envolvem, por exemplo, portugueses. Note-se que, relativamente a estas últimas, já classificadas como externas ou inclusivas, são os locais de trabalho que parecem proporcionar ligações mais profundas com os portugueses, o que evidencia o seu papel, não apenas enquanto fonte de rendimento, mas também de promoção de relações entre grupos imigrantes e autóctones (Fonseca e McGarrigle, 2012).

**Figura 10.2 - Estrutura das redes de amizade segundo a situação perante a nacionalidade dos respondentes (%)**



Fonte: CLAIH/ACIDI (2009/2010) - *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.  
 Nota: A soma das percentagens excede os 100% porque os indivíduos inquiridos podiam referir mais do que uma "rede de amizade" na sua resposta.

Esta tendência para a prevalência dos laços baseados na contrerraneidade apresenta uma reduzida variabilidade de género, sendo que os dados disponíveis mostram que tal se verifica tanto entre homens como entre mulheres.

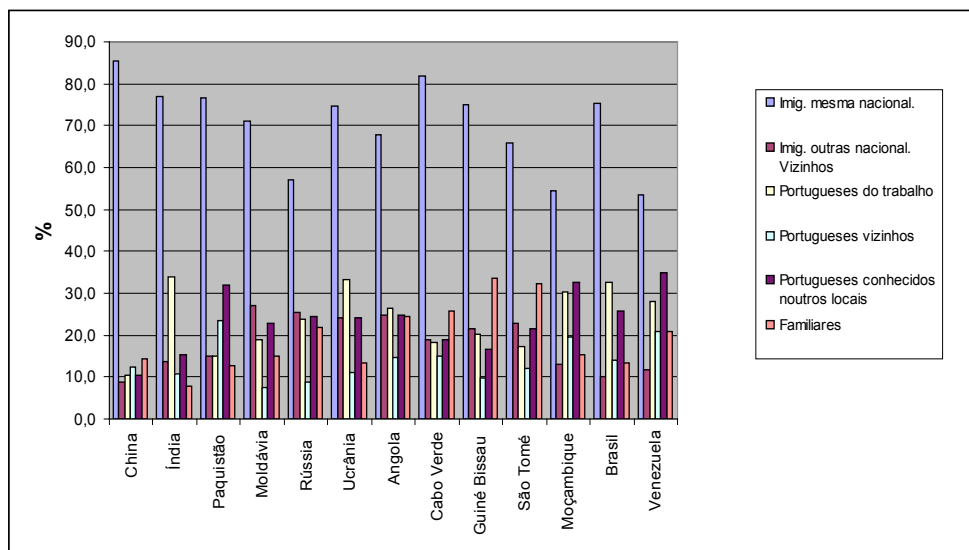
Como seria expectável, esta tendência para o predomínio das relações de amizade de tipo endogâmico é mais evidente em população de nacionalidade estrangeira (Figura 10.2), sendo que no caso dos imigrantes que têm nacionalidade portuguesa e dos indivíduos com

dupla nacionalidade estrangeira as redes sociais aparecem bastante mais diversificadas. Note-se que para este último pequeno grupo, os amigos portugueses têm mais significado, ocorrendo também um reforço do número de amigos entre a vizinhança, o que também se verifica no caso dos imigrantes com nacionalidade portuguesa. Este aprofundamento dos laços de vizinhança, com a transformação de contactos superficiais em relações de amizade, aparece normalmente associado a estadias mais longas em Portugal, situação mais frequente entre os imigrantes naturalizados (Fonseca e McGarrigle, 2012).

Através de um olhar segmentado pelas nacionalidades mais representadas, conseguimos perceber que toda a população estrangeira inquirida apresenta redes de amizade mais centradas nos conterrâneos, embora a sua intensidade seja mais significativa nos grupos culturalmente mais distintos dos portugueses (chineses, indianos e paquistaneses) e, também, nos brasileiros, guineenses e cabo-verdianos (Figura 10.3).

Note-se que o desenvolvimento de relações de amizade com portugueses que partilham o local de trabalho é mais forte nalguns grupos bem presentes nas vagas migratórias mais recentes muito centradas na imigração laboral (e.g. indianos, ucranianos e brasileiros), sendo que os venezuelanos acrescentam ainda todos os outros grupos de portugueses (vizinhos, conhecidos noutros locais), o que atesta a sua proximidade face à população lusa. Por último, entre as populações dos PALOP, com exceção dos moçambicanos, os familiares são mais frequentemente identificados como amigos, o que parece apontar para uma maior e mais diversificada presença de familiares em Portugal e, também, para modelos específicos de família, que a interpretam numa lógica mais alargada do que entre os restantes grupos nacionais dos entrevistados.

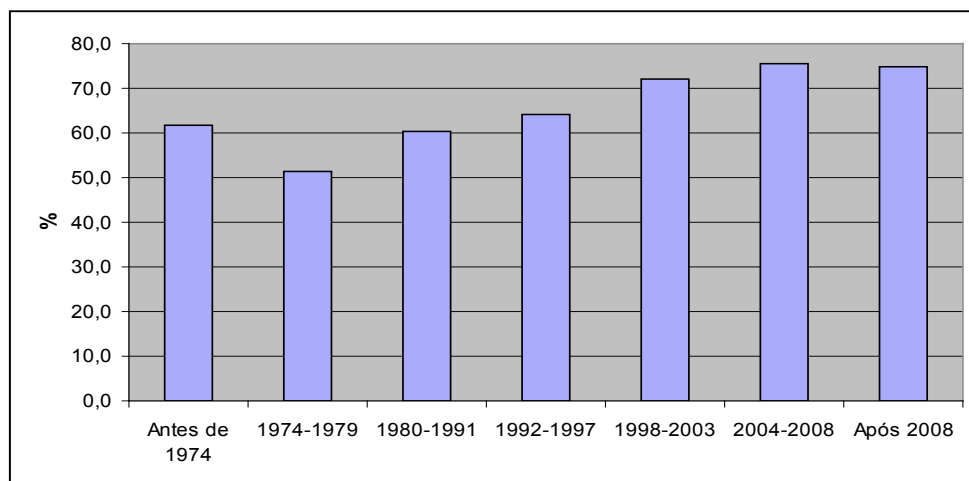
**Figura 10.3 – Estrutura das redes de amizade dos respondentes segundo as principais nacionalidades (%)**



Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) - *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.  
 Nota: A soma das percentagens excede os 100% porque os indivíduos inquiridos podiam referir mais do que uma "rede de amizade" na sua resposta.

A relação entre tempo de presença e redução da centralidade das relações de amizade no próprio grupo nacional está bem patente na figura 10.4, que mostra uma tendência para a progressiva redução da percentagem de amigos conterrâneos nas redes de sociabilidade à medida que aumenta o período de presença em Portugal.

**Figura 10.4 – Amigos “da mesma nacionalidade” do respondente, segundo os períodos de chegada (%)**



Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) - *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

Ainda segundo os mesmos dados, é possível argumentar que é junto de migrantes que trabalham nos serviços, na construção civil e, no geral, em trabalhos não qualificados que se verifica um maior reforço destas redes de sociabilidade com base na mesma origem. Estas três atividades profissionais estão associadas aos sectores do mercado de trabalho que mais imigrantes têm absorvido nas últimas décadas e como tal acabam, frequentemente, por ser espaços de reforço de sociabilidades com base na mesma origem e altamente etnicizados. No caso dos serviços, a criação de nichos comerciais associados a determinados segmentos da população migrante são, o mais das vezes, espaços de reforço de sociabilidades com base no país de origem, especialmente em contextos onde a etnicização da mão-de-obra é uma estratégia ativamente encorajada.

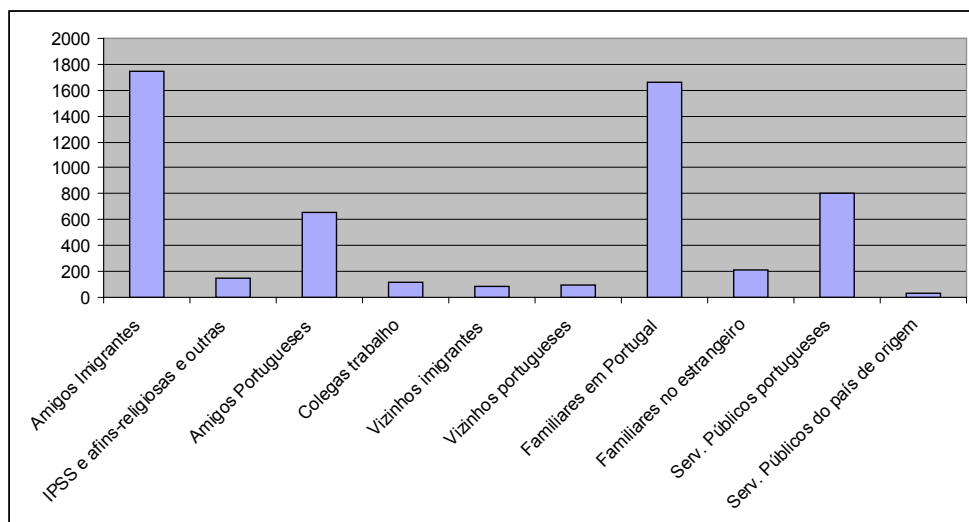
Uma análise mais aprofundada do conteúdo das relações de sociabilidade pode ser obtida através das respostas à questão “Se precisasse de ajuda de emergência a quem iria recorrer em primeiro lugar”. Os resultados apurados no inquérito revelam que 1748 inquiridos (30,8%) recorreriam a amigos imigrantes (que como vimos anteriormente são essencialmente conterrâneos) e 1664 (29,4%) a familiares a residir em Portugal sempre que se deparam com situações de emergência. Verifica-se assim um claro privilégio da mobilização das redes informais e exclusivas (conterrâneos, familiares) nos momentos de necessidade, sendo que o recurso às redes formais apenas aparece num terceiro nível e a uma distância

considerável, pois apenas 806 inquiridos (14,2%) afirmaram recorrer a serviços públicos portugueses (Figura 10.5). Mesmo assim, o nível de confiança potencial nos serviços públicos portugueses tem alguma relevância e ultrapassa um eventual recurso às redes sociais informais inclusivas que envolvem amigos portugueses.

Quando incorporamos a componente género na análise, a principal alteração que se verifica reside no facto de o recurso a familiares instalados em Portugal se sobrepor ao recurso a amigos imigrantes no caso das mulheres como estratégia potencial dominante, verificando-se o contrário no que concerne aos homens (Figura 10.6).

Isto está em linha com os resultados obtidos noutros estudos que também apontaram para uma maior valorização dos recursos familiares no quadro das estratégias sociais das mulheres imigrantes em Portugal (Malheiros, Padilla e Rodrigues, 2010).

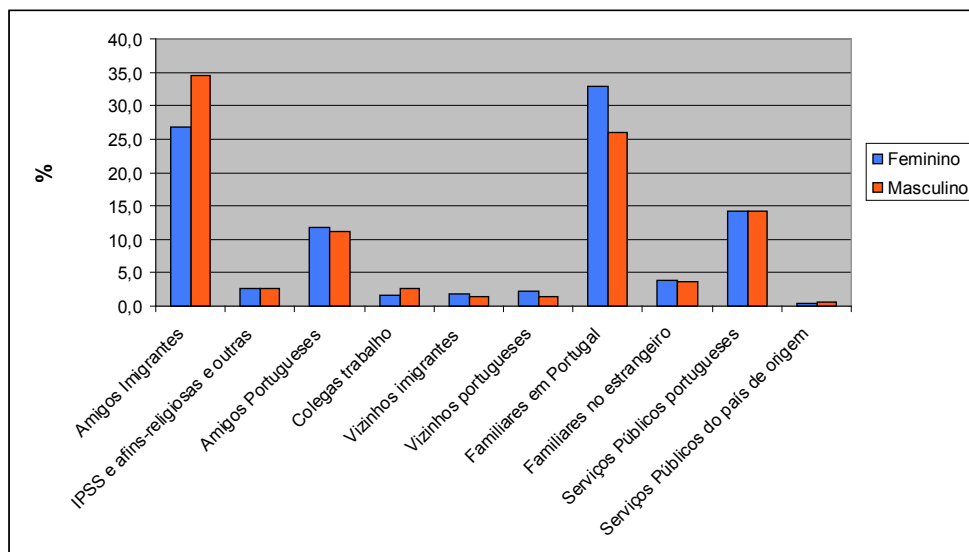
**Figura 10.5 - A quem recorreria se necessitasse de ajuda de emergência (Nº)**



Fonte: CLAIH/ACIDI (2009/2010) - *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.



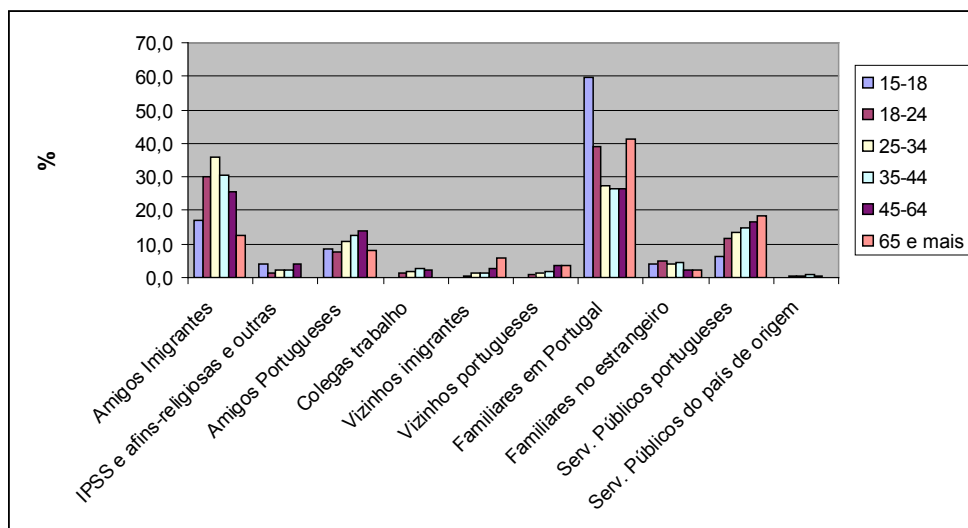
**Figura 10.6 - A quem recorreria se necessitasse de ajuda de emergência, segundo o sexo dos respondentes (%)**



Fonte: CLAIH/ACIDI (2009/2010) - *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

No âmbito dos grupos de idade, verificam-se igualmente algumas diferenças ao nível das frequências (Figura 10.7). Assim, os respondentes dos grupos extremos (15-18, 19-24 e mais de 65 anos), que incluem maiores percentagens de população dependente, recorreriam mais intensamente a familiares em Portugal. Já os grupos etários correspondentes aos jovens ativos (25-34) e jovens maduros (35-44) se voltariam em primeiro lugar para os amigos imigrantes. A utilização de serviços públicos portugueses em caso de emergência, que se destaca claramente face a um eventual recurso a IPSS ou às instituições públicas ligadas à origem, aparece em terceiro lugar e tem uma intensidade crescente com a idade. Isto aponta para o facto de o avanço da idade aparecer associado a uma progressiva desvalorização da família enquanto almofada social em tempo de crise, emergindo as redes institucionais e externas como algo cada vez mais valorizado. Veja-se, por exemplo, o peso comparativo, ainda que reduzido, que é conferido pelos maiores de 65 anos a IPSS e a amigos portugueses.

**Figura 10.7 - A quem recorreria se necessitasse de ajuda de emergência, segundo o grupo etário dos respondentes (%)**



Fonte: CLAIH/ACIDI (2009/2010) - *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

Como seria de esperar a tendência para recorrer a amigos imigrantes e/ou a familiares já instalados em Portugal é tanto mais vincada quanto a naturalidade e a nacionalidade forem outras que não a portuguesa. Dito isto, importa mencionar que as respostas variam consoante a origem nacional dos inquiridos. Assim, entre a população de nacionalidade guineense, angolana e cabo-verdiana, as respostas privilegiam mais o recurso a familiares residentes em Portugal sempre que surge uma situação de emergência, o que está em sintonia com o que referimos a propósito da importância dos laços familiares e de uma conceção mais alargada de família entre estas populações. Já no caso dos nacionais de países como a China, a Índia, a Ucrânia, a Rússia, a Moldávia e o Brasil é mais frequente recorrer a redes de conterrâneos, também imigrantes.

Este último quadro permite também concluir que entre as migrações mais sedimentadas ao longo das últimas décadas, e nas quais os processos de reunificação familiar se foram consolidando, o recurso a apoio familiar é mais estruturante. Nestes contextos, privilegiam-se os laços familiares relativamente à conterraneidade. No caso de migrações mais recentes, e portanto naquelas onde a reunificação familiar apenas recentemente se iniciou ou ganhou alguma importância, o recurso a redes com base na conterraneidade continua a assumir uma maior importância.

## 10.2 ASSOCIATIVISMO E DIREITOS DE CIDADANIA

O associativismo imigrante em Portugal tem sido objeto, ao longo dos últimos 20 anos, de vários estudos, como demonstra a boa sistematização efetuada por Horta (2010). Segundo a investigadora, estes estudos envolvem desde análises abrangentes sobre a ação coletiva imigrante e o processo de desenvolvimento global do movimento associativo imigrante, de que se destacam os de Fernando Luís Machado, realizado em 1992, Beatriz Rocha-Trindade em 1995, e Rosana Albuquerque, Luísa Ferreira e Teresa Viegas em 2000 (Horta, 2010: 16-17). Adicionalmente, têm sido realizados, quer trabalhos relativos ao associativismo específico de determinados grupos de imigrantes (Viegas, 1998 para os timorenses; Paulino, 2003 e Quintino, 2010, para os guineenses; Carita e Rosendo, 1993; Sardinha, 2005 ou Horta e Malheiros, 2006, para os cabo-verdianos; Pires, 2004 para os imigrantes de Leste), quer análises comparativas (Mapril e Araújo, 2002; Sardinha, 2010), quer ainda estudos sobre a participação cívica e política dos imigrantes, que focam a relação entre estratégias e lideranças associativas e partidos políticos ou instituições públicas locais (Horta, 2004; Marques e Santos, 2004; Marques, Santos e Leitão, 2008).

Não obstante esta relativa abundância de estudos sobre associativismo imigrante, envolvimento em redes formais de carácter cívico e político e formas de ação coletiva, há duas dimensões que apresentam algum défice. Por um lado, como evidencia Horta (2010), a maioria dos trabalhos tem-se centrado nos imigrantes e nas estruturas associativas da AML Norte, deixando de lado os processos que ocorrem noutras regiões portuguesas. Por outro, o envolvimento dos imigrantes em organizações que não têm uma base étnica ou que não desenvolvem atividade político partidária mais explícita, como as associações de estudantes, os clubes recreativos e desportivos ou mesmo os sindicatos<sup>81</sup>, raras vezes têm sido objeto de estudo. Atendendo a esta situação, este subcapítulo pretende lançar algumas pistas relativas à participação

81

Neste domínio, deve referir-se o trabalho de Kolarova e Peixoto, publicado pelo ACIDI em 2009.

associativa dos imigrantes nas diversas regiões portuguesas e, também, ao seu envolvimento em organizações de tipo diverso, e não apenas no próprio movimento associativo imigrante.

Uma análise dos níveis globais de associativismo dos imigrantes nas várias regiões, não só evidencia uma participação baixa no contexto de um país que é conhecido por possuir dos níveis de associativismo mais reduzidos da Europa<sup>82</sup> (Viegas, 2010; Moraes e Sousa, 2012), como aponta para uma surpreendente maior participação no Norte e em regiões mais periféricas e de mais baixa fixação de estrangeiros não comunitários (Tabela 10.1).

Efetivamente, no caso dos imigrantes inquiridos na amostra, os níveis de participação associativa (cerca de 18%) corresponderiam a cerca de metade dos valores registados para o conjunto dos residentes em Portugal, observando-se uma quase duplicação na Região Norte (34%) e mesmo no Alentejo (30%) e uma atenuação substancial na Área Metropolitana de Lisboa. Sem prejuízo de algum enviesamento associado à estratégia de inquirição, que, como referimos no capítulo metodológico, foi direccionada para um conjunto de concelhos que no seu conjunto assumem uma lógica representativa do território nacional, mas que, em aspetos específicos como este, são claramente influenciados por realidades locais (e.g. existência ou não de associações, dinamismo do tecido associativo, etc.), sendo distorcidos pelo efeito destas, parece-nos haver dois fatores que contribuem para a diversidade regional detetada. Em primeiro lugar, uma maior proximidade do tecido associativo às populações nalguns concelhos mais pequenos poderá justificar um maior envolvimento dos residentes, nacionais e imigrantes, nestas, ao contrário do que se passa nas grandes cidades e, designadamente, na AML-Norte onde ficam Lisboa e as periferias suburbanas mais populosas como Sintra ou Loures. Em segundo lugar, a importância, sobretudo em termos relativos, dos estudantes estrangeiros, tanto no Norte (Braga e Guimarães), como no Alentejo (frequência de politécnicos e mesmo de escolas secundárias) traduz-se numa oferta mais próxima e intensiva de associativismo ligada às organizações estudantis que podem contribuir para um incremento da participação. Os valores mais reduzidos na Região Centro, onde se situa a Universidade de Coimbra que apresenta uma proporção significativa de estudantes estrangeiros e diversos incentivos ao associativismo destes, mas uma população imigrada relativamente reduzida, dever-se-ão, provavelmente, ao facto do município de Coimbra não estar incluído entre os espaços de inquirição.

---

**82**

Algumas entidades, como a Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto, estimam que os portugueses envolvidos nalguma associação se situem na casa dos 3 milhões, o que aponta para um nível de associativismo entre a população maior de 15 anos da ordem dos 33%.

**Tabela 10.1 – Níveis gerais de associativismo segundo a região de residência dos respondentes (Nº e %)**

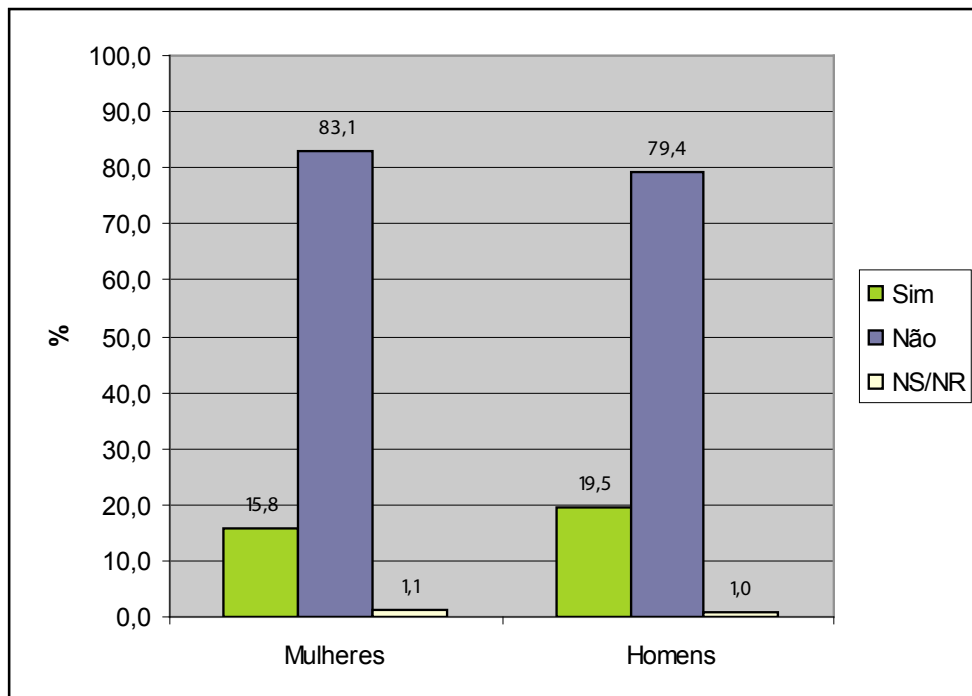
Região de residência		Sim	Não	Não sabe/ Não Responde	Total
Norte	N	269	510	12	791
	%	34,0	64,5	1,5	100,0
Centro	N	86	578	6	670
	%	12,8	86,3	0,9	100,0
AML-Norte	N	102	1063	10	1175
	%	8,7	90,5	0,9	100,0
AML-Sul	N	237	1174	17	1428
	%	16,6	82,2	1,2	100,0
Alentejo	N	57	127	6	190
	%	30,0	66,8	3,2	100,0
Algarve	N	93	422	3	518
	%	18,0	81,5	0,6	100,0
Madeira	N	60	382	5	447
	%	13,4	85,5	1,1	100,0
Açores	N	102	348	0	450
	%	22,7	77,3	0,0	100,0
Total	N	1006	4604	59	5669
	%	17,7	81,2	1,0	100,0

Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) - *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

Nota: Inclui a declaração de pertença a qualquer tipo de organizações.

Uma observação por género revela proporções muito próximas nos níveis de associativismo (Figura 10.8), mas ligeiramente mais elevadas entre os homens, o que está em sintonia com outros estudos que detetam uma maior presença de indivíduos do sexo masculino no meio associativo, questão que decorre de uma presença ainda hoje mais forte dos homens nas esferas de sociabilidade formal exteriores ao espaço doméstico.

**Figura 10.8 – Níveis gerais de associativismo segundo o género dos respondentes (%)**



Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) - *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.  
 Nota: Inclui a declaração de pertença a qualquer tipo de organizações.

Uma avaliação da existência de uma relação entre o tempo da presença em Portugal e os níveis de associativismo mostra que este é mais reduzido entre aqueles que estão há mais tempo no país e aqueles que chegaram mais recentemente (Tabela 10.2). Os motivos para isto não são claros e seria interessante testar algumas hipóteses que implicam tentar saber qual o tipo de associações que é mais relevante para os grupos de imigrantes mais antigos e mais recentes e, também, que tipo de experiência possuem em termos de contacto com o meio associativo em Portugal.

Refira-se que, em termos gerais, os imigrantes aparecem mais envolvidos nas suas próprias associações (organizações de base étnica), depois em associações locais que envolvem, entre outras, entidades culturais, recreativas e desportivas. Num terceiro patamar, com níveis de associativismo em torno dos 2% situam-se associações de país, sindicatos e organizações religiosas (Figura 10.9).

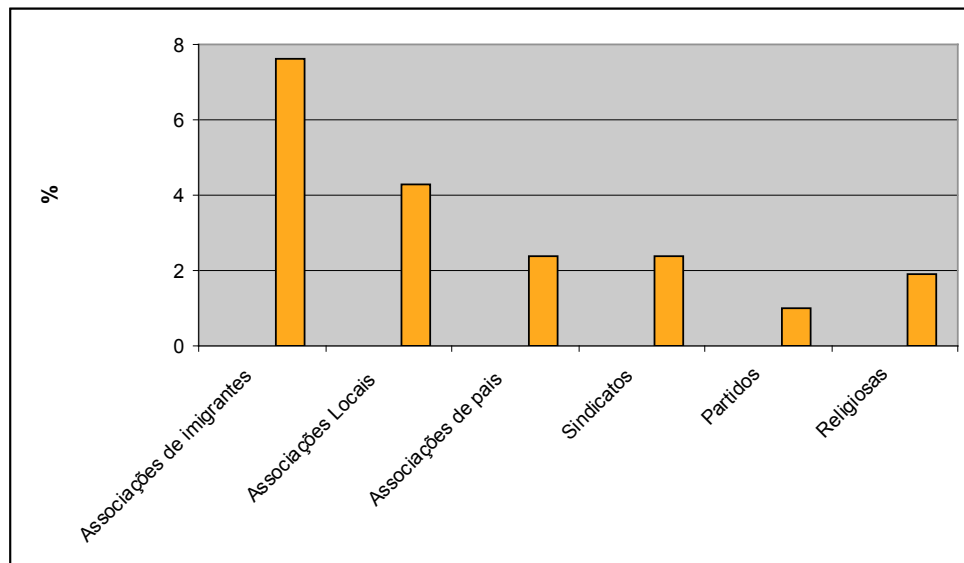
**Tabela 10.2 – Níveis gerais de associativismo segundo o período de chegada dos respondentes (Nº e %)**

Período de chegada		Sim	Não	Não sabe/ Não Responde	Total
<1974	N	18	122	1	141
	%	12,8	86,5	0,7	100,0
1974-79	N	40	186	1	227
	%	17,6	81,9	0,4	100,0
1980-91	N	106	355	4	465
	%	22,8	76,3	0,9	100,0
1992-97	N	106	295	3	404
	%	26,2	73,0	0,7	100,0
1998-03	N	384	1680	27	2091
	%	18,4	80,3	1,3	100,0
2004-08	N	255	1283	7	1545
	%	16,5	83,0	0,5	100,0
>2008	N	82	647	13	742
	%	11,1	87,2	1,8	100,0
NR	N	15	36	3	54
	%	27,8	27,8	27,8	27,8
Total	N	1006	4604	59	5669
	%	17,7	81,2	1,0	100,0

Fonte: CLAIH/ACIDI (2009/2010) - *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

Face a este quadro que, de alguma forma, traduz o envolvimento em redes formais, verifica-se, também aqui, uma sobrevalorização do capital social de tipo exclusivo associado às associações de imigrantes e mesmo a diversas organizações religiosas como as igrejas Evangélicas de raiz brasileira ou a Comunidade Hindu de Portugal. Refira-se, no entanto, que as esferas de inserção social de proximidade (comunidade de vizinhos ou de bairro, escola, local de trabalho) induzem a entrada, fraca mas visível, noutras redes externas, dominadas pela sociedade de acolhimento, como as associações de pais ou os sindicatos. Já a pertença formal a partidos políticos regista os níveis mais baixos de envolvimento, de todos os tipos de organizações considerados.

**Figura 10.9 – Respondentes pertencentes a associações segundo o tipo de associação (%)**



Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) - *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

Centrando-nos agora nas associações de imigrantes, verificamos que, em termos gerais, 14% dos imigrantes afirma tê-las utilizado (Tabela 10.3), valor que constitui uma proporção bastante superior à daqueles que se dizem membros deste tipo de organizações. Parece assim emergir uma lógica funcional relativamente ao uso das associações que depois não se traduzirá, em muitos casos, numa participação formal prolongada e sistemática. Tal como acontece com os níveis gerais de associativismo, nas regiões do Alentejo e do Norte a proporção daqueles que dizem utilizar as associações de imigrantes aumenta substancialmente. Contudo, é nos Açores que se observa a percentagem mais elevada, declarando-se como utilizadores quase 50% dos imigrantes inquiridos nesta região. Estas elevadas proporções podem significar que os imigrantes recorrem às associações porque estas funcionam como um elemento formal de apoio e proximidade, podendo mesmo desempenhar determinadas tarefas que noutros locais são oferecidas por serviços públicos, como acontece com o CLAI de Ponta Delgada que funciona na Associação dos Imigrantes nos Açores (AIPA). Refira-se que apesar dos níveis de utilização mencionados - a AIPA é a única associação de imigrantes efetivamente ativa na R.A. Açores -, o número de imigrantes que se declara membro desta associação é muito reduzido, como de resto acontece com todas as organizações deste tipo, com exceção da Solidariedade Imigrante, organização de que declaram ser membros mais



de 300 inquiridos. Esta situação, excecional no panorama do associativismo imigrante em Portugal, merecia, só por si, um estudo-de-caso aprofundado.

**Tabela 10.3 - Utilização das associações de imigrantes segundo a região de residência dos respondentes (Nº e %)**

Regiões de residência		Sim	Não	Não sabe/ Não Responde	Total
Norte	N	157	349	285	791
	%	19,8	44,1	36,0	100,0
Centro	N	69	316	285	670
	%	10,3	47,2	42,5	100,0
AML-Norte	N	26	1104	75	1175
	%	2,2	94,0	6,4	100,0
AML-Sul	N	188	696	544	1428
	%	13,2	48,7	38,1	100,0
Alentejo	N	53	97	40	190
	%	27,9	51,1	21,1	100,0
Algarve	N	59	347	112	518
	%	11,4	67,0	21,6	100,0
Madeira	N	28	411	8	447
	%	6,3	91,9	1,8	100,0
Açores	N	214	235	1	450
	%	47,6	52,2	0,2	100,0
Total	N	794	3555	1320	5669
	%	14,0	62,7	23,3	100,0

Fonte: CLAIH/ACIDI (2009/2010) - *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

Quando instados a avaliar o trabalho das associações de imigrantes, a maioria dos inquiridos não o faz, o que aponta para os baixos níveis de envolvimento atrás mencionados, claramente limitadores da emissão de uma opinião. Entre os respondentes que avaliam, a maioria fá-lo de um modo claramente positivo, uma vez que mais de  $\frac{3}{4}$  consideram a atividade destas organizações “boa” ou “muito boa”. Refira-se que as mulheres são mais críticas do que os homens na sua avaliação (Tabela 10.4), passando-se o mesmo com os imigrantes que possuem nacionalidade portuguesa, conjugada ou não com outra (Tabela 10.5). Porventura, a prevalência de um meio associativo ainda bastante dominado por lideranças masculinas e o eventual maior afastamento dos estrangeiros naturalizados relativamente a

estruturas percebidas como algo que está bastante marcado por um quadro sociopolítico com raízes nos locais de origens, podem justificar uma atitude um pouco mais crítica da parte dos dois grupos acima mencionados.

**Tabela 10.4 - Avaliação do trabalho das associações de imigrantes segundo o sexo dos respondentes (Nº e %)**

Avaliação	Feminino		Masculino		Total	
	N	%	N	%	N	%
Muito bom	90	28,5	125	25,6	215	26,7
Bom	144	45,6	259	53,1	403	50,1
Razoável	58	18,4	76	15,6	134	16,7
Deficiente	14	4,4	18	3,7	32	4,0
Muito deficiente	10	3,2	10	2,0	20	2,5
Total	316	100,0	488	100,0	804	100,0
% não respostas	—	88,4	—	83,5	—	85,8

Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) - *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.  
Nota: Inclui apenas os inquiridos que responderam à questão.

**Tabela 10.5 – Avaliação do trabalho das associações de imigrantes segundo a situação perante a nacionalidade do respondente (Nº e %)**

Avaliação	Dupla Nacionalidade									
	Portuguesa		Portuguesa/Outra		Outros Casos		Estrangeira		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Muito bom	5	23,8	13	14,8	1	50,0	196	28,3	215	26,7
Bom	11	52,4	53	60,2	1	50,0	338	48,8	403	50,1
Razoável	3	14,3	15	17,0	0	0,0	116	16,7	134	16,7
Deficiente	1	4,8	6	6,8	0	0,0	25	3,6	32	4,0
Muito deficiente	1	4,8	1	1,1	0	0,0	18	2,6	20	2,5
Total	21	100,0	88	100,0	2	100,0	693	100,0	804	100,0
% Não respostas	—	92,7	—	89,9	—	92,6	—	84,5	—	85,8

Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) - *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.  
Nota: Inclui apenas os inquiridos que responderam à questão.

Uma última análise no domínio da participação política diz respeito à participação dos imigrantes nas eleições locais (autárquicas) portuguesas. Escolheu-se este tipo de eleições porque são as únicas em que alguns grupos de cidadãos estrangeiros não comunitários podem tomar parte<sup>83</sup>, desde que residam legalmente em Portugal há mais de 2 anos e que beneficiem da aplicação de um princípio de reciprocidade que também confere aos portugueses o direito de voto nos seus países de origem. Mesmo assim, apenas 40% dos inquiridos têm direito de voto nas eleições locais portuguesas, sendo que 63% declara utilizá-lo, o que representa uma tendência para a abstenção que se aproxima dos valores nacionais verificados nas eleições autárquicas mais recentes (em torno de 40%). Se as diferenças em termos da participação eleitoral de homens e mulheres imigrantes não são significativas, tal já não se verifica quando o critério é a situação perante a nacionalidade, uma vez que os imigrantes de nacionalidade estrangeira declaram níveis de participação algo mais elevados (Tabela 10.6). Também parece verificar-se uma relação entre os níveis de participação eleitoral e o grau de instrução dos imigrantes, sendo aqueles que detêm menores índices de escolaridade, com exceção dos analfabetos, os que mais declaram exercer o seu direito de voto, passando-se o contrário com os imigrantes mais instruídos (com ensino profissional ou superior – Tabela 10.7).

Tabela 10.6 - Voto nas eleições locais em Portugal segundo a situação perante a nacionalidade dos respondentes (Nº e %)

Voto	Dupla Nacionalidade									
	Portuguesa		Portuguesa/Outra		Outros Casos		Estrangeira		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	166	58,2	428	50,5	11	44,0	1509	69,0	2114	63,2
Não	117	41,1	415	49,0	14	56,0	679	31,0	1225	36,6
Não responde	2	0,7	4	0,5	0	0,0	0	0,0	6	0,2
Total	285	100,0	847	100,0	25	100,0	2188	100	3345	100,0

Fonte: CLAIH/ACIDI (2009/2010) - *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

Nota: Não inclui os imigrantes que não possuem direito de voto.

83

Os brasileiros que beneficiam do Estatuto de Igualdade de Direitos têm, neste domínio, direitos mais alargados podendo também participar nas eleições para outros órgãos.

**Tabela 10.7 - Voto nas eleições locais em Portugal segundo o nível de instrução dos respondentes (Nº e %)**

Nível de instrução		Sim	Não	NS/NR	Total
Nenhum	N	56	32	0	88
	%	63,6	36,4	0,0	100,0
Sabe ler/escrever (sem instr. formal)	N	63	28	0	91
	%	69,2	30,8	0,0	100,0
1-2º ciclo Ensino básico	N	539	273	1	813
	%	66,3	33,6	0,1	100,0
3º ciclo Ensino básico	N	403	220	2	625
	%	64,5	35,2	0,3	100,0
Ensino Secundário	N	637	357	2	996
	%	64,0	35,8	0,2	100,0
Ensino Profissional	N	168	148	0	316
	%	53,2	46,8	0,0	100,0
Ensino Superior	N	239	158	1	398
	%	60,1	39,7	0,3	100,0
Outro	N	6	4	0	10
	%	60,0	40,0	0,0	100,0
Total	N	2111	1220	6	3337
	%	63,3	36,6	0,2	100,0

Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) - *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

Nota: Não inclui os imigrantes que não possuem direito de voto.

### **10.3 RELAÇÕES COM SERVIÇOS: UMA PERSPETIVA SOBRE A PARTICIPAÇÃO EM REDES FORMAIS INCLUSIVAS**

A observação da tabela seguinte fornece um conjunto de pistas interessantes relativamente ao tipo de serviços com os quais os imigrantes se relacionam mais e, também, ao modo como estes avaliam a sua atuação, devendo frisar-se que, em todos os casos, as opiniões positivas suplantam as opiniões negativas (Tabela 10.8).

No entanto, há um conjunto de serviços que os imigrantes utilizam mais frequentemente, sendo, estes, sem surpresa, aqueles que mais conhecem. Estes incluem, por um lado serviços gerais de proximidade, tanto públicos (Junta de Freguesia, Centro de Saúde e Serviço de Transportes), como privados (Banca) e, por outro, serviços mais específicos (e.g. Serviço de Estrangeiros e Fronteiras - SEF) que aparecem articulados em “cacho” com outros (Segurança Social, Finanças), no que diz respeito à satisfação de certas necessidades dos imigrantes. Efetivamente, os processos de participação no mercado de trabalho, motivação fundamental para a imigração para Portugal, exigem registo e cumprimento de obrigações para com a Segurança Social e o Fisco, igualmente cruciais para que o SEF possa instruir processos visando a regularização, seja através do mecanismo de abertura contínua atualmente previsto no artigo nº88, alínea nº2, da atual Lei de Imigração (Lei nº23/2007 de 4 de Julho<sup>84</sup>), seja em processos de regularização extraordinária ocorridos no passado. Refira-se que se o inquérito tivesse sido aplicado em 2012 ou mesmo em 2011, o recurso aos Centros de Emprego seria provavelmente mais elevado, atendendo ao crescimento verificado nos níveis de desemprego dos imigrantes.

No que respeita aos serviços mencionados como menos utilizados, vamos encontrar serviços dirigidos a determinados segmentos específicos da população (universidades e escolas, por exemplo), serviços culturais de menor consumo (e.g. biblioteca) no atual contexto de prevalência das ofertas digitais e, também, serviços direcionados para a integração dos imigrantes como os CLAI e o ACIDI-CNAI. No último caso, o facto de se tratar de um serviço localizado que apenas existe em Lisboa, no Porto e em Faro, limitará a utilização por parte dos imigrantes instalados nas franjas das duas áreas metropolitanas e do próprio distrito de Faro, para além de ser menos acessível para todos aqueles que residem noutras regiões<sup>85</sup>. Quanto aos CLAI, para além de todas as informações apontarem para intensidades locais de utilização bastante variadas de CLAI para CLAI, o recurso aos seus serviços não assume uma natureza de carácter “compulsório”, como acontece com o SEF, a Segurança Social ou as Finanças e, de um modo distinto, do próprio Centro de Saúde, Junta de Freguesia ou serviço de transportes públicos coletivos.

---

**84**

Em Agosto de 2012, a Lei nº23/2007 sofreu as primeiras alterações por via da entrada em vigor da Lei nº29 de 2012. Contudo, esta não alterou as disposições da alínea nº2 do art.º 88º.

**85**

Refira-se que os imigrantes são uma população bastante dependente de transportes públicos, quer por razões económicas, quer por motivos burocrático-administrativos. Efetivamente, quase 2/3 dos estrangeiros com mais de 18 anos declarou não possuir carta de condução válida em Portugal. Esta situação altera-se para os imigrantes com nacionalidade portuguesa, sendo esta dupla ou exclusiva, pois a maioria destes já refere possuir este documento.

**Tabela 10.8 - Relação dos respondentes com diversos serviços e sua avaliação (%)**

Serviços	% que declara conhecer	% que frequentou/ recorreu aos serviços	Avaliação positiva (% que avalia com Muito bom e Bom)	Avaliação negativa (% que avalia como Deficiente e Muito deficiente)
1. Câmara Municipal	73,61	42,62	71,30	5,24
2. Junta de Freguesia	82,78	71,62	82,45	2,65
3. CLAI do município	42,19	30,25	89,33	1,96
4. Serviço de Estrangeiros e Fronteiras	81,07	75,62	52,06	21,63
5. ACIDI (CNAI ou outros serviços)	26,74	18,31	72,51	7,46
6. Segurança Social	84,41	78,14	55,39	16,86
7. Polícia (GNR ou PSP, conforme o município)	73,54	33,18	59,71	13,85
8. Repartição de Finanças	78,74	71,09	62,09	9,48
9. Centro de Emprego	64,21	44,86	59,40	12,22
10. Centro de saúde	85,34	79,33	62,29	13,01
11. Bancos	87,09	82,55	73,53	4,90
12. Transportes colectivos no município	81,39	72,92	61,31	12,24
14. Biblioteca Municipal	43,16	24,64	86,69	2,36
15. Escola	40,59	26,60	85,54	2,49
16. Universidade/instituição de ensino superior	24,84	11,55	80,59	3,57
17. Embaixada (Consulado)	59,18	53,96	51,52	24,08

Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) - *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

No que respeita à avaliação dos vários serviços, os resultados mais positivos envolvem, com exceção da Junta de Freguesia e da Banca, serviços que os imigrantes declararam utilizar em menor grau: escolas e universidades, biblioteca, CLAI e ACIDI. Note-se que a avaliação muito positiva da atividade das juntas de freguesias, de certo modo acompanhada pela percepção relativa às câmaras municipais, evidencia a relevância dos apoios aos processos de integração de proximidade (Malheiros, 2011) e a importância do princípio da subsidiariedade presente na ação autárquica. Afinal, a questão da integração tem lugar, largamente, ao nível local. Interessante também é a boa avaliação dos bancos, o que parece apontar para o impacto positivo das ações desenvolvidos pelo ACIDI junto dos responsáveis e técnicos deste sector que, atendendo à atual conjuntura, se apercebem também do potencial que pode

representar a clientela imigrante, tanto em termos de poupanças, como de créditos.

Por último, é de destacar que os serviços ligados às componentes educacionais e culturais têm uma avaliação fortemente positiva da parte dos imigrantes, verificando-se também que as respostas específicas no domínio da integração (ACIDI e sobretudo CLAI) são francamente bem avaliadas. Na verdade, se há muitos imigrantes que dizem não recorrer a estes serviços, aqueles que o fazem avaliam as respostas essencialmente como “boas” ou “muito boas” (Tabela 10.8), o que demonstra a pertinência e a qualidade do serviço prestado.

Com avaliações bastante menos favoráveis, se bem que globalmente positivas, aparecem os serviços ligados às funções de soberania e, de alguma forma, ao próprio aparelho de controlo dos Estados (SEE, Embaixadas dos países de origem e mesmo a Polícia, ainda que esta em menor grau). Isto parece justificar-se, quer porque estas acabam, muitas vezes por se afastar dos cidadãos, se não mesmo por proceder à sua repressão, quer porque a sua utilização é efetuada num contexto constrangido e de forte incerteza, que tende a gerar expectativas que muitas vezes demoram a ser cumpridas ou não o são de todo (e.g. os processos são muito burocratizados, as decisões parecem por vezes discricionárias, há incompreensão relativamente aos prazos...). A Segurança Social e os Centros de Emprego aparecem num segundo nível de insatisfação que, para além de aspetos inerentes a eventuais défices no processo de respostas destes serviços que carecem de uma avaliação mais profunda, pode ser justificado pelo estágio de dificuldade de muitos imigrantes que a eles recorrem (perda de emprego, necessidade de regularização...) e pela perceção de que as respostas dadas não correspondem às necessidades e/ou às expectativas.

#### **10.4 REDES DE SOCIABILIDADE: UMA BREVE NOTA CONCLUSIVA**

Em jeito de conclusão, tal como noutros trabalhos relativos a populações imigrantes, os inquiridos neste estudo privilegiam redes

de sociabilidade centradas nos conterrâneos ou nas relações familiares, o que evidencia a importância do capital social de tipo *bonding*, associado às redes de carácter interno, no suporte aos processos de integração na sociedade portuguesa. Estas redes, com base na conterraneidade ou na família, são mais significativas no caso dos imigrantes pertencentes aos grupos nacionais que apresentam maior grau de diferenciação sociocultural face aos autóctones (chineses, indianos e paquistaneses) e, também, no caso de russos, brasileiros, cabo-verdianos e angolanos. Importa contudo chamar a atenção para o facto do tempo de presença em Portugal significar, sem surpresa, um reforço dos níveis de inserção em redes informais externas dominadas por portugueses, emergindo o local de trabalho como um espaço relevante para o desenvolvimento de tal processo. Adicionalmente, a questão que tinha como intenção fornecer uma medida simples para o potencial de mobilização das redes – “*A quem recorreria se precisasse de ajuda de emergência*” – introduz dois elementos adicionais: por um lado, uma valorização da família enquanto elemento de suporte (reforça-se, portanto, a utilização dos recursos endogâmicos neste contexto) e, por outro, o facto de serem as mulheres que mais privilegiam as redes familiares quando colocadas perante uma eventual situação de crise (no caso dos homens, os amigos sobrepõem-se ao quadro familiar). Note-se que a “almofada familiar” vai diminuindo à medida que avança a idade dos imigrantes, verificando-se um reforço progressivo do recurso às redes institucionais públicas.

Uma análise mais específica da inserção em redes formais, mostra que o associativismo global dos imigrantes é reduzido e isto no contexto de uma sociedade que apresenta, em termos gerais, níveis de associativismo baixos. As associações de imigrantes emergem como aquelas em que os imigrantes mais se filiam (menos de 8%) e às quais mais recorrem (cerca de 14%). Os níveis de associativismo – e de utilização das associações - imigrante são, um pouco surpreendentemente, mais elevados no Norte e em áreas periféricas como o Alentejo ou os Açores, notando-se também que são os imigrantes residentes, respetivamente há mais e menos tempo, que apresentam menores filiações associativas.

O trabalho das associações de imigrantes e dos serviços disponibilizados por diferentes entidades públicas merece uma avaliação claramente positiva, sendo de destacar que o nível de conhecimento e utilização do ACIDI e dos CLAI é mais reduzido do que o respeitante aos outros serviços, mas que estes se encontram, conjuntamente com Juntas de Freguesia, Bancos e Serviços de Educação e Cultura entre os mais apreciados pelos imigrantes. No polo oposto, ainda que com avaliação globalmente positiva, aparecem os serviços ligados a funções de soberania, de controlo ou associadas a lógicas burocrático-administrativas entendidas como pesadas ou de tipo repressivo, designadamente o SEF, a Polícia, a Segurança Social, os Centros de Emprego e, também, as próprias Embaixadas dos países de origem.



## 11. PRÁTICAS TRANSNACIONAIS - RELAÇÕES COM O PAÍS DE ORIGEM E INTENÇÕES MIGRATÓRIAS

A interpretação das relações destino-origem no quadro da perspectiva do transnacionalismo migrante começou a estabelecer-se, de modo explícito, a partir de finais dos anos 80, do século passado. É neste momento, com base nas ideias iniciais de autores como Nina Glick-Schiller, Linda Basch e Cristina Szanton-Blanc (1995), que se começa a consolidar a ideia de que um conjunto de imigrantes desenvolve práticas de vai-e-vem efetivo e virtual entre espaços de origem e destino, criando aquilo que Faist (2000) designa como campos sociais transnacionais. Esta circulação dos imigrantes, das suas famílias, dos seus produtos, das suas economias e das suas ideias entre espaço de origem e espaço(s) de destino não é um fenómeno apenas característico dos últimos 30 anos, como demonstra o já mencionado trabalho de Thomas e Znaniecki sobre as relações que os imigrantes polacos nos EUA e na Europa mantinham com os seus locais de origem. Contudo, o que parece evidente, é que no presente contexto de aceleração das interdependências globais e dos meios de comunicação e transporte e, também, de diversificação, complexificação e incremento dos fluxos migratórios globais, as possibilidades de implementação de práticas transnacionais por parte dos migrantes tendem a alargar-se. Note-se que o transnacionalismo migrante implica que os “mundos sociais” dos imigrantes se repartam por mais do que um espaço geográfico, o que significa que estes tenham de “jogar em mais do que um tabuleiro”.

Este capítulo não se debruça em detalhe sobre as práticas transnacionais dos imigrantes, tentando sim fornecer alguns elementos sobre aspetos mais clássicos relativamente às relações que os imigrantes estabelecem com os locais de origem (e.g. remessas financeiras), à consolidação da sua presença no destino em função de processos imbricados nas suas redes transnacionais, como o reagrupamento familiar, e, também, as expectativas de articulação ou partida para novos espaços através da migração.

### 11.1 REMESSAS FINANCEIRAS<sup>86</sup> DOS IMIGRANTES

Uma das práticas tradicionais dos imigrantes no quadro da sua relação com o país de origem diz respeito ao envio de remessas financeiras que correspondem a uma parte dos rendimentos obtidos no exterior, com destaque, na maioria dos indivíduos, para os salários. Estas transferências privadas destinam-se, em larga medida, a apoiar as famílias que se mantêm no destino, a melhorar os equipamentos domésticos ou a própria habitação e, ainda, à realização de alguns investimentos que, no momento do retorno – se este ocorrer – ou mesmo antes, permitem a implementação de um negócio ou o desenvolvimento de uma atividade pré-existente. Do ponto de vista macroeconómico, tanto ao nível local, como aos níveis regional ou local, as remessas podem contribuir para a implementação de projetos de desenvolvimento (Kleist, 2007) ou para equilibrar as balanças de transações com o exterior.

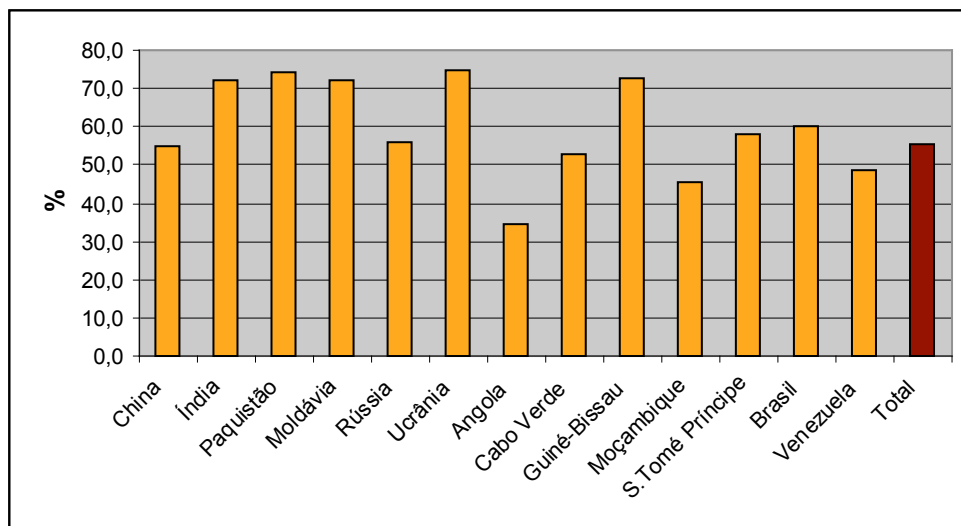
No caso de Portugal, os dados do Banco de Portugal apontam para uma ligeira quebra no envio de remessas formais contabilizadas por parte dos imigrantes instalados em Portugal, no período 2008-2010, que é consistente com o quadro recessivo e de forte crescimento do desemprego que tem atingido a economia. Neste contexto, os imigrantes, sobretudo do sexo masculino, têm sido significativamente afetados, uma vez que alguns dos sectores de atividade em que mais frequentemente estavam inseridos (e.g. construção e obras públicas) têm sido fortemente atingidos pela conjuntura negativa que, de resto, tende a prolongar-se. Em termos concretos, e segundo o Banco de Portugal, os imigrantes instalados em Portugal procederam ao envio formal de cerca de 567 milhões de euros para os seus países ao longo de 2010, o que aponta para um valor de cerca de 1.450 euros anuais (120 euros/mês) por imigrante em idade ativa. Refira-se que o Brasil foi o destino de mais de 50% do total do valor enviado.

#### 86

No processo de decisão coletiva correspondente à preparação do instrumento de recolha (inquérito) que forneceu a informação para este estudo, decidiu-se, em benefício do processo de recolha e tratamento de dados, não incluir questões relativas a outro tipo de remessas, como as comerciais ou as sociais (Sorensen, 2007), mesmo reconhecendo a sua importância. Adicionalmente, o facto de se tratar de um estudo mais orientado para a integração em Portugal, justificou uma abordagem mais limitada das componentes referentes à relação com os países de origem.

Quando combinamos os dados provenientes do Banco de Portugal com a informação recolhida no inquérito que está na base deste trabalho, ficamos a saber que apenas cerca de 55% dos inquiridos declara efetuar este procedimento regularmente (Figura 11.1). São sobretudo os grupos de imigrantes com forte componente laboral e maior presença na vaga migratória mais recente, que teve o seu apogeu no período 1999-2002 (ucranianos, moldavos, indianos, paquistaneses, brasileiros e, relativamente aos cidadãos dos PALOP, os guineenses), que mais declaram ter uma prática de envio corrente de remessas. Relativamente aos brasileiros, a proporção dos que enviam remessas (aproximadamente 60%) está em linha com o que foi detetado num estudo efetuado por Rossi (2007) em 2004 que, analisando as remessas efetuadas pelos clientes do Banco do Brasil em Portugal, concluiu que cerca de 63% destes tinham efetuado remessas nos primeiros quatro meses do ano. A redução na percentagem detetada entre o trabalho de 2004<sup>87</sup> e o presente estudo, cuja recolha de informação, relembramos, se centra entre 2009 e início de 2010, é explicável, como outros indicadores relativos à evolução das remessas, pelo presente contexto recessivo.

**Figura 11.1 – Respondentes que “costumam” enviar remessas para o país de origem, segundo as principais nacionalidades (%)**



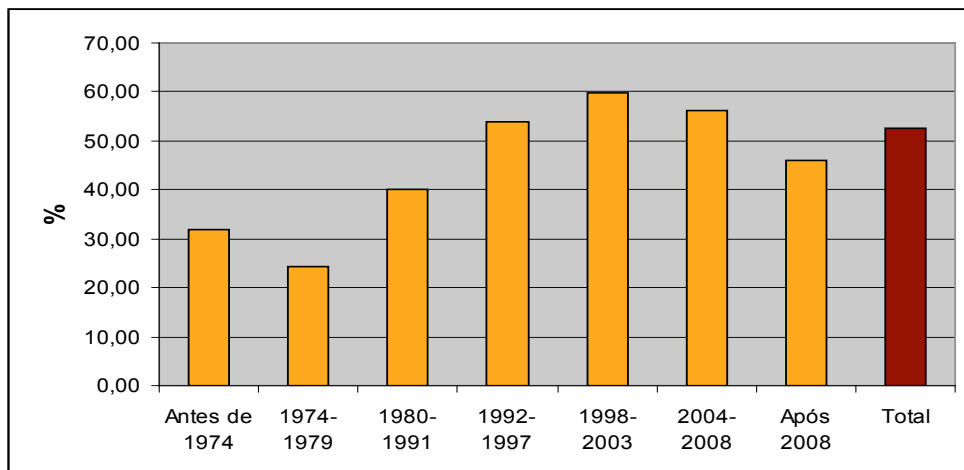
Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) - *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

87

Como a origem da informação, o processo de recolha e o período de referência são distintos (4 meses no caso do estudo de Rossi (2007), a autodeclaração de uma prática “corrente” no presente inquérito, faz com que a comparabilidade não seja, evidentemente, total. Pode mesmo admitir-se que, no caso dos dados de 2004, se o período de referência fosse o ano inteiro e não apenas o primeiro trimestre, a percentagem de remetentes aumentaria, o que se traduziria num incremento da percentagem então identificada. Sendo assim, a redução da proporção de remetentes entre 2004 e 2009/2010 seria ainda maior.

De resto, são precisamente os imigrantes que chegaram no período do “pico migratório”, aqueles que mais assumiram efetuar regularmente remessas, verificando-se, também, que os imigrantes que estão instalados há mais tempo em Portugal (antes de 1992), são aqueles que menos realizam esta prática (Figura 11.2). Isto demonstra que uma consolidação da presença em território nacional, associada ao enraizamento dos processos de socialização e a um eventual crescimento dos encargos locais (aquisição de casa, carro, educação dos filhos...), tem como consequência uma alteração no quadro de prioridades que vai, por sua vez, originar uma reorientação dos gastos familiares, passando estes a privilegiar, claramente, processos que têm lugar no local de destino. Refira-se que a percentagem mais baixa de “remetentes” entre os imigrantes chegados após 2008 não pode ser dissociada, quer dos efeitos do período inicial do ciclo migratório, frequentemente marcado por ganhos mais reduzidos e custos de instalação que limitam a possibilidade de poupar e enviar dinheiro para a origem, quer do enquadramento económico recessivo, particularmente difícil para aqueles que se apresentam pela primeira vez no mercado de trabalho. Destaque-se, porém, que a orientação destes imigrantes mais recentes para o país de origem fica patente no facto de apresentarem uma percentagem muito baixa no que respeita ao envio de valores mínimos (inferiores a 50 euros – Tabela 11.1), aparecendo depois destacados entre aqueles que enviam entre 51 e 100 euros (o que parece apontar para uma atitude proativa em relação às remessas, iniciando-a logo que os seus ganhos em Portugal o possibilitam) e, também, entre os que transferem valores mensais mais elevados.

**Figura 11.2 - Respondentes que “costumam” enviar remessas segundo o período de chegada a Portugal (%)**



Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) - *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

**Tabela 11.1 – Volume mensal de remessas segundo os períodos de chegada dos respondentes (%)**

Período de chegada	Até €50	€51- €100	€101- €250	€251- €500	€501- €1000	Mais de €1000	Total
Antes de 1974	43,9	29,3	19,5	7,3	0,0	0,0	100,0
1974 - 1979	26,4	37,7	28,3	7,5	0,0	0,0	100,0
1980 - 1991	30,5	36,7	25,4	5,6	0,0	1,7	100,0
1992 - 1997	17,7	35,4	34,0	9,6	1,0	2,4	100,0
1998 - 2003	14,9	30,9	35,3	14,6	3,3	1,0	100,0
2004 - 2008	14,2	33,1	32,6	16,0	2,4	1,8	100,0
Após 2008	13,8	37,5	30,9	11,7	1,8	4,2	100,0
Total	16,4	33,1	32,9	13,6	2,3	1,7	100,0

Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) - *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

Uma observação da figura 11.3 permite destacar os imigrantes da Rússia – e, em certa medida, da Ucrânia -, da Índia, da China e do Brasil, como aqueles que efetuam remessas mensais *per capita* mais avultadas, estimando-se, em todos estes casos, valores médios acima dos 200 euros. Note-se que, com exceção dos russos e, sobretudo dos ucranianos, os outros grupos de imigrantes considerados apresentam proporções não negligenciáveis de empresários entre os seus ativos<sup>88</sup>. Como os ganhos mensais tendem a ser, frequentemente, mais elevados entre os imigrantes que trabalham por conta própria, com ou sem empregados, isto parece facilitar o envio de remessas mais avultadas<sup>89</sup>. Adicionalmente, os maiores níveis médios de instrução (ver capítulo 4) dos imigrantes dos países da Europa de Leste, associados a trajetórias de mobilidade profissional ascendente mais rápidas (Carneiro *et al.*, 2006) poderão contribuir, no caso de russos e ucranianos, para o envio de quantitativos médios mais elevados.

O facto de os valores médios das remessas mensais por imigrante serem mais reduzidos no caso dos nacionais dos PALOP está em sintonia, quer com a presença de uma proporção de imigrantes mais antigos nestes dois grupos, quer com a sobre-representação de formas de

<sup>88</sup>

Ver capítulo 5 e, ainda, Oliveira (2005) e Malheiros, Padilla e Rodrigues (2010).

<sup>89</sup>

Outros estudos (Malheiros, Padilla e Rodrigues, 2010), efetuados com amostras de empreendedores em Portugal, mostraram que o envolvimento em atividades empresariais origina algum aumento nos volumes de remessas enviados no caso de cidadãos brasileiros e dos PALOP, ocorrendo o inverso no que respeita aos naturais da Europa de Leste. De qualquer modo, a relação entre o empresarialismo imigrante em Portugal e o desenvolvimento de práticas transnacionais necessita de ser aprofundada, exigindo a realização de mais estudos.

inserção profissional mais orientadas para o trabalho por conta de outrem, frequentemente pouco qualificado e com remunerações mais baixas (ver capítulo 5). De resto, apesar da população estrangeira com nacionalidade dos PALOP corresponder, de acordo com o SEE, a 82% do valor da população brasileira, as remessas formais enviadas por aqueles representam menos de 1/8 dos 306 milhões de euros remetidos para o Brasil em 2010 (Banco de Portugal). Mesmo que o eventual recurso a práticas de transferência informal de dinheiro seja mais frequente entre os africanos, a diferença obtida aponta para orientações e capacidades financeiras distintas por parte destes dois grupos.

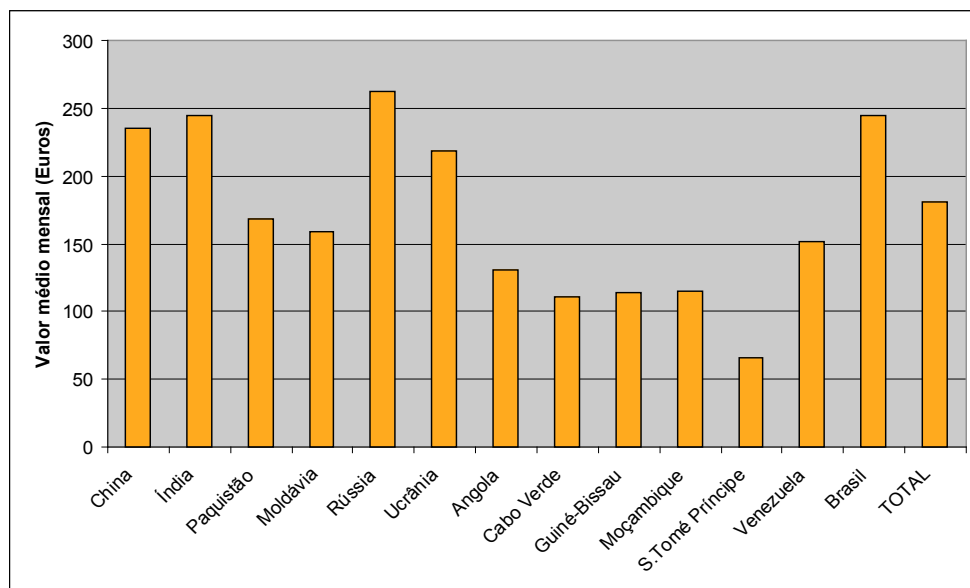
Por último, vale a pena mencionar que os valores médios mensais que se estima serem enviados por cada imigrante brasileiro que declara efetuar remessas (aproximadamente 250 euros) são apenas ligeiramente inferiores aos calculados por Rossi (2007) para os clientes do Banco do Brasil que se situavam, então, em 289 euros (Figura 11.3). Esta diferença, que a crise económica ajuda a explicar, aponta para a verosimilhança dos dois valores. Na verdade, mesmo no que respeita à estimativa do valor médio mensal global das remessas *per capita* (180 euros), o resultado obtido não se afasta muito da média “oficial” *per capita* das remessas enviadas a partir de Portugal em 2010 que, com base nos dados do Banco de Portugal e considerando apenas 55% dos estrangeiros em idade ativa<sup>90</sup>, se situaria em torno dos 215 euros. E, neste último caso, estão incluídas as remessas enviadas para os países da UE27, que, atendendo aos níveis de empreendedorismo e de qualificação destes estrangeiros, se calcula que atinjam valores por ativo superiores a 180 Euros, contribuindo, portanto, para elevar o valor médio global.

---

90

Aplicação ao total nacional de imigrantes em idade ativa da percentagem global de “remetentes” obtida na amostra deste trabalho.

**Figura 11.3 – Estimativa dos valores médios mensais remetidos pelos respondentes que efetuam esta prática, segundo os principais países de origem (euros)**



Fonte: CLAIH/ACIDI (2009/2010) - *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

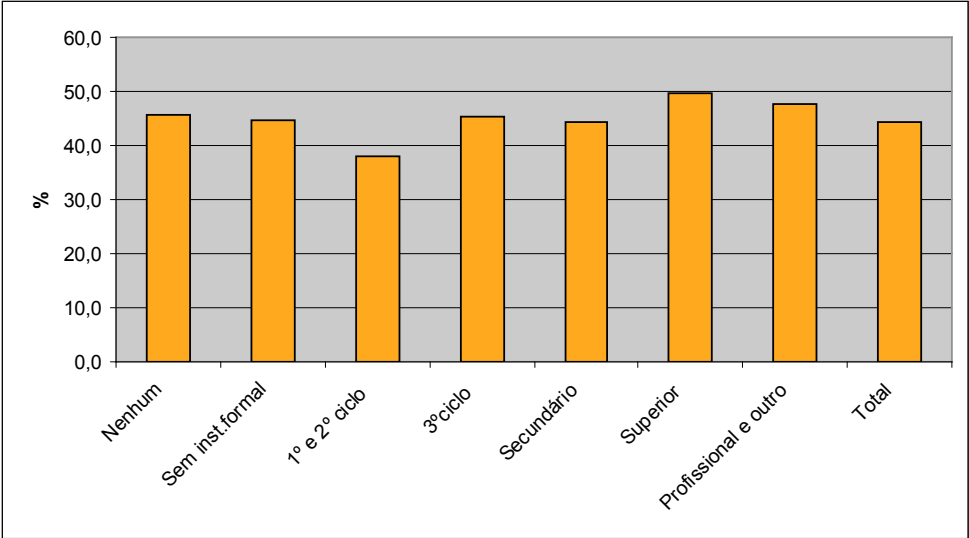
Um último exercício no domínio da análise das remessas diz respeito ao cruzamento da prática e dos valores enviados com os níveis de instrução dos imigrantes. Uma das conclusões mais interessantes que resultam desta observação cruzada prende-se com a identificação de uma relação relativamente clara entre o envio de montantes mais elevados e a posse de um nível de instrução secundário ou superior (Tabela 11.2). Isto demonstra que, no caso dos imigrantes, mesmo com processos de inserção profissional desqualificante, sobretudo nas primeiras fases do processo migratório (Pereira, 2011), uma instrução formal mais elevada possibilita maiores ganhos que, por sua vez, conduzem a montantes remetidos mais significativos. Por outro lado, é entre os imigrantes com níveis de instrução superior que se deteta a maior percentagem de indivíduos que declara não costumar proceder ao envio de remessas (Figura 11.4). Para além de isto poder significar, eventualmente, que as estratégias de envio de remessas dos mais qualificados são mais irregulares, talvez traduza também o peso dos estudantes neste grupo (e estes não efetuam remessas...) e, ainda, o facto das elites transnacionais terem, porventura, uma menor ligação à origem, o que as leva a limitar ou mesmo a não efetuar transferências financeiras para os países de origem. Contudo, também neste domínio relativo às estratégias financeiras das elites imigrantes, há a necessidade de ampliar e aprofundar as análises.

**Tabela 11.2 - Volume mensal de remessas segundo o nível de instrução dos respondentes (euros)**

Volume de remessas							
Nível de instrução	Até €50	€51- €100	€101- €250	€251- €500	€501- €1000	Mais de €1000	Total
Nenhum	27,3	24,2	34,8	6,1	1,5	6,1	100,0
Sem instrução formal	28,0	38,7	22,7	10,7	0,0	0,0	100,0
1º e 2º ciclo	23,2	37,8	28,7	8,4	1,4	0,6	100,0
3ºciclo	18,3	37,1	34,4	8,9	1,0	0,4	100,0
Secundário	10,9	30,2	34,2	18,3	3,6	2,8	100,0
Superior	11,2	27,0	37,4	18,1	3,3	3,0	100,0
Profissional e outro	14,0	32,8	32,4	16,7	3,0	1,0	100,0
Total (% linha)	16,3	33,1	32,9	13,6	2,3	1,7	100,0
TOTAL (Abs.)	473	958	953	393	68	49	2894

Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) - *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.  
Nota: Considera apenas aqueles que indicaram enviar determinado valor de remessas mensais.

**Figura 11.4 - Respondentes que declaram não enviar remessas segundo o nível de instrução (%)**



Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) - *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

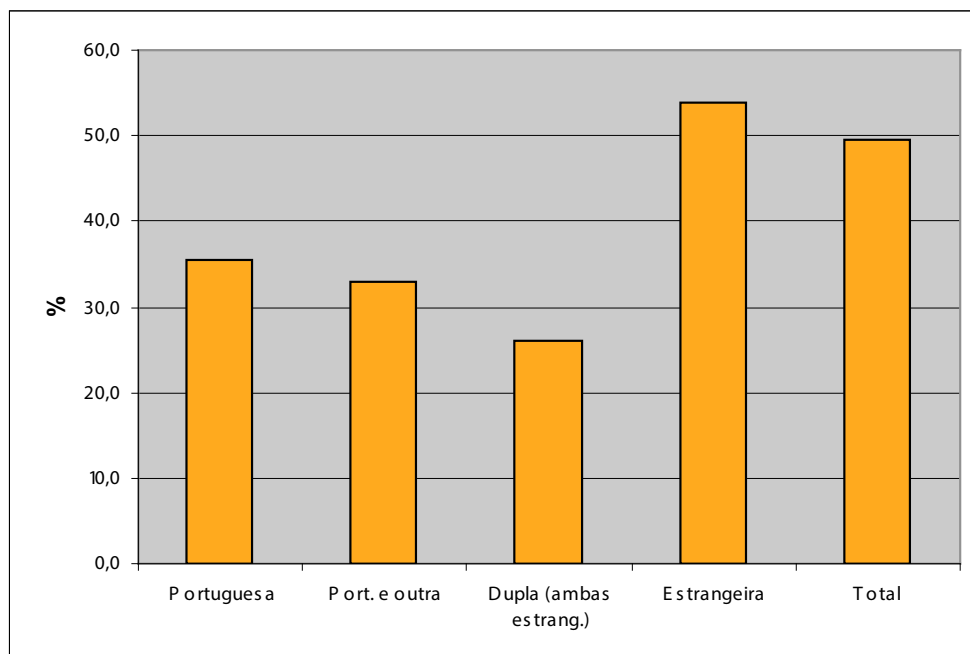


## **11.2 FAMÍLIA NOS LOCAIS DE ORIGEM E REAGRUPAMENTO FAMILIAR: ALGUMAS NOTAS**

A reunificação familiar é um dos processos mais importantes para o indivíduo que reside fora do seu país, não apenas porque a separação da família é um processo doloroso e psicologicamente exigente para o migrante, sendo por vezes acompanhado por patologias do foro psíquico e psicológico (Freitas, 2006), mas sobretudo porque a presença dos entes queridos é um elemento facilitador da integração na sociedade de acolhimento e um garante de maior estabilidade e apoio emocional (Fonseca *et al.*, 2005; John, s/d).

No caso da amostra inquirida, a proporção de estrangeiros que declara manter familiares dependentes no país de origem é ainda muito significativa (mais de 53%), o que atesta o carácter recente da imigração e, também, a prevalência, entre muitos imigrantes, de estratégias clássicas orientadas para a sustentação dos que “ficaram” e para o aforro, de forma a permitir o cumprimento dos objetivos associados ao “plano imigratório” e um regresso tão rápido quanto possível. Note-se que mesmo entre os imigrantes que já possuem a nacionalidade portuguesa, o peso relativo daqueles que ainda mantêm familiares dependentes na origem se situa em torno de 1/3 (Figura 11.5).

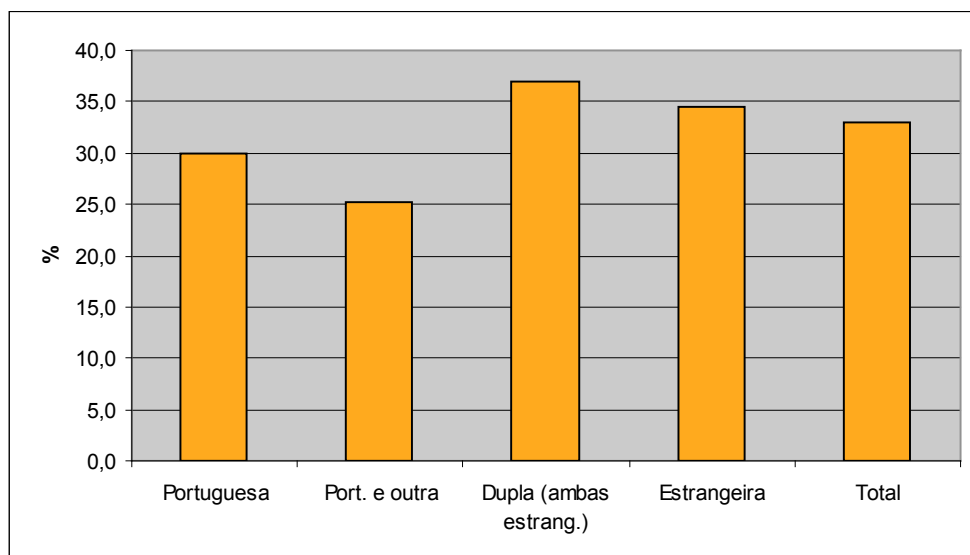
**Figura 11.5 – Respondentes com familiares dependentes no país de origem segundo a situação perante a nacionalidade (%)**



Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) - *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

Embora o quadro supracitado aponte para um potencial forte para o reagrupamento familiar, apenas 1/3 dos inquiridos declarou ter a intenção de trazer familiares para Portugal. Este valor aumenta no caso dos indivíduos com nacionalidade estrangeira e reduz-se naqueles que possuem nacionalidade portuguesa, o que indicia uma maior estabilização do quadro da vida social em Portugal, processo muitas vezes associado a um reagrupamento familiar já concluído (Figura 11.6).

**Figura 11.6 - Respondentes que tencionam trazer familiares para Portugal segundo a situação perante a nacionalidade (%)**



Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) - *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

Uma observação mais fina por nacionalidade (Figura 11.7) revela que é entre os indianos, paquistaneses e os guineenses que se detetam mais intenções (superiores a 50%) de trazer familiares para Portugal. Note-se que nestes três casos, se trata de populações que integram bastantes imigrantes chegados no último decénio e que seguem um padrão migratório mais tradicional (e.g. saída do homem como primo-migrante laboral), como atestam os níveis de masculinização traduzidos no *sex-ratio*<sup>91</sup> (ver capítulo 4). No patamar seguinte encontram-se os imigrantes moldavos, que correspondem a uma população da Europa de Leste que sofreu incrementos mais recentemente por comparação a ucranianos e a russos, e os santomenses, com 40 a 50% dos inquiridos a declararem ter a intenção de trazer familiares para Portugal.

No extremo oposto, revelando as intenções mais baixas para efetuarem reagrupamento familiar, encontram-se os venezuelanos (a lógica de contracorrente migratória traduz-se, à partida, num comportamento coletivo familiar que limita a necessidade de reunificação a

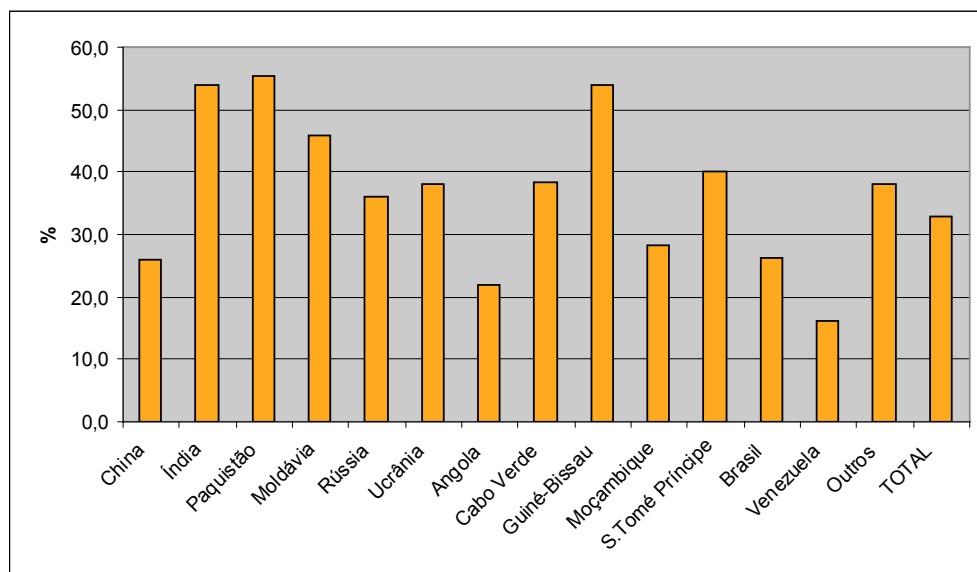
91

Note-se que os guineenses são o grupo de imigrantes dos PALOP com maior proporção de homens.

*posteriori*), os angolanos (o atual quadro de desenvolvimento de Angola aponta mais para saídas do que para reunificações familiares em Portugal), os chineses e os brasileiros. Estes últimos dois grupos, que já em 2005 referiam intenções de proceder a reagrupamento familiar bastante baixas (Fonseca *et al.*, 2005), possuem estratégias migratórias porventura mais específicas (envolvendo os casais desde o início, no caso dos chineses; mais autónoma e individual, sobretudo no que concerne aos brasileiros), cuja análise cruzada com os processos e as intenções de reagrupamento familiar necessita de ser mais aprofundada e atualizada.

Por último, convém lembrar que entre aqueles que desejam trazer familiares, os filhos são claramente os mais mencionados (63% dos respondentes), a uma distância significativa de pais e sogros (25%) que aparecem antes do cônjuge (17%). Perante este quadro, confirma-se a estabilização do quadro migratório português, que já conta com a presença de imigrantes instalados há bastante tempo, com idades situadas nas coortes dos adultos maduros, cujo envelhecimento e aumento da dependência dos progenitores que ficaram no país de origem justifica um conjunto de intenções de os trazer para Portugal que já assume um significado visível.

**Figura 11.7 - Respondentes que tencionam trazer familiares para Portugal segundo as principais nacionalidades (%)**



Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) - *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

### **11.3 CONCLUIR OU PROLONGAR O CICLO MIGRATÓRIO: RETORNO E REMIGRAÇÃO**

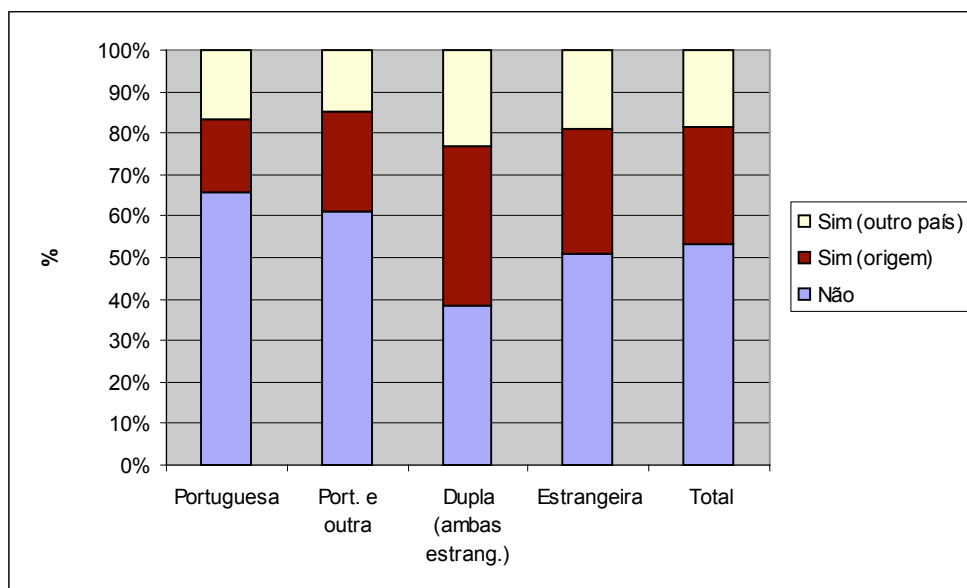
Vale a pena encerrar este longo processo de análise com uma referência às intenções relativas à conclusão do próprio ciclo migratório, considerando as três estratégias geográficas possíveis: i) a fixação “definitiva” no país de destino; ii) o regresso ao país de origem; e iii) a remigração para um país terceiro. Deve referir-se que estas estratégias não podem ser vistas de um modo exclusivo, quer porque a complexidade dos modelos migratórios contemporâneos, com um crescimento dos processos de vai-e-vem e das estadias de curta duração, conduz à sua imbricação, quer porque entre as intenções declaradas pelos respondentes e a sua concretização, há um hiato que pode não ser transposto. Efetivamente, alterações nas circunstâncias pessoais e dos próprios contextos ou reavaliações das trajetórias de vida pessoal e familiar podem traduzir-se numa alteração das intenções ou das ideias que se possuem em determinado momento do ciclo migratório.

Mesmo tendo estas limitações em consideração, é possível retirar algumas conclusões simples, mas interessantes, acerca das intenções expressas pelos inquiridos relativamente à continuidade da sua presença no país ou à sua eventual partida para outros locais. Em primeiro lugar, a figura 11.8 mostra uma repartição quase equitativa entre os que querem ficar (52%) e os que desejam partir (48%), sendo que o regresso tem um peso superior à remigração, que contabiliza cerca de 20% das intenções expressas. Em segundo lugar, e sem surpresa, a mesma figura evidencia também que a obtenção da nacionalidade, mesmo que muitas vezes tenha subjacentes motivos de ordem funcional (e.g. querer circular livremente no contexto do Espaço Schengen), aparece associada a um quadro de maior estabilização da vida social no país de destino, que contribui para reduzir as intenções de reemigrar ou de regressar.

Ao analisar a relação entre estrutura etária e intenções de fixação ou partida para outros locais (Figura 11.9), nota-se que entre os imigrantes mais jovens (entre os 15 e os 34 anos), as intenções de

partir são ligeiramente superiores às de ficar, sendo que as opções de regresso se sobrepõem às de remigração que, contudo, entre os muito jovens (< 24 anos), são bastante significativas.

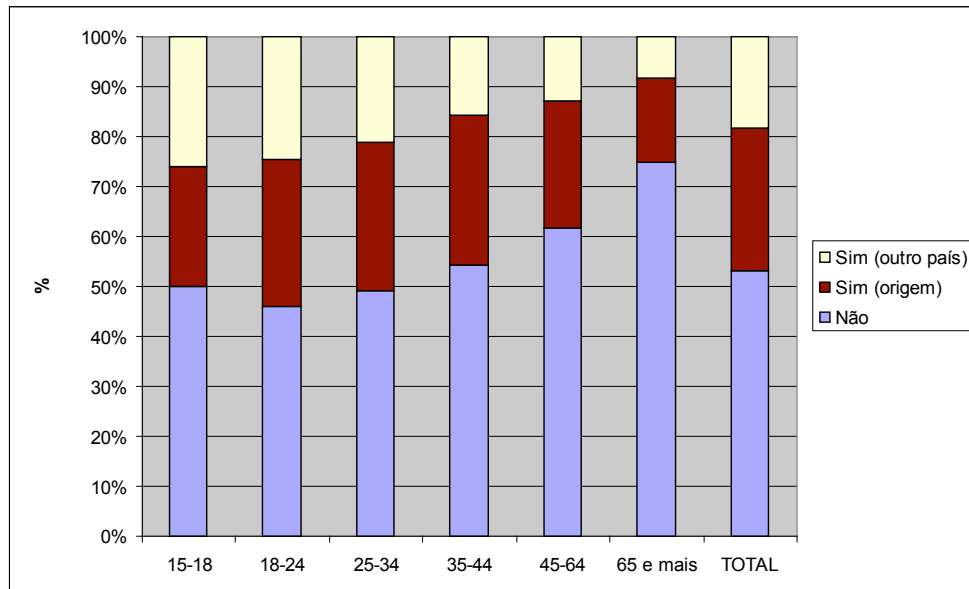
**Figura 11.8 - Desejo de residir noutro país segundo a situação perante a nacionalidade dos respondentes (%)**



Fonte: CLAIH/ACIDI (2009/2010) - *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

Embora a inquirição tenha ocorrido (2009/2010) num momento em que a extensão e a profundidade da crise não eram tão nítidas como hoje, o facto de quase 20% dos imigrantes referir que desejava reemigrar para outro país evidencia a perceção relativa à diminuição das oportunidades em Portugal e parece antecipar aquilo que se foi intensificando ao longo dos últimos dois anos.

**Figura 11.9 - Desejo de residir noutro país segundo o grupo etário dos respondentes (%)**



Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) - *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

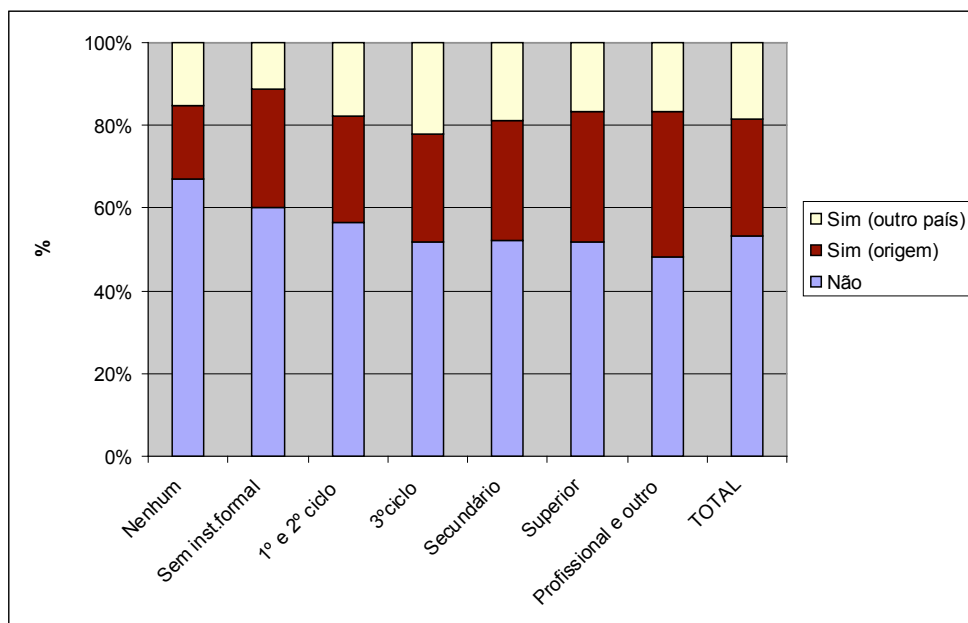
Por último, vale a pena mencionar que, entre os mais qualificados, as intenções de fixação em Portugal se reduzem a cerca de 50% no caso dos indivíduos com níveis de instrução superior e a menos de 50% em relação aos que possuem cursos profissionais ou equivalentes, verificando-se, em contrapartida, um aumento das intenções de regresso (Figura 11.10). Este quadro parece ser influenciado, quer pela “obrigatoriedade” de retorno dos estudantes estrangeiros que frequentam cursos médios e superiores em Portugal, quer pela análise comparativa das oportunidades económicas e de emprego atualmente existentes no local de destino e nos de origem que, nalguns casos (Angola, Brasil, Rússia), favorecem claramente os segundos.

Relativamente aos imigrantes que possuem níveis de instrução intermédios (3º ciclo, ensino secundário), reforçam-se as intenções de remigração, que ultrapassam ligeiramente os 20% (Figura 11.10). Nestes casos, que incluem uma parte significativa dos imigrantes laborais, as oportunidades de regresso são menos valorizadas do que nas respostas dos mais qualificados, emergindo a remigração como a estratégia de saída mais interessante.

Por último, a opção da fixação em Portugal aparece claramente sobre representada entre

os menos qualificados, se bem que o retorno também tenha algum significado, sobretudo entre aqueles que não possuem instrução formal e que serão, certamente, uma população mais envelhecida (Figura 11.10).

**Figura 11.10 - Desejo de residir noutro país segundo o nível de instrução dos respondentes (%)**



Fonte: CLAI/ACIDI (2009/2010) - *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.



A partir dos elementos recolhidos no inquérito aplicado (5.669 questionários válidos, permitindo descrever 13.520 membros dos agregados familiares), complementados com dados provenientes de fontes secundárias, o estudo que agora se conclui permitiu fazer o diagnóstico à situação da população imigrante não comunitária em Portugal, num conjunto de dimensões fundamentais. Estas vão do mercado de trabalho e da habitação até à demografia, às práticas culturais às sociabilidades e às relações com o exterior. Foi ainda possível obter informação relevante acerca do modo como os imigrantes se posicionam relativamente ao processo de integração, à sua relação com os serviços e os portugueses e, também, às suas experiências e perceção da discriminação racial e étnica.

Nesta nota final, para além de uma síntese das ideias-chave fundamentais que resultaram do processo analítico, pretendem-se lançar algumas pistas relativas aos contributos que este trabalho e as bases de dados que lhe estão associadas podem dar, não apenas no que respeita ao fornecimento de informação para o desenvolvimento de políticas públicas sustentadas, mas também no âmbito do fornecimento de estímulos e *inputs* para a realização de outros estudos sobre a temática ampla da integração de imigrantes e dos seus impactos na sociedade portuguesa.

## **12.1 SÍNTESE DE RESULTADOS**

*O encerramento do ciclo imigratório intenso e laboral não significa o fim da imigração, nem o desaparecimento dos impactos desta na sociedade portuguesa*

O estudo efetuado confirma que o “pico imigratório” do Portugal contemporâneo terá ocorrido entre 1998 e 2002, uma vez que mais de 1/3 dos membros das famílias inquiridas em 2009/2010 declarou ter chegado neste período. De resto, a partir de 2009, parece claro que a imigração para Portugal está a sofrer uma redução significativa. Efetivamente, de acordo com o INE (2012), a estimativa do fluxo de entrada de estrangeiros terá passado de cerca de 20.000 indivíduos para menos de 8.000 entre 2008 e 2010,

sendo acompanhada por uma redução do *stock* desta população, que passou de cerca de 457.000 para 437.000 (SEF, 2012)<sup>92</sup>. Os três coletivos estrangeiros mais significativos mantêm-se o brasileiro – de longe o mais numeroso com cerca de 111.500 pessoas –, o ucraniano (aproximadamente 48.000) e o cabo-verdiano (quase 44.000). Importa dizer que os romenos, cidadãos comunitários e, portanto fora do âmbito deste estudo, se aproximam destes valores, apresentando um efetivo em torno das 39.000 pessoas, de acordo com a mesma fonte<sup>93</sup>. Apesar da supracitada tendência, reflexo de um país deprimido em termos económicos, sociais e mesmo políticos, a população com nacionalidade estrangeira (combinada ou não com a portuguesa) ainda atinge 5,7% dos residentes, tendo contribuído de modo fundamental para o crescimento demográfico do decénio passado – muito provavelmente concentrado na primeira metade deste –, não só por via direta (geração de um saldo migratório positivo), mas também por via indireta (cerca de 11% dos nascimentos ocorridos em Portugal em 2011 foram protagonizados por uma mãe estrangeira). Também no mercado de trabalho a população estrangeira continua a ter uma presença relevante, sobretudo nos segmentos não qualificados e pouco qualificados da hotelaria e restauração, dos serviços (limpeza e outros) e, apesar da erosão associada à crise no sector, na construção civil.

Por todas estas razões, será um erro partir do princípio de que a imigração, enquanto questão social em Portugal, deixou de ter relevância. Continuam a chegar imigrantes, é certo que em número mais reduzido e, agora, menos por motivos associados ao mercado de trabalho e mais por razões que se prendem com a reunificação familiar ou a educação<sup>94</sup>. Neste “novo” contexto, os desafios da “integração” não cessaram, embora se coloquem hoje a um nível diferente, porventura mais orientado para os descendentes de imigrantes, a consolidação do quadro relacional no âmbito das estratégias de interculturalidade e a valorização mais explícita da diversidade e das suas vantagens potenciais em termos de criatividade e de conflito capaz de gerar soluções negociadas que representam avanços para a sociedade.

92

Esta redução não é apenas fruto da saída de estrangeiros de Portugal, uma vez que também serão subtraídos a este stock os cidadãos não nacionais que se naturalizam.

93

O lançamento, já em finais de 2012, dos dados definitivos dos Censos de 2011 que incluíam a informação relativa à população natural e nacional do estrangeiro, complementa o que existe noutras fontes, designadamente no SEF, e lança pistas que merecem ser exploradas no futuro. Por um lado, o número de cidadãos que possui apenas nacionalidade estrangeira é bastante mais reduzido nos Censos de 2011 (cerca de 360 000, que correspondem a 3,4% da população) e, por outro, o número de pessoas que possui dupla nacionalidade “portuguesa e outra” ultrapassa os 210 000 indivíduos (2% da população residente). Ora a conjugação destes dois dados aponta para um eventual efeito das naturalizações (68340 entre 2008 e 2010) sobre a redução do stock de estrangeiros que, porventura, ainda não será visível nos dados do SEF.

94

O número de alunos estrangeiros nas universidades portuguesas passou de 12.800 em 2000/2001 para cerca de 21.800 em 2010/2011, tendo os brasileiros contribuído significativamente para este aumento.

### *Uma dicotomia assimétrica nos percursos migratórios que conduziram a Portugal*

A maioria dos imigrantes inquiridos referiu ter prosseguido estratégias pessoais ou familiares para chegar a Portugal, utilizando recursos próprios disponíveis nestes âmbitos. Em alternativa, um conjunto mais reduzido dos imigrantes efetuou o trajeto para Portugal em grupo, fazendo uso, na maioria dos casos, dos próprios recursos, ainda que se detete um subconjunto menor que menciona a ajuda de terceiros. Isto está em linha com o facto de cerca de 10% dos imigrantes terem declarado que pagaram a alguém para o “ajudar” na sua deslocação<sup>95</sup>. Refira-se que o modelo “individual/familiar” de percurso aparece mais associado àqueles que possuem redes exclusivas de conterrâneos mais densas em Portugal, com destaque para os cidadãos dos PALOP e os brasileiros. Quanto ao modelo “coletivo, com ou sem envolvimento explicitado de terceiros”, embora minoritário, assume mais relevância no caso de grupos mais recentes ou com efetivos mais pequenos, como os europeus de Leste, os chineses, os indianos ou os africanos de países não lusófonos.

*Na presente fase, a estabilização da presença imigrante e a sua integração na sociedade são processos fundamentais*

Na esteira de outros estudos, os dados recolhidos apontam para níveis de autoavaliação da integração, por parte dos imigrantes, significativamente elevados, uma vez que mais de 90% se declara “integrado”, “muito integrado” ou “muitíssimo integrado”. Para uma “boa integração”, o emprego emerge como elemento central, questão que se prende, não apenas com o facto de garantir os rendimentos, mas também com a centralidade que ocupa nos processos de sociabilização. Refira-se que se as redes sociais constituídas por amigos e conterrâneos são fundamentais para os imigrantes, a componente *bridging* do capital social, ligada às redes externas que envolvem a sociedade de acolhimento, aumenta com o tempo de presença, aparecendo o local de trabalho como o espaço mais destacado para a constituição destas redes. Frise-se que, para além do emprego, garantir mecanismos comunicacionais com os portugueses (“falar português”), possuir um quadro familiar favorável que, por sua vez, também esteja ligado às instituições portuguesas (“ter a família em Portugal” e “os filhos na escola”) e, de algum modo, o acesso à nacionalidade portuguesa, são os outros fatores que, para os inquiridos, favorecem a integração. Neste quadro, destaca-se uma desvalorização, quer das dimensões “assimilacionistas” da integração “ter

---

95

Esta percentagem aumenta para 30% no que respeita aos europeus de Leste, 20% no caso dos indianos e 13% no dos chineses.

hábitos dos portugueses”, quer dos aspetos materiais que eventualmente lhe possam estar associados (“ter casa”, “ter carro”).

*Obtenção da nacionalidade portuguesa: um objetivo para a maioria, que facilita certas dimensões da integração e é marcado por razões que ultrapassam as lógicas meramente funcionais... mas que não resolve todos os desafios que se colocam aos imigrantes*

A obtenção da nacionalidade portuguesa, para além de traduzir uma dimensão mais formal do processo de integração, permite identificar, de algum modo, a imbricação na sociedade de destino. Destaque-se que 20% dos membros das famílias dos imigrantes declaram ter apenas a nacionalidade portuguesa (naturalizados que perdem a nacionalidade originária, mas sobretudo filhos nascidos em Portugal e matrimónios mistos) e 14% possuir dupla nacionalidade (portuguesa e outra), o que mostra que mais de 1/3 dos membros das famílias imigrantes caracterizados no inquérito são portugueses. E, ao contrário do que por vezes se refere de modo algo ligeiro, a posse da nacionalidade portuguesa, desejada por cerca de 70% dos inquiridos, com destaque para os cidadãos dos PALOP, os brasileiros e os originários do subcontinente indiano, não tem apenas (ou sobretudo) um móbil formal, relacionando-se com a proximidade cultural (todas as regiões citadas acima estão associadas à presença colonial portuguesa do passado) e contribuindo para melhorar certos aspetos relacionados com a qualidade de vida dos imigrantes. Por exemplo, os inquiridos com nacionalidade portuguesa observam níveis de desemprego inferiores àqueles que possuem “apenas” nacionalidade estrangeira e têm menos filhos dependentes no país de origem, o que aponta para uma maior estabilidade no quadro familiar<sup>96</sup>. Contudo, não se pense que a posse da nacionalidade portuguesa resolve todos os desafios da integração – efetivamente, não se registam diferenças na perceção da discriminação entre estrangeiros e naturalizados e os últimos revelam-se mais críticos em relação ao trabalho das associações de imigrantes e tendem a participar menos nos atos eleitorais autárquicos quando comparados com os estrangeiros que têm a possibilidade formal de o fazer.

*Opções residenciais marcadas pelo arrendamento formal, com privilégio da AML e em particular da Península de Setúbal, que evidenciam padrões distintos entre homens e isolados, por um lado, e mulheres e agregados familiares, por outro*

O tipo de regime propriedade dominante entre os imigrantes é o arrendamento formal, o que está em sintonia com vários estudos que têm sido realizados. Verifica-se, contudo, que os imigrantes podem ser uns clientes interessantes para o mercado de habitação, uma vez que cerca de 30% declarava, no momento de aplicação do questionário, que gostaria de comprar casa em Portugal. Note-se que esta tendência não é idêntica em todas as regiões do país, sendo mais forte, em termos relativos, entre aqueles que residiam no Algarve e na AML Sul. A valorização da AML Sul<sup>97</sup> e do Algarve como espaços de fixação mais definitiva estão de acordo com o facto de se tratar de regiões com uma presença de imigrantes mais significativa, sendo as opções locativas frequentemente justificadas pela presença de amigos e familiares, ainda que combinadas com outros fatores (trabalho e preço da habitação na Península de Setúbal; ambiente natural e trabalho - fator dominante -, no Algarve). Nas restantes regiões do país, com a exceção parcial do Norte, a justificação para a presença é, essencialmente, o emprego, fator fundamental para perceber a dispersão geográfica dos imigrantes nos espaços não metropolitanos.

Por último, presenças mais longas evidenciam processos de maior estabilização que envolvem, ao nível familiar, a constituição de agregados ou a reunificação e, ao nível residencial, um incremento das opções pelo alojamento clássico e pela aquisição. De resto, as situações residenciais mais precárias (alojamento em partes de casa, pensões, centro de acolhimento ou mesmo barracas) registam uma sobre representação dos chegados há menos tempo, dos homens, da população solteira, dos desempregados e, por outros motivos, dos estudantes. Apesar das carências quantitativas de alojamento não serem muito significativas e das infraestruturas e dos equipamentos domésticos fundamentais estarem presentes na larga maioria dos casos, deve frisar-se que os cidadãos dos PALOP são dominantes nas poucas barracas referenciadas e na habitação social pública.

### *Prevalecem fragilidades ao nível da situação jurídica e da integração no mercado de trabalho*

As situações de irregularidade detetadas junto da população inquirida não foram muito significativas, correspondendo a cerca de 8% da amostra, havendo ainda 6% que declararam

#### 97

A Área Metropolitana de Lisboa Norte também regista percentagens relativamente elevadas de inquiridos que desejam aqui adquirir casa (após o Algarve e a AML Sul), sendo mesmo a região que, em termos absolutos, apresenta mais inquiridos a declararem esta intenção. Contudo, revela um balanço de fixação negativo entre o momento de chegada e o momento de aplicação do questionário (tem menos residentes neste último), o que se deve a alguma saída de população, sobretudo para a AML Sul, onde a habitação é mais barata e as acessibilidades melhoraram significativamente. Refira-se que, tal como a população autóctone, os imigrantes também participam no processo de recomposição demográfica da AML que, nas últimas décadas, viu reforçada a periferização, com algum destaque, em termos relativos, para a Península de Setúbal.

estar a “aguardar uma decisão dos serviços”. Estes valores, que estão em concordância com a proporção de casos de irregularidade detetados nas inspeções do SEF entre 2008 e 2010 (entre 7 e 8% dos inspecionados) podem, eventualmente, ter aumentado um pouco nos últimos dois anos por via das dificuldades na obtenção de contratos de trabalho, o que dificulta a renovação das autorizações de residência. Eventualmente, as saídas de alguns imigrantes funcionarão em sentido contrário. Tomando estas tendências em consideração, parece aceitável considerar que a proporção de irregulares corresponderá a um valor situado entre 10 e 12% do total da população com estatuto legal em Portugal.

Para além deste aspeto que, de resto, condiciona a presença no mercado de trabalho, continuam a detetar-se maiores vulnerabilidades na integração dos imigrantes nesta esfera da vida social, por comparação ao quadro geral.

A maioria dos imigrantes inquiridos é composta por ativos com profissão (58%), valor bastante superior ao registado para o conjunto da população residente em Portugal que se situa abaixo dos 50%, e trabalha por conta de outrem (TPCO - 85%), proporção também mais elevada do que a observada para o conjunto da população nacional, exceto no que se refere aos chineses (apenas 27% de TPCO), paquistaneses e venezuelanos. Mantém-se assim um perfil de imigração muito orientada para o mercado de trabalho, até por força dos fluxos registados até há 5 anos atrás, aparentemente menos empreendedora que a portuguesa e bastante presente em segmentos profissionais menos qualificados.

No que respeita aos problemas enfrentados neste domínio, o desemprego emerge como o mais relevante. Refira-se que à data de conclusão da aplicação dos questionários (inícios de 2010), quase 12% dos imigrantes se declaravam desempregados o que aponta para níveis de desemprego já então elevados e tendencialmente mais desfavoráveis do que os experimentados pela população autóctone<sup>98</sup>. Um elemento adicional neste quadro de vulnerabilidade remete para o défice de utilização das formas de proteção social ao desemprego, pois se os desempregados atingiam 12%, apenas 4,3% recebia o respetivo subsídio.

O desemprego não é a única expressão da vulnerabilidade dos imigrantes. Também ao nível da mobilidade profissional descendente, da precariedade dos vínculos contratuais e da própria rotatividade nos empregos se detetam fragilidades que, contudo, não atingem todos os grupos nacionais de imigrantes da mesma forma, para além de não serem também uniformes em termos de género.

Relativamente aos vínculos contratuais, cerca de 9% dos imigrantes declarou trabalhar

98

Refira-se que a taxa de desemprego se situava em 9,5% em Dezembro de 2009 e que o desemprego registado de cidadãos estrangeiros quase duplicou entre Dezembro de 2007 e Dezembro de 2009.

sem contrato, aumentando este valor no caso das mulheres (10%), dos menos instruídos (11,5%) e, em termos de nacionalidades, entre os coletivos russo (14%) e, em particular, chinês (31%). Refira-se que, sem surpresa, o tempo de presença no mercado de trabalho nacional se reflete, não só numa maior estabilidade laboral inerente à progressiva aquisição de vínculos mais estáveis, mas também em processos de mobilidade ascendente. Efetivamente, o primeiro emprego em Portugal traduz uma mobilidade profissional descendente muito significativa, uma vez que quase 1/3 dos respondentes têm uma categoria profissional não qualificada (na origem são apenas 13%) e pouco mais de 4% são quadros superiores ou profissionais qualificados (na origem o valor ultrapassa 15%). Com o passar do tempo verifica-se um processo de recuperação na escala laboral, que, contudo, parece não conduzir a posicionamentos totalmente equivalentes aos experienciados no país de origem, uma vez que os quadros superiores e os profissionais técnicos e científicos sobem “apenas” para cerca de 10%, mantendo os não qualificados um valor de quase ¼ do total, portanto bastante superior à situação de partida no país de origem. Note-se que estes processos de mobilidade estarão associados, entre outros aspetos, a um reforço do domínio da língua portuguesa, das redes de sociabilidade externas (mais contactos com portugueses, patrões e não patrões) e da própria formalização das estratégias de obtenção de emprego, que, progressivamente, passam a envolver uma maior utilização da resposta a anúncios e dos próprios serviços de emprego.

No domínio do emprego, uma última nota diz respeito a uma outra dimensão da instabilidade que corresponde à maior rotação dos imigrantes nos empregos, verificando-se que estes ficam por períodos mais curtos nos empregos do que a população total (3,9 e 7,1 anos, respetivamente) e que cerca de 9% já teve 5 ou mais empregos desde que chegou a Portugal. A outra consideração final confirma a maior penalização das mulheres imigrantes no mercado de emprego, pois não só se encontram com mais frequência numa situação de ausência de contrato, como auferem em média salários 19% inferiores aos das mulheres portuguesas (nos homens este diferencial é de 15%) e 25% mais baixos do que os dos seus conterrâneos do sexo masculino<sup>99</sup>.

*A discriminação racial e étnica prevalece na sociedade portuguesa, com a percepção a ser superior à experiência efetiva*

O relato de experiências diretas em matéria de discriminação racial e étnica é bastante inferior à perceção da sua existência na sociedade portuguesa (42% dos respondentes refere experiências de discriminação e quase 75% acham que esta ocorre em Portugal). Adicionalmente, a questão do racismo é complexa e cruza-se com outras dimensões sociais, como a classe, sendo de salientar o facto de serem os grupos de imigrantes mais desfavorecidos que mais se queixam. Em termos de nacionalidades, são os brasileiros e os cidadãos dos PALOP, com destaque para os angolanos, que mais se lamentam de racismo e discriminação.

Relativamente aos “espaços de discriminação”, o mais destacado é o mercado de trabalho – a que se podem juntar as entrevistas de emprego –, com 44% de referências, valor mais elevado do que o detetado no estudo de 2004 efetuado pela equipa de Mário Lages. Salvaguardadas as diferenças metodológicas, o incremento registado pode ser um reflexo das tensões laborais associadas à crise, tendo, por isso, de ser monitorizado com cuidado. Note-se que os colegas de trabalho são os principais agentes de discriminação na esfera laboral. Além do mercado de trabalho, os serviços públicos e, em menor grau, o mercado de arrendamento emergem como esferas de discriminação situadas num nível abaixo. Refira-se que a autointerpretação como vítimas não é igual em todos os grupos nacionais, sendo mais forte no mercado de trabalho entre moldavos e russos, no arrendamento habitacional entre cabo-verdianos e guineenses e, em ambas as situações, no que respeita aos brasileiros. Assim, a discriminação com base na cor da pele tem ainda relevância, embora esta apareça com mais nitidez no caso do acesso à habitação arrendada.

*Níveis de participação associativa relativamente baixos num país que também regista baixos índices de participação neste domínio. As associações de imigrantes são as entidades mais referidas no que respeita a filiação formal*

Cerca de 8% dos respondentes são membros de associações de imigrantes (e 14% dizem recorrer a elas), aparecendo a SOLIM – Solidariedade Imigrante com um significativo destaque em termos de filiações declaradas. A avaliação do trabalho destas organizações é assumida de forma bem positiva, ainda que as mulheres e os indivíduos com nacionalidade portuguesa sejam um pouco mais críticos.

Para além do associativismo imigrante, declaram-se níveis de pertença, ainda que muito baixos, a associações locais (4% dos inquiridos), associações de pais, religiosas e sindicatos (cerca de 2% em todos estes casos).



*Uma avaliação global bastante positiva dos serviços disponíveis na sociedade portuguesa, apesar de algumas nuances...*

Nas suas relações institucionais, os imigrantes contactam com um número significativo de serviços oferecidos por diferentes instituições da sociedade de acolhimento, com destaque para as de carácter público. Os serviços mais conhecidos incluem uma componente geral de proximidade, tanto pública (Junta de Freguesia, Centro de Saúde e Serviço de Transportes) como privada (Banca), bem como serviços mais específicos a que os imigrantes são “obrigados” a recorrer (e.g. Serviço de Estrangeiros e Fronteiras - SEF). Note-se que entre os serviços menos conhecidos se posicionam quer os CLAII, quer o ACIDI/CNAI, embora os níveis de satisfação obtidos sejam dos mais elevados, ao nível das Juntas de Freguesia, dos serviços educativos e culturais e da banca.

Os serviços que, apesar de terem uma avaliação global positiva, suscitam maior insatisfação, têm uma imagem ligada ao aparelho de controlo e repressão do Estado (e.g. SEF, Polícia) ou desempenham funções burocrático-administrativas (centros de emprego, embaixadas do país de origem) percecionadas como excessivamente complexas e de utilidade porventura deficitária.

Relativamente aos cursos de português que têm sido oferecidos no âmbito do *Portugal Acolhe* e, mais recentemente, do *Português Para Todos*, verifica-se que a maioria dos imigrantes não os utiliza porque diz não ter tido oportunidade para isso. Contudo, a percentagem de utilizadores aumenta significativamente entre russos e ucranianos (aproximadamente 23% dos inquiridos destas nacionalidades), sendo ainda significativa entre moldavos, chineses e venezuelanos (valores em torno dos 15%). No caso dos imigrantes da Ásia do Sul verificam-se taxas de abandono elevadas, tornando-se necessário perceber os motivos que estão na sua base.

*Os imigrantes são um contributo para a diversidade cultural e religiosa do país e das suas regiões*

Em nosso entender, a diversidade aparece sempre como um elemento potencialmente positivo para as sociedades, traduzindo o contacto entre pessoas diferentes e motivando o intercâmbio que dá origem, por exemplo, à inovação e à criatividade tão características das cidades. No caso português, os imigrantes são um fator fundamental de difusão de novos

produtos e serviços (restauração étnica, música, etc.) e de afirmação da presença de novas expressões religiosas, com destaque para as confissões evangélicas de origem brasileira – embora angolanos e santomenses também contribuam para este processo – mas também os cultos ortodoxo, muçulmano e hindu. Note-se que, ao contrário das religiões cristãs cujos crentes imigrantes são maioritariamente mulheres, nos outros cultos o predomínio corresponde ao sexo masculino. Refira-se que uma percentagem não negligenciável dos respondentes se declarou “sem religião” (12,5%).

#### *As remessas financeiras: prática comum de pouco mais de metade dos inquiridos*

O envio regular de remessas financeiras é uma prática regular de um pouco mais de metade dos imigrantes, com destaque para aqueles que têm uma presença relativamente recente, mas já consolidada em Portugal, e, também, para brasileiros (coletivo que, globalmente, mais envia remessas para fora de Portugal) e cidadãos da Ásia do Sul, da Moldávia e da Ucrânia. O valor médio mensal enviado por aqueles que costumam remeter situar-se-á em torno dos 180 euros, sendo mais elevado no caso de ucranianos e indianos e, sobretudo, de chineses e brasileiros (valores médios mensais da ordem dos 250 euros). Contudo, parece observar-se, nos últimos anos, uma tendência para a redução destas remessas, certamente afetadas pela instabilidade laboral sentida por muitos imigrantes.

Deve ainda frisar-se que os imigrantes mais qualificados parecem fazer transferências menos regulares de remessas, mas, porventura, poderão enviar maiores quantitativos médios.

#### *Regista-se um importante equilíbrio entre os imigrantes que querem ficar e aqueles que tencionam partir, verificando-se que entre estes últimos o retorno é superior à remigração para um país terceiro*

De entre a população imigrante inquirida, 48% deseja deixar Portugal, sendo a proporção relativamente idêntica entre homens e mulheres. É entre os mais jovens (até 24 anos) que se registam intenções mais fortes de partida, sendo estas dominadas pelo retorno à origem, se bem que o desejo de reemigrar já se situe acima dos 20%. Tendo em consideração os níveis de instrução, os mais qualificados são aqueles que querem deixar Portugal, verificando-se uma tendência mais forte para continuar no país por parte dos menos instruídos, embora uma proporção não negligenciável refira que gostaria de regressar (idosos, com ciclo de migração ativa já encerrado).

## 12.2 IMPLICAÇÕES NAS POLÍTICAS

Desde meados dos anos 90, e com particular ênfase a partir do início do século XXI, que Portugal tem sido capaz de implementar uma política de integração de imigrantes de bastante qualidade, centrada em princípios de igualdade de direitos e de promoção da interculturalidade, que é reconhecida, quer em termos internos, quer por organizações internacionais. Para esta política, materializada em legislação relativamente avançada no que respeita às componentes de inclusão e igualdade de oportunidades<sup>100</sup>, estabelecimento de compromissos institucionais e implementação de uma ampla panóplia de medidas e ações, parecem concorrer, para além de outros fatores, dois aspetos que vale a pena realçar: o esforço por alcançar consensos políticos e sociais e o diálogo permanente com todos os sectores da academia portuguesa.

Perante esta constatação, que remete para um percurso claramente positivo em matéria de política de integração, o momento presente obriga a ter em atenção duas questões essenciais: i) a necessidade de monitorizar atentamente as tensões sociais e os discursos políticos existentes na sociedade portuguesa no atual momento de crise multidimensional, de forma a evitar retrocessos nos instrumentos regulatórios existentes e retração nas medidas e ações implementadas (isto não obsta à introdução de processos de otimização e ao reforço da eficiência e da eficácia); ii) assumir, sem receios, que se está numa nova fase do trabalho de integração, que se destina quer a estrangeiros, quer a descendentes e naturalizados, e que se orienta mais para a consolidação das presenças em território nacional e menos para a criação de macro mecanismos de apoio ao acolhimento de muitos novos imigrantes, quer porque há uma redução do fluxo de chegadas, quer porque a base fundamental deste sistema já está criada e deve funcionar agora em “velocidade de cruzeiro”. Esta nova fase implica que questões como os descendentes de imigrantes, o envelhecimento destes e todo o quadro relacional que envolve

100

Talvez a generalização de alguns direitos políticos represente um dos aspetos mais deficitários nesta matéria.

autóctones e alóctones (geração de interação positiva, combate ao racismo e à discriminação, direitos das mulheres imigrantes, relação com os serviços públicos e qualidade do serviço prestado por estes, incorporação dos imigrantes e descendentes nos processos geradores de criatividade e inovação...) se constituam como a pedra basilar da ação.

Em termos mais concretos, saem deste trabalho algumas pistas para a intervenção pública que gostaríamos de enunciar:

Face às **vulnerabilidades detetadas na inserção dos imigrantes no mercado de trabalho**, que se agravaram no presente período recessivo, parece relevante:

- a) No quadro geral, das (infelizmente poucas) medidas de fomento ao emprego, ao empreendedorismo e à formação, **garantir que os imigrantes e, em particular as componentes mais vulneráveis desta população (e.g. jovens e menos qualificados), são identificados como um dos públicos-alvo a privilegiar;**
- b) Em termos mais específicos, ter uma **atitude de tolerância fundamentada no que respeita aos processos de renovação das autorizações de residência**, atendendo a que muitos imigrantes enfrentam situações de desemprego e de forte precariedade nos vínculos laborais, o que dificulta a obtenção de contratos de trabalho.

Considerar os imigrantes, sobretudo os que chegaram mais recentemente, os mais jovens e os desempregados, com **um dos públicos-alvo de eventuais medidas de proteção e apoio a casos de manifesta vulnerabilidade residencial** (isto incluiria, entre outros aspetos, o impedimento da realização de despejos sem que estejam garantidas alternativas).

No domínio da **formação em língua portuguesa, dar continuidade ao programa *Português Para Todos***, ajustando-o à procura (face aos resultados do inquérito o potencial ainda não se terá reduzido), mantendo o seu carácter gratuito (questão ainda mais pertinente no atual contexto de crise) e introduzindo eventuais ajustamentos que reduzam os maiores níveis de abandono e de não adesão das populações asiáticas.

Monitorizar atentamente a situação presente e reforçar as atividades no domínio do **combate à discriminação racial e étnica, dando particular atenção à dimensão género e ao mercado de trabalho.**

Face às vantagens associadas à posse da **nacionalidade portuguesa** e à confirmação de que, na maioria dos casos, isto significa mais do que uma atitude meramente funcional, **evitar a tentação de reduzir os direitos neste domínio.**

**Alargar as possibilidades de participação política dos imigrantes**, designadamente através da **generalização do direito de voto para as autarquias locais e, eventualmente, nas**

**eleições regionais dos Açores e da Madeira**, a todos os residentes estrangeiros que estejam em Portugal há mais de um ou dois anos. Note-se que, de acordo com os resultados do inquérito, os estrangeiros que podem votar apresentam taxas de participação aparentemente superiores aos estrangeiros naturalizados e mesmo às registadas oficialmente nos atos eleitorais autárquicos.

### 12.3 IMPLICAÇÕES NO DOMÍNIO DA INVESTIGAÇÃO

O domínio da imigração terá sido um dos campos da investigação social portuguesa que mais progrediu ao longo dos últimos 10-15 anos, como atestam o número de teses de doutoramento e mestrado realizadas, bem como os muitos trabalhos publicados. Mesmo que a novidade do tema e a relevância social da imigração sejam atualmente menores, nem o fenómeno desapareceu, nem a sua importância passou a ser nula. Justifica-se, portanto, a necessidade de continuar a realizar trabalho de investigação neste domínio, atualizando estudos antigos (e.g contributo financeiro, económico e social dos imigrantes para a sociedade portuguesa), explorando caminhos novos (discriminação das mulheres imigrantes, relações com os países de origem e eventuais benefícios para Portugal decorrentes deste processo), eventualmente estabelecendo pontes entre análises da imigração e da emigração, processo que está em clara intensificação.

Sem prejuízo das sugestões que se acabam de apresentar, parecem-nos que as lacunas detetadas apontam para a existência de boas oportunidades no domínio do aprofundamento e do reforço dos estudos sobre discriminação racial e étnica<sup>101</sup>, incorporando aspetos com a dimensão objetiva da discriminação, a componente de género (dupla discriminação, mas também eventual papel emancipatório da deslocação para Portugal), a existência de eventuais diferenças regionais e mesmo a realização de estudos experimentais mais desenvolvidos sobre práticas discriminatórias

101

Neste domínio, realcem-se os trabalhos efetuados por Jorge Vala e colegas (2003, 2004) e num quadro mais específico, por Manuela Mendes (2010).

no mercado de trabalho, no acesso à habitação e na relação com os serviços públicos. Eventualmente, a questão das competências culturais e de intermediação pode ser cruzada com alguns estudos sobre discriminação.

Outro domínio em que parecem abrir-se oportunidades reporta à análise da mobilidade geográfica e socioprofissional dos imigrantes, tanto pessoal como geracional. Neste caso, os âmbitos geográficos devem incluir quer uma componente interna (percursos em território nacional), quer uma componente externa, relacionada com o retorno e, sobretudo, a remigração, beneficiando, eventualmente, da livre circulação no espaço comunitário, da posse da nacionalidade portuguesa e, nalguns casos, das redes sociais estabelecidas com empresas portuguesas e cidadãos portugueses, eles próprios também a emigrar mais.

Esta última sugestão relembra que existe igualmente espaço para a realização de mais estudos sobre o papel dos imigrantes na abertura de eventuais oportunidades para Portugal no quadro das relações com os países de origem (recorde-se que o Brasil e Angola são países “emergentes” e que Moçambique e a Índia vão reforçando o seu protagonismo no panorama internacional), bem como acerca da mobilização e das vantagens da obtenção e posse da nacionalidade portuguesa.

Naturalmente, estas ideias não têm uma pretensão diretiva, nem esgotam a miríade de questões que se colocam no âmbito do fenómeno migratório, dos imigrantes e da sua integração, e que justificam pesquisa científica. Os investigadores são criativos, têm imaginação e devem atuar com liberdade epistemológica, metodológica e temática, valorizando os seus interesses e competências. Este trabalho é apenas um pequeno contributo, complementar ao rico conjunto de estudos locais que o acompanham, que procura dar uma ou outra pista e fornecer instrumentos (as bases de dados) que tenham alguma utilidade para a numerosa e sólida comunidade de investigadores sociais que, em Portugal, tem trabalhado o fenómeno migratório. Muitas das ideias que ajudaram a analisar a informação recolhida resultaram, precisamente, do trabalho efetuado por estes investigadores, demonstrando que o progresso científico só é possível com partilha de informação e de resultados e com debate de ideias, num ambiente criativo e de liberdade. Desejamos que continue assim.

# **ANEXOS**

## **ANEXO 1 – TABELAS COMPLEMENTARES**





## Capítulo 5

**Tabela complementar 5.1 - Taxa de emprego de nacionais e estrangeiros, em Portugal e na UE27 (2000-2010)**

Ano	Portugal			UE27		
	Nacionais	Estrangeiros	% Dif. (estrang. Vs. nacionais)	Nacionais	Estrangeiros	% Dif. (estrang. Vs. nacionais)
2000	68,2	68,5	0,3	65,5	55,9	-9,6
2001	68,9	67,3	-1,6	65,4	57,6	-7,8
2002	69,0	75,1	6,1	65,6	57,7	-7,9
2003	68,1	70,7	2,6	65,7	57,7	-8,0
2004	68,0	65,6	-2,4	63,8	57,8	-6,0
2005	67,3	71,4	4,1	63,7	59,6	-4,1
2006	67,8	71,4	3,6	64,7	61,5	-3,2
2007	67,6	71,6	4,0	65,6	62,2	-3,4
2008	68,0	73,3	5,3	66,1	63,1	-3,0
2009	66,2	66,7	0,5	64,9	60	-4,9
2010	65,6	65,5	-0,1	64,5	59,7	-4,8

Fonte: Labour Force Survey (Eurostat), população com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

**Tabela complementar 5.2 - Taxa de emprego de nacionais e estrangeiros, por sexo (2000-2010)**

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Homens											
Nacionais	76,2	76,9	76,6	75,0	74,4	73,3	73,8	73,6	73,7	71,1	70,0
Estrangeiros	73,9	76,8	85,4	78,8	73,1	77,6	78,8	79,3	80,3	72,7	72,2
Mulheres											
Nacionais	60,4	61,3	61,7	61,5	61,8	61,5	61,9	61,8	62,3	61,6	61,2
Estrangeiros	62,7	56,7	63,7	62,1	58,9	65,2	64,2	64,3	66,6	61,2	60,0

Fonte: Labour Force Survey (Eurostat), população com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

**Tabela complementar 5.3 - Taxa de desemprego de nacionais e estrangeiros, em Portugal e na UE27 (2000-2010)**

Ano	Portugal			UE27		
	Nacionais	Estrangeiros	% var. (estrangeiros Vs. nacionais)	Nacionais	Estrangeiros	% var. (estrangeiros Vs. nacionais)
2000	3,9	8,7*	4,8	7,9	13,6	5,7
2001	4,0	8,2*	4,2	7,1	12,4	5,3
2002	4,7	7,2*	2,5	7,4	12,9	5,5
2003	6,4	11,2	4,8	7,8	14,2	6,4
2004	6,5	13,3	6,8	9,2	14,4	5,2
2005	7,9	12,2	4,3	8,7	14,2	5,5
2006	8,0	11,1	3,1	7,9	13,2	5,3
2007	8,3	12,1	3,8	6,9	12,1	5,2
2008	7,9	10,9	3,0	6,7	12,2	5,5
2009	9,7	16,4	6,7	8,5	16,4	7,9
2010	11,1	18,9	7,8	9,1	16,8	7,7

Fonte: Labour Force Survey (Eurostat), população com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.  
Nota: “\*” significa pouco confiável.

**Tabela complementar 5.4 - Taxa de desemprego de nacionais e estrangeiros, por sexo (2000-2010)**

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Homens											
Nacionais	3,1	2,9	4,1	5,4	5,8	7	6,9	6,9	6,8	9,1	10,1
Estrangeiros	:	:	:	10,2*	12,7	10,3	9,6	9,5	9,5	16,1	16,1
Mulheres											
Nacionais	4,9	5,2	5,5	7,5	7,4	9	9,3	9,9	9,2	10,4	12,1
Estrangeiros	:	:	:	12,6*	14,1	14,3	13	14,9	12,4	16,8	18,9

Fonte: Labour Force Survey (Eurostat), população com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.  
Nota: “\*” significa pouco confiável.

**Tabela complementar 5.5 - Distribuição dos trabalhadores por conta de outrem segundo os sectores de atividade, por nacionalidade e sexo em 2009 (%)**

Sectores de atividade	Nacionais			Estrangeiros			Dif. estrang. e nac.
	M	Total		M	Total		
Agricultura, prod. animal, caça, floresta e pesca	2,3	1,6	1,9	3,7	2,7	3,3	1,3
Indústrias extrativas	0,7	0,1	0,4	0,5	0,1	0,3	-0,1
Indústrias transformadoras	23,6	20,6	22,2	11,7	7,7	10,0	-12,2
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0,5	0,1	0,3	0,0	0,0	0,0	-0,3
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	0,9	0,3	0,7	1,1	0,4	0,8	0,1
Construção	18,4	2,3	11,0	31,3	1,8	18,7	7,7
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	18,6	20,9	19,7	10,7	13,9	12,1	-7,6
Transportes e armazenagem	7,1	2,1	4,8	8,7	1,6	5,7	0,9
Alojamento, restauração e similares	4,7	9,0	6,7	11,5	25,7	17,6	10,9
Atividades de informação e comunicação	2,7	1,8	2,3	0,9	0,9	0,9	-1,4
Atividades financeiras e de seguros	3,2	3,3	3,3	0,5	0,8	0,7	-2,6
Atividades imobiliárias	0,6	0,8	0,7	0,8	1,1	0,9	0,2
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	3,1	4,5	3,8	1,6	1,9	1,7	-2,0
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	7,8	9,2	8,4	13,1	27,2	19,1	10,7
Administração pública e defesa, segurança social	0,8	0,9	0,8	0,1	0,1	0,1	-0,7
Educação	1,2	4,1	2,5	0,7	1,8	1,2	-1,3
Atividades de saúde humana e apoio social	1,8	13,4	7,1	1,0	7,1	3,6	-3,5
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	0,8	0,8	0,8	1,0	1,0	1,0	0,2
Outras atividades de serviços	1,3	4,2	2,6	1,1	4,1	2,4	-0,2
Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	

Fonte: MTSS/DGEEP, Quadros de Pessoal 2009.  
Nota: Os valores a negrito indicam sobre representação.

**Tabela complementar 5.6 - Número de empregos em Portugal dos respondentes**

Nº empregos em Portugal	N	%
0	252	4,9
1	1390	27,0
2	1270	24,7
3	981	19,1
4	481	9,3
5	293	5,7
6	183	3,6
7	81	1,6
8 ou mais	214	4,2
Total	5145	100

Nota: Inclui apenas inquiridos que já tiveram, pelo menos, 1 emprego.

Fonte: CLAIH/ACIDI (2009/2010) - *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

**Tabela complementar 5.7 - Número de empregos em Portugal, por tempo de residência (ano de chegada) dos respondentes**

Nº	Ano de chegada						
	Antes de 1974	1974-1979	1980-1991	1992-1997	1998-2003	2004-2008	Após 2008
0	3,1	2,5	1,7	1,8	1,5	5,0	20,5
1	20,3	17,7	21,1	21,6	21,0	32,3	45,6
2	23,4	21,7	17,5	29,6	25,7	27,2	18,8
3	21,9	19,7	21,8	19,0	21,9	18,5	9,2
4	8,6	15,2	13,4	8,4	11,1	7,8	3,5
5	8,6	8,1	9,1	6,3	6,8	4,3	1,3
6	3,9	5,1	5,5	4,0	4,8	2,2	0,5
7	2,3	2,0	2,4	2,4	2,1	0,9	0,2
8	2,3	0,5	1,0	1,6	1,8	0,9	0,3
9	1,6	1,0	1,0	0,5	0,5	0,1	0,0
10	2,3	4,0	2,6	3,2	1,7	0,4	0,2
11	0,0	0,0	0,0	0,5	0,1	0,3	0,0
12	1,6	2,5	3,1	1,1	0,9	0,2	0,0
Total	100	100	100	100	100	100	100

N = 5.145

Fonte: CLAIH/ACIDI (2009/2010) - *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

Capítulo 9

Tabela complementar 9.1 - Percepção da frequência da discriminação sobre os imigrantes, por nível de escolaridade dos respondentes

Nível de escolaridade	Frequência					
	Muitas vezes		Algumas vezes		Total	
	N	%	N	%	N	%
Baixa escolaridade	588	32,1	1241	67,9	1829	100,0
Média escolaridade	450	28,0	1156	72,0	1606	100,0
Elevada escolaridade	150	24,1	472	75,9	622	100,0

Fonte: CLAIH/ACIDI (2009/2010) - *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*.

Nota: Apenas estão a ser analisados os respondentes que consideram existir discriminação em Portugal.

Contabilizámos como baixa escolaridade desde a não frequência da escola até ao ensino básico – 3º ciclo; como média escolaridade o nível de ensino secundário e o técnico profissional; e como elevada escolaridade a partir do bacharelato.



## **ANEXO 2 – ELEMENTOS RELATIVOS AOS ESTUDOS LOCAIS**





## Elementos relativos aos Estudos Locais

Local	Entidade coordenadora	Investigador responsável e instituição de enquadramento
Albufeira	Associação In Loco	Maria Priscila Soares (Associação In Loco)
Braga-Guimarães	Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES-UC)	Pedro Góis (CES-UC)
Beja	Caritas Diocesana de Beja	Luís Moreno (Centro de Estudos Geográficos – IGOT/Universidade de Lisboa)
Câmara de Lobos-Santa Cruz-Funchal	Associação Insular de Geografia	Maria Gilda Dantas (Associação Insular de Geografia)
Castelo Branco	Amato Lusitano – Associação de Desenvolvimento de Castelo Branco	Nuno Augusto (Centro de Estudos Sociais da Universidade da Beira Interior)
Costa da Caparica (Freguesia do concelho de Almada)	Centro Social Paroquial N.º Sr.ª da Conceição (Costa da Caparica)	Luís Moreno (Centro de Estudos Geográficos – IGOT/Universidade de Lisboa)
Faro	Câmara Municipal de Faro	Nelson Dias e Artur Gregório (Associação In Loco)
Guarda	Caritas Diocesana da Guarda	José Manso (Observatório para o Desenvolvimento Económico e Social da Universidade da Beira Interior)
Lousã	Câmara Municipal da Lousã (Sector de Desenvolvimento Social e Saúde)	Ana Cristina Camacho (Associação Recreativa, Social e Cultural das Gândaras)
Macedo de Cavaleiros	Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros	Maria Neves Alves (Instituto Piaget – Cooperativa para o Desenvolvimento Humano, Integral e Ecológico, CRL)
Moita	Câmara Municipal da Moita	Maria Helena Vinagre Santos (Câmara Municipal da Moita)
Moura	Câmara Municipal de Moura	Maria Saudade Baltazar (Comoiprel – Cooperativa Mourense de Interesse Público de Responsabilidade Limitada)
Oeiras	Câmara Municipal de Oeiras	Maria Manuela Mendes (Centro de Investigação e Estudos de Sociologia – ISCTE/ Instituto Universitário de Lisboa)
Ponta Delgada	Associação de Imigrantes nos Açores (AIPA)	Licínio Tomás (Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores)
Santarém	Câmara Municipal de Santarém	Paulo Teixeira
Seixal	Câmara Municipal do Seixal	Luís Moreno (Centro de Estudos Geográficos – IGOT/Universidade de Lisboa)
Sesimbra	Câmara Municipal de Sesimbra	Maria Manuela Mendes (Centro de Investigação e Estudos de Sociologia – ISCTE/ Instituto Universitário de Lisboa)
Sintra	Câmara Municipal de Sintra	Ana Paula Beja Horta e José António Oliveira (Geoidea, Estudos de Organização do Território)
Trofa	Câmara Municipal da Trofa	Manuel Carlos Silva, Alice Delerue Matos e Rita Borges Neves (Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho)
Vila Nova de Gaia	Associação de Solidariedade Internacional (ASI)	Belkis Oliveira (ASI)
<b>Estudos Complementares</b>		
Montijo	Câmara Municipal do Montijo	Heloísa Perista (CESIS-Centro de Estudos para a Intervenção Social)
São Braz de Alportel	Associação In Loco	Nelson Dias (Associação In Loco)



## **ANEXO 3 – FORMULÁRIO DO QUESTIONÁRIO**



# FORMULÁRIO DO QUESTIONÁRIO

## (COM ELEMENTOS DE APOIO À CODIFICAÇÃO)

### CÓDIGOS

#### “ESTUDO DE DIAGNÓSTICO DE CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO IMIGRANTE, IDENTIFICAÇÃO DOS SEUS PROBLEMAS E DOS SEUS CONTRIBUTOS PARA AS DINÂMICAS DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO”

### INQUÉRITO - MÓDULO COMUM

#### Separador (folha excel) IDENTIFICAÇÃO

Concelho de realização do Inquérito \_\_\_\_\_ Código Concelho (ver Lista 1)

Inquiridor \_\_\_\_\_ Data de realização \_\_\_\_\_

Nome de quem introduziu os dados

G0 - Área de residência (freguesia e bairro, se pertinente) \_\_\_\_\_

#### Separador (folha excel) A-CARACTERIZAÇÃO FAMÍLIA

A - Caracterização do entrevistado(a) e dos elementos que compõem o agregado familiar co-residente

Neste separador cada LINHA corresponde a um Indivíduo, assim, cada inquérito tem várias linhas

	IND.1 (respondente)	IND.2	IND.3	IND.4	IND.5	IND.6	IND.7	IND.8
G1. SEXO - Feminino (1); Masculino (2); Não responde(3)								
G2. IDADE - Nº de anos								
G3. GRAU DE PARENTESCO COM IND.1 - Cônjuge/ Companheiro(a) (1); Filho(a) (2); Enteado(a) (3); Pai ou mãe (4); Sogro ou sogra (5); Nora ou genro (6); Irmã(o) (7); Neto(a)/ Bisneto(a) (8); Avô ou Avó (9); Outro grau de parentesco - referir qual (10); 11= O próprio indivíduo 1;12= Não responde G3Qual - Outro grau especificado								
G4. ESTADO CIVIL - Casado (1); União de facto (2); Solteiro (3); Separado de facto (4); Divorciado (5); Viúvo (6), 7= Não responde								
G5. NATURALIDADE - Concelho onde reside actualmente (1); Outro concelho (2 - indicar qual); Outro país (3 - indicar qual) 4- Não responde;G5.2 Código concelho (Ver Lista 1); G5.3 Código país (Ver Lista 2)								
G6. NACIONALIDADE - Portuguesa (1); Dupla nacionalidade - Portuguesa e outra (2 - indicar a não portuguesa); Dupla nacionalidade - outros casos (3 - indicar as 2 nacionalidades); Estrangeira - de outro país (4 - indicar qual) 5- Não responde G6.2 Código País Outra (Ver Lista 2) ; G6.3.1 Código país outra1 (Ver Lista 2); G6.3.2 Código país outra1 (Ver Lista 2)								
G7. ANO DE CHEGADA A PORTUGAL (apenas para os naturais de outros países); 9999 N aplicável								
G8. 1º LOCAL DE RESIDÊNCIA EM PORTUGAL (concelho) (apenas para os naturais de outros países) Código concelho (Ver Lista 1); 9999 N aplicável								

G9. NÍVEL DE ENSINO MAIS ELEVADO QUE CONCLUIU/ COMPLETOU - Nenhum (1); Sabe ler e escrever sem ter frequentado a escola (2); Pré-escolar (3); Básico - 1º ciclo (4); Básico - 2º ciclo (5); Básico - 3º ciclo (6); Secundário (7); Médio/profissional (8); Bacharelato (9); Licenciatura (10); Mestrado (11); Doutoramento (12); Outro (13 - especificar) 14- Não responde; G9Qual-Outra									
G10. QUAL CONSIDERA SER O SEU NÍVEL DE CONHECIMENTO DA LÍNGUA PORTUGUESA? Muito Bom (1); Bom (2); Suficiente (3); Fraco (4); Nulo (5) ; 6= Não responde									
G11. QUAL O SEU PRINCIPAL MEIO DE VIDA? Trabalho (1); Rendimento Social de Inserção (2); Pensão/Reforma (3); Rendimentos de propriedade ou de empresa (4); Subsídio temporário de doença (5); Subsídio temporário de desemprego (6); Outros subsídios temporários (7); Apoio Social (8); A cargo da família (9); Biscates (10); Outra situação (11 - especificar qual) 12- Não responde; G11Qual-Outra									
G12. CONDIÇÃO PERANTE A ACTIVIDADE ECONÓMICA? Activo com profissão (1); Desempregado (2 - referir tempo de desemprego); A procura do 1º emprego (3 - referir tempo); Doméstica (4); Reformado (5); Inválido/doença permanente (6); Estudante (7) 8- Não responde; G12.2tempo desemp ANOS; G12.3tempo procura 1ºemp ANOS									
G13. PROFISSÃO (no caso de desempregados ou reformados, indicar a última profissão) - escrever com detalhe 2 colunas, a 1ª com nome da profissão e a 2ª com Código profissão (Usar CNP-94 a 2 dígitos); 9999 Não aplicável									
G14. REGIME DE TRABALHO Permanente/ regular (1); Ocasional (2); Sazonal (3) 4= Não responde									
G15. SITUAÇÃO NA PROFISSÃO - Trabalhador por conta de outrem (1); Trabalhador por conta própria sem empregados (2); Trabalhador por conta própria com empregados (3); Trabalhador familiar não remunerado (4); Outra situação (5 - especificar); 6- Não responde; G15Qual-Outra									
G16. TIPO DE VÍNCULO CONTRATUAL (só para a situação 1 do nº anterior) - Contrato sem termo (1); Contrato com termo (2); Recibos verdes (3); Trabalho sem contrato (4); Outra situação (5 - referenciar qual) 6- Não responde; G16Qual-Outro									
G17. LOCAL DE TRABALHO OU ESTUDO (geográfico) - No concelho onde reside (1); Noutro concelho (2 - indicar qual); No estrangeiro (3 - indicar país); 4- Não responde;G17.2 Código concelho (ver lista 1); G17.3 Código país (ver lista 2)									

### G18. Para além dos elementos do seu agregado familiar, há mais pessoas a residir consigo?

Sim ☐ 1 G18.1 Quantas, no total?

G18.2 Quantas do país de origem do inquirido

Não ☐ 2

3= Não responde

### Separador (folha excel) B- Alojamento

B - Caracterização do alojamento e condições de habitabilidade

**G19. Qual o tipo de alojamento em que reside?**

- |   |                         |
|---|-------------------------|
| Clássico (apartamento ou moradia)             | <input type="radio"/> 1 |
| Parte de casa (casa partilhada, quarto, etc.) | <input type="radio"/> 2 |
| Barraca, casa rudimentar ou de madeira        | <input type="radio"/> 3 |
| Pensão ou residencial                         | <input type="radio"/> 4 |
| Centro de acolhimento                         | <input type="radio"/> 5 |
| Móvel (caravana ou outro)                     | <input type="radio"/> 6 |
| Outro tipo (especificar) _____                | <input type="radio"/> 7 |

8= Não responde

**G20. Neste momento, está a viver ou residir num alojamento que é:**

- |   |                         |
|---|-------------------------|
| Arrendado no mercado privado formal   | <input type="radio"/> 1 |
| Arrendado no mercado informal (bairro clandestino ou de barracas)                     | <input type="radio"/> 2 |
| Público (arrendamento social) (que lhe foi atribuído a si e/ou seu agregado familiar) | <input type="radio"/> 3 |
| Subarrendado (partes de casa; quartos)  | <input type="radio"/> 4 |
| Próprio (do qual é proprietário/a) - mercado formal                                   | <input type="radio"/> 5 |
| Próprio (do qual é proprietário/a) - mercado informal/clandestino                     | <input type="radio"/> 6 |
| Casa de amigos (não paga renda)   | <input type="radio"/> 7 |
| Outra situação (especificar) _____  | <input type="radio"/> 8 |

9= Não responde

**G20.1 (apenas para aqueles que não possuem casa própria) Tenciona comprar casa em Portugal?**

- |   |                         |
|---|-------------------------|
| Não   | <input type="radio"/> 1 |
| Ainda não pensou no assunto/não tem a certeza               | <input type="radio"/> 2 |
| Sim, mas nunca fez nenhuma diligência/prospecção de mercado | <input type="radio"/> 3 |
| Sim, e já fez diligências nesse sentido                     | <input type="radio"/> 4 |

5= Não responde

**G20.1.1 No concelho de residência actual**

- |     |                         |
|-----|-------------------------|
| Sim | <input type="radio"/> 1 |
| Não | <input type="radio"/> 2 |

3= Não responde

**G.21 N° de divisões do alojamento em que vive, excluindo cozinha e casa(s) de banho?**

**G22. O alojamento onde habita possui:**

- |  |   |
|--|---|
| G22.1 Casa de banho completa no interior da habitação (inst. sanit. e banho) | <input type="checkbox"/> 1= Sim; 2= Não |
| G22.2 Abastecimento de água pela rede pública                                | <input type="checkbox"/> 1= Sim; 2= Não |
| G22.3 Água quente  | <input type="checkbox"/> 1= Sim; 2= Não |
| G22.4 Aquecimento central ou proveniente de aquecedores móveis               | <input type="checkbox"/> 1= Sim; 2= Não |

**G23. A família co-habitante dispõe de:**

- |  |   |
|--|---|
| G23.1 Telefone                             | <input type="checkbox"/> 1= Sim; 2= Não |
| G23.2 Telemóvel                            | <input type="checkbox"/> 1= Sim; 2= Não |
| G23.3 Máquina de lavar loiça               | <input type="checkbox"/> 1= Sim; 2= Não |
| G23.4 Máquina de lavar roupa               | <input type="checkbox"/> 1= Sim; 2= Não |
| G23.5 Microondas                           | <input type="checkbox"/> 1= Sim; 2= Não |
| G23.6 Motorizada/Motociclo                 | <input type="checkbox"/> 1= Sim; 2= Não |
| G23.7 Automóvel                            | <input type="checkbox"/> 1= Sim; 2= Não |
| G23.8 Computador                           | <input type="checkbox"/> 1= Sim; 2= Não |
| G23.9 TV por cabo ou antena parabólica     | <input type="checkbox"/> 1= Sim; 2= Não |
| G23.10 Internet em casa (acesso doméstico) | <input type="checkbox"/> 1= Sim; 2= Não |

**Separador C (folha excel) - Trajectória**

C - Trajectória migratória e elementos complementares de caracterização do entrevistado(a)

**G24. Diga a principal razão porque escolheu Portugal como país de residência? (indicar apenas o principal)**

- |  |                         |
|--|-------------------------|
| Conhecimento da língua/proximidade cultural                | <input type="radio"/> 1 |
| Ascendência portuguesa/família portuguesa                  | <input type="radio"/> 2 |
| Facilidade de entrada                                      | <input type="radio"/> 3 |
| Queria estudar em Portugal/beneficiou de bolsa em Portugal | <input type="radio"/> 4 |
| Reagrupamento familiar                                     | <input type="radio"/> 5 |



- Acompanhar os pais ☐ 6
- Queria utilizar o sistema de saúde português/abrigo de acordo de saúde ☐ 7
- Teve conhecimento de oportunidades de emprego em Portugal ☐ 8
- Outras razões (especificar) \_\_\_\_\_ ☐ 9
- 10= Não responde

**G25. Qual foi a forma de imigração utilizada para chegar a Portugal?**

- Sozinho(a), utilizando meios próprios ou familiares ☐ 1
- Em grupo, utilizando meios próprios ou familiares ☐ 2
- Com a família, utilizando meios próprios ou familiares ☐ 3
- Sozinho(a), com o auxílio de terceiros ☐ 4
- Em grupo, com o auxílio de terceiros ☐ 5
- Recrutamento feito por um empregador português ☐ 6
- Integrado numa empresa que veio desenvolver actividade em Portugal ☐ 7
- Outros casos (especificar) \_\_\_\_\_ ☐ 8
- 9= Não responde

**G26. Teve de pagar a alguém/alguma organização para o “ajudar” a vir para Portugal (por organização não se entendem nem empresas formais de transporte, nem serviços públicos que atribuem vistos ou outros)?**

- Sim ☐ 1
- Não ☐ 2

3= Não responde

**G27. Viveu noutro país diferente do seu país de origem antes de se instalar em Portugal?**

- Sim ☐ 1 G27.1 Qual?\_\_\_Código País (ver lista 2) \_\_\_\_\_
- Não ☐ 2 G27.2 Por quanto tempo?\_\_\_\_\_Em ANOS\_\_\_\_\_

3= Não responde

**G28. Porque motivo deixou o seu país de origem e, apenas no caso de ter residido noutro país antes de vir para Portugal, porque o deixou também? (Indique apenas o principal motivo - assinalar com uma cruz)**

		País de origem G28.1	Último país de residência antes de vir para Portugal (se diferente do país de origem) G28.2
Motivos económicos/emprego		1	1
Reunir-se à família		2	2
Acompanhar os pais		3	3
Estudar		4	4
Motivos políticos		5	5
Razões de saúde		6	6
Outros motivos	(especificar) _____ G28.1 Outro, G28.2 Outro _____	7	7

8= Não responde

**G29. Quais os principais motivos que estão na origem da opção pela residência neste concelho?**

(indique apenas os 2 motivos principais)

- |   |   |
|---|---|
| G29.1 Local onde encontrou emprego  | <input type="checkbox"/> 1= Sim; 2= Não |
| G29.2 Boa qualidade do ambiente “natural” (clima, paisagem, etc.)           | <input type="checkbox"/> 1= Sim; 2= Não |
| G29.3 Boa imagem dos habitantes e do ambiente social                        | <input type="checkbox"/> 1= Sim; 2= Não |
| G29.4 Bons acessos viários/acessibilidade                                   | <input type="checkbox"/> 1= Sim; 2= Não |
| G29.5 Local de residência de muitos imigrantes provenientes da mesma origem | <input type="checkbox"/> 1= Sim; 2= Não |
| G29.6 Proximidade face a familiares ou amigos                               | <input type="checkbox"/> 1= Sim; 2= Não |
| G29.7 Preços mais baixos na habitação                                       | <input type="checkbox"/> 1= Sim; 2= Não |
| G29.8 Nível de vida mais acessível  | <input type="checkbox"/> 1= Sim; 2= Não |
| G29.9 Qualidade mais elevada nas habitações existentes                      | <input type="checkbox"/> 1= Sim; 2= Não |
| G29.10 Pelos serviços e comércio que oferece                                | <input type="checkbox"/> 1= Sim; 2= Não |
| G29.11 Outro motivo. Qual? _____ G29.11 Outro _____                         | <input type="checkbox"/> 1= Sim; 2= Não |

**G30. Com que documento entrou em Portugal?**

- Apenas Passaporte (sem qualquer visto) ☐ 1
- Visto de “turista” ☐ 2
- Visto de trabalho ou equivalente ☐ 3
- Visto de estudo ou equivalente ☐ 4
- Visto de estada temporária ou equivalente ☐ 5
- Outras situações (especificar) \_\_G30Outro\_\_\_\_\_ ☐ 6
- 7= Não responde

**G31. Tem a sua situação regularizada em Portugal?**

1. Sim ☐ 1 G31.1 Quando a regularizou? G31.1.1 Mês ☐ G31.1.2 Ano ☐
2. Aguarda decisão dos serviços ☐ 2
- G31.2 Que documentos lhe faltam?\_\_\_\_\_
3. Não ☐ 3
- 4= Não responde

**G31.3 (Apenas para aqueles que não possuem a nacionalidade portuguesa) Pretende obter a nacionalidade portuguesa?**

- Sim ☐ 1
- Não ☐ 2
- 3= Não responde

**G32. Qual foi o seu último emprego no país de origem?\_\_\_\_\_ Código profissões (2 colunas, a 1ª com nome da profissão e a 2ª com Código profissão - usar CNP-94 a 2 dígitos);**

\_\_\_\_\_

**G33. Quantos empregos já teve em Portugal?**

**G34. Qual foi o seu primeiro emprego em Portugal?\_\_\_\_\_ Código Profissões (2 colunas, a 1ª com nome da profissão e a 2ª com Código profissão - Usar CNP-94 a 2 dígitos);**

\_\_\_\_\_

**G35. Como obteve o 1º emprego em Portugal?**

- Através de familiares/amigos do mesmo grupo étnico ☐ 1  
Através do “recrutador”/“angariador” no país de origem ☐ 2  
Através de patrão português ☐ 3  
Através de patrão imigrante da mesma origem étnica ☐ 4  
Através de patrão imigrante de outra origem étnica ☐ 5  
Através de amigos/conhecidos portugueses ☐ 6  
Resposta a anúncio ☐ 7  
Serviços de emprego ☐ 8  
Criação do próprio emprego ☐ 9  
Outras formas ☐ 10 especificar\_\_\_\_\_

G35 Outro\_\_\_\_\_

11= Não responde

**G36. Como obteve o emprego que possui actualmente?**

- Através de familiares/amigos do mesmo grupo étnico ☐ 1  
Através do “recrutador”/“angariador” no país de origem ☐ 2  
Através de patrão português ☐ 3  
Através de patrão imigrante da mesma origem étnica ☐ 4  
Através de patrão imigrante de outra origem étnica ☐ 5  
Através de amigos/conhecidos portugueses ☐ 6  
Resposta a anúncio ☐ 7  
Serviços de emprego ☐ 8  
Criação do próprio emprego ☐ 9  
Outras formas ☐ 10 especificar\_\_\_\_\_

G36 Outro\_\_\_\_\_

11= Não responde

**G37. Desde que vive em Portugal, já alguma vez trabalhou alguma temporada no estrangeiro?**

- Sim ☐ 1  
Não ☐ 2

3= Não responde

- G37.1 Quantas vezes? ☐ G37.2 Onde (países)  
(G37.2.1 1ºPaís; G37.2.2 2º País, caso exista)  
Código Países (Ver lista 2)\_\_\_
- G37.3 Quando (indicar ano) ?  
(G37.3.1 Ano ocorrência 1º País;  
G37.3.2 Ano ocorrência 2º País, caso exista) \_\_\_\_\_Ano da  
ocorrência\_\_\_\_\_

### Separador D (folha excel) - Integração D - Processo de integração em Portugal

**G38. Quando chegou a Portugal, qual o grau de dificuldade que sentiu face aos seguintes aspectos? (Gradue a resposta de 1 - nada difícil - a 5 - muito difícil - pondo uma argola à volta dos números que escolher)**

	Nada difícil				Muito difícil
G38.1 Não conhecer ninguém/solidão	1	2	3	4	5
G38.2 Clima	1	2	3	4	5
G38.3 Língua	1	2	3	4	5
G38.4 Saúde	1	2	3	4	5
G38.5 Regularização/legalização	1	2	3	4	5
G38.6 Obtenção de documentos/burocracia dos serviços portugueses	1	2	3	4	5
G38.7 Integração no mercado de trabalho (em termos gerais)	1	2	3	4	5
G38.8 Obtenção de profissão correspondente às habilitações e experiência	1	2	3	4	5
G38.9 Integração na escola/sucesso escolar	1	2	3	4	5
G38.10 Equivalências escolares	1	2	3	4	5
G38.11 Habitação (acesso e custo)	1	2	3	4	5
G38.12 Transportes (acesso e custo)	1	2	3	4	5
G38.13 Comportamento/ atitudes dos portugueses (termos gerais)	1	2	3	4	5
G38.14 Discriminação/racismo	1	2	3	4	5

Em todas as linhas, 6= Não responde

**G39. E actualmente, qual o grau de dificuldade que associa aos mesmos aspectos? (Gradue a resposta de 1 - nada difícil - a 5 - muito difícil - pondo uma argola à volta dos números que escolher)**

	Nada difícil				Muito difícil
G39.1 Não conhecer ninguém/solidão	1	2	3	4	5
G39.2 Clima	1	2	3	4	5
G39.3 Língua	1	2	3	4	5
G39.4 Saúde	1	2	3	4	5
G39.5 Regularização/legalização	1	2	3	4	5

G39.6 Obtenção de documentos/burocracia dos serviços portugueses	1	2	3	4	5
G39.7 Integração no mercado de trabalho (em termos gerais)	1	2	3	4	5
G39.8 Obtenção de profissão correspondente às habilitações e experiência	1	2	3	4	5
G39.9 Integração na escola/sucesso escolar	1	2	3	4	5
G39.10 Equivalências escolares	1	2	3	4	5
G39.11 Habitação (acesso e custo)	1	2	3	4	5
G39.12 Transportes (acesso e custo)	1	2	3	4	5
G39.13 Comportamento/ atitudes dos portugueses (termos gerais)	1	2	3	4	5
G39.14 Discriminação/racismo	1	2	3	4	5

Em todas as linhas, 6= Não responde

#### **G40. Tem carta de condução válida em Portugal?**

Sim ☐ 1

Não ☐ 2

3= Não responde

#### **G41. Costuma exercer o direito de voto nas eleições locais do município?**

Sim ☐ 1

Não ☐ 2

Não se aplica (menor de 18 anos ou estrangeiro sem direito formal de voto) ☐ 3

4= Não responde

#### **G42. Faz parte de alguma associação ou grupo?**

Sim ☐ 1

Não ☐ 2

3= Não responde

##### **G42.1 De que tipo?**

G42.1.1 Associação local de imigrantes do país de origem

☐ 1= Sim; 2= Não

Indicar qual?  
G42.1.1Qual

G42.1.2 Outro tipo de associação local (clube recreativo e desportivo, etc.)

☐ 1= Sim; 2= Não

Indicar qual?  
G42.1.2Qual

G42.1.3 Associação de pais

☐ 1= Sim; 2= Não

- G42.1.4 Sindicato ☐ 1= Sim; 2= Não
- G42.1.5 Partido ou organização política ☐ 1= Sim; 2= Não
- G42.1.6 Outro tipo de associação ☐ 1= Sim; 2= Não Indicar qual? G42.1.6Qual

**G43. Em que língua ou línguas fala habitualmente em casa?**

- Língua nº 1 \_\_\_\_ G43.1\_\_\_\_ Ver lista de códigos 3
- Língua nº 2 \_\_\_\_ G43.2\_\_\_\_ Ver lista de códigos 3
- Língua nº 3 \_\_\_\_ G43.3\_\_\_\_ Ver lista de códigos 3

**G44. Já alguma vez frequentou ou frequenta um curso de língua portuguesa:**

- Sim, já frequentei e conclui ☐ 1 Qual? \_\_G44.1\_\_\_\_
- Sim, já frequentei e não conclui ☐ 2 Qual? \_\_G44.2\_\_\_\_
- Sim, estou a frequentar neste momento ☐ 3 Qual? \_\_G44.3\_\_\_\_
- Não, nunca frequentei porque não tive oportunidade ☐ 4
- Não, nunca frequentei, porque nunca senti necessidade ☐ 5
- 6= Não responde

**G45. Para que um imigrante se sinta bem integrado em Portugal acha que é importante: (Gradue a resposta de 1 a 5 pondo uma argola à volta dos números que escolher)**

	Nada Importante				Muito Importante
G45.1 Ter família em Portugal	1	2	3	4	5
G45.2 Ter amigos portugueses	1	2	3	4	5
G45.3 Ter os seus filhos na escola	1	2	3	4	5
G45.4 Falar bem português	1	2	3	4	5
G45.5 Estar empregado	1	2	3	4	5
G45.6 Ter os mesmos comportamentos e hábitos culturais do que os portugueses	1	2	3	4	5
G45.7 Conseguir comprar uma casa em Portugal	1	2	3	4	5
G45.8 Ter carro	1	2	3	4	5
G45.9 Obter nacionalidade portuguesa	1	2	3	4	5

Em todas as linhas, 6= Não responde

**G46. Em Portugal, os seus amigos(as) são sobretudo (pode escolher, no máximo, duas opções):**

- |   |   |
|---|---|
| G46.1 Imigrantes da mesma nacionalidade                         | <input type="checkbox"/> 1= Sim; 2= Não |
| G46.2 Imigrantes de outras nacionalidades que são seus vizinhos | <input type="checkbox"/> 1= Sim; 2= Não |
| G46.3 Portugueses que conheceu no trabalho                      | <input type="checkbox"/> 1= Sim; 2= Não |
| G46.4 Portugueses que são seus vizinhos                         | <input type="checkbox"/> 1= Sim; 2= Não |
| G46.5 Portugueses que conheceu noutros locais                   | <input type="checkbox"/> 1= Sim; 2= Não |
| G46.6 Familiares  | <input type="checkbox"/> 1= Sim; 2= Não |

**G47. Se precisasse de ajuda de emergência a quem iria recorrer em primeiro lugar:**

- |  |                          |
|--|--------------------------|
| Amigos Imigrantes                                  | <input type="radio"/> 1  |
| Amigos Portugueses                                 | <input type="radio"/> 2  |
| Colegas de trabalho                                | <input type="radio"/> 3  |
| Vizinhos imigrantes                                | <input type="radio"/> 4  |
| Vizinhos portugueses                               | <input type="radio"/> 5  |
| Familiares instalados em Portugal                  | <input type="radio"/> 6  |
| Familiares residentes no estrangeiro               | <input type="radio"/> 7  |
| Serviços Públicos portugueses                      | <input type="radio"/> 8  |
| Serviços Públicos do país de origem                | <input type="radio"/> 9  |
| Instituições Religiosas                            | <input type="radio"/> 10 |
| Associações privadas/IPSS's sem carácter religioso | <input type="radio"/> 11 |

12= Não responde

**G48. Qual é a sua religião?**

- |                               |                         |
|-------------------------------|-------------------------|
| Sem religião (ateu/agnóstico) | <input type="radio"/> 1 |
| Católica                      | <input type="radio"/> 2 |
| Judaica                       | <input type="radio"/> 3 |
| Ortodoxa                      | <input type="radio"/> 4 |
| Islâmica                      | <input type="radio"/> 5 |
| Protestante Evangélica        | <input type="radio"/> 6 |
| Hindu                         | <input type="radio"/> 7 |



Outra religião

O 8

Qual? \_\_\_\_\_ **G48 Qual** \_\_\_\_\_

9= Não responde

**G49. Com que frequência efectua as seguintes práticas:**

	Todos os dias	Todas as semanas	De vez em quando	Raramente	Nunca
G49.1 1. Comer comida "típica" do país de origem	1	2	3	4	5
G49.2 2. Comprar produtos "típicos" do país de origem					
G49.3 3. Ouvir música do país de origem					
G49.4 4. Ouvir música portuguesa					
G49.5 5. Ir a bailes/festas organizados por associações e pessoas do país de origem					
G49.6 6. Ir a bailes/festas organizados por associações e pessoas portuguesas					
G49.7 7. Ir a actividades culturais (projectão de filmes, leitura de poesia, concertos, etc...) organizados por associações e pessoas do país de origem					
G49.8 8. Ir a actividades culturais (projectão de filmes, leitura de poesia, concertos, etc...) organizados por associações e pessoas portuguesas					
G49.9 9. Ver canais de televisão do país de origem					
G49.10 10. Ver canais de televisão portugueses					
G49.11 11. Ouvir programas de rádio para ou das comunidades imigradas					
G49.12 12. Ler jornais/revistas portugueses					
G49.13 13. Ler jornais/revistas do país de origem					
G49.14 14. Ler jornais/revistas do país de origem feitos em Portugal					
G49.15 15. Consultar sites do país de origem na internet					
G49.16 16. Participar em actividades desportivas organizadas por associações ou pessoas do país de origem					
G49.17 17. Participar em actividades desportivas organizadas por associações ou pessoas portuguesas					
G49.18 18. Usar vestuário tradicional do país de origem					
G49.19 19. Ir ao café					
G49.20 20. Praticar actividades religiosas ministradas pela Igreja Católica Portuguesa					
G49.21 21. Praticar actividades religiosas ministradas por outras igrejas					

Em todas as linhas, 6= Não responde

**G50. Da seguinte lista de instituições, refira aquelas que conhece, e/ou aquelas que já utilizou e o modo como avalia os serviços prestados (ou que sabe que prestam):**

	Conhece (assinalar com X) 1=Sim; 2=Não, 3= Não responde	Frequentou/ recorreu aos seus serviços (assinalar com X) 1=Sim; 2=Não, 3= Não responde	Como avalia o trabalho que aí lhe foi prestado? Muito bom (1); Bom (2); Razoável (3); Deficiente (4); Muito deficiente (5); 6= Não responde	Explicitar maior deficiência ou efectuar sugestão (se desejar - facultativo)
1. Câmara Municipal	G50.1.1	G50.1.2	G50.1.3	G50.1.4
2. Junta de Freguesia	G50.2.1	G50.2.2	G50.2.3	G50.2.4
3. CLAI do município	G50.3.1	G50.3.2	G50.3.3	G50.3.4
4. Serviço de estrangeiros e Fronteiras	G50.4.1	G50.4.2	G50.4.3	G50.4.4
5. ACIDI (CNAI ou outros serviços)	G50.5.1	G50.5.2	G50.5.3	G50.5.4
6. Segurança Social	G50.6.1	G50.6.2	G50.6.3	G50.6.4
7. Polícia (GNR ou PSP, conforme o município)	G50.7.1	G50.7.2	G50.7.3	G50.7.4
8. Repartição de Finanças	G50.8.1	G50.8.2	G50.8.3	G50.8.4
9. Centro de Emprego	G50.9.1	G50.9.2	G50.9.3	G50.9.4
10. Centro de saúde	G50.10.1	G50.10.2	G50.10.3	G50.10.4
11. Bancos	G50.11.1	G50.11.2	G50.11.3	G50.11.4
12. Transportes colectivos no município	G50.12.1	G50.12.2	G50.12.3	G50.12.4
13. Centro de Saúde (Repetido=10)	G50.13.1	G50.13.2	G50.13.3	G50.13.4
14. Biblioteca Municipal	G50.14.1	G50.14.2	G50.14.3	G50.14.4
15. Escola (referir qual) G50.15 Qual	G50.15.1	G50.15.2	G50.15.3	G50.15.4
16. Universidade/instituição de ensino superior (referir qual) G50.16 Qual	G50.16.1	G50.16.2	G50.16.3	G50.16.4
17. Embaixada(Consulado (referir qual) G50.17 Qual	G50.17.1	G50.17.2	G50.17.3	G50.17.4
18. Associação Local de Imigrantes	G50.18.1	G50.18.2	G50.18.3	G50.18.4

**G51. De uma maneira geral, como considera o seu nível de integração em Portugal?**

- Plenamente/muitíssimo integrado ☐ 1
- Muito integrado ☐ 2
- Integrado ☐ 3
- Pouco integrado ☐ 4
- Nada integrado ☐ 5
- 6= Não responde**

### **Separador E (folha excel) - Percepção**

#### **E - Percepção sobre situações de discriminação em Portugal**

#### **G52. Já alguma vez se sentiu discriminado(a) por motivos raciais ou étnicos em Portugal?**

Sim     ☐ 1

Não     ☐ 2 (passe para a questão 54)

3= Não responde

#### **G53. Em que situações já se sentiu ou se sente discriminado(a)?**

G53.1 Num serviço público (Segurança Social, Organização de apoio aos imigrantes) ☐ 1= Sim; 2= Não

G53.2 Num Banco/organismo de concessão de crédito ☐ 1= Sim; 2= Não

G53.3 Numa entrevista de emprego ☐ 1= Sim; 2= Não

G53.4 No arrendamento de uma casa/quarto ☐ 1= Sim; 2= Não

G53.5 Nos transportes públicos ☐ 1= Sim; 2= Não

G53.6 Quando utilizou táxis ☐ 1= Sim; 2= Não

G53.7 Quando fazia compras num Supermercado ou loja ☐ 1= Sim; 2= Não

G53.8 Num café, restaurante ou serviço similar ☐ 1= Sim; 2= Não

G53.9 No trabalho ☐ 1= Sim; 2= Não

G53.10 Na escola ☐ 1= Sim; 2= Não

G53.11 Outras situações (especificar) \_\_\_\_\_  
G53.11 Qual \_\_\_\_\_ ☐ 1= Sim; 2= Não

#### **G53.1 (Apenas para aqueles que já se sentiram discriminados no mercado de trabalho) Quem efectuou a discriminação?**

A entidade patronal ☐ 1= Sim; 2= Não

Os colegas de trabalho ☐ 1= Sim; 2= Não

Os clientes ☐ 1= Sim; 2= Não

**G53.2 (Apenas para aqueles que já se sentiram discriminados na escola) Quem efectuou a discriminação?**

Os professores ☐ 1= Sim; 2= Não

Os colegas ☐ 1= Sim; 2= Não

Os funcionários não docentes ☐ 1= Sim; 2= Não

**G54. Considera que os imigrantes, de uma maneira geral, são discriminados em Portugal?**

Sim, muitas vezes ☐ 1

Sim, algumas vezes ☐ 2

Não ☐ 3

4= Não responde

**Separador F (folha excel) - Relações Origem**

F - Relações com o país de origem

**G55. Desde que se encontra em Portugal já regressou ao seu país de origem?**

Sim ☐ 1 Quantas vezes? ☐☐ G55.1

Não ☐ 2 Porquê? \_\_\_\_\_ G55.2 \_\_\_\_\_

3= Não responde

**G56. Se respondeu sim na questão anterior, diga por que motivos?**

G56.1 Acontecimentos familiares (casamentos, funerais, outros) ☐ 1= Sim; 2= Não

G56.2 Tratar de assuntos familiares ☐ 1= Sim; 2= Não

G56.3 Levar/trazer bens ☐ 1= Sim; 2= Não

G56.4 Negócios ☐ 1= Sim; 2= Não

G56.5 Passar férias ☐ 1= Sim; 2= Não

G56.6 Tratar de documentos ☐ 1= Sim; 2= Não

G56.7 Outros Quais? \_\_\_\_\_ G56.7Quais \_\_\_\_\_ ☐ 1= Sim; 2= Não

**G57. Tem familiares dependentes no seu país de origem?**

Sim ☐ 1

Não ☐ 2 (passe para a questão 54)

3= Não responde

G57.1 Filhos ☐ 1= Sim; 2= Não G57.1.1 Quantos

G57.2 Pais/Sogros ☐ 1= Sim; 2= Não G57.2.1 Quantos

G57.3 Cônjuge ☐ 1= Sim; 2= Não

G57.4 Irmãos ☐ 1= Sim; 2= Não G57.4.1 Quantos

G57.5 Outros ☐ 1= Sim; 2= Não G57.5.1 Quantos Quem? \_\_\_\_\_ G57.5 Quem

**G58. Pretende trazer familiares do seu país de origem?**

Sim ☐ 1 Quem? \_\_\_\_\_ G58.1 Quem

Não ☐ 2

3= Não responde

**G59. Costuma enviar remessas em dinheiro para o seu país de origem?**

Sim ☐ 1

Não ☐ 2

3= Não responde

**G59.1 Qual o valor médio mensal aproximado das remessas que efectua?**

Até €50 ☐ 1

€51-€100 ☐ 2

€101-€250 ☐ 3

€251-€500 ☐ 4

€501-€1000 ☐ 5

Mais de €1000 ☐ 6

7= Não responde

**G60. Gostaria de ir residir para outro país?**

Não ☐ 1

Sim, para o país de origem ☐ 2

G60.1 Tem ideia de quando pretende regressar? Só preenchida em ANOS  
Daqui a  anos ou  meses

Sim, para outro país ☐ 3

G60.2 Que país ou países? \_\_\_\_\_  
Código Países (ver Lista 2) \_\_\_\_\_

4= Não responde

ACIDI (2010), *II Plano para a Integração dos Imigrantes* (2010-2013). Lisboa, ACIDI.

Almeida J. (2011), *O essencial sobre o capital social*. Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Arango, J. (2003), “La explicación teórica de las migraciones: luz sombra”, *Migración Desarrollo*, 1, pp.1-30.

Baernholdt, J.; Aarsother, N. (2002), “Coping strategies, social capital and space”, *European Urban and Regional Studies*, 9(2), pp.151-165.

Baganha, M. I. (2000), “Immigrants’ social citizenship and labour market dynamics in Portugal”, in Bommers, M e Geddes, A. (eds.), *Immigration and welfare: challenging the borders of the welfare state*. London, Routledge.

Baganha, M. I.; Marques, J.; Góis, P. (org.) (2010), *Imigração ucraniana em Portugal e no sul da Europa: a emergência de uma ou várias comunidades*, Coleção Comunidades, 3. Lisboa, ACIDI.

Disponível em: [http://oi.acidi.gov.pt/docs/Colecao\\_Comunidades/Estudo\\_Comun\\_3.pdf](http://oi.acidi.gov.pt/docs/Colecao_Comunidades/Estudo_Comun_3.pdf)

Baganha, M. I.; Marques, J.; Góis, P. (2004), “The unforeseen wave: migration from Eastern Europe to Portugal”, in Baganha, M. I. e Fonseca, M. L. (eds.), *New waves: migration from Eastern to Southern Europe*, pp. 23-39. Lisboa, Luso-American Foundation.

Disponível em: <http://flad.pt/documentos/1256642168A6dXX1yn5Uq83QL7.pdf>

- Baganha M. I.; Ferrão J.; Malheiros J. (1999), “Os Imigrantes e o mercado de trabalho: o caso português”, *Análise Social*, vol. XXXIV (150), pp. 147-173.
- Bastos, S.; Bastos, J. G. (2005), “Our colonisers were better than yours”. Identity debates in Greater London», *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol.31, 1, p.79-98.
- Baumann, G.; Sunier, T. (1995), “Introduction: De-essentializing ethnicity» in Baumann, G. e Sunier, T., (eds.), *Post-Migration Ethnicity. Cohesion, Commitments, Comparison*, pp. 1-9. Amesterdão, IMES/Het Spinhuis Publishers.
- Bonvalet, C.; Carpenter, J.; White, P. (1995), “The residential mobility of ethnic minorities: a longitudinal analysis, *Urban Studies*, 32(1), pp. 87-103.
- Cabral, A. (2000), *Entre a multiculturalidade e a interculturalidade: portugueses em França*. Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Carita, C.; Rosendo, V. N. (1993), “Associativismo cabo-verdiano em Portugal: estudo de caso da Associação Cabo-verdiana em Lisboa”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 13, pp. 135-152.
- Carneiro, R. (coord.) (2006), *A mobilidade ocupacional do trabalhador imigrante em Portugal*. Lisboa, Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento, Ministério do Trabalho e Solidariedade Social.
- Castro, F. V. (2008), *A Europa do outro - a imigração em Portugal no início do século XXI. Estudo do caso dos imigrantes da Europa de Leste no concelho de Vila Viçosa*, Colecção Teses, 16. Lisboa, ACIDI.  
Disponível em: [http://oi.acidi.gov.pt/docs/Colec\\_Teses/tese\\_16.pdf](http://oi.acidi.gov.pt/docs/Colec_Teses/tese_16.pdf)
- Doeringer, P. B.; Piore, M. (1971), *Internal labor markets and manpower analysis*. Heath, Lexington Books.
- Esteves, M. C. (org.) (1991), *Portugal, país de imigração*. Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.



- Esteves, A. (2004), *Imigração e cidades: geografias de metrópoles multi-étnicas – Lisboa e Washington D.C.*, Dissertação de Doutoramento em Geografia Humana apresentada à Universidade de Lisboa, polic.
- Esteves, A.; Caldeira, M. J. (2001), “Reinventing cultures: the contribution of the Cape Verdean community to the cultural dynamics of Lisbon”, in King, R. (ed.), *The Mediterranean passage, migration and new cultural encounters in Southern Europe*, pp.95-118. Liverpool, Liverpool University Press.
- Evans M. D. R. (1989), “Immigrant entrepreneurship: effects of ethnic market size and isolated labour pool”, *American Sociological Review*, Vol. 54, No. 6, December, pp. 950-962.
- Faist, T. (2000), *The volume and dynamics of international migration and transnational social spaces*. Oxford, Oxford University Press.
- Ferreira, E.; Rato, H. (2000), *Economia e imigrantes. Contribuição dos imigrantes para a economia portuguesa*. Oeiras, Celta Editora.
- Férrandez, C. I.; Roura, J.; Heras, R. (2006), *Inmigración y mercado de trabajo en España (1997-2005)*. Bilbao, Fundación BBVA.
- Finney, N.; Simpson, L. (2008), “Internal migration and ethnic groups: evidence for Britain from the 2001 Census”, *Population, Space and Place*, 14(2), pp. 63–83.
- Fonseca, M. L.; McGarrigle, J. (coords.) (2012), *Modes of inter-ethnic coexistence in three neighbourhoods in the Metropolitan Area of Lisbon: a comparative perspective*. Lisboa, Edições Colibri.  
Disponível em: <http://geitonies.fl.ul.pt/Publication/Portuguese%20team%20book.pdf>
- Fonseca, M. L.; Hortas, M. J. (2011), “International students in Portugal”, *Canadian Diversity*, volume 8: 5, Winter, pp. 98-104.  
Disponível em: [http://canada.metropolis.net/pdfs/cdn\\_diversity\\_mobilestudnt.pdf](http://canada.metropolis.net/pdfs/cdn_diversity_mobilestudnt.pdf)

- Fonseca, M. L.; Silva, S. (2010), *Saúde e imigração: utentes e serviços na área de influência do Centro de Saúde da Graça*, Coleção Estudos OI, 40. Lisboa, ACIDI.  
Disponível em: [http://oi.acidi.gov.pt/docs/Estudos\\_OI/OI\\_40.pdf](http://oi.acidi.gov.pt/docs/Estudos_OI/OI_40.pdf)
- Fonseca, M. L. (2008), “Imigração, diversidade e novas paisagens étnicas e culturais”, in Ferreira Lages, M. e Teodoro de Matos, A. (coords.), *Portugal: percursos de interculturalidade, volume II – Contextos e dinâmicas*, pp. 49-96. Lisboa, ACIDI.  
Disponível em: [http://oi.acidi.gov.pt/docs/Col\\_Percursos\\_Intercultura/2\\_PI\\_Cap2.pdf](http://oi.acidi.gov.pt/docs/Col_Percursos_Intercultura/2_PI_Cap2.pdf)
- Fonseca, M. L. (coord); Ormond, M.; Malheiros, J.; Patrício, M.; Martins, F. (2005), *Reunificação familiar e imigração em Portugal*, Coleção Estudos OI, 15. Lisboa, ACIME.  
Disponível em: [http://oi.acidi.gov.pt/docs/Estudos%20OI/Estudo\\_OI\\_15.pdf](http://oi.acidi.gov.pt/docs/Estudos%20OI/Estudo_OI_15.pdf)
- Fonseca, M. L.; Alegria, J.; Nunes, A. (2004), “Immigration to medium sized cities and rural areas: the case of Eastern Europeans in the Évora region (Southern Portugal)”, in Baganha, M. I. e Fonseca, M. L. (eds.), *New waves: migration from Eastern to Southern Europe*, pp. 91-118. Lisboa, Luso-American Foundation.  
Disponível em: <http://flad.pt/documentos/1256642168A6dXX1yn5Uq83QL7.pdf>
- Fonseca, M. L. (2004), “Dinâmicas de integração dos imigrantes: estratégias e protagonistas”, in *Actas do I Congresso Imigração em Portugal: diversidade, cidadania, integração*, pp. 108-139. Lisboa, ACIME.  
Disponível em <http://oi.acidi.gov.pt/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=112>
- Fonseca, M. L.; Malheiros, J. (2003), “«Nouvelle» immigration, marche du travail et compétitivité des régions portugaises”, *Géographie, Economie Société*, 5, pp. 161-181.
- Fonseca, M. L.; Malheiros, J. M.; Ribas-Mateos, N.; White, P.; Esteves, A. (2002), *Immigration and place in Mediterranean metropolises*. Lisboa, Luso-American Foudation.
- Fonseca, M. L.; Malheiros, J; Esteves, A.; Caldeira, M. J. (2002), *Immigrants in Lisbon: routes of integration*, Coleção EPRU, 56. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos.

- Fonseca, M. L. (1999), "Immigration, social-spatial marginalisation and urban planning in Lisbon", *Metropolis International Workshop Proceedings*, pp. 187-214. Lisboa, Luso American Foundation.
- Freitas, C. (2006), *Em busca de um bom médico quando 'a saúde não tem fronteiras'. Percepções dos Cabo-Verdianos sobre profissionais de saúde na Holanda*, Coleção Teses, 6. Lisboa, ACIME.  
Disponível em: [http://oi.acidi.gov.pt/docs/Col\\_Teses/6\\_CF.pdf](http://oi.acidi.gov.pt/docs/Col_Teses/6_CF.pdf)
- GEM (2007), *Global Entrepreneurship Monitor - Executive report*. London, Babson College, London Business School.
- Glick Schiller, N.; Basch, L.; Szanton-Blanc, C. (1995), "From immigrant to transmigrant: theorizing transnational migration", *Anthropology Quarterly*, 68(1), pp.48-63.
- Góis, P. (2008), "Introdução", in Góis, P. (org), *Comunidade(s) cabo-verdianas: as múltiplas faces da imigração cabo-verdiana*, pp. 9-24. Lisboa, ACIDI.  
Disponível em: [http://oi.acidi.gov.pt/docs/Colecao\\_Comunidades/2\\_comunidades\\_cabo\\_verdianas.pdf](http://oi.acidi.gov.pt/docs/Colecao_Comunidades/2_comunidades_cabo_verdianas.pdf)
- Granovetter M. (1995), The economic sociology of firms and entrepreneurs, in Portes A. (ed.), *The economic sociology of immigration. Essays on networks, ethnicity, and entrepreneurship*. New York, Russell Sage Foundation.
- Guillaumin, C. (1993), «La 'différence culturelle'», in Wieviorka, M. (org.), *Racisme et modernité*, pp. 149-151. Paris, Éditions la Découverte.
- Goldenberg, M. (2006), "O corpo como capital: Para compreender a cultura brasileira", *Arquivos em Movimento*, vol.2, nº2, Julho-Dezembro, pp.115-123.  
Disponível em: <http://vomer2.eefd.ufrj.br/~revista/index.php/EEFD/article/view/199/150>

Gurak, D. T.; Caces, F. (1992), "Migration networks and the shaping of migration systems", in Kritz, M.M.; Lim, L.L. e Zlotnik (eds.), *International migration systems. A global approach*, pp.150- 176. Oxford, Clarendon Press.

Hagendoorn, L. (1993), "Ethnic categorization and outgroup exclusion: the role of cultural values and social stereotypes in the construction of ethnic hierarchies", *Ethnic and Racial Studies*, 16 (1), pp. 26-51.

Horta, A. P. B. (2010), "Introdução", *Revista Migrações*, nº6, pp.11-36.  
Disponível em: [http://oi.acidi.gov.pt/docs/Revista\\_6/Migr6\\_Intro.pdf](http://oi.acidi.gov.pt/docs/Revista_6/Migr6_Intro.pdf)

Horta, A. P. B.; Malheiros, J. (2006), "Social capital and immigrants' political integration: the case study of Cape Verdean associations in the Greater Lisbon area", *Finisterra*, vol. XLI, nº81, pp.143-170.  
Disponível em: [http://ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2006-81/81\\_07.pdf](http://ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2006-81/81_07.pdf)

Horta, A. P. B. (2004), *Contested citizenship: immigration politics and migrant's grassroots organizing in post-colonial society*. New York, Centre for Migration Studies.

Horta, A. P. B.; Peixoto, J. (2012), "Introdução", in Horta, A. P. B. e Peixoto, J. (orgs.), *Religião e migrações. Práticas de intervenção e perspectivas de análise*, pp. 7-27. Lisboa, Nova Vega.

Huddleston, T. et al. (2011), *MIPEX - Índice de Políticas de Integração de migrantes*. Bruxelas, British Council/Migration Policy Group.

IEEI e CEMRI (2005), Relatório do projecto *The Chinese business communities in Portugal*. Lisboa, Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais e Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais da Universidade Aberta.  
Disponível em: [http://ieei.pt/files/Comunidades\\_Chinesas\\_Relatorio\\_FCT\\_5.pdf](http://ieei.pt/files/Comunidades_Chinesas_Relatorio_FCT_5.pdf)

Instituto Nacional de Estatística - Conceitos Estatísticos. [Em linha]. Lisboa: INE, 2011 [Consultado em 14 Dezembro 2011].  
Disponível em <http://metaweb.ine.pt/sim/conceitos/conceitos.aspx?ID=PT>

Instituto Nacional de Estatística (2012), *Estatísticas Demográficas 2010*. Lisboa, INE.

Jacobs D.; Tillie J. (2004), "Introduction: social capital and political integration of migrants", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 30(3), pp.419-427.

Jasinskaja-Lahti, I.; Liebkind, K.; Perhoniemi, R. (2006), "Perceived discrimination and well-being: a victim study of different immigrant groups", *Journal of Community and Applied Social Psychology*, 16 (4), pp. 267-284.

John, A. (s/d), *Family reunification for migrants and refugees: a forgotten human right? A comparative analysis of family reunification under domestic law and jurisprudence, international and regional instruments*, ECHR Caselaw and the EU 2003 Family Reunification Directive. Disponível em: <http://.fd.uc.pt/hrc/pdf/papers/arturojohn.pdf>

Kleist, N. (2007), "Somali-Scandinavian a dreaming: when "the Diaspora" returns to the desert", in Sorensen, N. N. (org.), *Living across worlds: Diaspora, development and trans-national engagement*, pp.107-128. Geneva, IOM.

Kolarova, M.; Peixoto, J. (2009), *Sindicatos e imigração em Portugal*, Coleção Estudos OI, 34. Lisboa, ACIDI. Disponível em: [http://.oi.acidi.gov.pt/docs/Estudos\\_OI/OI\\_34.pdf](http://.oi.acidi.gov.pt/docs/Estudos_OI/OI_34.pdf)

Lages, M.; Policarpo, V. (2003), *Atitudes e valores perante a imigração*, Coleção Estudos OI, 2. Lisboa, ACIME. Disponível em: <http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/pdf/Sondagem%20Imigrantes.pdf>

Lages, M. F. et al. (2006), *Os imigrantes e a população portuguesa: imagens recíprocas*, Coleção Estudos OI, 21. Lisboa, ACIDI. Disponível em: [http://.acidi.gov.pt/docs/Publicacoes/estudos/Estudo\\_21.pdf](http://.acidi.gov.pt/docs/Publicacoes/estudos/Estudo_21.pdf)

Lopes, D.; Vala, J. M. V. (2004), "Percepção de racialização, percepção de etnicização, e estratégias de relação com a sociedade portuguesa", in Vala, J. (ed.) *Simetrias e identidades - jovens negros em Portugal*, pp. 199-217. Oeiras, Celta Editora.

- Machado, I. J. R. (2010), *Cárcere público: processos de exotização entre imigrantes brasileiros no Porto*. Lisboa, ICS.
- Machado, F. L.; Roldão, C. (2010). *Imigrantes Idosos: uma nova face da imigração em Portugal*, Colecção Estudos OI, 39. Lisboa, ACIDI.  
Disponível em: [http://oi.acidi.gov.pt/docs/Estudos\\_OI/OI\\_39\\_atualizado.pdf](http://oi.acidi.gov.pt/docs/Estudos_OI/OI_39_atualizado.pdf)
- Machado, F. L. (2002), *Contrastes e continuidades. Migração, etnicidade e integração dos guineenses em Portugal*. Oeiras, Celta Editora.
- Machado, F. L. (2000), “Os novos nomes do racismo: especificação ou inflação conceptual”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 33, pp.9-44.
- Machado, F. L. (1999), “Imigrantes e estrutura social”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 24, pp.51-76.
- Malheiros, J. (2008), *Irregular migration in OECD member states*. Paris, Division des Migrations Internationales/OCDE, (internal report) (policop.).
- Malheiros, J. (2012), “Immigrants’ residential mobility, socio-ethnic desegregation trends and the metropolises fragmentation thesis: the Lisbon example”, in Finney, N. e Catney, G. (eds.), *Minority internal migration in Europe*, pp. 65-88. Aldershot, Ashgate.
- Malheiros, J. (2011), *Promoção da interculturalidade e da integração de proximidade. manual para técnicas/técnicos*. Lisboa, ACIDI.
- Malheiros, J.; Fonseca, M. L. (coords.) (2011), *Acesso à habitação e problemas residenciais dos imigrantes em Portugal*, Colecção Estudos OI, 48. Lisboa, ACIDI.  
Disponível em: [http://oi.acidi.gov.pt/docs/Estudos%20OI/Estudo48\\_WEB.pdf](http://oi.acidi.gov.pt/docs/Estudos%20OI/Estudo48_WEB.pdf)

- Malheiros, J.; Padilla, B.; Rodrigues, F. (2010), *Mulheres imigrantes empreendedoras*. Lisboa, Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.  
Disponível em: [http://.igualdade.gov.pt/images/stories/documentos/documentacao/publicacoes/mulheres\\_emigrantes\\_empreendedor.pdf](http://.igualdade.gov.pt/images/stories/documentos/documentacao/publicacoes/mulheres_emigrantes_empreendedor.pdf)
- Malheiros J. (2010), “Comunidades indias en Lisboa: creatividad aplicada a las estrategias empresariales sociales?”, *Revista CIDOB d'Afers Internacionals*, 92, pp. 119-138.
- Malheiros, J. (org.) (2007a), *A imigração brasileira em Portugal*, Coleção Comunidades, 1. Lisboa, ACIDI.  
Disponível em: [http://.oi.acidi.gov.pt/docs/Col\\_Comunidades/1\\_ImigrBrasileira.pdf](http://.oi.acidi.gov.pt/docs/Col_Comunidades/1_ImigrBrasileira.pdf)
- Malheiros, J. (2007b), “Os brasileiros em Portugal - a síntese do que sabemos”, in Malheiros, J. (org.), *Imigração brasileira em Portugal*, pp. 11-37, Coleção Comunidades, 1. Lisboa, ACIDI.  
Disponível em: [http://.oi.acidi.gov.pt/docs/Col\\_Comunidades/1\\_ImigrBrasileira.pdf](http://.oi.acidi.gov.pt/docs/Col_Comunidades/1_ImigrBrasileira.pdf)
- Malheiros, J.; Vala, F. (2004), “A problemática da segregação residencial de base étnica - questões conceptuais e limites à operacionalização: o caso da Área Metropolitana de Lisboa”, *Revista de Estudos Demográficos*, 36, pp. 89-109.
- Malheiros, J. (2001), *Arquipélagos migratórios: transnacionalismo e inovação*. Lisboa, Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa, polic.
- Malheiros, J. (1996), *Imigrantes na região de Lisboa, os anos da mudança*. Lisboa, Edições Colibri.
- Marques, J. C.; Góis, P. (2007), “Ukrainian migration to Portugal. From non-existence to one of the top three immigrant groups”, *Migration Online – Focus on Central and Eastern Europe*, January 2007.

- Malynovska, O. (2004), "International labour migration from the Ukraine: the last ten years", in Baganha, M. I. e Fonseca, M. L. (eds.), *New waves: migration from Eastern to Southern Europe*, pp. 11-21. Lisboa, Luso-American Foundation.  
Disponível em: <http://.flad.pt/documentos/1256642168A6dXX1yn5Uq83QL7.pdf>
- Mapril, J. (2010), "Banglapara: imigrações e (in)formalidades em Lisboa", *Etnográfica*, 14 (2), pp.243-264.
- Mapril, J. (2008), *A "modernidade" do sacrificio Qurban, lugares e circuitos transnacionais entre bangladeshis em Lisboa*. Lisboa, Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa, polic.  
Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/311>
- Mapril, J.; Araújo, F. (2002), "Between two worlds: Chinese and Cape Verdean voluntary sectors in a changing context", in Fonseca, M. L. *et al.*, *Metropolis Proceedings*, pp. 197-227. Lisboa, Fundação Luso Americana para o Desenvolvimento.
- Marques, J. C.; Góis, P. (2010), "Os imigrantes do Leste em Portugal. Resultados do inquérito de 2004", in Baganha, M. I.; Marques, J. C.; Góis, P. (orgs.), *A imigração ucraniana em Portugal e na Europa do Sul: a emergência de uma ou várias comunidades?*, Colecção Comunidades, 3. Lisboa, ACIDI.  
Disponível em: [http://.oi.acidi.gov.pt/docs/Colecao\\_Comunidades/Estudo\\_Comun\\_3.pdf](http://.oi.acidi.gov.pt/docs/Colecao_Comunidades/Estudo_Comun_3.pdf)
- Marques, M. M.; Santos, R. (2004), "Top-down and bottom-up reconsidered: the dynamics of immigrant participation in local civic society", in AAVV, *Citizenship in European Cities, Immigrants, Local Politics and Integration Policies: Diversity and Convergence in European Cities*, pp. 107-126. Aldershot, Ashgate.
- Marques, M. M.; Santos, R.; Leitão, J. (2008), *Migrações e participação social. As associações e a construção da cidadania em contexto de diversidade – o caso de Oeiras*. Lisboa, Fim de Século.
- Marques, M. M.; Ciobanu, R. (2012), *Migrantes Idosos em Portugal*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Principia.



- Massey, D., R.; Alarcón, R.; Durand, J.; Gonzalez, (1990), *Return to Aztlan: the social process of international migration from Western Mexico*. Berkeley-Los Angeles, University of California Press.
- Mendes, M. (2010) *Imigração, identidades e discriminação: imigrantes russos e ucranianos na área Metropolitana de Lisboa*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Miranda, J. (2009), *Mulheres imigrantes em Portugal: memórias, dificuldades de integração e projectos de vida*, Coleção Estudos OI, 35. Lisboa, ACIDI.  
Disponível em: [http://oi.acidi.gov.pt/docs/Estudos\\_OI/OI\\_35.pdf](http://oi.acidi.gov.pt/docs/Estudos_OI/OI_35.pdf)
- Moghaddam, F, Stalkin, A.; Hutcheson, L. (1997), “A generalized personal/group discrepancy: testing the domain specificity of a perceived higher effect of events on one’s group than on oneself”, *Personality and Social Psychology Bulletin*, 23, pp. 743-750.
- Montero, M. (1992), “Identidad nacional en venezolanos hijos de inmigrantes portugueses. Un estudio de imagen en espejo”, *Boletín AVEPSO-Asociación Venezolana de Psicología Social* – Universidad Central de Venezuela, nº1-3, pp.39-50.
- Morais, R.; Sousa, J. C. (2012), “Do envolvimento associativo à mobilização cívica: o potencial das redes sociais”, *VII Congresso Português de Sociologia*, 19-22 Junho de 2012, Universidade do Porto.  
Disponível em: [http://labcom.ubi.pt/publicacoes/201210031205-pap0020\\_ed.pdf](http://labcom.ubi.pt/publicacoes/201210031205-pap0020_ed.pdf)
- Neves, M. S.; Rocha-Trindade, M. B. (2008), “As diásporas e a globalização – a comunidade de negócios chinesa em Portugal e a integração da China na economia global”, *Revista Migrações*, Outubro, nº 3, pp. 165-189.  
Disponível em: [http://oi.acidi.gov.pt/docs/Revista\\_3/Migr3\\_Sec2\\_Art3\\_PT.pdf](http://oi.acidi.gov.pt/docs/Revista_3/Migr3_Sec2_Art3_PT.pdf)
- OCDE (2012), *International migration outlook 2012*. Paris, OECD Publishing.  
Disponível em [http://keepeek.com/Digital-Asset-Management/oecd/social-issues-migration-health/international-migration-outlook-2012\\_migr\\_outlook-2012-en](http://keepeek.com/Digital-Asset-Management/oecd/social-issues-migration-health/international-migration-outlook-2012_migr_outlook-2012-en)

- Oliveira, C.; Pires, C. (2010), *Imigração e sinistralidade laboral*, Coleção Estudos OI, 41. Lisboa, ACIDI.  
Disponível em: [http://oi.acidi.gov.pt/docs/Estudos\\_OI/OI\\_41.pdf](http://oi.acidi.gov.pt/docs/Estudos_OI/OI_41.pdf)
- Oliveira, C. (2008), “Determinantes das estratégias empresariais de imigrantes em Portugal”, *Revista Migrações*, nº 3, pp. 109-138.  
Disponível em: [http://oi.acidi.gov.pt/docs/Revista\\_3/Migr3\\_Sec2\\_Art1\\_PT.pdf](http://oi.acidi.gov.pt/docs/Revista_3/Migr3_Sec2_Art1_PT.pdf)
- Oliveira C. (2005), *Empresários de origem imigrante. Estratégias de inserção económica em Portugal*, Coleção Teses, 2. Lisboa, ACIME.  
Disponível em: [http://oi.acidi.gov.pt/docs/Col\\_Teses/2\\_CRO.pdf](http://oi.acidi.gov.pt/docs/Col_Teses/2_CRO.pdf)
- Oliveira, P; Silva, D. (2011), *Integração da imigração paquistanesa em Portugal*, Working Papers, Série População e Prospectiva. Porto, CEPSE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.  
Disponível em: <http://cepese.pt/portal/investigacao/working-papers/populacao-e-prospectiva/integracao-da-imigracao-paquistanesa-em-portugal/integraassapso-da-imigraassapso-paquistanesa-em>
- Padilla, B. (2004), “Integration of Brazilian immigrants in the Portuguese society: problems and possibilities”, Comunicação apresentada à 9<sup>th</sup> *International Metropolis Conference*, Genebra, 2004 (publicada em Socius – Working Papers, ISEG/UTL, n.1/2005).  
Disponível em: <https://repository.utl.pt/bitstream/10400.5/1999/1/wp200501.pdf>
- Paulino, C. M. (2003), *O associativismo de migrantes guineenses - estudo da Associação Guineense de Solidariedade Social (AGUINENSO)*. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Aberta, polic.
- Peixoto, J. (2002), “Strong market and weak state: the case of foreign immigration in Portugal”, *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 28 (3), pp. 483-497.

- Peixoto, J.; Marçal, C.; Tolentino, N. (2011), *Imigração e segurança social em Portugal*, Coleção Estudos OI, 49. Lisboa, ACIDI.  
Disponível em: [http://oi.acidi.gov.pt/docs/Estudos%20OI/Estudo49\\_WEB.pdf](http://oi.acidi.gov.pt/docs/Estudos%20OI/Estudo49_WEB.pdf)
- Peixoto, J. (2008), “Limites e oportunidades do empreendedorismo imigrante”, *Revista Migrações*, nº 3, pp.305-307.  
Disponível em: [http://oi.acidi.gov.pt/docs/Revista\\_3/Migr3\\_Sec4\\_Art2\\_PT.pdf](http://oi.acidi.gov.pt/docs/Revista_3/Migr3_Sec4_Art2_PT.pdf)
- Peixoto, J.; Figueiredo, A. (2007), “Imigrantes brasileiros e mercado de trabalho em Portugal”, in Malheiros, J. (org.), *Imigração brasileira em Portugal*, pp. 87-111. Lisboa, ACIDI.  
Disponível em: [http://oi.acidi.gov.pt/docs/Col\\_Comunidades/1\\_ImigrBrasileira.pdf](http://oi.acidi.gov.pt/docs/Col_Comunidades/1_ImigrBrasileira.pdf)
- Peixoto, J. (1999), *A mobilidade internacional dos quadros - migrações internacionais, quadros e empresas transnacionais em Portugal*. Oeiras, Celta Editora.
- Pereira, S. (2011), *Trabalhadores de origem africana em Portugal. Impacto das novas vagas de imigração*. Lisboa, Edições Colibri.
- Perotti, A. (1994), *Plaidoyer pour l'Interculturel*. Estrasburgo, Les Editions du Conseil de l'Europe.
- Piore, M. (1979), *Birds of passage. Migrant labor and industrial societies*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Pires, S. (2004), *O terceiro sector imigrante e as associações dos imigrantes do Leste europeu em Portugal – estruturação de um novo espaço de cidadania?*, Oficina do CES, nº 204. Coimbra, Centro de Estudos Sociais.  
Disponível em: <http://ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/204.pdf>
- Pires, R. P. (coord.); Machado, F. L.; Peixoto, J.; Vaz, M. J. (2010), *Portugal: atlas das migrações internacionais*, Fundação Calouste Gulbenkian, Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República. Lisboa, Tinta da China.

- Pires, R. P. (2003), *Migrações e integração. Teoria e aplicações à sociedade portuguesa*. Oeiras, Celta Editora.
- Pires, R. P.; Maranhão, M.J.; Quintela, J.P.; Moniz, F.; Pisco, M. (1984), *Os retornados: um estudo sociográfico*. Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Portes, A. (1981), "Modes of structural incorporation and present theories of labour immigration", in M. M. Kritz *et al.* (eds.), *Global trends in migration - theory and research on international population movements*, pp. 279-297. New York, Center for Migration Studies.
- Portes, A. (1999), *Migrações internacionais, origens, tipos e modos de incorporação*. Oeiras, Celta Editora.
- Pumares Fernández, P.; Coll. A.G.; Hita, A. A. (2006), *La movilidad laboral geográfica de la población extranjera en España*. Madrid, Ministério de Trabajo y Asuntos Sociales.
- Putnam, R. (1993), *Making democracy work. Civic traditions in modern Italy*. Princeton, Princeton University Press.
- Quintino, M. C. R. (2010), "Práticas associativas de guineenses, conexões transnacionais e cidadania incompleta", *Revista Migrações*, nº6, pp. 81-102.  
Disponível em: [http://oi.acidi.gov.pt/docs/Revista\\_6/Migr6\\_Sec1\\_Art3.pdf](http://oi.acidi.gov.pt/docs/Revista_6/Migr6_Sec1_Art3.pdf)
- Raijman R.; Semyonov M. (1997), "Gender, ethnicity, and immigration: double disadvantage and triple disadvantage among recent immigrant women in *the Israeli labor market*", *Gender and Society*, vol. 11, no. 1, February, pp. 108-125.
- Rath J. (2006), "Entrepreneurship among migrants and returnees: creating new opportunities", International Symposium on International Migration and Development, June.  
Disponível em: [http://un.org/esa/population/migration/turin/Symposium\\_Turin\\_files/P05\\_Rath.pdf](http://un.org/esa/population/migration/turin/Symposium_Turin_files/P05_Rath.pdf)

- Reis, E.; Melo, P.; Andrade, R.; Calapez, T. (2008), *Estatística Aplicada* (vol.2). Lisboa, Edições Sílabo (4ªed. revista).
- Rocha-Trindade, M. B. (org.) (1995), *Sociologia das Migrações*. Lisboa, Universidade Aberta.
- Rocha-Trindade, M. B. (1991), “Perspectivas sociológicas da interculturalidade”. *Análise Social*, vol.28, n.123/124, pp.869-887.
- Rosário, E.; Santos, T.; Lima, S. (2011), *Discursos do racismo em Portugal: essencialismo e inferiorização nas trocas coloquiais sobre categorias minoritárias*, Colecção Estudos OI, 44. Lisboa, ACIDI.  
Disponível em: [http://.oi.acidi.gov.pt/docs/Estudos\\_OI/Estudo44\\_WEBfin.pdf](http://.oi.acidi.gov.pt/docs/Estudos_OI/Estudo44_WEBfin.pdf)
- Rossi, P. (2007), “Remessas de imigrantes: estudo de caso de brasileiros em Portugal”, in Malheiros, J. (org.), *Imigração brasileira em Portugal*, pp. 135-154. Lisboa, ACIDI.  
Disponível em: [http://.oi.acidi.gov.pt/docs/Col\\_Comunidades/1\\_ImigrBrasileira.pdf](http://.oi.acidi.gov.pt/docs/Col_Comunidades/1_ImigrBrasileira.pdf)
- Saint-Maurice, A.; Pires, R. P. (1989), “Descolonização e migrações: os imigrantes dos Palop em Portugal”, *Revista Internacional de Estudos Africanos*, nº10-11, pp.203-226.
- Salim, I. C. (2008), *Os meios de comunicação étnicos em Portugal: dinâmica organizacional dos media das comunidades imigrantes*, Colecção Estudos OI, 29. Lisboa, ACIDI.  
Disponível em: [http://.oi.acidi.gov.pt/docs/Estudos\\_OI/OI\\_29.pdf](http://.oi.acidi.gov.pt/docs/Estudos_OI/OI_29.pdf)
- Santos, T.; Oliveira, C.; Rosário, E.; Kumar, R.; Brigadeiro, E. (2009), *Research survey on migrants' experiences of racism and discrimination in Portugal*, Scholarship With Commitment Series, I. Porto Salvo, Númena.  
Disponível em: <http://.numena.org.pt/ficheiros/Migrants%20Experiences%20of%20Racism.pdf>
- Sardinha, J. (2010), “Estratégias identitárias e esquemas de integração: os posicionamentos das associações angolanas, brasileiras e da Europa de Leste em Portugal”, *Revista Migrações*, nº6, pp. 59-80.

Sardinha, J. (2005), *Cape Verdean associations in the Metropolitan Area of Lisbon and their role in the integration of the Cape Verdean community into Portuguese society*. Sussex Centre for Migration Research Working Paper Series, Working Paper 26.  
Disponível em: <http://.google.com/url?q=http://.sussex.ac.uk/migration/documents/mwp26.pdf>

Sarró, R.; Blanes, R. (2009), “Prophetic diasporas: moving religion across the Lusophone Atlantic”, *African Diaspora*, vol. 2, no. 1, pp. 52–72.

Semedo, M. G. V. (2011), *Políticas de Integração: o ensino/aprendizagem da língua portuguesa no contexto do acolhimento e integração de adultos imigrantes*. Dissertação de mestrado em Migrações, Interetnicidades e Transnacionalismo apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, polic.

Semyonov, M.; Raijman, R.; Gorodzeisky, A. (2008), “Foreigners impact on European societies: public views and perceptions in a cross-national comparative perspective”, *International Journal of Comparative Sociology*, 49 (1), pp. 5-29.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2012), *Relatório de imigração, fronteiras e asilo 2011* (RIFA2011). Lisboa, Departamento de Planeamento e Formação, Núcleo de Planeamento.  
Disponível em [http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa\\_2011.pdf](http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2011.pdf)

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2008), *A organização das políticas de asilo e imigração em Portugal*, Rede Europeia das Migrações. Lisboa, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.  
Disponível em <http://.sef.pt/documentos/56/AOrgPolAsiloImigemPortugal.pdf>

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2007), *Relatório de imigração, fronteiras e asilo 2006* (RIFA2006). Lisboa, Departamento de Planeamento e Formação, Núcleo de Planeamento.  
Disponível em [http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa\\_2006.pdf](http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2006.pdf)

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2005), *Relatório de imigração, fronteiras e asilo 2004* (RIFA2004). Lisboa, Departamento de Planeamento e Formação.  
Disponível em [http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa\\_2004.pdf](http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2004.pdf)

Silva, E. (2010), *Competências linguísticas e trajetórias profissionais dos imigrantes ucranianos e moldavos na AML (o caso de Vila Franca de Xira)*. Dissertação de Mestrado em População, Sociedade e Território apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, polic.  
Disponível em: [http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/5449/1/igotul001139\\_tm.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/5449/1/igotul001139_tm.pdf)

Sniderman, P. M., Hagendoorn, L.; Prior, M. (2004), “Predisposing factors and situational triggers: exclusionary reactions to immigrant minorities”, *American Political Science Review*, 98, pp. 35-49.

Sorensen, N. N. (2007), “Conclusion – thoughts for policymakers and practitioners”, in Sorensen, N. N. (org.), *Living across worlds: Diaspora, development and transnational engagement*, pp.197-206. Geneva, IOM.

Taylor, D.; Wright, S.; Porter, L. (1994), “Dimensions of perceived discrimination: the personal/group discrimination discrepancy”, in Zanna, M. e Olson, J. (eds.), *The psychology of prejudice: the Ontario symposium*, vol. 7, pp. 233-255. New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates.

Téchio, K. (2011), *Transformando a água em sangue: uma análise sobre a exportação evangélica brasileira através das performances da IPDA*. Dissertação de Doutoramento em Antropologia apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, polic.

Tiesler, N. C. (2007), “O Islão em espaços lusófonos: relatos históricos, condições (pós)coloniais e debates actuais”, *Lusotopie*, vol. 14, pp.91-101.

- Tolentino, A.; Rocha, C.; Tolentino, N. (2008), *Impactos das remessas dos imigrantes em Portugal no desenvolvimento de Cabo Verde*, Colecção Estudos OI, 27. Lisboa, ACIDI.  
Disponível em: [http://oi.acidi.gov.pt/docs/Estudos\\_OI/OI\\_27.pdf](http://oi.acidi.gov.pt/docs/Estudos_OI/OI_27.pdf)
- Tubergen F (2005), "Self-employment of immigrants: a cross-national study of 17 Western societies", *Social Forces*, Vol. 84, No. 2, pp. 709-732.
- Vala, J. (2002), "Etnicização e estratégias de relação cultural entre os imigrantes e os países de acolhimento: reflexões a partir do caso português", *Cadernos Sociedade e Trabalho*, pp. 273-288. Lisboa, MSTT/DEPP.
- Vala, J.; Lima, M.; Lopes, D. (2003), "Valores sociais, preconceito e solidariedade relativamente a grupos racializados e imigrantes", in Vala, J., Cabral, M. V. e Ramos, A. (eds.), *Valores sociais: mudanças e contrastes em Portugal e na Europa*, pp. 391-427. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Valente Rosa, M. J.; Seabra, H.; Santos, T. (2004), *Contributos dos "imigrantes" na demografia portuguesa: o papel das populações de nacionalidade estrangeira*, Colecção Estudos OI, 4. Lisboa, ACIME.  
Disponível em [http://oi.acidi.gov.pt/docs/Estudos\\_OI/Estudos%20OI%204.pdf](http://oi.acidi.gov.pt/docs/Estudos_OI/Estudos%20OI%204.pdf)
- Verkuyten, M. (2002), "Perceptions of ethnic discrimination by minority and majority early adolescents in the Netherlands", *International Journal of Psychology*, 37, pp. 321-332.
- Vermeulen, H. (2001), *Imigração, integração e a dimensão política da cultura*. Lisboa, Edições Colibri.
- Viegas, J. M. L.; Faria, S.; Santos, S. (2010), Envolvimento associativo e mobilização cívica, in Viegas, J. M. L., Santos, S. e Faria, S. (orgs.), *A qualidade da democracia em debate. Deliberação, representação e participação políticas em Portugal e Espanha*, pp. 157-180. Lisboa, Mundos Sociais.



Viegas, T. C. (1998), *Migrações e associativismo de migrantes: estudos do caso timorense*. Lisboa, Universidade Aberta.

Vitorino, A. (coord.) (2009), *Migrações: oportunidade ou ameaça? A habitação e a saúde na Integração dos Imigrantes*, Fundação Calouste Gulbenkian. Cascais, Ed. Principia.







## CONTACTOS

ACIDI

Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural

R. Álvaro Coutinho, n.º 14  
1150-025 Lisboa

Observatório da Imigração

[www.oi.acidi.gov.pt](http://www.oi.acidi.gov.pt)

Linha SOS Imigrante

 808 257 257  21 810 61 91